



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Instituto de Psicologia

Werusca Marques Virote de Sousa Pinto

**As inevitáveis mudanças: um estudo sobre a construção da
subjetividade das esposas de militares**

Rio de Janeiro
2016

Werusca Marques Virote de Sousa Pinto

As inevitáveis mudanças: um estudo sobre a construção da subjetividade das esposas de militares



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Subjetividade e Contemporaneidade.

Orientador (a): Prof.^a Dra. Regina Glória Nunes Andrade

Rio de Janeiro

2016

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

P659 Pinto, Werusca Marques Virote de Sousa.
As inevitáveis mudanças: um estudo sobre a construção da subjetividade das esposas de militares / Werusca Marques Virote de Sousa Pinto. – 2016.
199 f.

Orientadora: Regina Glória Nunes Andrade
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Instituto de Psicologia.

1. Psicologia Social – Teses. 2. Subjetividade – Teses. 3. Cônjuges de militares – Teses. I. Andrade, Regina Glória Nunes. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia. III. Título.

es CDU 316.6

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Werusca Marques Virote de Sousa Pinto

As inevitáveis mudanças: um estudo sobre a construção da subjetividade das esposas de militares

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Subjetividade e Contemporaneidade

Aprovada em 12 de dezembro de 2016.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a. Regina Glória Nunes Andrade
Instituto de Psicologia da UERJ

Prof. Dr. Celso Corrêa Pinto de Castro
CEPDOC - Fundação Getúlio Vargas – FGV

Prof.^a Dr.^a. Adriana Aparecida Marques
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof.^a Dr.^a. Leila Maria Torraca de Brito
Instituto de Psicologia da UERJ

Prof.^a Dr.^a. Edna de Assunção Melo Chernicharo
Instituto de Psicologia da UERJ

Rio de Janeiro

2016

DEDICATÓRIA

Ao meu time do coração, por mais essa jornada juntos: Domingos, César Augusto e Samuel.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pela oportunidade de, mais uma vez, realizar um projeto tão almejado, por ter me dado força, me sustentado e me conduzido em todas as idas e vindas em segurança.

Agradeço em especial ao meu marido, Domingos Júnior, um interlocutor incansável, meu amor, meu parceiro em todas as jornadas que em todos os momentos me apoiou e nos mais difíceis e angustiantes me ajudou a seguir a diante. Por acreditar em mim e nos meus projetos e por embarcar comigo.

Aos meus filhos, César Augusto e Samuel, que são minha inspiração, por durante esse tempo terem sido o meu refrigerio, fonte de inúmeras alegrias.

Aos meus pais, Rita Rosa e Walderedo, por terem me dado a vida e por terem me proporcionado uma visão de que somente por meio da educação que se constrói um futuro.

Aos meus irmãos, Walesca e Wladimir que são o elo com a minha história. Walesca, obrigada por me ouvir sempre. Wlad e família, obrigada pelas alegrias e companhia nos momentos de solidão.

À Minha orientadora Professora Dra Regina Andrade, que me abriu essa oportunidade e acolheu meu tema de pesquisa. Obrigada por sua intensidade, pelo seu exemplo de vitalidade e alegria, por me ensinar muito mais que pesquisar: a viver e conviver no mundo acadêmico.

À Janaína, amiga querida que me acolheu desde o início que é hoje uma irmã que a vida me deu. Obrigada por acreditar em mim, por me apoiar, pela sua sinceridade delicada, pelos encontros de alma.

À Lily, agradeço pela disponibilidade em ajudar e pelo carinho e atenção dispensados à nossa família, durante todos esses anos.

Aos comandantes Gerais da EsAO, nos anos da pesquisa, por autorizar a minha entrada em campo. Em especial ao General Polsin, pelo convite para ministrar uma palestra no Curso de Extensão Cultural da Mulher- Edição 2015.

Ao Cel Eraldo, por ter sido o primeiro a me receber dentro da EsAO o que muito me auxiliou na entrada em campo.

Ao Cel Frazão, por me conceder uma entrevista inicial, auxílio fundamental na construção da história da Vila Militar.

À Major Andrea Firmo, agradeço pelos diálogos frutíferos e pela ajuda em campo com as mulheres.

À Professora e amiga Dra Edna Chernicharo, pela acolhida, pelas leituras, pelos diálogos, por me ajudar a reafirmar o lugar de onde eu falo.

À Professora Dra Leila Torraca, por todas as vezes que me acolheu, apontando caminhos e tão generosamente contribuiu com uma visão aberta, sem preconceitos e me encorajando a caminhar na pesquisa.

Ao Professor Dr Celso Castro, pela sua disponibilidade em contribuir com meu trabalho, por me acolher e me convidar para partilhar momentos acadêmicos enriquecedores à pesquisa e para a construção do meu olhar sobre o campo.

À Professora Dra Adriana Marques, pela disponibilidade em me ouvir, pelas vezes que me cedeu espaço para partilhar momentos de trocas fecundas e por me encorajar a caminhar nesse campo híbrido.

À Soraya, pela amizade, atenção e disponibilidade para contribuir com as minhas reflexões.

Aos meus colegas de jornada, mestrandos e doutorandos, do Grupo de Pesquisa Participativa em Comunidades os quais, durante esse tempo, partilharam comigo experiências e possibilidades.

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, por possibilitar discussões, aulas e temáticas contemporâneas por meio de debates profícuos.

À CAPES, por me conceder a bolsa, possibilitando, assim, a minha inteira dedicação à Tese e à vida acadêmica.

E agradeço, em especial, todas as mulheres, esposas de oficiais, que me acolheram em suas casas e partilharam comigo suas histórias, possibilitando que essa Tese fosse concretizada.

Recebi a instrução como uma grande soma de prata e possuireis nela grande quantidade de ouro.

Cumpri vossa tarefa antes que o tempo passe e, no devido tempo, ele vos dará a recompensa.

Eclesiástico 51, 36 e 38.

RESUMO

PINTO, Werusca Virote de Sousa. *As inevitáveis mudanças*: um estudo sobre a construção da subjetividade das esposas de militares. 2016. 199 f. Tese (Doutorado) em Psicologia Social – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

Esta Tese é o resultado de uma pesquisa realizada na Vila Militar do Rio de Janeiro, a maior da América Latina, com as esposas de oficiais do Exército Brasileiro nos anos de 2014 e 2015. O objetivo foi investigar a influência da Cultura Militar na construção da subjetividade das esposas de militares – residentes na Vila Militar. Em especial investigou-se os impactos dos deslocamentos, das mudanças, a que estão sujeitas estas famílias e suas reações. A pesquisa com esse grupo de pessoas possibilitou ampliar a discussão sobre a construção de subjetividades na contemporaneidade e sobre as mudanças a que não só os militares e suas famílias estão expostos, mas que é visivelmente observado nesse público, pela questão concreta das mudanças físicas. As teorias e métodos utilizados durante a Tese buscaram entender o sujeito que se constrói na relação com o outro, num processo em que a palavra desempenha a função de contato social e, dessa forma, a linguagem como referência essencial para entender a cultura e os modos de existência do público estudado. Trata-se de uma realidade social pouco explorada em Psicologia Social no Brasil. Para tanto, foi proposto um método híbrido composto pelo registro das vivências em campo, e os princípios da Análise de Discurso, para analisar as relações propostas. O *corpus* foi composto por fragmentos dos discursos das mulheres entrevistadas que permitiram evidenciar as relações que se estabelecem nesse contexto. Os discursos foram analisados relacionando as formações discursivas em blocos de sentido, descrevendo o contexto das relações. A Vila Militar como suporte geográfico, não é tão somente um espaço de moradia e trabalho e sim um espaço de lazer e sociabilidade. O estudo nesse território possibilitou visualizar a presença dos elementos da cultura Militar, materializados principalmente na hierarquia, que atua fortemente nas relações sociais desse público e influencia a construção das subjetividades das esposas de militares. A Família Militar, categoria discursiva se apresentou como Suporte Social, demarcando um pertencimento que reforça elementos identitários. Foram descritos o contexto social, o cotidiano dessas mulheres, a interação delas no território. Conclui-se que em um processo de vincular-se e desvincular-se, as esposas de militares, se apropriam cada uma ao seu modo, da cultura militar, dando seus contornos pessoais. Os discursos materializaram a presença da cultura militar e da ideologia do Exército na construção da subjetividade das mulheres pesquisadas e denotam que elas percebem diversas possibilidades e limitações nesses processos de mudanças os quais a carreira dos maridos as impõe. Conclui-se também que durante os anos de estudo dos maridos, as mulheres passam por um hiato em suas vidas e que o fortalecimento do vínculo entre elas se dá por partilharem realidades concretas semelhantes e por se sentirem pertencentes a uma instituição com status nacional, por meio da inserção na Família Militar.

Palavras-chave: Subjetividade. Vila Militar. Esposa de Militar.

ABSTRACT

PINTO, Werusca Marques Virote de Sousa. *The Inevitable Moves: a study on the construction of the subjectivity of military spouses*. 2016. 199 f. Tese (Doutorado) em Psicologia Social – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

This thesis is the result of a survey conducted at the Military Village of Rio de Janeiro, the largest Military Village in Latin American, with the spouses of officers of the Brazilian Army in the years 2014 and 2015. The objective was to investigate the influence of the Military Culture in the construction of the subjectivity of the military spouses - residents in the Military Village. In particular, we investigated the impacts of the displacements, the moves, to which these families are assigned to and their reactions. The research with this group of people made it possible to broaden the discussion about the construction of subjectivities in contemporary times and about the moves that not only the military personnel and their families are exposed to but also which are visibly observed among this public, by the real question of physical moves. The theories and methods used during the thesis wanted to understand the subject that is built in the relationship with the other, in a process in which the word plays the function of social contact and, thus, language as an essential reference to understand the culture and the way of the considered public. It is a social reality that is not much explored in Social Psychology in Brazil. In order to do so, a hybrid method was proposed, composed of the reports of field experiences and the principles of Discourse Analysis, to analyze the proposed relations. The corpus was composed of fragments of the interviewed women's discourses that allowed to highlight the relationships that are established in this context. The discourses were analyzed by relating the discursive formations in blocks of meaning, describing the context of the relations. The Military Village as a geographical support, is not only a place of housing and work but also a space of leisure and sociability. The study in this territory made it possible to visualize the presence of elements of the Military culture, materialized mainly in the hierarchy, which acts strongly in the social relations of this public and influences the construction of the subjectivities of the military spouses. The Military Family, discursive category presented itself as Social Support, demarcating a belonging that reinforces identity elements. They described the social context, the daily life of these women, their interaction in the territory. It is concluded that in a process of being linked and dissociated, the military spouses, each one appropriates in their own way, the military culture, giving their personal contours. The discourses materialized the presence of the military culture and Army ideology in the construction of the subjectivity of the researched women and denote that they noticed different possibilities and limitations in these processes of changes that the career of the husbands imposes them. It is also concluded that during the years of husbands' studies, women are experiencing a hiatus in their lives and that the strengthening of the bond among them is due to the sharing of similar concrete realities and to the feeling of belonging to an institution with national status, by means of the insertion into the Military Family.

Key words: Subjectivity. Military Village. Wife of Military.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Identidade da mulher de militar.	46
Figura 2 - Regimento Sampaio -2014.....	59
Figura 3 - Enclave Sul, limite com o bairro Mallet -2014.....	60
Figura 4 - Prédio EsAO - Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais - 2014.....	60
Figura 5 - Vila Residencial – PNR I	61
Figura 6 - Sede da 1ª Divisão de Exército - 2015.....	61
Figura 7 - Vila Verde – 2015.....	62
Figura 8 - Prédios Novos. Construção para jogos Olímpicos – 2016	62
Figura 9 - Vista da Transolímpica – Via Expressa	63
Figura 10 - Marco da construção – Conjunto Res. Marechal Castelo Branco	73
Figura 11 - Marco da Inauguração dos primeiros Edifícios em 1949 – PNR I	73
Figura 12 - D. Rosa da Fonseca.....	100
Figura 13 - Modelo Teórico Hipotético – Intercessão da Subjetividade com a Vila Militar e a Cultura Militar.....	122
Figura 14 - Convite da Festa - Dia da Família Militar 2015.....	146
Figura 15 - Apresentação da Banca da Escola de Sargento de Logística. Festa da Família Militar 2015	146
Figura 16 - Organização do evento Festa da Família Militar edição 2015.....	146

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABED	Associação Brasileira de Estudos de Defesa
AD	Análise de Discurso
AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras
BIBLIEX	Biblioteca do Exército
DE	1ª Divisão de Exército
EB	Exército Brasileiro
ECEME	Escola de Comando e Estado Maior do Exército
EPV	Edifício da Praia Vermelha
EsAO	Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais
EsSLog	Escola de Sargentos de Logística
EsPCEx	Escola Preparatória de Cadetes do Exército
PNR	Próprio Residências Nacionais
RP	Relações Públicas
TFM	Treinamento Físico Militar
VM	Vila Militar

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	13
1	PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	22
1.1	Identidade(s), cultura e subjetividade	22
1.1.1	<u>Linguagem: matéria-prima das identidades</u>	23
1.1.2	<u>Ponto de partida: identidade cultural</u>	26
1.1.3	<u>Conceitos contemporâneos culturais: globalização, hibridismo cultural, desterritorialização, nação</u>	32
1.1.4	<u>Processos identitários e identidades nacionais</u>	36
1.1.5	<u>Identidade e cultura militar</u>	40
1.1.6	<u>Construção da subjetividade e influências da cultura</u>	46
1.2	Território vila militar do Rio de Janeiro	52
1.2.1	<u>Território e territorialidade: uma discussão conceitual</u>	53
1.2.2	<u>Vila Militar e sua inserção no subúrbio da cidade do Rio de Janeiro</u>	57
1.2.3	<u>Legislação</u>	64
1.2.4	<u>Comunidade Vila Militar e suas práticas</u>	66
1.2.4.1	Cotidiano da Vila Militar do Rio de Janeiro e sociabilidades ali presentes.....	69
1.2.4.2	Espaço real e espaços virtuais da Vila Militar.....	73
1.3	Mulher e família militar: papéis e lugares sociais	77
1.3.1	<u>Casamento e família – do patriarcado à contemporaneidade</u>	78
1.3.2	<u>Maternidade e espaço doméstico: um lugar em transformação?</u>	82
1.3.3	<u>Família dos militares</u>	88
1.3.4	<u>“Família Militar” – categoria nativa e categoria discursiva</u>	99
2	CAMPO E DISCURSOS	103
2.1	Concepção metodológica	103
2.1.1	<u>Subjetividade e família militar – campo híbrido em construção</u>	104
2.1.2	<u>Bases teóricas do método: alguns princípios da análise do discurso</u>	106
2.1.2.1	Da interpretação	109
2.1.3	<u>Amostra</u>	112
2.1.3.1	Critérios de inclusão/exclusão da amostra	112
2.1.3.2	Descrição da amostra.....	113

2.1.4	<u>Considerações sobre a entrada no campo de pesquisa</u>	116
2.1.4.1	Primeiro tempo	116
2.1.4.2	Segundo tempo	118
2.1.4.3	Um tempo permanente.....	119
2.1.5	<u>Articulação entre o campo e os discursos</u>	121
2.1.5.1	Esquema Interpretativo – retomando os discursos.....	123
2.2	Análise e interpretação dos resultados - contexto das relações	124
2.2.1	<u>Dimensão Vila Militar – suporte geográfico</u>	125
2.2.1.1	Apropriação do território	128
2.2.1.2	O território e as marcas da cultura militar	131
2.2.1.3	Curso de Extensão Cultural da Mulher – Edição EsAO 2015.....	132
2.2.1.4	Feirinha da Vila Verde	136
2.2.1.5	Linha do tempo no cotidiano da Vila Militar de Deodoro	137
2.2.2	<u>Dimensão família militar – suporte social</u>	140
2.2.2.1	Construção da família militar – uma rede de significados	140
2.2.2.2	Construção de rede de significados	145
2.2.3	<u>Construção da subjetividade marcada pela vivência territorial</u>	149
2.3	Análise e discussão dos resultados – vincular-se e desvincular-se .	152
2.3.1	<u>Dimensão casamento e ser esposa de militar</u>	153
2.3.1.1	Configuração familiar.....	156
2.3.1.2	Relação com a Instituição.....	162
2.3.1.3	Ser esposa de militar	164
2.3.1.4	Narrativa sobre experiências no campo – Hierarquia entre marido e mulher	167
2.3.2	<u>Dimensão dos deslocamentos – as mudanças</u>	170
2.3.2.1	A saída	177
	CONCLUSÃO	180
	REFERÊNCIAS	189
	ANEXO A – Termo de consentimento e livre esclarecimento	197
	ANEXO B – Roteiro de entrevista semiestruturada	198
	ANEXO C – Patentes do Exército Brasileiro	199

INTRODUÇÃO

Esse estudo se propõe a investigar os processos de subjetivação das esposas de militares, oficiais do Exército Brasileiro, e as implicações da cultura militar nesse processo, adotando como cenário o território de sociabilidade em que estão inseridas: a Vila Militar, localizada na cidade do Rio de Janeiro.

Uma das peculiaridades da vida e da carreira militar são as mudanças de cidade, de moradias, de hábitos, de alteração do cotidiano e deslocamentos para diversos pontos do território brasileiro, com permanência média de dois anos em cada localidade. A família acompanha esse profissional e é impactada pelas mudanças culturais.

Para os militares, a mudança de domicílio promove alterações na rotina, porém o Exército Brasileiro possui uma forma de acolhê-los para facilitar a adaptação. Ressalta-se que a cultura organizacional é a sempre mesma, pois todo o Exército é fundamentado nas mesmas regras de conduta, e a natureza da atividade profissional é inalterada. Para a família a alteração na rotina e no cotidiano é maior: a cada mudança de localidade as esposas precisam reorganizar-se, pessoal e profissionalmente, estabelecendo novos vínculos, num processo de “vincular-se e desvincular-se”.

O contexto social estudado está descrito nos registros da cidade do Rio de Janeiro como um bairro denominado “Vila Militar”, aqui também designado como Vila Militar de Deodoro ou Vila Militar do Rio de Janeiro – formas como esse território distingue-se das demais vilas militares existentes em várias cidades do Brasil. O termo Vila Militar designa, de forma genérica, as moradias destinadas aos militares, compostas por Próprios Nacionais Residências (PNRs). A localidade fica próxima a Deodoro e foi projetada tanto para o aquartelamento de tropas como para a moradia de militares.

A pesquisa se dá nesse espaço geográfico delimitado: a maior vila militar do Exército Brasileiro, em que todo oficial combatente¹ vai morar pelo menos uma vez em sua carreira. Esse território foi escolhido por abrigar não somente as famílias dos militares, mas por trazer marcado em sua história as muitas construções de

¹ Oficial Combatente de Carreira é todo militar que se formou na Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN.

subjetividades de mulheres que por ali passaram acompanhando seus maridos e ressignificando seu percurso vital, à luz da cultura do Exército Brasileiro, compartilhada por essa comunidade.

A Vila Militar não é tão somente um espaço de moradia e trabalho e, sim, de sociabilidade da cidade do Rio de Janeiro. É o terceiro maior espaço destinado ao lazer da cidade, de que civis e militares se utilizam para fazer caminhadas, praticar esportes e conviver, numa extensão de 2,5 mil metros reservada para este fim. São cerca de 1886 moradias de oficiais, com 6000 moradores, em média.

As vilas militares possuem uma estruturação mutável com membros flutuantes cujas famílias podem reencontrar-se em momentos diferentes da carreira dos maridos, sempre em função da vida profissional do homem.

Estudar esse grupo de pessoas possibilita uma ampla discussão sobre construção de subjetividades na contemporaneidade e sobre as mudanças a que não só os militares e suas famílias estão expostos, mas que são visivelmente observadas nesse público pela questão concreta das transferências profissionais obrigatórias. Trata-se de uma realidade social pouco explorada, relacionada ao cotidiano da sociedade brasileira e marcada pelos contrastes culturais de um País com dimensões continentais.

Desde o princípio deste estudo, foi importante afirmar pertencimentos e delimitar fronteiras, mesmo que múltiplas. Para trabalhar com militares, é preciso entender as dinâmicas de ordenação da realidade dentro da cultura do Exército Brasileiro. Compreender que estudar a construção da subjetividade das esposas dos militares é estar dentro da instituição, ouvindo uma voz até então desconhecida. Assim, para fazer as operações de demarcação precedentes à pesquisa, foram necessários pedidos de autorização formais e ritos informais que abrissem caminho em direção à construção do campo de estudo. Dentro da instituição militar, antes que sejam apresentadas credenciais que reconhecem o pesquisador como alguém que “é amigo da instituição”, ele é considerado um estranho (LEIRNER, 2009).

O militar oficial, após o seu período de formação básica, faz o seu Juramento à Bandeira², assumindo um compromisso com a Nação. “A instituição militar é uma

² Segue o trecho do Juramento à Bandeira proferido pelos militares: “Incorporando-me ao Exército Brasileiro – prometo cumprir rigorosamente – as ordens das autoridades – a que estiver subordinado – respeitar os superiores hierárquicos – tratar com afeição os irmãos de arma – e com bondade os subordinados – e dedicar-me inteiramente ao serviço da pátria – cuja honra – integridade – e instituições – defenderei com sacrifício da própria vida (BRASIL, 1975, p. 59).

formação social que impõe a seus integrantes deveres, obrigações e preceitos de ética militar, os quais geram um compromisso para esses sujeitos que nela ocupam uma posição social” (HORA, 2015, p. 103). Mas a mulher não teve um período de formação e também não fez um juramento à Bandeira.

Quando este texto se refere à cultura militar, o que se apresenta são os valores e pilares institucionais do Exército, a saber: o espírito de corpo, a camaradagem, a hierarquia e a disciplina. É razoável supor que a cultura militar é o “fio” que une mulheres, homens, vizinhos e todo o contexto aqui exposto. A linguagem é o elemento que se interpõe entre o sujeito da pesquisa e a cultura, possibilitando uma materialização das relações.

E assim, será que o processo de internalização dos símbolos e dos elementos organizacionais do exército ocorre somente com os seus agentes? A esposa e os filhos vivenciam e compartilham da vivência institucional, pois grande parte mora em casas, “vilas militares” em que todos os vizinhos são colegas de trabalho do marido e do pai. Os eventos sociais envolvem a família e a rotina gira em torno das exigências profissionais. O grupo de famílias sobre o qual o presente estudo se interessa compartilha significados, produz memórias sociais e referem-se aos seus vizinhos como sendo membros de uma só família.

A esposa de militar possui uma identidade cultural fortemente construída, sendo necessário discorrer sobre esse elemento estruturante no processo dinâmico da construção da subjetividade. Daí a hipótese aqui sustentada: essa é uma subjetividade entrelaçada com a cultura militar, que possui intercessões sociais múltiplas. Pesquisas anteriores afirmam que é esperado que o comportamento da mulher do militar seja semelhante ao dele, uma exigência não explicitada, mas reconhecida pelos membros do grupo e fortalecida pelas práticas cotidianas e discursos circulantes (ADÃO, 2010, SILVA, 2009).

A identidade cultural é forjada pelas relações que se estabelecem nas instituições e organizações que o indivíduo se insere, de modo tanto a sustentar a manutenção da identidade pessoal como ser influenciada por ela (HALL, 2008).

Ademais, as organizações são microculturas que possuem ritos, símbolos, heróis, linguagem própria e a vivência dentro dessa cultura influencia no modo de pensar e agir de seus membros. Analogamente, as instituições militares também figuram como microculturas.

O objeto em questão – construção da subjetividade da mulher de militar – é um fenômeno fluido, dinâmico e inacabado. Vygotsky (1996) afirma que a subjetividade se constrói mediada pelas instâncias sociais. Essa construção se dá pelas produções discursivas, por fazeres e práticas cotidianos, sem a intenção de uniformizar, ou categorizar, mas dedicada a compreender a influência da cultura nessa construção.

Na medida em que são descritas as vivências, as expectativas e o cotidiano dessas mulheres, bem como sua interação no território, as relações de poder materializam-se. Surgem, portanto, os contornos, as dimensões que atravessam a construção da subjetividade desse sujeito social: esposa de militar.

Neste ponto, o problema central emerge: as subjetividades das mulheres de militares fazem intercessões, entrelaçamentos ou sobreposições com a cultura militar e com o território Vila Militar? E ainda: quais os contornos e fronteiras que se estabelecem nessa relação?

Pensar os desdobramentos daí advindos implica levar em consideração referências identitárias plurais. Em consequência, a esposa de militar será tratada aqui como uma categoria heterogênea e contextualizada.

Ao debruçar-se sobre a construção da subjetividade das mulheres de oficiais, militares do Exército Brasileiro, esta pesquisa também precisou verificar os atravessamentos sociais, ideológicos e culturais que possibilitam essa construção. Com isso, nova etapa estendeu-se: ao entrar em contato com o diferente, com o outro, tanto dentro da Vila Militar de Deodoro, quanto nos lugares pelos quais essa mulher passou desde o seu casamento com o homem militar, que tipo de agenciamentos, desdobramentos e sobreposições a cultura promoveu em seu modo de vida? Buscar “desvendar” os agenciamentos é buscar construir novos mundos, novos espaços de vida, novas formas de ver e pensar (GUATTARI; ROLNIK, 2011).

Em linhas gerais, esse estudo tem como objetivo principal investigar a influência da cultura militar na construção da subjetividade das esposas de militares – residentes na Vila Militar de Deodoro RJ. Como objetivos secundários, mas não menos importantes: busca-se, caracterizar os processos discursivos dessas mulheres, à luz da cultura do Exército Brasileiro. Ademais, para explicar melhor essa relação, está descrito o cotidiano do público estudado; está apresentada aqui uma pesquisa sobre o território Vila Militar, delineando aspectos de sua construção e

ênfatizando as implicações desse território na construção da subjetividade das mulheres.

As hipóteses que movem esta Tese são de que a comunidade Vila Militar vivencia a dinamicidade, os choques, os conflitos e as transformações próprias de um grupo cultural que partilha intensamente suas particularidades e, no processo de internalização dos valores militares, diante da precariedade que essa vida nômade apresenta, as subjetividades são sustentadas nos laços sociais com as demais famílias de militares, e assim constroem uma família para pertencer: a família militar. Nessa tentativa de pertencer, de ser acolhido por um grupo reconhecido, por uma organização sólida, as mulheres identificam-se com os valores e o estilo de vida militar, sendo esse o elemento estruturador das suas subjetividades. O conceito de subjetividade será tratado aqui como modos de existência, sob a ótica do movimento, dos deslocamentos. Ou ainda, a subjetividade, como foi proposta por Vygotsky, que se manifesta, se revela no sujeito, por meio da vida social, e do processo histórico (1996).

Outra hipótese que se apresenta, baseada nas teorizações sobre cotidiano de Michel de Certeau (2014), é se as invenções cotidianas das mulheres de militar representam as diferentes maneiras que essas mulheres encontram de se ajustarem às mudanças, ressignificando o seu dia-a-dia e reorganizando-se internamente.

São poucos os estudos sobre famílias de militares no Brasil. Em Psicologia Social, por exemplo, não há estudos com esse público. Ademais, a Vila Militar de Deodoro é um palco privilegiado para estudar as relações estabelecidas, por ser um local de passagem, em que todo militar oficial combatente ou não mora pelo menos uma vez durante a carreira.

Em geral, os estudos sobre esse público abrangem aspectos relacionados à carreira do militar, possibilidades de melhorias de processos e qualidade de vida dos soldados, ou ainda a inserção das mulheres nas Forças Armadas. Este estudo, ao contrário, dá voz à mulher, esposa do militar, que silenciosamente, sem estar inserida na estrutura institucional, acompanha seu cônjuge e o auxilia em suas atividades profissionais. Em seus discursos elas se incorporam à Instituição: *“Saiu nossa transferência”*; *“No nosso comando”*; *“No nosso ano de EsAO”*. Esses enunciados se referem à transferência, ao comando, ao curso de Aperfeiçoamento do marido. Elas tomam para si esse lugar e, num processo dinâmico de

apropriações do social, influenciadas pela cultura, dão contornos subjetivos, que se materializam no processo discursivo.

Um dado que merece destaque são os constantes deslocamentos impostos pela carreira. “*Tudo novo de novo*” – afirma uma das entrevistadas quando se refere à notícia de mais uma transferência. “*Já me acostumei viver com a casa nas costas*” – diz outra. São duas falas que representam tantas outras, que versam sobre a mesma temática. Materializando pelo dizer, um modo de viver que vai produzindo sentidos e permitindo um novo modo de se constituir enquanto sujeito.

No mestrado, a pesquisadora investigou as percepções de ética e justiça nas organizações e seus impactos no elo afetivo que o indivíduo estabelece com a organização. Neste momento, trabalhar com as implicações que as vivências profissionais de um dos membros da família (marido) podem promover no processo de subjetivação de outro membro da família (a esposa) é mais uma forma de sintetizar experiências profissionais, pessoais e acadêmicas da pesquisadora.

Não se distanciando dessas questões em que sempre esteve envolvida em sua vida profissional e acadêmica, a pesquisadora continua estudando as relações de trabalho, porém o que se apresenta aqui é um recorte da interface trabalho-família. Lembrando que as duas instituições Exército e Família são “gananciosas” (SEGAL, 2007), pois abarcam boa parte da vida do sujeito. O sujeito em estudo não tem vínculo formal com a instituição mas participa afeta e é afetada por ela.

A pesquisadora, em sua experiência dentro das organizações, deparou com escolhas profissionais que se vinculavam ao bem-estar da família. Alguns sujeitos alegavam “impossibilidades profissionais” que se ancoravam no argumento de que era inviável deslocar a família. Em contrapartida, no “mundo militar” o que se apresenta, majoritariamente, é uma outra realidade: o centro da vida de boa parte das famílias é a carreira do homem.

Toda pesquisa é um olhar situado de um ângulo de análise específico. A escolha das fontes teóricas e metodológicas atenderam à necessidade de pensar no sujeito como constituído a partir de uma vivência no social (VYGOTSKY, 1996; MOLON, 2010; REY, 2012), diante da perspectiva da historicidade e da linguagem (ORLANDI, 2015). Todas as teorias e métodos foram pensados para entender um sujeito que se constrói na relação com o outro, em um processo em que a palavra desempenha a função de contato social. Dessa forma, a linguagem passou a ser uma referência essencial para entender a cultura e os modo de existência do público

estudado. Além disso, todas as descrições dos contextos, do cotidiano e do modo de vida são as “pistas” para chegar aos processos de construções das subjetividades embrincadas nesse universo social.

O caminho metodológico escolhido para elucidarem-se as relações propostas foi um método híbrido, que partiu de uma pergunta provocadora: “Me fale de sua vida após o casamento”. Esse início permitiu ao pesquisador dar voz ao sujeito.

A seguir, foi solicitado para as mulheres entrevistadas que falassem livremente sobre as mudanças que ocorreram em suas vidas desde que se casaram. As intervenções da pesquisadora visavam a elucidar elementos que não ficaram claros e a temporizar a história. Cada narração autobiográfica conta uma prática humana, os relatos individuais possibilitam entrar em contato com as referências do sujeito e o método dá liberdade aos entrevistados para, a seu modo, tematizarem vivências, num movimento de construção de suas histórias e de seu grupo (BRIOCHI; TRIGO, 1989). O método permite também ir além dos aspectos individuais, possibilitando visualizar nuances socioculturais e informações sobre o universo dos sujeitos, o que fazem e como constroem suas subjetividades no contexto.

“Precisamos abstrair as formas a fim de descrevê-las cuidadosamente, claramente, observando as variações e combinações” (JOHNSON, 2010, p.71).

Para analisarem-se os dados, foram utilizados os princípios da Análise de Discurso, numa interlocução com as vivências da pesquisadora nos espaços comuns da Vila Militar, tais como a Feirinha e o Curso de Extensão Cultural da Mulher.

Para isso, a Tese está dividida em duas partes.

A **primeira parte**, *Pressupostos Teóricos*, conta, respectivamente, com três capítulos: Identidade, cultura(s) e subjetividade; Território Vila Militar do Rio de Janeiro; e Mulher e família militar: papéis e lugares sociais.

No primeiro capítulo, são discutidas as identidades plurais e no plural, discorrendo sobre o papel da linguagem, sobre os conceitos culturais contemporâneos. E ainda, apresentando a identidade do militar e um diálogo entre autores que apresentam a construção da subjetividade como processo dinâmico. Embora o presente estudo tenha como objetivo a construção da subjetividade, é preciso ressaltar que a identidade cultural é um forte elemento de constituição subjetiva das mulheres pesquisadas.

O capítulo seguinte: *Território Vila Militar do Rio de Janeiro* apresenta a história da Vila Militar, onde se dão as relações estudadas, aspectos da legislação que influenciam, principalmente, o cotidiano e a rotina do local, a fim de mapeá-lo como “território de sociabilidade”.

O terceiro capítulo será destinado a discorrer sobre a mulher na família, seus papéis e lugares sociais, construídos ao longo da história e na contemporaneidade. Os marcadores identitários vêm associados à mulher, especificamente à esposa do militar, quanto à construção da sua subjetividade a partir da vivência dentro da família militar. Será trabalhado o conceito de família militar e seu papel na manutenção dos valores do Exército Brasileiro, encerrando com algumas pesquisas sobre famílias militares em Exércitos de outros países.

A **segunda parte**, *Campo e Discursos*, abarca mais três capítulos que apresentam a metodologia utilizada, a discussão, análise e interpretações dos resultados a saber: Concepção metodológica; Análise e interpretação dos resultados – Contexto das relações; e Análise e interpretação dos resultados – Vincular-se e Desvincular-se.

O quarto capítulo expõe os caminhos da pesquisa. Um relato de como se deu o processo de construção do método de investigação e de análise dos discursos. Serão apresentadas as bases teóricas do método, o modo como o *corpus* de análise foi constituído e as considerações sobre a entrada no campo de pesquisa, já que as circunstâncias institucionais exigiram o cumprimento de formalidades.

A partir dos discursos das mulheres, esposas de militares, o quinto e o sexto capítulos descrevem o posicionamento ideológico ao qual estão filiadas e o quanto o discurso institucional do Exército Brasileiro e sua cultura influenciam na dinâmica da construção da subjetividade. Os discursos serão retomados e analisados dentro de quatro categorias previamente delimitadas, para facilitar a composição deste texto.

A conclusão apresenta resultados e contribuições para o campo da psicologia social, para o estudo sobre militares e suas famílias e uma agenda de pesquisa para demais investigações correlatas. Para a psicologia social, abre-se a possibilidade de discutir a influência de um contexto institucional em que o ator social, mesmo não vinculado diretamente, é afetado e transformado pela cultura e pelos valores e modo de vida. Na lógica militar, é algo que já faz parte da carreira, o “*ethos nômade*”, o homem sem raízes em uma única localidade. Na lógica capitalista, nas carreiras pós-modernas, essa também é uma exigência. As oportunidades de crescimento

muitas vezes estão vinculadas aos deslocamentos e a disponibilidade de desenvolver competências adaptativas e substituir referências (BAUMAN, 2007).

Finalmente, o título desta Tese, *As inevitáveis mudanças: um estudo sobre a construção da subjetividade das esposas de militares*, reflete o quanto as mudanças a que os sujeitos estão expostos na atualidade são inevitáveis, considerando-se a rapidez das transformações do mundo e a fugacidade das relações. Para a família militar, essas mudanças são ainda mais concretas e inevitáveis. São previstas, pois todo militar sabe que será deslocado, as esposas quando se casam e se vinculam fortemente com a cultura militar tem conhecimento de que as mudanças irão ocorrer, porém sem saber quando e para onde irão. Não é o militar quem decide e menos ainda a mulher com quem ele está casado. Porém, é certo que, quando chega a época de ser transferido, a família se desinstala, se desvincula e nesse processo de ir e vir pelo território nacional vivenciam as múltiplas formas de vida que os deslocamentos impõem e assim vão construindo suas subjetividades.

1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

1.1 Identidade(s), cultura e subjetividade

É porque sabemos que não estamos no controle de nossas próprias subjetividades que precisamos identificar tão desesperadamente suas formas e descrever suas histórias e possibilidades futuras

Johnson, 2010, p. 72

Este capítulo refere-se ao conceito de identidade, pelo viés cultural, e às suas múltiplas possibilidades propostas aos indivíduos pela sociedade contemporânea. O texto pretende revisitar conceitos relacionados às identidades cultural e nacional e ao hibridismo cultural, tendo por base o contexto brasileiro.

O conceito de identidade vem sendo alvo de discussões e investigações científicas que procuram relacioná-lo com as mudanças que o mundo passou nas últimas décadas. As ciências sociais e a psicologia, em especial, dedicam grande parte do seu tempo a questões afins.

A presente pesquisa versa sobre um universo específico: a mulher, esposa do militar, oficial do Exército Brasileiro. Um indivíduo que, mesmo não sendo militar, compartilha dos valores e da cultura dessa Instituição, deixando-se impregnar pelas formações discursivas da Instituição, que vão dando forma a uma singularidade, uma construção que se dá a partir de uma inserção cultural.

A formação da identidade militar e os principais aspectos da cultura do Exército Brasileiro também serão descritos, com realce no modo como os militares são formados, como lhes são transmitidos valores e princípios, a serem compartilhados por todos os envolvidos.

Para discutirem-se as identidades na pós-modernidade há de se pensar nas mobilidades, que mesclam histórias singulares e situadas aos universos globais, cujo processo dinâmico produz identidades marcadas pela diversidade, pela

fragmentação e pela presença marcante da alteridade – elementos que se articulam e configuram o sujeito pós-moderno.

Será visto o papel da linguagem na construção da identidade, já que as tradições culturais, as normas, os papéis que os indivíduos representam e as faces do cotidiano manifestam-se por meio do uso que se faz da linguagem.

O conceito de subjetividade será discutido numa aproximação com as novas formas de singularidades e as implicações das raízes históricas e epistemológicas na sua atual construção. Vale ressaltar a diferença entre subjetividade e identidade, que se faz necessária para a discussão do tema.

Assim, o objetivo desse primeiro capítulo é abrir a discussão sobre identidade cultural, estabelecendo um diálogo entre os principais autores (Hall, Canclini, Canen) e ressaltando as implicações da identidade e da cultura na construção da subjetividade contemporânea.

1.1.1 Linguagem: matéria-prima das identidades

A linguagem enquanto elemento estruturador da identidade surge como função a ser analisada a partir do século XX. Primeiramente, é interpretada como fenômeno objetivo, com ordenação lógica, formalista e, em outro momento, como elemento interpretativo, abstrato, um fenômeno social: ferramenta necessária à comunicação, à interação social, de caráter intersubjetivo, discursivo, influenciada pelos aspectos circunstanciais, sociais e culturais (NUNES, 2006).

A ênfase da linguagem como um produto de práticas sociais e culturais que vão sendo consolidadas ao longo do tempo entre os falantes estabelece alguns parâmetros e características que a tornam tema central quando se discute a construção de subjetividades.

Funciona como elemento que proporciona possibilidades de aprendizagem social e intercâmbios culturais. É, portanto, o “vínculo central de transmissão de ideias, cognições, sentimentos e estados afetivos utilizado pela nossa espécie, dando solidez e estabilidade ao vínculo social que une seres humanos em comunidade” (NUNES, 2006, p. 53).

Porém, a linguagem é também arbitrária; os significados não são atribuídos por regras naturais e, sim, por uma estabilização de sentido, por convenção social. Outra característica da linguagem é o simbolismo, o que faz com que ela seja compreendida por todos os integrantes de determinada comunidade, uma vez que esse conjunto encadeado de símbolos lhe garante uma estruturação. Por fim, ela é produtiva e dinâmica, marcada pela potencialidade de gerar novas expressões linguísticas, adaptadas às circunstâncias históricas, sociais e culturais (NUNES, 2006).

A ciência dedicada a estudá-la é a Linguística, que pesquisa a língua falada e escrita, os sons e todos os demais desdobramentos que envolvem a linguagem humana. O suíço Ferdinand de Saussure (1857- 1913) foi o primeiro a demonstrar uma maneira de compreender o fenômeno linguístico como ciência, considerando o signo como seu elemento central. Para ele, o signo é arbitrário, composto pela junção entre significado (conceito) e significante (imagem acústica). “A relação de significação é de caráter arbitrário e consensual em uma determinada comunidade linguística. Não existe signo linguístico sem uma espécie de acordo entre os falantes da língua” (NUNES, 2006, p. 45).

O autor buscava a compreensão do funcionamento da linguagem, dos seus elementos constitutivos e da mediação entre esses aspectos. As teorizações saussureanas serviram como um dos alicerces que Jacques Lacan, psicanalista francês, utilizou para estudar a subjetividade a partir do método estrutural. “O inconsciente é estruturado como uma linguagem”, afirmou Lacan (1998), ao observar que os significantes se estruturam como em uma cadeia.

Em uma perspectiva psicanalítica, Lacan escolheu a linguística e a lógica para estudar o inconsciente e, em seus pressupostos, analisou o quanto a linguagem estrutura o sujeito, ao mesmo tempo que revela faces do seu inconsciente. Ele postula que o corpo do bebê é uma superfície marcada pelo discurso e pelo olhar materno. A mulher transmite ao seu bebê o significante através das letras que imprime no seu corpo, marcas do desejo (operação denominada de alienação) e que o insere na linguagem quando olha seu bebê e o reconhece como filho, dotando-o de uma imagem (estádio do Espelho). O bebê vai-se construindo através da relação com a mãe, do olhar, do contato, dos sons que ainda não lhe são inteligíveis. O bebê internaliza essa linguagem e diferencia-se num processo de

separação da mãe até se reconhecer como um outro, produzindo uma construção simbólica própria.

Para Lacan, o inconsciente pode ser captado, conhecido, decifrado por meio de expressões da linguagem, por elementos presentes na história e nas construções que estão materializadas na sociedade.

O inconsciente é o capítulo de minha história que é marcado por um branco ou ocupado por uma mentira: é o capítulo censurado. Mas na verdade pode ser resgatada; na maioria das vezes, já está escrita em outro lugar. Qual seja: - nos monumentos: e esse é meu corpo, isto é, o núcleo histórico da neurose em que o sintoma histórico mostra a estrutura da linguagem e se decifra como uma inscrição que, uma vez recolhida, pode ser destruída sem perda grave; - nos documentos de arquivo, igualmente: e esses são as lembranças de minha infância, tão impenetráveis quanto eles, quando não lhes conheço a procedência; - na evolução semântica: e isso corresponde ao estoque e às acepções do vocabulário que me é particular, bem como ao estilo de minha vida e o meu caráter; - nas tradições também, ou seja, nas lendas que, sob forma heroicizada, veiculam minha história; - nos vestígios, enfim, que conservam inevitavelmente as distorções exigidas pela reinserção do capítulo adulterado nos capítulos que enquadram, e cujo sentido minha exegese restabelecerá (LACAN, 1998, pp. 260-261).

Assim, Lacan afirma que o homem é construído a partir do seu discurso e dos discursos que o atravessam, por comportamentos que imita, por histórias que circulam ao redor de sua existência, por políticas e ideologias que constituem a sociedade em que vive. Todos esses elementos são transmitidos por algum tipo de linguagem, por uma lógica comunicativa que se articula por meio da língua.

A linguagem é um elemento capaz de inserir os indivíduos em grupos ou excluí-los; pela observação da linguagem pode-se identificar e qualificar os sujeitos. Observando um falante, é possível classificar sua posição social, que tipo de formação possui, se faz parte de grupos dominantes, ou oprimidos. É pela linguagem que o sujeito afirma quem ele é e nega o que não é.

Por meio da linguagem, o sujeito organiza e planeja seus pensamentos, comunica-se e inicia seu relacionamento com o conhecimento humano, adquirindo, através dela, os conceitos do meio em que está inserido. “É que, numa linguagem, os signos adquirem valor por sua relação uns com os outros” (LACAN, 1998, p. 298). A linguagem é um lugar de construção de relações sociais que permite ao sujeito transformar e ser transformado, tornando híbridos os conhecimentos. Desse modo, a identidade constrói-se pela interação social e a incorporação dos signos culturais.

Todo sujeito que fala expressa uma intenção e, com isso, adentra no campo do discurso: o indivíduo fala de um lugar social, com uma postura delimitada e uma linguagem impregnadas de sentido, revelando um espaço social no qual valores fundamentais de dada sociedade se exprimem e confrontam. Cada época, cada momento histórico social, possui um repertório, jargões e formas de expressar seus desejos e inquietações. No discurso reside a possibilidade de conhecer o sujeito, é possível identificar no falante, na inter-relação, por meio da linguagem, os rastros de sua subjetividade.

Pois, nesta, a função da linguagem não é informar, mas evocar. O que busco na fala é a resposta do outro. O que me constitui como sujeito é minha pergunta. Para me fazer reconhecer pelo outro, só profiro aquilo que foi com vistas ao que será. Para encontrá-lo, chamo-o por um nome que ele deve assumir ou recusar para me responder (LACAN, 1998, p.301)

Derrida³, filósofo francês influenciado por Saussure, discorre sobre o papel dos significados na construção da identidade. Ele trata da questão da instabilidade do significado, no processo de construção da identidade e da diferença, ou seja, não é possível apreendê-lo na totalidade. Há uma variedade de significados complementares que não se pode controlar; eles vão surgindo e subvertem as tentativas de estabilização. Para Derrida (1994), signo não é uma presença, assim o conceito não está presente no signo.

A identidade estrutura-se pela linguagem, pelo discurso. O sujeito afirma quem ele é e, a partir dessa afirmação, diz a que grupo pertence e o que ele acredita. Por antítese, depreende-se o que ele não é.

A identidade é, antes de tudo, uma formação discursiva, um processo de apropriações simbólicas, que por meio da linguagem delineiam o sujeito.

1.1.2 Ponto de partida: identidade cultural

Tomaz Tadeu da Silva aborda a identidade pela perspectiva da produção discursiva e social da diferença. Sua discussão transcende a questão da tolerância

³ Jacques Derrida é um dos principais representantes do pós-estruturalismo, juntamente com Gilles Deleuze e Félix Guattari, também citados nesse estudo.

ao diferente, por questionar e problematizar as identidades e as diferenças, numa confirmação de seu caráter social e cultural.

Com a afirmação da identidade, o indivíduo delimita o seu espaço, dizendo o que lhe pertence e o que não lhe pertence, o que fica e o que sai, divide o mundo social, classificando as relações entre a identidade e a diferença (SILVA, 2000).

Aquilo que é deixado de fora é sempre parte da definição e da construção do de dentro. A definição daquilo que é considerado aceitável, desejável, natural é inteiramente dependente da definição daquilo que é considerado abjeto, rejeitável, antinatural. A identidade hegemônica é permanentemente assombrada pelo seu Outro, sem cuja existência ela não faria sentido. Como sabemos desde o início, a diferença é parte ativa da formação da identidade (SILVA, 2000, p. 4).

Ao estabelecer-se uma discussão sobre a identidade, abre-se a possibilidade de uma atribuição de características próprias, exclusivas, que servem para diferenciar as pessoas qualificando-as, passando pela perspectiva da alteridade e da historicidade. Essa marcação assimétrica das diferenças e a afirmação da identidade estabelecem uma relação de poder e demarcam fronteiras (CASTELLS, 2001).

Nessa relação de poder, o sujeito atribui a si uma série de características que possuem significados individuais; ao mesmo tempo, vai classificando-as em determinados grupos, num processo de inclusão e exclusão, em dialética entre pertencer e não pertencer.

Na medida em que o sujeito se caracteriza e se identifica com os elementos internos da cultura, ele se afasta dos atributos que julga não pertencer a sua identidade. Com isso, distingue-se e “garante” um lugar de compartilhamento de saberes e práticas que lhe confere uma possibilidade de engajamento em determinada comunidade.

A preocupação com a identidade surge com a modernidade, mas hoje as transformações sociais e tecnológicas produzem indagações que associam cada vez mais o termo identidade à cultura. Considerando identidade como algo que produz igualdades e diferenças, primeiramente referindo-se ao que é idêntico, ou ainda se referindo à existência subjetiva e conceituando cultura como unidade expressiva que orienta a ação de uma comunidade (EDWALD; SOARES, 2007). O conceito de identidade cultural começa a ser delineado para compor considerações acerca do laço social que passa pelo indivíduo e se estende para a sociedade.

Outra perspectiva de identidade é a afirmação de pertencimento pela via documental. A certidão de nascimento confere um nome, um sobrenome e faz o indivíduo pertencente a uma família que partilha valores e costumes. E ainda: documento de identidade e título de eleitor que o fazem cidadão pertencente a uma nação. O título, inclusive, deixa implícita a forma de viver do povo, no exercício da democracia. Igualmente, a identidade profissional habilita-o a exercer uma atividade laboral e o faz pertencente a um grupo que, não só atua em determinada profissão, mas passou pela mesma formação, sendo seus participantes regidos pelo mesmo código de conduta. O passaporte figura como identidade internacional por meio da qual o indivíduo é reconhecido como pertencente a um país. Mais formulários somam-se a essa lista classificatória e categorizadora: os currículos, os perfis profissionais e sociais; enfim, ao longo da vida, as pessoas constroem suas variadas identidades.

Jacques (1998) afirma que identidade é o ponto de referência a partir do qual surge o conceito de si, de caráter mais restrito, dissonante do que propõe a teoria social quando uni o termo identidade com cultura, formando o que está sendo aqui discutido: identidade cultural.

Outro conceito bastante difundido dentro das ciências sociais é a identidade como processo de interseção entre indivíduo e sociedade, um se identificando com o outro, uma dinâmica em que o sujeito assimila a realidade e reproduz ativamente sua experiência social (COUTINHO; KRAWULSKI; SOARES, 2007).

Adentrando nesse universo, Castells (2001) afirma que identidade se constrói por um processo de construção de significados, baseado em atributos culturais, históricos, geográficos, biológicos. Também se incluem: a) as relações com as instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva, pelas questões religiosas, pelas fantasias pessoais; b) as relações de poder e as instituições dominantes, que se constituem como fontes de significados para os agentes, desde que estes internalizem os elementos dessas estruturas em função de tendências sociais e culturais. O autor ainda acrescenta que a construção social da identidade se dá sempre por relações de poder e de formas distintas.

Identidade cultural é um conceito muito explorado dentro da teoria social e, por vezes, utilizado para explicar comportamentos e formas de viver de grupos, pois o termo exprime um sentimento de pertencimento a determinada forma de vida.

Stuart Hall (1932-2014) foi um teórico pioneiro nos estudos culturais, com discussões sobre formação das identidades e da subjetividade. O autor elencou diversas transformações por que o mundo moderno passou, culminando com o declínio das formas estáveis de identidade e possibilitando o surgimento de outras novas.

Hall (2014) vislumbra o termo identidade cultural a partir de sua vivência pessoal como jamaicano, trazendo a perspectiva de cultura como algo partilhado e que exerce papel unificador, que congrega os sujeitos sob uma mesma identificação com “quadros de referência e sentidos estáveis, contínuos, imutáveis por sob as divisões cambiantes e as vicissitudes da nossa história real” (HALL, 2008 p. 68).

Na contemporaneidade há uma série de questionamentos sobre a estabilidade, fixação ou desestabilização das identidades. Hall (2014) discorre sobre o que ele chama de “crise de identidade”; o mundo não é mais estável, previsível, as referências já não são mais as mesmas e a sociedade está abalada e é possível perceber os descentramentos dos sujeitos frente a esses fenômenos. Hall (2014) afirma que a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Existe uma diversidade de identidades possíveis.

Assim, em vez de falar em identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar em identificação, e vê-la como um processo em andamento. A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é ‘preenchida’ a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros (HALL, 2014, p. 39)

O autor (2014) apresenta três concepções de identidade: a do sujeito do iluminismo, centrado na razão, unificado, que se desenvolvia de forma contínua ao longo de sua existência, descrito como masculino e em uma perspectiva individualista; a do sujeito sociológico, que analisava a complexidade do mundo moderno, considerando que o sujeito é fruto da relação com outras pessoas, principalmente as que fazem o papel de mediadoras dos elementos culturais. Trata-se de uma visão interativa da identidade. Essa perspectiva considera a essência interior e também as identidades que os mundos externos ao sujeito oferecem. Há um movimento de projeção e de internalização de significados e valores, tornando-os parte do sujeito, validando assim, uma estabilização dos sujeitos e dos mundos culturais e tornando ambos mais previsíveis; finalmente, a do sujeito pós-moderno,

que se opõem às descritas anteriormente. Aqui é trazido um sujeito fragmentado, com várias identidades, com possibilidades móveis, atravessados pelos sistemas culturais. Nessa concepção, o sujeito assume identidades diferentes de acordo com o momento, não há um “eu” unificado ou coerente.

Hall (2014) também elenca os principais descentramentos dos sujeitos na modernidade tardia. O primeiro deles foi produzido pela teoria de Marx, em que as pessoas agem baseadas em condições históricas, em fatores externos, criados pelas gerações que os antecederam; Marx rejeita a afirmação de que há um indivíduo singular e uma essência universal de homem como base teórica.

O segundo, marcado pelos pressupostos freudianos, destaca a descoberta do inconsciente – processos psíquicos e simbólicos que possuem uma lógica diferente da razão. A identidade não é fixa nem unificada, ela se vai formando por meio de processos inconscientes e está permanentemente incompleta. A inteireza da identidade é uma fantasia: “Psicanaliticamente, nós continuamos buscando a ‘identidade’ e construindo biografias que tecem as diferentes partes de nossos ‘eus’ divididos numa unidade porque procuramos recapturar esse prazer fantasiado de plenitude” (HALL, 2014, p. 25).

O terceiro descentramento é inaugurado por Saussure, ao observar que o homem não é autor das afirmações que faz ou dos significados que expressa na língua, e ainda tudo que é dito tem um antes, um depois e diversos atravessamentos de “outros” que compõem o significado desse dito. O significado é instável e, embora haja constante busca por um fechamento, ele sempre “escapa” às possibilidades de fixação (HALL, 2014).

O quarto descentramento vem por meio das teorizações de Foucault sobre a genealogia do sujeito moderno. O filósofo traz o poder disciplinar como instrumento de regulação, vigilância e governo da espécie humana, nos locais em que as instituições policiam e disciplinam as populações: clínicas, escolas, prisões, oficinas e quartéis. A função principal desse poder é manter e controlar, por meio de conhecimentos especializados, as atividades laborais, os prazeres, a moral, a vida familiar, tornando o ser humano um “corpo dócil”. Esse poder disciplinar é fruto das novas instituições coletivas e da modernidade tardia (HALL, 2014).

E o quinto e último descentramento é o impacto do feminismo e dos novos movimentos sociais que surgiram na década de 60. O feminismo rompeu com a distinção entre “dentro” e “fora”, “privado” e “público”, rompeu com as estruturas

estáveis dos modelos de trabalho, família e sexualidade. O feminismo colocou na arena política a subjetividade e os processos de identificação (HALL, 2014).

A partir dessas discussões, diversos campos das ciências sociais e políticas iniciaram investigações que se debruçam sobre o fenômeno de construção das identidades, pensadas a partir de um viés sociocultural, e suas implicações na vida das comunidades e da sociedade como um todo.

Falar em identidade cultural é compreender um tempo de mudança onde o moderno pode coabitar com o tradicional, a comunidade pode coabitar com a sociedade, não há uma anulação de uma modalidade antiga para a substituição de uma outra e, sim, uma realidade que permite que diferentes temporalidades ocupem o mesmo espaço, e estas possam ser vivenciadas concomitantemente pelos agentes sociais (ROSA, 2008, p. 4).

Hoje, identidade é um termo a ser apresentado no plural e discutido de forma considerar modos de vida, contingências sociais, experiências e interlugares, numa perspectiva simbólica.

Dentre as discussões tangentes ao tema identidade cultural, destacam-se as identidades sociais e as identidades étnicas. Embora elas tenham seu foco no indivíduo, discutem como ele se relaciona com seu grupo e com a cultura dominante, bem como apontam a aculturação que enfraquece a identidade étnica, pois implica um processo de mudança nos valores culturais, nos comportamentos e atitudes que ocorrem quando duas culturas entram em contato (MIDGETT; BALDRIDGE, 2010).

A identidade é o resultado de um processo de produção simbólica e discursiva; ela se constitui a partir de uma relação social, de forças e relações de poder que se estabelecem ao redor do sujeito que procura afirmar-se. Nesse identificar-se e diferenciar-se, a alteridade surge como presença necessária na construção da identidade. Cada sujeito considera “bárbaro” ou “selvagem” o que não se vê na sua terra, julgando as ações e práticas de suas origens como melhores e mais adequadas que a dos “outros”. Porém, o mundo contemporâneo não é “puro”; é sempre um misto de várias vivências, permeado por “outros” que se tocam, levando a uma reconstrução a partir desses encontros.

O conceito de identidade cultural, como proposto por Hall, fornece subsídios para discutir a produção de subjetividades a partir do compartilhamento da cultura

militar e da convivência com a pluralidade cultural brasileira, articulando uma perspectiva institucional, intercultural e relacional.

1.1.3 Conceitos contemporâneos culturais: globalização, hibridismo cultural, desterritorialização, nação

Por ter caráter polissêmico, faz-se necessária a conceituação de cultura, aqui adotada como “modo de vida característico” (EAGLETON, 2011). Fruto de uma contestação ao universalismo do iluminismo. “A cultura não significa uma narrativa grandiosa e unilinear da humanidade em seu todo, mas uma diversidade de formas de vida específicas, cada uma com suas leis evolutivas próprias e peculiares” (EAGLETON, 2011, p. 24).

Dessa afirmação depreende-se o termo cultura sob uma conotação mais descritiva e menos avaliativa, no sentido de vida social, e não a distinção entre “culto” e “selvagem”. Embora o termo remeta sempre à questão do outro, mesmo quando pensa em si mesmo, o sujeito, em geral, não chama o seu “modo de vida” de cultura; o outro é que possui idiosincrasias.

Nestor Canclini, professor de Antropologia Urbana, apresenta o conceito de cultura aqui adotado:

Pode-se afirmar que a cultura abarca o conjunto dos processos sociais de significação ou, de um modo mais complexo, a cultura abarca o conjunto de processos sociais de produção, circulação e consumo da significação na vida social (CANCLINI, 2005, p. 41)

Quatro são as vertentes contemporâneas destacadas por Canclini (2005) como sendo fundamentais para o entendimento da cultura em uma perspectiva processual. As duas primeiras se referem ao significante da cultura e se aplicam ao entendimento desse objeto de estudo: “A primeira tendência é a que vê a cultura como a instância em que cada grupo organiza sua identidade” (CANCLINI, 2005, p. 43) – processo de apropriação de repertórios culturais disponíveis nos diversos territórios em que os sujeitos habitam.

A segunda vertente refere-se à associação entre o social e o cultural, sendo que toda ação social, manifesta por um ato material, econômico, possui uma conotação cultural, repleta de significações. “Toda conduta significa algo, participa, de modo distinto, das interações sociais” (CANCLINI, 2005, p. 45).

Canclini teorizou acerca do hibridismo e das diferenças entre as classes sociais, entre colonizados e colonizadores, porém a perspectiva intercultural proposta por ele pode ser aplicada ao entendimento de outras realidades sociais. As misturas, as diferenças às quais o autor se refere, podem ser percebidas dentro do território brasileiro por deslocamentos dentro de um país com dimensões continentais e com influências culturais diversas.

No início do século XIX, o hibridismo era tratado como um termo oriundo da biologia, em que se pensava em espécies puras e se traduzia pureza como fonte de força. Mais tarde, quando o termo passou a ser discutido no âmbito das ciências sociais, havia uma conotação de diversidade e mistura de raças. Hoje, de um lado, encontram-se discussões pessimistas que veem a hibridação como a perda das tradições regionais e das raízes locais e, por outro, de forma otimista, como um encontro entre culturas, que pode resultar em sinergia e na promoção de ações criativas (KERN, 2011).

O conceito de hibridismo cultural tomou força nos estudos pós-coloniais e disseminou-se para áreas como história e artes. Hoje podem ser percebidas duas faces de análise, a estética e a política, que refletem um modo de agir e construir.

No que se refere ao aspecto estético, as discussões giram em torno dos tipos de discursos, do lugar de quem fala (colonizador e colonizado), ou ainda do fortalecimento ou não das identidades locais e nacionais. Outra observação ligada à hibridação é a mescla de técnicas e materiais, além da produção de objetos híbridos, pela influência artística de outras culturas. Trata-se de um fazer que pode ser considerado contestador ou original.

Já o político é visto de diferentes formas pelos autores contemporâneos. Um dos principais, que vê o termo com um olhar positivo, é Canclini, cujos primeiros estudos debatem como se deu a mescla das culturas indígenas e a cultura da elite na América Latina. Para ele, o hibridismo renova a cultura e produz novos sentidos. O autor representa um grupo de otimistas que vê na hibridação um potencial criativo e reforçado pelo pensamento de Hall, o qual esclarece: “A fusão entre diferentes tradições culturais são uma poderosa fonte criativa, produzindo novas formas de

cultura, mais apropriadas à modernidade tardia que às velhas e contestadas identidades do passado” (HALL, 2008, p. 91).

Não é possível discorrer sobre identidades hoje sem recorrer a esses temas: hibridização, transnacionalização, interculturalidade, multiculturalismo. Mesmo com significados distintos, abordam a mestiçagem e o sincretismo como fatos que a pós-modernidade e a velocidade da informação trouxeram para o palco das discussões culturais e suas implicações psicossociais. Canclini (2000) ressalta que, no processo de metabolização entre o tradicional e o moderno e as diversas possibilidades (vistas de forma binária), existe um produto misto de novas apropriações simbólicas, fruto das viagens, das conexões e migrações no território global.

A multiculturalidade refere-se à realidade marcada pela presença de diferentes grupos culturais, enquanto a interculturalidade o faz às “classes, ou grupos humanos que geram processos identitários específicos que possuem linguagens, símbolos, códigos, práticas e ritos que levam seus membros a identificarem-se entre si” (CANCLINI, 2005, p. 123). São múltiplos os processos culturais que se aproximam da hibridização.

Considerando que, especificamente na América Latina, no final do século XX, ocorreram vários processos de mescla cultural com diversas denominações – ocidentalização, aculturação, transculturação, heterogeneidade cultural, globalização e hibridização – Canclini (2000) apresenta uma crítica à postura política da América Latina. Por meio de diversas metáforas, ele defende o termo hibridização, ao invés de sincretismo ou mestiçagem, pois acredita que as mesclas culturais se dão em todas as esferas da cultura e das expressões artísticas e não somente nas religiões ou raças. Ele defende que as “migrações são multidirecionais” e que não refletem o padrão binário preconizado na modernidade. Seus estudos apontam para uma ruptura com a visão dicotômica entre popular e erudito.

Canclini (2000) estuda as contradições presentes na cultura urbana, ressaltando que, na tentativa de abafar as manifestações de origem indígena ou colonial, a cultura moderna procura impor-se, e assim as tradições culturais passam a coexistir com a modernidade sem se terem consolidado por completo.

Na realidade urbana a heterogeneidade cultural aflora; há uma interação entre o que é cultura local e as redes nacionais, e o indivíduo é diluído na massa, tornando-se sujeito anônimo quando inserido na metrópole. Quando se inscreve nas estruturas microssociais urbanas (clubes, associações de bairro etc.), encontra

possibilidades de articular-se, criando vínculos de afetividade e exercendo ações políticas.

O hibridismo é visto por alguns autores como fonte criativa capaz de produzir novas culturas que possam melhor se adequar ao momento atual. Dentro dos Estados que buscam uma unificação em termos étnicos e religiosos em torno de identidades homogêneas, surgem minorias que se identificam com culturas diferentes.

Outra corrente menos otimista afirma que hibridismo está associado aos discursos de colonizados e colonizadores e não é um meio que facilita o entendimento entre os povos. Para Bhabha (2013), o hibridismo é ambivalente e incômodo e surge em clima de disputa.

O professor indiano Bhabha apresenta uma crítica às relações binárias, aos discursos hegemônicos de caráter essencialistas, presentes na década de 50. Ele defende que o hibridismo cultural é fruto do abandono de posicionamentos dicotômicos e das possibilidades de intercâmbios culturais.

Nesse processo de “mistura”, cada indivíduo não possui mais a unicidade de sua cultura, mas uma partilha de um todo global, em que todas “as culturas são de fronteira” (CANCLINI, 2005). As identidades que se constituem a partir dessas vivências também são “identidades de fronteira”, plural na construção e escrita no plural, pois permeadas por outras histórias deslocadas de uma regionalidade ou nacionalidade.

A noção de fragmentação das identidades tem sua origem no caráter multicultural das sociedades atuais. A perspectiva intercultural crítica valoriza a pluralidade cultural e a necessidade de superarem-se estereótipos, preconceitos e hierarquização. Canen (2000, p. 137) resume o papel dessa teoria no âmbito do tema interculturalidade: “Superar visões exóticas e folclóricas da diversidade cultural, que a reduzem a aspectos tais como rituais, receitas e costumes de povos diversos (...) questiona as relações desiguais de poder que legitimam certas culturas em detrimento de outras”

Canclini (2006) conceitua desterritorialização e qualifica esse termo como sendo “o mais radical significado do ingresso na modernidade”. As culturas convivem no mesmo território, com línguas diferentes, mas principalmente estabelecendo diferentes relações entre si. Convivem juntas as tentativas de perpetuação do tradicional e a tendência de agregar o inovador; é o cosmopolismo e

o localismo convivendo juntos. Ora a divulgação da cultura local é maior, por motivos mercadológicos e turísticos, ora a cultura cosmopolita toma espaço, com suas facilidades, numa hibridização, imprimindo vivacidade e dinâmica aos lugares.

1.1.4 Processos identitários e identidades nacionais

Esse intercâmbio de possibilidades, delimitam fronteiras imaginárias, simbólicas e geográficas colocando o outro no lugar de estrangeiro, de diferente. Quando afirma, por meio da linguagem, que pertence a uma nacionalidade, o indivíduo estabelece fonte de identificação e, ao mesmo tempo, de exclusão.

As identidades nacionais estão sendo afetadas pelo processo de globalização. Embora a cultura nativa constitua-se, para o indivíduo, uma das principais fontes de identidade cultural, essa fonte está cada vez mais precária diante da hibridação das culturas, não se podendo mais afirmar haver pureza nas identidades nacionais.

Para Hall (2008), o homem precisa identificar-se com um grupo, um arranjo social que ele reconheça como lar; sem um sentimento de identificação nacional, o sujeito experimenta uma sensação de perda subjetiva.

Não se nasce com uma identidade nacional; ela se forma ao longo do tempo. Por exemplo: ser brasileiro faz parte de uma representação construída ao longo da história do Brasil, pela literatura nacional, pela mídia, pela cultura popular, pelos discursos que circulam na sociedade.

“A noção de identidade nacional pode ser compreendida como uma construção e não uma condição natural da formação identitária”, explica Canen (2000, p. 140), acrescentando que desnaturalizar o discurso de identidade nacional é dar voz às culturas não dominantes, além de permitir o reconhecimento do dinamismo e da hibridação e de minimizar os processos discriminatórios que desvalorizam a diversidade dos padrões culturais.

As vitórias e derrotas vão dando corpo ao termo nação e, aos poucos, os indivíduos começam a compartilhar dessas narrativas e conectar a vida cotidiana a um destino nacional. Passam a perceber uma continuidade na tradição, a partilhar rituais simbólicos e a passar adiante o mito fundacional que demarca a origem desse

sentimento que produz sentido e constitui uma comunidade simbólica. Nação é uma construção simbólica que se dá a partir de um discurso “que subordina inúmeras identidades étnicas, religiosas, raciais, de gênero e padrões culturais” (CANEN, 2000, p. 140).

As culturas nacionais são homogêneas e constituídas por discursos; elas constroem significados e memórias comuns, são compostas por instituições culturais, símbolos e representações. Segundo Canclini (2005), esses discursos encontram eco nos livros escolares e nos museus, nos aspectos formais da educação.

Para se estabelecerem identidades nacionais, é necessário que os brasileiros encontrem elementos a serem compartilhados pelas pessoas do País. Não se trata de uma comunidade uniforme, mas, sim, de múltiplas comunidades, unidas por laços imaginários que as vinculam e que as façam pertencentes a um mesmo grupo. Um dos elementos da identidade nacional é a língua: na medida em que se impõe uma mesma língua à população, as pessoas podem estabelecer trocas e se identificarem, “somos brasileiros porque falamos português”.

Outros elementos se somam para compor essa identidade nacional: os símbolos nacionais – no caso, a Bandeira, o Brasão da República e o Hino Nacional; os heróis, que funcionam como “mitos fundadores” – em geral, pessoas que tiveram visibilidade nacional, com atos heroicos, ou feitos que produzem orgulho para a população. Não importa a veracidade, mas a força da narrativa e os vetores de poder envolvidos. Para se estabelecer uma identidade nacional, é preciso ligá-la por meio de um elo afetivo.

Existe uma ilusão de inteireza unificadora quando se fala em identidade nacional. Pode-se falar de expressão da cultura de “um único povo”, porém as nações modernas são híbridas e como uni-as em um todo? Andrade e Macêdo, em 2014, organizaram um livro que traz diversos “povos” dentro da cultura brasileira, os quais partilham identidades culturais distintas. Desde o título, o livro propõe uma reflexão acerca das costuras possíveis entre as diferenças de raças, etnias, costumes, localizações territoriais, relações de poder que, ao mesmo tempo em que marcam suas distinções, insistem em fazer parte de uma mesma nação. Todos os “territórios sem fronteiras” do livro são espaços de compartilhamento da cultura brasileira, atravessados pelo contemporâneo e pelas questões da pós-modernidade.

Como apresentam as autoras, “não importa quão diferente seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional” (ANDRADE; MACÊDO, 2014, p. 59).

Com o advento da globalização e das novas tecnologias, as identidades nacionais – vinculadas a lugares – passaram a articular-se de novas formas. As distâncias diminuíram e hoje é possível perceber os impactos de ações que acontecem em lugares afastados. A globalização promoveu certa fragmentação dos códigos culturais e, em consequência, um enfraquecimento das culturas nacionais. Com a possibilidade de viajar e conectar-se com diversos tipos de cultura, as pessoas dos lugares mais distantes podem experimentar ou visualizar possibilidades e formas de vida distintas. E como a identidade se constrói a partir de um processo de representações, o sujeito pós-moderno é atravessado por referências múltiplas que o possibilitam ir além da identidade localizada no espaço e no tempo, ir além da identidade do lugar definido, do masculino, para uma identidade formada por possibilidades sem fronteiras.

Mas, ainda assim, a globalização vem a fortalecer as identidades locais e ou a produção de novas identidades, pois membros dessas culturas podem sentir-se ameaçados e, como defesa, oferecerem resistência à presença de outras culturas. Há uma re-identificação com as culturas de origem.

Dessa forma, quando se fala em pluralidade cultural podem ser observadas (...) contradições discursivas, que vão desde estereótipos e preconceitos até afirmações que reduzem a diversidade cultural a um conjunto de identidades homogêneas, a identidade nacional ao reflexo de uma brasilidade idealizada e não problematizada (CANEN, 2000, p. 148).

Atualmente, a sociedade de consumo produz urgências que ultrapassam os limites da historicidade e da continuidade, o mundo sem fronteiras produzido pelas tecnologias e pela velocidade faz com que o humano busque novas formas de identidade (VILLAÇA, 1999).

Não se pode afirmar, portanto, que há uma “homogeneização cultural”, mas há, sim, uma nova dinâmica temporal e espacial que força uma reestruturação das identidades locais e regionais.

Na contemporaneidade, ao serem pensadas sob o modelo binário as identidades fixadas não se sustentam, pois que passam por transformações

múltiplas e constantes; as fronteiras se cruzam, os deslocamentos são mais rápidos, as interfaces são necessárias e as identidades são móveis, transitórias. Quando se fala, por exemplo, em religiosidade como elemento da cultura, é necessário invocar os sincretismos religiosos, em raça, para tratar da miscigenação, em gênero, das diversas possibilidades que existem entre o feminino e o masculino, ou seja, a hibridização é presença imposta pela sociedade de hoje.

Por mais que seja necessário estabilizar alguns conceitos que servem de ponto de partida para os estudos, não existe um conceito puro, capaz de explicar plenamente identidade cultural sem recorrer à diversidade que há entre o que é e o que não é. Identidade cultural na pós-modernidade vai muito além do *ser ou não ser*.

A percepção de fazer parte de um todo chamado Nação pode ser, resumidamente, chamada de identidade nacional. Portanto, é preciso revisitar o conceito de nação, construído a partir do século XVIII e consolidado no século XIX, quando foram estabelecidos três critérios para a sua caracterização: primeiramente, a associação com um Estado existente; segundo, uma elite cultural estabelecida; e terceiro, a presença de uma força militar, a língua e a cultura comuns. A língua funciona como o laço social que uni e possibilita a simbolização e a transmissão de valores e tradições. No que tange à cultura, a assimilação dos símbolos possibilita o compartilhamento de uma identidade e o surgimento do sinal de haver algo em comum (HOBBSAWM, 1995).

Dessa forma, quando os grupos se percebem unidos por uma identidade, tendem a sentir maior empatia entre si; por outro lado, surgem barreiras invisíveis que segregam os indivíduos que não partilham dessa mesma identidade, de tal modo que esses “outros” não serão tratados da mesma forma (HOBBSAWM, 2008).

É possível perceber no discurso dos militares duas dimensões que versam sobre a mesma temática: eles acreditam ser a única instituição plenamente nacional, por estarem sujeitos às diversas mudanças, por terem morado no Norte, no Sul e por possuírem a “vivência nacional”. Esse discurso serve de parâmetro identitário e ideológico e, dessa maneira, enfatiza o patriotismo e reforça a diferença entre militares e civis.

1.1.5 Identidade e cultura militar

Formar quer dizer “tomar a forma de”. Um militar se forma, “toma a forma de”, “entra na forma” e se transforma, muda de forma, deixa de ser civil e se torna militar. Essas palavras são fortes e expressam o que é o processo de entrada na cultura militar. Trabalhos realizados na AMAN (Academia Militar das Agulhas Negras) – Academia por que passa todo militar, oficial combatente de carreira permanente – demonstram o poder da formação de valores e a transformação do jovem em militar.

Tornar-se militar significa, acima de tudo, deixar de ser civil. A oposição entre civis e militares é estruturante da identidade militar. Ao ingressar numa academia militar, o jovem é submetido a um processo de construção da identidade militar que pressupõe e exige a desconstrução de sua identidade ‘civil’ anterior. Mesmo quando transita pelo assim chamado ‘mundo civil’, o militar não deixa de ser militar – pode, no máximo, estar vestido à paisana (CASTRO, 2009, p. 24).

Os estudos de Castro (1990) inauguraram uma nova fase nas pesquisas sobre militares, um olhar sob a perspectiva da construção da identidade do militar a partir da vivência dentro da academia militar das Agulhas Negras (AMAN). Ele representa um grupo de pesquisadores civis que investigam o cotidiano da vida militar dentro e fora das instituições militares.

A formação militar é complexa e longa, pautada por valores e tradições bem definidas. O aluno, aos poucos, introjeta essa cultura, transformando sua identidade de civil a militar, à medida que a incorpora e cumpre os ritos de passagem.

Essa identidade é forjada desde o dia em que o jovem passa no concurso e ingressa na Instituição. Conforme prevê a norma para formação e graduação do oficial de carreira, o curso inicia-se na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEX), em Campinas, SP. Nessas instalações, o aluno cursa seu primeiro ano de formação, numa espécie de estágio preparatório, em que o jovem recebe instruções detalhadas sobre a vida militar e a rotina do soldado. Os 4 anos seguintes se dão na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) (BRASIL, 2013).

O Curso visa a formar o Aspirante-a-oficial, desenvolvendo-lhe as capacidades cognitivas, afetivas e comportamentais, além de possibilitar-lhe “uma formação cultural homogênea e o embasamento necessário ao prosseguimento da carreira” (BRASIL, 2013, p.23). Dentre os deveres prescritos nessa norma, o futuro

Aspirante-a-oficial precisa atentar-se para a observância dos seguintes valores, deveres e ética militar:

I - valores militares: patriotismo, civismo, fé na missão do exército, amor à profissão, espírito de corpo e aprimoramento técnico-profissional; II - cultivar integralmente os deveres militares: dedicação e fidelidade à pátria, respeito aos símbolos nacionais, probidade, lealdade, disciplina, respeito à hierarquia, rigoroso cumprimento dos deveres e ordens e trato do subordinado com dignidade; III - cultivar integralmente a ética militar: sentimento do dever, honra pessoal, pundonor militar e decoro da classe (BRASIL, 2013, p. 19).

O Exército é pautado por regras definidas em regulamentos e portarias e permeado de ações que possibilitam a experimentação desses valores na prática. Na dinâmica de tornar-se militar, o jovem passa por diversas experiências para aprender valores fundamentais para essa instituição, destacam-se a hierarquia, definida como “ordenação de autoridade, em níveis diferentes”, e a disciplina, que se refere à “observância rigorosa e integral, acatando as leis, regulamentos, normas e disposições” (LEIRNER, 1997, p. 91).

Ainda na AMAN, o cadete precisa incorporar a noção do dever, ou seja, cumprir a legislação e a regulamentação a que estão submetidos, com autoridade, determinação e dedicação, assumindo a responsabilidade pelas decisões tomadas. Nesse espaço em que o jovem mora por quatro anos, são exaltados os valores de “camaradagem”, de “fraternidade, de “solidariedade”. “São valores cultivados pela instituição em virtude da natureza coletiva e dos riscos comuns enfrentados na dureza da preparação e nos sobressaltos do campo de batalha”, explica Leirner (1997, p. 76). Os militares precisam unir-se e cooperar entre si; a qualquer momento podem ser mobilizados para região em conflito ou missão humanitária, e esse valor faz com que, em necessidade de atuação ou nas ações do dia-a-dia, a resposta automática do militar seja cooperar, sem questionar.

A “camaradagem” não é uma escolha do militar; é um valor prescrito no Regulamento Disciplinar do Exército – R4 de 2002. “A camaradagem é indispensável à formação e ao convívio da família militar, contribuindo para as melhores relações sociais entre os militares” (BRASIL, 2002, p.01). Está prescrito que eles devem cooperar entre si, com as demais instituições públicas e privadas que solicitam o apoio e com militares de nações amigas.

Como toda identidade, a do militar se afirma pela semelhança, pelo pertencimento e pela alteridade, lugar “onde sou” e lugar “onde não sou”.

No caso dos militares, esse é um mundo ‘familiar’, pois está inserido na mesma lógica societária que ordena a vida de seus compatriotas civis – a sociedade nacional, que tem na base de sua constituição o princípio da igualdade. Um mundo ‘estranho’, porém, no processo de construção de sua identidade, o grupo estabelece um tipo de rompimento com os paisanos, que os transforma em outro (LEIRNER, 1997, p. 100).

Leiner (1997) completa que esses contrastes produzidos pela identidade militar são percebidos quando o pesquisador se apresenta no campo de investigação. Outra etnografia que corrobora com essa afirmação é a pesquisa de Albertini (2009), onde fica delimitado o que os militares consideram que está dentro e o que está fora de suas estruturas objetivas e subjetivas. São considerados “amigos do Exército” todos os cidadãos que eles permitem aproximação e que servem à manutenção de sua cultura e propagação de seus valores. É uma identidade formada, treinada para “identificar inimigos” e proteger-se deles. “A guerra é o campo da incerteza por excelência” (LEIRNER, 2009, p. 51).

Trata-se de uma cultura que identifica “os bárbaros” e os coloca em um lugar de fora. Resumindo: essa segregação se dá a partir da afirmação identitária: “sou militar, me tornei, passei pela academia e, após cumprir essas etapas, deixei de ser civil”, e quem não passou por tudo isso é denominado “paisanos”, ou o que Castro (1990) especificou como “de identidade contrastiva”.

Para compreender a identidade do militar e, posteriormente, sua influência na família, faz-se necessário examinar alguns valores institucionais e em especial a hierarquia como pilar constitutivo desse modo de ser sujeito.

A hierarquia para o militar é algo natural e se torna invisível. Na verdade, já era um elemento fundador na Instituição quando do seu ingresso e, em consequência, precede suas ações e é definido, coerente, singular – realidade que independe dele e fator de estabilização construído antes de sua entrada.

A hierarquia é aprendida pelos militares desde cedo e figura como um valor organizacional. Partindo da proposição de como uma criança que nasce em Bali se torna Balinesa, e reafirmando que isso se dá quando ela incorpora sua cultura. Pergunta-se aqui: Como um militar se torna militar? Da mesma forma que a criança balinesa: incorporando sua cultura. Ser Militar é mais que profissão é um marcador

identitário para os seus membros. É uma carreira que envolve não somente o tempo de trabalho dos seus membros, mas preenche todos os espaços sociais, envolvendo a família, os amigos, os espaços que o indivíduo frequenta, e assim, a vida profissional figura como elemento central do cotidiano dessas pessoas.

De modo geral, enquanto no universo individualista a família é tomada como algo externo às carreiras, profissões e a uma dimensão pública da vida social, podemos notar que na vida militar a família é vista como interior à instituição. E daí o termo 'Família Militar' ser frequentemente evocado pelos militares, para indicar ora o contingente militar da instituição (o elemento 'profissional' – todos os militares); ora a família no seu sentido 'privado' (cônjuge e filhos/as) e ora todos estes elementos juntos (a grande 'Família Militar' – militares e seus dependentes) (SILVA, 2013, p. 867).

Dessa forma, a noção de família militar abarca a identidade do militar. Como afirmou Silva (2013), não há uma distinção entre a casa e a caserna, a vida pessoal é uma extensão da vida profissional.

O Exército é uma instituição baseada em valores imutáveis. “Instituição totalizante” (CASTRO, 2009) que, diferentemente de outras instituições públicas e privadas do País, tem suas atividades pautadas em código de ética claro, definido e amplamente divulgado. Existem regras, deveres e sanções preestabelecidos para quando houver infrações, ou seja, para as mais diversas atividades desempenhadas dentro da Instituição há uma série de regulamentos que norteia a conduta e exige do militar uma postura disciplinada frente a essas normas.

Hierarquia para o militar é a estratificação clara de profissionais, com o fim de orientar a distribuição de cargos, funções, responsabilidades e direitos. Essa definição está escrita em normas e regulamentos. Está internalizada, faz parte deles o pensar e o agir dessa maneira (LEIRNER, 1997).

Na prática, as funções mais complexas são delegadas aos mais antigos. A antiguidade é a posição hierárquica de um militar dentro de uma escala de postos e graduações. Postos para oficiais e graduações para subtenentes e sargentos, também chamados de “as praças”. Formalmente, as relações se dão dessa forma. “Aquilo que não é rotineiro ou previsto nos regulamentos é fonte de risco para os militares, pois sempre se pode ser chamado a prestar contas, por um superior, por ter assumido a responsabilidade de decidir algo novo” (CASTRO, 2009, p. 23).

Em várias situações informais da vida pessoal do militar é possível perceber a presença da hierarquia. Nas festas, o primeiro que deve ser cumprimentado é o

comandante e sua esposa, eles devem ser tratados com certa deferência. Nos aniversários do comandante, as pessoas se mobilizam e, em geral, concentram as ações festivas na pessoa da esposa do subcomandante. Isso em organizações militares menores, onde o contingente de militares não é tão grande.

O que se observa desses aspectos é que fazer parte do ‘mundo militar’ – marcado por preceitos de hierarquia e disciplina, condutas ponderadas, linguajar e códigos próprios com gírias e insígnias, cerimoniais; enfim, com cosmologia, temporalidade e historicidade próprias – implica incorporar nas famílias um estilo de vida marcado por valores e comportamentos imprescindíveis aos militares, como a ‘distinção de caráter’, a ‘retidão moral’, a ‘solidariedade’ e o ‘companheirismo’, de modo a procurar reforçar o que se entende como um conjunto de características produtoras de coesão no Exército. Logo, esse modelo de família seria uma espécie de modelo ideal da instituição, que expressa e estende o padrão das relações e normas do quartel para o espaço da casa (SILVA, 2013, p. 869).

“Esses círculos não representam apenas uma predisposição estatutária; eles realmente são incorporados a fundo na conduta militar. Nota-se uma divisão por círculos no ambiente de trabalho, salas, refeitórios, banheiros” (LEIRNER, 1997, p.75).

A convivência fora do quartel também é pautada pela hierarquia, principalmente nas vilas militares. Todos compartilham do mesmo ambiente trabalham no mesmo lugar físico e as regras são extensivas à vida privada. Ou melhor, fica difícil definir com dimensões claras o que é vida privada e vida pública, pessoal e profissional.

O tipo de relação ideal, calcado na relação interpessoal, vai desaparecendo aos poucos quando se avança na hierarquia. Outros padrões tomam corpo à mediada que os oficiais superiores começam a se enquadrar na estrutura organizacional. Gradualmente se desvanecem as relações baseadas no carisma, a tendência é se dissiparem os laços entre as patentes e se estreitarem os círculos hierárquicos; as relações circunscrevem-se às patentes respectivas, tão logo os critérios de sociabilidade passem a ser os predefinidos institucional e coletivamente (LEIRNER, 1997, p. 83).

A vila militar é um condomínio destinado à moradia dos militares e suas famílias, mas as regras não são definidas pelos condôminos. Geralmente o mais antigo determina como serão as regras de conduta e convivência nesses espaços, e as famílias acatam. Muitas vezes, as regras já estão previamente definidas há anos e, com a chegada de um militar comandante ou subcomandante, elas são revistas, alteradas e comunicadas aos demais moradores.

A hierarquia, por ser tão clara e compartilhada pelos membros, supera as afinidades e empatias, a casa passa a ser a extensão do quartel, diferentemente de um trabalho dentro de uma empresa privada ou qualquer outra instituição pública (SILVA, 2013).

Ela extrapola os limites físicos do quartel e coloca as esposas também em uma relação hierárquica, em que uma se sente superior a outra e com direitos sobre a outra. As mulheres não podem, muitas vezes, negar seu comparecimento em uma reunião social do trabalho do marido, porque isso é importante para a carreira dele (SILVA, 2008).

O militar possui uma identidade plural, não somente pela vida nômade que possui, pelas mudanças que passa dentro e fora do País, mas por sua própria formação.

Se as identidades são formadas, como afirmam os autores, pelas representações e referências, como fica a construção da identidade de um sujeito que, além dos descentramentos do homem pós-moderno, é também afetado pelas dinâmicas políticas, históricas e institucional do Exército Brasileiro?

A família, por sua vez, o acompanha em todo esse processo, sem ser membro dessa instituição e fica entrelaçada por essas vivências culturais e identitárias. Para o militar, as representações de identidade nacional são distintas. Há um processo dissonante que precisa ser abordado. É exigido do militar e da sua família a vivência nacional ou, em outras palavras, experimentar as diversas formas de vida que o Brasil possui. Esse é o argumento no qual se ancora o Exército para transferir seus oficiais a cada 2 anos, em média. Porém, a formação da identidade militar é rígida, sólida, masculina, hegemônica. A família possui um modelo tradicional, e os membros dessa comunidade se articulam em torno de valores marcados pelas tradições.

Esse estudo trata das subjetividades que são construídas a partir de uma convivência com a cultura militar. Após o casamento, a mulher se une não só ao marido como também à ideologia militar e às múltiplas mudanças impostas pela carreira do cônjuge. Ela toma para si elementos dessa cultura e admite uma nova construção identitária, com vivências em contextos múltiplos que dão novos contornos à sua subjetividade.

Assim, mesmo sendo o foco do estudo a subjetividade, é importante admitir que a mulher, assim como o militar, passa por uma mudança na identidade, uma

transformação não somente no âmbito simbólico, mas também físico. São elementos presentes nos documentos, nos discursos que circulam, nos ambientes hierarquizados. Admite-se que há um processo dinâmico, fluido e permanentemente inacabado de natureza histórica e social, a subjetividade, mas há também uma materialização da permutação da identidade civil para o pertencimento à família militar, como mostra a próprio documento de identidade na figura 1.

Figura 1 - Identidade da mulher de militar.



Fonte: Plano Regional de Identificação 2016, p.11 – Anexo B - 11^a Região Militar

1.1.6 Construção da subjetividade e influências da cultura

A fim de discutir como se dão os processos de subjetivação na pós-modernidade, buscar-se-á um diálogo entre os autores que contribuíram para a construção desse conceito. É interessante apontar uma interlocução da psicologia social com outros campos, tais como a filosofia, antropologia e alguns conceitos psicanalíticos.

Uma ponte se estabelece para construir o argumento de que identidades na contemporaneidade estão intimamente relacionadas com a subjetividade. Bernardes e Honischi (2003, p. 117) afirmam que subjetividade se refere aos modos de ser dos sujeitos e/ou de um grupo, influenciados pela situação social, de elementos da cultura que criam possibilidades mesmo que provisórias. “São modos pelo qual o sujeito se observa e se reconhece como um lugar de saber e de produção de verdade”.

Subjetividade é um conceito que parte necessariamente da filosofia, com a discussão de sujeito, com perspectivas das mudanças e transformações que o

conhecimento vem passando ao longo dos séculos. Kant apresenta indagações acerca das condições e possibilidades para a produção de verdades sólidas, objetivas e universais, válidas para todos, ao questionar se quem produz o conhecimento é sempre um sujeito singular, situado e histórico, para conseguir pensar em verdades únicas. Trata-se de uma discussão epistemológica.

Foi pelas mãos de Freud que o conceito de subjetividade migrou para o campo “psi”, designando uma instância de interioridade e abrindo campo para o nascimento do sujeito do inconsciente e do desejo. Posteriormente, diversos discursos “psi” pesaram o conceito de subjetividade, apropriando-se dele e desvelando visões de homem a partir do materialismo histórico, que concebe o sujeito a partir das relações com os meios de produção. Nesse processo, a psicologia, influenciada por correntes histórico-sociais do século XX, foi-se deslocando do biológico para o cultural, do natural para o histórico, do individual para o coletivo, com um olhar mais social, histórico e político, desenhando objetos sociais e centrando o foco nas relações.

Já no final do século XX, o conceito de subjetividade deixa de ser concebido como “instância de interioridade” para ser concebido como “processo de subjetividade”. Trata-se de um conceito marcado pela dispersão de forças sociais, sem permanência, não naturalizado nem determinista.

Vygotsky foi o pioneiro a destacar o papel da cultura no desenvolvimento humano. Estudou os processos psicológicos, a origem social da linguagem e do pensamento, os efeitos da interação social e reconheceu em seus estudos o caráter sociohistórico do psiquismo. O autor, influenciado por conhecimentos diversos dentro do campo “psi”, consegue estabelecer um diálogo crítico com as tendências teóricas vigentes em seu tempo e produz conceituações sobre subjetividade que superam as dicotomias da época, possibilitando uma nova visão de homem (VYGOTSKY, 1986).

Suas teorizações permitem pensar o indivíduo como um processo subjetivo, “instância em que o social e o biológico não desapareciam, mas entrevam como momentos de um novo sistema qualitativo” (REY, 2003, p. 77).

O conceito de sentido que Vygotsky introduz na psicologia permite pensar o caráter subjetivo dos processos sociais, desaparecendo a dicotomia entre objetivo-subjetivo e interno-externo. “A subjetividade não é o oposto do objetivo, é uma qualidade da objetividade nos sistemas humanos produzidos culturalmente” (REY,

2012, p. 125). Dito de outra maneira, Vygotsky afirma que o indivíduo se apropria de elementos externos e põe em movimento produções de sentido inseparáveis do contexto em que vive. Esse funcionamento facilita assumir e compartilhar as produções de sentido da cultura, formatadas pelos sistemas jurídico e morais, pelas normas sociais e institucionais.

Assim, a produção de subjetividades é constituída como um movimento influenciado por forças enunciativas, por discursos circulantes. Um campo de experiências do sujeito, uma organização da consciência de si.

Na cena contemporânea, os saberes se inter cruzam, se completam e permitem uma discussão que parte de uma base teórica, para alcançar múltiplas formas de explicar os fenômenos sociais e relacionais.

Falar de produção de subjetividades equivale a mapear uma trajetória que se funde entre diversos campos do saber: na linguagem, como elemento que se interpõe entre sujeito e objeto; na filosofia, como origem das discussões de sujeito; no direito, como produtor de normas e leis que materializam as instituições; e em tantas outras ciências já entrelaçadas (psicologia, cultura, sociologia). Em síntese, se o sujeito pós-moderno é uma bricolagem de seu tempo, e as discussões epistemológicas estão inscritas na tradição herdada pelo posicionamento psicanalítico e histórico-social, logo o conceito de subjetividade é uma bricolagem epistemológica. “Não é um sujeito passível de condicionamentos, mas de múltiplas determinações que derivam das mais diferentes instâncias: política, social, biológica, econômica, emocional, etc.” (SILVA; HENNING, 2011, p. 68).

A fim de contrapor-se à ideia de idêntico, de um indivíduo portador de uma essência única, o conceito de subjetividade, influenciado pelos processos de linguagem como prática social e de significação, traz para o centro das discussões um indivíduo organizado em suas práticas simbólicas, enfatizando o caráter social dessa construção (REY, 2012).

O desenvolvimento da subjetividade, no entanto, não responde a uma simples preferência teórica, mas, sim, à tentativa de reconceituar o fenômeno psíquico em uma ontologia própria, específica do tipo de organização e processos que o caracterizam (REY, 2003, p.73).

Quando Vygotsky apresenta a linguagem e o pensamento como elementos cognitivos afetados pela instância social, consegue integrar uma diversidade de

construções teóricas que possibilitam pensar a subjetividade dentro da psicologia com uma visão cultural, por meio de novas representações teóricas, possibilitando a construção de novas zonas de sentido na produção de conhecimento psicológico (REY, 2003, p.73).

Embora para muitos autores identidade e subjetividade sejam conceitos que se misturam – e muitos acusam que subjetividade é o nome pós-moderno dado à identidade –, um dado é convergente: é por meio da subjetividade que a identidade se manifesta (SILVA; HENNING, 2011).

Nessa perspectiva, os indivíduos são compostos por uma combinação de várias subjetividades, ou seja, pela pluralidade, por diferentes modos de ser sujeito, a partir da combinação de múltiplas subjetividades (COUTINHO; KRAWULSKI; SOARES, 2007).

Na definição de identidade que marca o presente estudo são as postuladas por Hall (2002) : uma identidade fragmentada, com possibilidades de ocupar diferentes posições ao longo de sua constituição. Uma visão efêmera, provisória, marcada por rupturas que pedem novos processos de significação e, assim, novas identidades.

Porém, o que inaugura uma nova forma de ver e pensar o sujeito são os autores que consideram a pluralidade e a relação como as principais matérias-primas da identidade. Nessa perspectiva, Foucault ressalta o papel das instituições e afirma que o ser humano só se torna sujeito através das relações de poder e saber, por meio de uma autoridade discursiva. Para ele, não se pode reduzir o social ao econômico, à divisão de classes. O que precisa ser discutido é o papel do poder disciplinar, que molda os indivíduos em sua forma de falar, de agir, de pensar; aos poucos, as pessoas começam a acreditar que isso é algo espontâneo, mas, na verdade, os sujeitos são capturados pelo social, sofrendo os riscos da normalização. “Deixamos de pensar o sujeito como um ser isolado em si mesmo para entendê-lo como um ponto de encontro entre sua existência individual e a experiência coletiva” (SILVA; HENNING, 2011, p. 73)

Deleuze afirma que só existe o sujeito em sociedade; para ele, a identidade associa-se à singularidade. A literatura contemporânea passou de um sujeito com referências sólidas ao ser plural, fruto da inserção, fruto de imagens sem suporte. Não cabe nessa perspectiva o termo identidade, já que tudo que se refere ao essencial não existe mais. Pensadores como Foucault, Deleuze, Guattari e Derrida

pensam o sujeito sob a ótica da oposição, buscando romper com toda as estruturas de pensamento da modernidade.

Foucault (2004), por exemplo, mostrou duas perspectivas distintas na construção da subjetividade, uma na antiguidade e outra na modernidade, respectivamente: o sujeito do cuidado de si e o sujeito do conhecimento de si. Ele marcou as dimensões históricas e filosóficas, determinando o fenômeno social da construção da subjetividade.

Já Derrida (1994) afirma que “a realidade é uma construção social subjetiva”, que há uma pluralidade de sentidos, acrescentando que a verdade depende do contexto histórico de cada indivíduo.

Dessa forma, fica clara uma conclusão sobre a construção da subjetividade na vida contemporânea: não é possível separar o sujeito da política, da cultura e dos processos produtivos.

Descartes postulou duas substâncias distintas – a substância espacial (matéria) e a substância pensante (mente). Ele refocalizou, assim, aquele grande dualismo entre a ‘mente’ e a ‘matéria’ que tem afligido a Filosofia desde então. As coisas devem ser explicadas, ele acreditava, por uma redução aos seus elementos essenciais à quantidade mínima de elementos e, em última análise, aos seus elementos irreduzíveis. No centro da ‘mente’ ele colocou o sujeito individual, constituído por sua capacidade para raciocinar e pensar. ‘*Cogito, ergo sum*’ era a palavra de ordem de Descartes. Desde então, esta concepção de sujeito racional, pensante e consciente, situado no centro do conhecimento, tem sido conhecida como o ‘sujeito cartesiano’ (HALL, 2002, p. 7).

Deleuze faz alusão ao mundo moderno, afirmando ser um lugar de crise com o surgimento de novos problemas, com um novo padrão de racionalidade, proporcionando ao homem a possibilidade de “ser senhor da natureza”. Sem a interferência do divino, o homem pode controlar o mundo. Essa forma moderna de ver o mundo denota um padrão que se reflete nos âmbitos físicos e morais, com o surgimento de novos valores e formas de vida. Logo, esse momento histórico influencia a concepção de sujeito. Um ser pensante, entrelaçado pelo pensamento racional e pelo *cogito* cartesiano, à maneira de Descartes. Nesse contexto, a ideia de subjetividade está relacionada à unidade. Contestando esse pensamento, surgiram diversas críticas, rebatendo a unidade, estabilidade e universalidade do sujeito, segundo Descartes as descreveu.

Deleuze e Guattari representam pensadores que defendem uma subjetividade que rompe com essa universalidade, propondo uma nova forma: múltipla, nômade, construída na imanência, por fluxo e singularidades.

A subjetividade é produzida por agenciamentos de enunciação. Os processos de subjetivação ou de semiotização não são centrados em agenciamentos individuais (no funcionamento de instâncias intrapsíquicas, egoícas, microsociais), nem em agentes grupais. Esses processos são duplamente descentrados. Implicam o funcionamento de máquinas de expressão que podem ser tanto de natureza extrapessoal, extraindividual (sistemas maquínicos, econômicos, sociais, tecnológicos, icônicos, ecológicos, etnológicos, de mídia, ou seja, sistemas que não são mais imediatamente antropológicos), quanto de natureza infra-humana, infrapsíquica, infrapessoal (sistemas de percepção, de sensibilidade, de afeto, de desejo, de representação, de imagem e de valor (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p. 39).

Uma perspectiva que pensa o sujeito como “modos de existência” e não mais individualidades. A subjetividade, dessa maneira, é configurada por elementos diversos que muitas vezes escapam às possibilidades da linguagem, uma visão de plasticidade da existência.

Para os dois autores, subjetividade é uma construção, uma produção que implica o diálogo com o outro, que se desloca, mas possui vizinhos, produz encontros, colocando os corpos em conexão. Não há interioridade que sirva de barreira; há, sim, uma mistura. A subjetividade se faz e se desfaz na desterritorialidade e na territorialidade e, por esse movimento, a singularização é construída. Nessa dinâmica, tentar desvendar os agenciamentos é buscar construir novos mundos, novos espaços de vida, novas formas de ver e pensar o mundo, alargando a singularidade (GUATTARI; ROLNIK, 2011).

Surge então uma concepção de subjetividade atravessada pelo outro, relacionada à alteridade, diferente da modernidade que entendia o sujeito como “senhor de si”. Para os autores já citados anteriormente nessa sessão, não há sujeito e sim processos de subjetivação.

Portanto, o pensamento de Deleuze e de Guattari representam uma concepção de subjetividade interpretada sob a ótica da desterritorialidade, sob o prisma do movimento, do deslocamento, pelos agenciamentos e sobreposição que as culturas e a política promovem nos modos de vida.

1.2 Território vila militar do Rio de Janeiro

Todos nós temos um território particular referente, onde nascemos, onde fomos criados. Uma lembrança de uma casa da infância, uma pracinha e uma grandiosidade de locais que um dia não compreendemos

Andrade, 2014, p. 14

Este capítulo vai delimitar o território em que se dão as relações estudadas: a Vila Militar de Deodoro – espaço físico e simbólico em que os atores sociais constroem seus laços e partilham seu cotidiano. Por se tratar de um local onde moram somente militares, as regras e a rotina são permeadas pelos modos de produção do Exército Brasileiro; daí, faz-se necessária uma descrição pormenorizada, para que seja possível o entendimento dos seus agenciamentos.

Primeiramente, serão apresentadas questões teóricas sobre os conceitos de território e suas implicações na construção das identidades, nas vinculações dos sujeitos com o espaço que partilham. A seguir, será realizada uma descrição do cotidiano, da rotina, com as peculiaridades desse espaço, e alguns pontos sobre a legislação que rege a ocupação dos Próprios Nacionais Residenciais (PNR). Para compreender melhor quem são os atores que ocupam esse lugar, buscar-se-á desenvolver uma “sociologia urbana do bairro”, com alguns dados relativos à arquitetura, à administração do espaço, aos fluxos de deslocamento, somados aos aspectos do cotidiano.

O método escolhido consiste em unir essas duas vertentes de uma mesma abordagem com vista a estabelecer um sistema de controle que permita evitar a discursividade indefinida: trabalhar a matéria objetiva do bairro (imposições externas, disposições etc.) apenas até o ponto onde ele é a terra eleita de uma encenação da vida cotidiana (CERTEAU, 2013, p. 38).

Ademais, este capítulo traz alguns aspectos da história da Vila Militar de Deodoro, desde a sua construção até os dias atuais. No espaço convivem construções do início do século com modernas instalações que, juntas, compõem

um território repleto de história, remontando à construção do bairro e à influência do espaço na urbanização do subúrbio da cidade do Rio de Janeiro.

Para compor esse capítulo optou-se por utilizar narrativas e fotos, incluindo placas, monumentos que marcam a construção do espaço e também trabalhos científicos, no campo da antropologia e da história, e espaços militares adjacentes ao que hoje é conhecido como Vila Militar. Nos arquivos do Exército podem-se encontrar nomes das pessoas envolvidas na construção, diretrizes que esquematizam o trabalho a ser feito durante a construção e dados de relevância histórica. Todavia, como o objetivo dessa Tese é relacionar a cultura militar à construção da subjetividade das mulheres, esposas de oficiais, não se faz necessária uma busca desses aspectos.

Vale ressaltar que a Vila Militar do Rio de Janeiro foi escolhida como recorte geográfico para esta investigação por ser a única certeza que todo oficial tem quando sai da AMAN é que um dia quando for capitão irá morar na Vila Militar do Rio de Janeiro e será novamente aluno, nesse momento na Escola de Aperfeiçoamento de Capitães – EsAO.

Todo militar oficial combatente mora, pelo menos uma vez durante sua carreira, nesse espaço. A EsAO é apenas uma das doze unidades da Vila Militar. Dessa maneira, as histórias pessoais são vividas entre alunos que também partilham mais um rito de passagem institucional; agora não mais o jovem cadete morador de um espaço institucional e coletivo, e sim, há um espaço delimitado pela instituição para moradia das famílias dos oficiais. Nesse território, espaço físico e também simbólico, são construídas relações de vizinhança, de encontro e produções de subjetividades, não só dos oficiais, mas principalmente de suas famílias.

1.2.1 Território e territorialidade: uma discussão conceitual

Território foi um conceito desenvolvido dentro das ciências naturais que centravam seus estudos no espaço ocupado e dominado pelos animais. Buscava-se a relação entre as espécies e os lugares ocupados e dominados por elas. Porém, ao estudar a relação do homem com seu território, há uma recusa em “naturalizar” os fatos sociais que envolvem esse laço. Pesquisas sobre o assunto multiplicaram-se, e

diversas áreas como geografia, antropologia e a psicologia social buscaram os antecedentes e consequentes dessa relação, pensando, principalmente, na identidade cultural como principal conceito correlato.

Nos anos sessenta, geógrafos começaram a atribuir o nome “território” a tudo que se referia a espaço. Essa mudança conceitual se deu em consonância com uma nova maneira de ver o mundo, tomado por transformações sociais, históricas e culturais que ocorreram naquele período; por consequência, as ciências passaram a ver seus objetos de pesquisa de outra maneira (CLAVAL, 1999).

Segundo o dicionário de Geografia, “o território diz respeito à projeção sobre um espaço determinado de estruturas específicas de um grupo humano, que inclui a maneira de repartição e gestão do ordenamento desse espaço” (CLAVAL, 1999, p. 9).

Assim, o termo território, na verdade, possui diversos sentidos, entre eles o espaço destinado a uma Nação, um Estado, delimitado por fronteiras muitas vezes demarcadas por rios, elevações. Nesse sentido, território “resulta da apropriação coletiva do espaço por um grupo” (CLAVAL, 1999, p. 8). Essa é uma concepção da geografia política cuja ideia de território está ligada ao controle e à soberania desse Estado, não permitindo que essas fronteiras sejam violadas.

A dimensão simbólica de território refere-se ao espaço vivo. O estudo dessa dimensão, nas décadas de 70 e 80, analisava a personalidade das construções geográficas, retomando a tradição vitaliana (CLAVAL, 1999, p. 8). Nesse período, inicia-se uma preocupação com o enraizamento dos laços afetivos e morais que os grupos possuíam com o solo onde nasceram. Como exemplo, Claval (1999, p. 12) cita a dificuldade que indígenas possuíam em se definirem sem referência ao espaço que pertenciam. “Os grupos só existem pelos territórios com os quais se identificam”.

Os laços simbólicos que unem os grupos aos territórios parecem universais, segundo Claval (1999, p. 10), que traz algumas expressões dessa afirmação: “luta-se pela pátria, pela terra do pai (...) ou pela mãe-pátria”. Alguns lugares, em especial, possuem uma carga simbólica maior: “São lugares de memória: seu valor simbólico é mais ou menos nobre, local, nacional, internacional, mundial, ou próprio de uma religião, à uma cultura; eles são frequentemente fontes de identidade coletiva e também de atividades econômicas (CLAVAL, 1999, p. 15).

Falar em território ao invés de espaço é marcar a presença humana. O papel da ação e do discurso é perceber que as relações não são meramente materiais e projetam reflexos das imagens que partilham, sendo promotores de referências simbólicas.

O suporte territorial das identidades não precisa ser contínuo e de um único bloco quando a construção do eu e do nós é menos frágil e não é ameaçada de dissolução ao menor contato: o que conta em tal caso é a dimensão simbólica de certos referentes espaciais, lugares de culto, túmulos de ancestrais (CLAVAL, 1999, p. 25).

Essa dupla conotação simbólica e material acena para dois aspectos: etimologicamente, para a dominação da terra e, em sentido mais amplo, para a apropriação, o privilégio de usufruir do território. Ambos os significados carregam a acepção de poder, sendo que a apropriação possui valor simbólico maior, carregado de vivências, do valor de uso, um vínculo construído durante um período de tempo, um processo subjetivo e cultural. Nessa segunda visão de território, o “espaço-tempo-vivido” é sempre múltiplo e socialmente construído (HAESBAERT, 2005).

Os territórios são funcionais e simbólicos; o domínio sobre o espaço é exercido tanto para realizarem-se funções como para produzirem-se significados. Haesbaert (2005) distingue esses dois tipos de características territoriais que só estão separados didaticamente. Na realidade, não se apresentam “puros” e em realidades distintas e, a fim de compreendê-los, o autor criou um *continuum* entre funcionalidade e simbolismo. Para ele, no território funcional estão presentes elementos de dominação, marcados por desigualdades e regidos pelo princípio da exclusividade, unifuncionalidade, com valor de troca e destinados à produção e ao lucro. Já no polo do território simbólico, percebem-se os processos de apropriação, marcados pela diferença, com múltiplas identidades e valor simbólico de lar e segurança afetiva. Por ser uma distinção dicotômica, é preciso considerar a historicidade e o contexto geográfico do território. Hoje, prevalece o interesse pela mobilidade, pelas redes, conexões, que figuram como elementos muito valorizados quando se trata da construção da terra e da apropriação do território (HAESBAERT, 2005).

Território e territorialidade são dois conceitos próximos, sendo território com uma denotação espacial, física e uma conotação simbólica, temporal. E territorialidade com uma significação mais cultural que física, sendo que os dois

conceitos se unem para explicar uma percepção de poder exercido pelo indivíduo ou grupo no espaço: “A formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentimento de territorialidade” (ANDRADE, 1993, p. 214).

Nesse sentido, Haesbaert (2005) acrescenta que territorialidade está intimamente relacionada ao modo de utilização da terra, ou seja, a como as pessoas se organizam no espaço e dão significado a ele. É um conceito que engloba três dimensões: a econômica, a política e a cultural. Indo além das relações de poder político, “envolve os simbolismos dos diferentes grupos sociais e, ao mesmo tempo, a dinâmica econômica centrada em seus agentes sociais. Materialidade e imaterialidade conjugam-se na(s) territorialidade(s) e no(s) território(s)” (HAESBAERT, 2005, p. 138).

Os estudos sobre territórios e territorialidades não podem ater-se somente ao espaço, pois a cultura promove processos de subjetivação amplos e variados, que necessitam de análises além do lugar definido pelas fronteiras anatômicas. Prova disso são as redes e itinerários que apontam para o conjunto de lugares hierárquicos que se vão estruturando e contribuindo para a regulação das interações sociais.

Desse modo, as famílias de militares deslocadas pelos diversos estados do Brasil passam por constante desterritorializações, e esse processo permite que convivam, ao mesmo tempo, com costumes, religiões e culturas diversos – essa é a semente das territorialidades, como possibilidade de sobrevivência. Os indivíduos agrupam-se, buscando: no território geograficamente mutável, as vilas; na família militar, possibilidades de identificação e de conexão com lugares e itinerários atinentes a essa cultura. A vila militar torna-se, dessa forma, um bairro que carrega consigo as propriedades de um lugar de reconhecimento, mesmo não sendo um espaço de referência que atesta suas origens, registra, na vida do sujeito, uma marca de pertença. “O bairro aparece assim como o lugar onde se manifesta um engajamento social ou, noutros termos: uma arte de conviver com parceiros (vizinhos, comerciantes) que estão ligados a você pelo fato concreto, mas essencial, da proximidade e da repetição (CERTEAU, 2013, p. 39).

1.2.2 Vila Militar e sua inserção no subúrbio da cidade do Rio de Janeiro

A Vila Militar é considerada um bairro da zona Oeste do Rio de Janeiro, composta por doze organizações militares e três vilas residências, destinadas a oficiais que trabalham nos batalhões da vila. Além das residências de oficiais, conta também com duas vilas militares, com moradias destinadas a sargentos e cabos.

Esse espaço possui hoje a maior concentração de militares da América Latina, sendo a maior vila militar do Brasil. Embora seja um espaço urbano, localizada em uma grande capital, os sujeitos vivem uma vida singular, diferente de qualquer outra vila militar do País, bem como dos condomínios fechados, presentes na arquitetura urbana das capitais.

O Foi realizada uma entrevista com o Coronel Frazão, autor do livro Vila Militar- Glórias e conquistas 1908-2015, publicado pela Biblioteca do Exército – BIBLIEX, para compor esse tópico da tese. Ele relata um pouco da história desse território permeado de estórias pessoais e profissionais de militares e suas famílias⁴.

A proposta de se construir um espaço com um grande aglomerado de quartéis surgiu em 1870, como forma de solucionar problemas logísticos enfrentados pelo Exército Brasileiro na guerra da Tríplice Aliança⁵. Faltava ao Exército Brasileiro local adequado ao aquartelamento e ao treinamento da tropa, organização das Unidades Militares e possibilidade de treinamento integrado (MAGALHÃES, 1998).

A cidade do Rio de Janeiro, na época capital federal, não dispunha de espaço que acolhesse os combatentes e ainda servisse como local de treinamento sem riscos de acidentes à população.

Mesmo com o advento da República, os problemas permaneceram. Em 1898, o Ministro da Guerra, João Nepomuceno de Medeiros Mallet, aponta, em seu relatório anual, necessidades de melhorias nas instalações de quartéis e hospitais. Foi iniciada uma busca por locais adequados às novas instalações. Em 1901, como as obras ainda não haviam começado, o General Mallet novamente sinaliza sobre as

⁴ Outros apontamentos sobre a história da construção da Vila Militar de Deodoro podem ser encontrados na dissertação de mestrado de Viana (2002). A dissertação versa sobre a Escola Militar do Realengo e seu legado para o patrimônio urbano da cidade e, principalmente, para o subúrbio do Rio de Janeiro. Assim, não se trata de uma descrição da história da Vila Militar, mas é uma importante fonte para regatar o tempo histórico, as motivações e as contribuições da chegada dos militares à zona Oeste do Rio de Janeiro.

⁵ Conhecida popularmente como Guerra do Paraguai.

vantagens a serem obtidas com a concentração dos quartéis, citando os episódios da Guerra do Paraguai e de Canudos para enfatizar uma reestruturação logística (MAGALHÃES, 1998).

Em 1904, um movimento popular promovido por intelectuais contra a vacinação obrigatória foi o estopim do início de um golpe militar para derrubar o presidente Rodrigues Alves. A tropa de rebeldes da Escola Militar do Brasil, situada na Praia Vermelha, foi em direção ao palácio do governo, sendo impedida de prosseguir. Esse episódio foi a motivação decisiva para iniciarem-se as mudanças de modernização do Exército. As principais mudanças se deram no ensino militar, visando a tornar os militares mais operacionais e, portanto, mais preparados para atividades de combate (MAGALHÃES, 1998).

Quando assumiu o ministério da Guerra, em 1906, Marechal Hermes procurou dar continuidade às ações dos seus antecessores, buscando construir novos quartéis e enfatizando a necessidade de espaços adequados para o desenvolvimento das atividades militares.

A criação da Escola Geral de Tiro do Campo Grande, na segunda metade do século XIX, marcou o início da ocupação dos militares na zona Oeste do Rio de Janeiro. Em 1905, a Escola Militar que funcionava na Praia Vermelha foi deslocada parcialmente para o Realengo, ali permanecendo de 1913 a 1944. Embora tenham sido construídas novas instalações e reformadas as antigas, os militares reclamavam muito da inadequação do espaço e da precariedade do entorno. Ao redor da escola foram construídos outros quartéis e moradias para os oficiais, além de depósitos e áreas de esporte (VIANA, 2002).

O bairro do Realengo teve suas atividades econômicas impulsionadas pela Escola e pela fábrica de munições, o comércio pautava-se nas necessidades dos alunos militares. Embora, na visão dos alunos, o bairro não atendesse às necessidades, sob a ótica urbanística, social e cultural a Escola fomentou o desenvolvimento da região, que se tornou um espaço propício para o aquartelamento, quer pelas características geográficas do terreno, quer pela possibilidade de instalar toda a infraestrutura necessária para abrigar os militares e suas famílias (VIANA, 2002).

Diante da necessidade de manter os militares longe do centro político e atendendo a todas as necessidades descritas pelos Generais que o precederam, Marechal Hermes edita ordens que prescreviam como deveria ser o local para

abrigar as novas concentrações de militares. Nelas estavam descritas as características do espaço e a estrutura geográfica, de modo a favorecer o treinamento e aquartelamento das tropas. Preferencialmente, esse local, deveria ser terras públicas de propriedade da União. O espaço adequado às exigências do documento foram as fazendas Sapopemba e Gericinó.

Assim, na ordem o dia do Estado Maior do Exército, de número 52, aos 25 dias do mês de setembro de 1907, foi publicada a ordem de construção da Vila Militar. A construção foi projetada para ser um bairro militar, com escolas, jardins, praças e toda a infraestrutura para atender aos militares e suas famílias (MAGALHÃES, 1998).

“A gente está falando de 1908, quando foi inaugurada a Vila Militar com a Pedra fundamental, e a primeira unidade fica pronta 2 anos depois, que é o Regimento Sampaio, que é um Batalhão de Infantaria Motorizada” (Entrevista Cel Frazão, concedida no dia 21 de julho 2014).

Figura 2 - Regimento Sampaio -2014



Fonte: Arquivo pessoal

Para maior compreensão de onde está localizada a Vila Militar em relação à cidade do Rio de Janeiro serão descritas suas delimitações territoriais e inseridas algumas imagens.

Delimitação territorial da Vila Militar: Afonsos, Sapopemba e Gericinó. Esses eram os limites das fazendas, hoje existe alguma variação, mas pode considerar que os limites da Vila Militar são essas três fazendas. Até 1941, quando foi criado o ministério da Aeronáutica, a força armada aérea separou da força armada terrestre, tudo era do ministério da Guerra, então falava Vila Militar, lá era vila Militar também. Hoje é vila da Aeronáutica, lá no Campo dos Afonsos. Do Arroio dos Afonsos pra lá é da Aeronáutica, tudo era vila militar. Hoje quando fala Vila Militar agente se restringe a Sapopemba e o Gericinó é o Campo de Instrução para o adestramento das tropas que estão na Vila Militar, vila de quartéis (Entrevista Cel Frazão, concedida no dia 21 de julho 2014).

As fazendas hoje correspondem a toda a área que ficam os quartéis, as vilas residenciais, toda a parte de serviços, a Avenida Duque de Caxias, a estação de trens Vila Militar, o Círculo Militar de Oficiais e o Clube dos Sargentos. A fazenda Gericinó possui uma parte adjacente aos espaços citados, porém é cortada pela avenida Brasil.

Figura 3 - Enclave Sul, limite com o bairro Mallet -2014



Fonte: Arquivo pessoal

A gente teria como se fossem uns enclaves. A Escola do Realengo, a fábrica de munições, que foi cedida para o Colégio Dom Pedro II. O Campo dos Afonsos seria a parte sul, juntamente com o Bairro Mallet, Sobral, morro do Girante, morro dos Afonsos, Arroio dos Afonsos, do lado leste, temos Marechal Hermes à sudeste. O outro portal é em Deodoro, nordeste, onde era fábrica de tecidos. (Entrevista Cel Frazão, concedida no dia 21 de julho 2014).

A grande parte dos PNRs que estão nas vilas residenciais servem para atender às necessidades da EsAO (Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais), onde estudam capitães que estão em processo de aperfeiçoamento na doutrina e manobras militares.

Figura 4 - Prédio EsAO - Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais - 2014



Fonte: Arquivo pessoal

A EsAO foi criada na Missão francesa, após a 1ª Guerra Mundial. Quem venceu foram os aliados. Então a doutrina era francesa, a gente importou, contratou os melhores instrutores: os vencedores. Tivemos os jovens turcos, eles foram para a Europa, oficiais, tenentes, para acompanhar, não tivemos tropa na 1ª Guerra, nós tivemos observadores. Esses observadores da 1ª Guerra entraram em contato e perceberam outra realidade. A gente estava aqui com a ideia de guerra do Paraguai, coisa de 60 anos atrás, a contar de 1900. E esse pessoal voltou impregnado do desenvolvimento, da evolução das técnicas, do material, das táticas. Então, ao final da 1ª Guerra, eles trazem uma missão, com uma série de modificações: escola de comando, escola de aperfeiçoamento, escolas de adestramento de armas (Entrevista Cel Frazão, concedida no dia 21 de julho 2014).

O curso da EsAO tem duração de dois anos, sendo o segundo ano presencial e possui em média trezentos e vinte alunos. A cada ano esse é número de famílias passam pela Vila Militar para depois partirem para localidades diferentes dentro do Brasil. Podendo retornar à Vila Militar, caso o militar venha a servir em outro batalhão, desde que tenha PNR disponível para a Organização Militar em que está servindo.

Figura 5 - Vila Residencial – PNR I



Fonte: Arquivo pessoal

Toda vez que um militar vai para uma missão e ela tem o caráter semipermanente, toda infraestrutura tem que ir atrás. E normalmente se leva a família. (Entrevista Cel Frazão, concedida no dia 21 de julho 2014).

Figura 6 - Sede da 1ª Divisão de Exército - 2015



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 7 - Vila Verde – 2015



Fonte: Arquivo Pessoal

Foi concluída em 2011, a Vila Verde, onde desde 2012 residem os alunos da EsAO e nos anos de 2014 e 2015 residiam alguns alunos da ECEME. Foram acrescentados mais setenta e dois apartamentos, em três blocos, a fim de alojarem-se os adestradores para as Olimpíadas de 2016. A construção foi feita pelo Exército, dentro da Vila Militar, entre a Igreja São José e a Vila Residencial, denominada PNR II, moradias de sargentos.

Figura 8 - Prédios Novos. Construção para jogos Olímpicos – 2016



Fonte: Arquivo Pessoal

A Vila Militar figura como um dos principais palcos para os grandes eventos mundiais esportivos. Desde os Jogos Panamericanos, em 2007, passando pelos Jogos Mundiais Militares, em 2011, e as Olimpíadas, em 2016, ela foi transformada e adaptada. A TransOímpica passou a ser o elo de ligação entre a Vila Militar e a Barra da Tijuca, onde foram realizados os dois maiores centros de atividades das Olimpíadas de 2016. “O desenho das ruas e das casas, das praças, além de conter

a experiência daqueles que os construíram, denota o seu mundo” (ROLNIK, 2004, p. 82). A Vila Militar são muitos mundos em um só lugar. Várias épocas históricas estão marcadas na arquitetura dessas construções: casas da década de 20, prédios dos anos 2000 e construções edificadas hoje, para atenderem às demandas da cidade em transformação.

Figura 9 - Vista da Transolímpica – Via Expressa



Fonte: Arquivo Pessoal

As cidades são marcadas por fronteiras invisíveis que demarcam o lugar de cada indivíduo, de acordo com o seu lugar social. A Vila Militar é um bairro, com circulação livre para civis e militares, com características de um condomínio fechado, embora diferente dos condomínios comercializados, que atendem à lógica capitalista contemporânea da ocupação urbana; é um lugar segregado, mas por razões diferentes dos condomínios residenciais comuns: trata-se de uma segregação associada ao trabalho do militar e ao *ethos* nômade dessa população.

O espaço privado está organizado de modo a refletir uma arquitetura de isolamento, um estilo de vida, porém sua ocupação se dá pela necessidade de um espaço em uma nova cidade e não pelos ícones de *status* que esse espaço pode proporcionar. Morar na Vila Militar tem um *status* específico dentro da Zona Oeste, pelo olhar da população circunvizinha, mas dentro do contexto militar possui um outro *status*. São três Vilas residenciais de oficiais: a Vila Verde, considerada pelo público pesquisado como a moradia mais valorizada, são prédios novos, construção realizada em 2011. Os apartamentos do PNR I foram construídos na década de 40. As casas, geralmente ocupadas por comandantes e oficiais superiores, foram as primeiras construções da Vila, mas a maioria foi reformada, mantendo a

originalidade da arquitetura da época. Assim, o local de moradia depende da função que o militar ocupa e da Unidade Militar em que está servindo.

Embora não tenha uma aquisição ou uma escolha, a Vila Militar reuni aspectos muito valorizados na atualidade: localização próxima ao trabalho, segurança, lazer, espaço destinado para esportes, salão de beleza, academia, escolas, igrejas e serviços.

1.2.3 Legislação

A fim de abordar a legislação que rege as relações de ocupação e mobilidade dentro da Vila Militar, evoca-se a dimensão jurídico-política do território, demarcando fronteiras e limites políticos administrativos. Nessa perspectiva, território é “um espaço delimitado e controlado por meio do qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal” (HAESBAERT; LIMONAD, 2007, p. 8).

Para ocupar o PNR (Próprios Nacionais Residenciais), o militar precisa atender a certas exigências previstas pela portaria de número 277, de 30 de abril de 2008, que prevê quem pode ocupá-los, quais as suas regras de conduta e as punições previstas para quem descumpri-las.

Primeiramente, a portaria descreve o que são os PNRs e a quem eles se destinam. Só serão citados e discutidos aqui os aspectos dessa portaria que tangenciam o trabalho proposto:

Art 2º. I - PNR é a edificação, de qualquer natureza, utilizada com a finalidade específica de servir de residência para os militares da ativa do Exército; A quem se destinam: Art. 9º A distribuição de um PNR consiste em sua destinação a militar, movimentado para uma OM ou que nela esteja servindo, que atenda aos requisitos previstos para a sua ocupação. § 1º. O militar acompanhado de dependentes terá prioridade na distribuição de PNR (BRASIL, 2008, p. 3).

Na prática, os PNRs são ocupados prioritariamente pelos militares com seus dependentes e aqueles que não os possuem ocupam, a título precário, essas residências até que outro, com prerrogativas legais, previstas na portaria, necessite ocupá-lo. Essa dependência precisa ser comprovada por uma certidão de casamento, ou união civil estável, ou pela certidão de nascimento dos filhos.

Muitos militares contraem casamento civil para ter direito ao PNR, ou ainda apresentam declaração de união estável, que também lhes concede o direito de ocupar as residências disponíveis nas vilas militares.

A legislação prevê a desocupação em diversos casos, porém serão destacados aqui somente os artigos que figuram como matérias afeitas à discussão desta tese, ou seja, artigos e incisos que afetam a configuração familiar e a vida subjetiva dos seus membros.

Art. 23. A desocupação do PNR deverá ocorrer: IV - no prazo de sessenta dias, contados a partir da data da publicação em BI da OM: a) do ato de transferência para a reserva remunerada ou reforma; (...) V - no prazo de cento e vinte dias, contados a partir da data de exclusão por falecimento do permissionário.

Art. 24. Quando transitar em julgado sentença judicial, decretando a separação do casal, somente o permissionário, acompanhado ou não dos seus dependentes, poderá permanecer ocupando o PNR (BRASIL, 2008, p. 21).

Dessa forma, vilas militares são espaços compostos por famílias formadas, em sua maioria, por marido (o militar), esposa e filhos. Em alguns casos, podem-se encontrar filhos do primeiro casamento da esposa, ou do marido, vivendo juntos, mas, em geral, são famílias tradicionais, em que o marido ainda figura como chefe de família, sendo o provedor, a renda principal da casa.

Pela legislação, não importa se o militar é do sexo masculino ou feminino: o PNR será concedido sob as mesmas condições previstas na portaria. Cabe ressaltar que, na Vila Militar do Rio de Janeiro, a maioria dos PNRs de oficiais é ocupada por militares do sexo masculino e suas famílias, principalmente pela presença obrigatória na EsAO de alunos oriundos da AMAN, onde só estudam jovens do sexo masculino. São em média trezentos e vinte alunos por ano, mais os instrutores, que também são homens.

O espaço é marcado por uma ideologia profissional, e o modo de ser militar traduz-se nos valores e na cultura desses profissionais. Dentro das vilas residenciais convivem pessoas oriundas de diferentes culturas e submetidas às mesmas regras de conduta. São regulamentos, normas, portarias, boletins que descrevem como deve ser a rotina; em alguns casos, informam sobre assuntos diversos atinentes aos moradores.

1.2.4 Comunidade Vila Militar e suas práticas

Nesse território simbólico, Vila Militar, há um compartilhamento de cultura e significados, ensejando uma discussão sobre o controverso e polissêmico conceito de “comunidade” – termo com múltiplos significados que precisa ser enquadrado em determinada perspectiva para produzir sentido no contexto.

Hoje o termo comunidade pode ser aplicado a comunidades virtuais, ou seja, pessoas que se reúnem em redes sociais por interesses comuns, ou afinidades. As comunidades religiosas, que são agrupamentos de denominações religiosas específicas, as comunidades políticas, associações de países para facilitar o intercâmbio comercial entre eles e outras formas de aglomerações que partilham de significados e interesses comuns. Porém, será tomado aqui o conceito de comunidade sob o olhar de três autores Fichter (1973) e Cohen (2007)

Fichter vislumbra comunidade como um conjunto de pessoas que partilham o mesmo território, com relações recíprocas que se organizam com regras e normas comuns, num compartilhamento de cultura e historicidade. Cada integrante contribui com a sua história, compartilha antecedentes e objetivos comuns, confronta os problemas com o maior número de membros e é servido por um conjunto de instituições e serviços destinados ao espaço comunitário (FICHTER, 1973). Nesse sentido, uma empresa pode ser considerada uma comunidade, pois os seus membros partilham metas e valores corporativos. Um quartel também possui as características descritas pelo autor. Dessa forma, parece não haver problema na discussão do conceito, mas o termo é considerado vago nas ciências sociais, já que não são somente esses elementos que configuram uma comunidade.

Cohen (2007) acrescenta que o senso de pertencimento e o sentimento de comunidade são noções fundamentais. Ele se refere à comunidade como entidade simbólica que expressa suas próprias fronteiras, com um código de moral, valores e forma de pensar, sentir e acreditar. A comunidade cria identidade comum por diferenciação de outras e identificação com seus próprios membros; é um conceito referente para a identidade, com um sentimento individual e coletivo de pertença.

As vilas militares são espaços destinados às moradias dos militares e suas famílias, compostas por casas ou prédios designados por patentes. Existem casas funcionais, com destinação específica para aquele militar que ocupa determinada

função. No espaço, as pessoas compartilham suas vidas de um modo peculiar; não são meros vizinhos, mas componentes de uma rede de relacionamento e apoio mútuo. Os atores sociais que vivem nesse território partilham um estilo de vida permeado pela cultura militar.

A configuração arquitetônica das vilas militares segue certa padronização: as casas e os apartamentos possuem mais ou menos o mesmo tamanho, e as plantas baixas são bem parecidas, com edificações feitas na mesma época. Vale a explicação de que o Exército Brasileiro utilizou o mesmo projeto para a construção de várias vilas militares, em diferentes cidades e regiões do Brasil.

Baseada nas entrevistas realizadas desde o início deste estudo e na observação do cotidiano das mulheres que vivem na Vila Militar do Rio de Janeiro, foi verificado que as mulheres se encontram frequentemente e desenvolvem atividades juntas, promovem chás, reuniões formais e informais. A justificativa para se reunirem é que, por estarem longe de suas famílias, essa é uma forma de se auto ajudarem. Muitas dedicam-se a atividades artísticas e ensinam umas para as outras.

Quando chegam em uma nova localidade elas se apresentam oferecendo ajuda e as que conhecem a cidade fazem o papel de anfitriã. As pessoas não são anônimas, tão pouco, todas fazem parte do círculo de amizades umas das outras, mas possuem contatos interpessoais que não são aleatórios e sim calculados previamente. Elas relatam que é designado um “padrinho”, ao marido, ou seja, alguém que vai facilitar os acessos naquele território. Além disso, os moradores mais antigos buscam integrar os novos, perguntando a princípio minimamente, de onde vieram, de que turma da AMAN é o marido e qual o estado de origem. Elas relatam que quando chega uma nova moradora que evita esses contatos iniciais e vai se afastando por algum motivo, dificilmente ela irá se integrar, vai participar somente do círculo de amizades do marido, ou seja, os colegas de trabalho e de turma.

Para Certeau (2013), em certos bairros, as convenções sociais são tácitas, não explicitadas mas conhecida por todos, por meio dos comportamentos. O mesmo ocorre também nas vilas militares e quem subverte essas “regras de conduta” é objeto de comentários. “A prática do bairro implica aderir a um sistema de valores e comportamentos que força cada um a se conservar por trás de uma máscara para sair-se bem no seu papel” (CERTEAU, 2013, p.48).

Um elemento presente no discurso dessas mulheres e característico do seu modo de vida são os diversos encontros promovidos pela instituição militar, pelos

maridos militares e por elas mesmas: festas, reuniões e eventos que congregam a “família militar”.

Essa convivência pode ser articulada de várias maneiras. As esposas de oficiais, por exemplo, moram em vilas de oficiais e se relacionam entre elas; suas festas também são formatadas para um público específico, definido pela patente do marido. Dentro desse grupo dos oficiais, existem outros subgrupos: mulheres mais novas, esposas de tenentes e capitães, as esposas dos oficiais superiores, casadas com majores, tenente-coronel, coronel e como é o caso da Vila Militar o grupo das esposas de comandantes, que inclui as esposas dos Generais que moram na Vila.

Essas configurações implicam na relação que se estabelece entre elas. À medida que o marido é promovido a um posto superior, a esposa pode ser aceita em outro grupo. Esse homem determina as relações entre os membros da família, quando está presente, no cenário “Vila Militar”, seus espaços também são delimitados pela posição que ocupa no quartel. Eles também se relacionam com os hierarquicamente mais próximos. Em reuniões de militares, é comum perceber as rodas de mulheres e homens bem definidas. Geralmente, homens de um lado e mulheres de outro com assuntos bem distintos.

Como afirma Claval (1999), não há possibilidade de existir identidade sem referencial espacial. Assim, os grupos fragmentados, como os Judeus da diáspora, faziam referência a Jerusalém, como um lugar de reencontro. Na Vila Militar, pode ser observado o fenômeno dessa fragmentação e a busca de referentes simbólicos para a estruturação de uma identidade.

As comunidades fragmentadas nem sempre se contentam com um centro simbólico próximo, elas experimentam a necessidade de se fecharem em microterritórios dos quais elas saem somente para realizar o trabalho e as trocas que lhes permitem viver. Elas criam colônias, ou aceitam sem muito sofrimento ser fechadas em guetos, na medida em que estes lhes garantam sua identidade. O ideal, para muitos, não é se reunir para recriar uma grande unidade territorial, mas transformar o gueto em pequeno território inviolável (CLAVAL, 1999, p. 17).

Surgem, então, sujeitos marcados pela história da carreira do marido, pela afiliação a esse espaço hierarquizado, que se vai constituindo como uma comunidade cujas vicissitudes culturais promovem implicações psicossociais e consequências familiares, pessoais e profissionais decorrentes das interações a que estão submetidas.

1.2.4.1 Cotidiano da Vila Militar do Rio de Janeiro e sociabilidades ali presentes

Para entender melhor as relações das mulheres que moram na Vila Militar e o cotidiano em que estão inseridas, cabem as reflexões do pesquisador em ciências humanas Michel de Certeau, autor da obra *Invenção do Cotidiano*, originalmente publicada em 1994.

O autor centrou seus estudos principalmente nas áreas de antropologia, linguística e psicanálise e, mesmo com uma gama de diferentes objetos de pesquisa, a grande questão que perpassa seus estudos seria: Filho (2002, p. 2) apresenta a principal questão da obra de Certeau: “Como pensar o estranho com o qual muitas vezes deparamos na vida coletiva, mas que também nos habita?” Suas análises demonstram que palavras e atos humanos compõem cenários que produzem significados compreensíveis para quem se dispõe a observá-los. Certeau teorizava sobre o homem comum e o seu fazer, suas apropriações e ressignificações. Ele afirma que, no consumo dos bens materiais e culturais, as apropriações são imprevisíveis, ou seja, não há uma uniformização no modo de consumir bens materiais e culturais. O olhar volta-se não para os produtos culturais, mas, sim, para as práticas e os usos de bens diversos, para as criações anônimas. Ele discorre sobre as estratégias e as táticas praticadas pelos atores sociais no cotidiano para enfrentar as imposições sociais morais e religiosas (FILHO, 2002).

Pesquisar o cotidiano, nessa perspectiva, é indagar sobre o dia a dia, sobre os acontecimentos diários da vida e os significados que as pessoas vão construindo nos hábitos, nos rituais, no interior de suas casas e como sujeitos da ação, vão se constituindo a partir desses fazeres. Conhecer a atividade, a linguagem, o ambiente físico, ou seja, considerar o mundo como lugar de constituição da subjetividade (MOLON, 2010). Não um mundo qualquer, mas um lugar permeado por uma historicidade e modos de vida específicos.

A lógica do cotidiano pensada sob a ótica de Michel de Certeau (2013, p.31) é a prática, “o cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia”. E captando a linguagem ordinária, com o compromisso em narrar as práticas comuns, Certeau analisa e produz uma inversão na forma de interpretar as práticas culturais contemporâneas (dos produtos recebidos para a criação anônima). Essa análise abre a possibilidade de cada anônimo trilhar seu próprio caminho, entre o que está imposto e a busca do

melhor modo possível de viver. Assim, deve haver uma “(re) apropriação do espaço e do uso ao jeito de cada um” (CERTEAU, 2013, p.31). No percurso que Certeau propõe, consideram-se as diferenças onde, num primeiro momento, só se vê uniformização e conformismo. Devem ser percebidos os movimentos “astuciosos” das práticas e suas maneiras de utilizar os produtos impostos por um lugar de poder.

A presença e a circulação de uma representação, ensinada como o código da promoção socioeconômica (por pregadores, por educadores ou por vulgarizadores) não indica, de modo algum, o que ela é para seus usuários. É ainda necessário analisar a sua manipulação pelos praticantes que não a fabricaram (CERTEAU, 2013, p.41).

A Vila Militar é um espaço marcado pela hierarquia. As casas são funcionais. O poder e a normatização estão tão presentes quanto as possibilidades de singularização dos usos do espaço. As invenções cotidianas das mulheres residentes produzem uma “cultura”, uma forma de viver, ou seja, pelo uso da linguagem, pelas performances, os indivíduos constroem o cotidiano, evidenciado pelas práticas e fazeres.

Esse espaço, diferentemente de outras vilas militares, é cercado de batalhões. O cotidiano aqui retratado é o da vila residencial, onde moram em média mil e seiscentas famílias de oficiais, que trabalham nos doze batalhões ali presentes.

A Vila Militar acorda todos os dias com os toques de alvorada, às seis horas, e o hasteamento da bandeira do Brasil nos Batalhões que estão ali inseridos. Na rotina desse território, estão o Treinamento Físico Militar (TFM), as corridas matutinas que acontecem diariamente na Avenida Duque de Caxias, acompanhadas pelas canções militares, hinos que embalam essas corridas fazem parte dos acontecimentos que marcam o lugar.

Os militares realizam seus treinamentos de tiro, de educação física e preenchem o dia dos moradores da vila residencial de sons que marcam os momentos do dia dessa população. Às sete horas, há o toque que marca o início do expediente; ao final do dia, o toque que marca o final do expediente. Não é um sinal como das fábricas: é uma corneta, com um toque específico, reconhecido até pelas crianças que ali habitam. Um exemplo sobre a vivência integrada entre quartéis e residências foi relatado por umas das mulheres entrevistadas. Ela afirmou que, todas às sextas-feiras, a Brigada Paraquedista faz um evento de recepção ao General. Os militares se reúnem e, em uníssono, dizem: “Bom dia, Senhor General”.

Seu filho vai para a janela e repete junto com os militares o brado que os acorda todas às sextas-feiras.

As formaturas reúnem os militares em um pátio da unidade para celebrarem algum evento comemorativo, nesses momentos, a rotina é alterada. A PE (Polícia do Exército) realiza balizamentos, altera o trânsito, não só afetando os moradores, mas também todo o entorno. No final do expediente militar, todos os dias a PE é responsável por fazer o balizamento das vias públicas que cortam o território, além de fazer a segurança, estendida ao entorno, com pontos de checagem de trânsito e circulação de veículos.

Além dos quartéis e das residências, existem ali dentro os estabelecimentos comerciais: padaria, bancos, farmácia que servem aos militares, seus familiares e o entorno. A Vila também possui duas Igrejas Católicas e uma Igreja Evangélica, ambas sob a responsabilidade de capelães militares – padre e pastor que fizeram concurso público e fazem parte da estrutura organizacional do Exército. Eles se reportam hierarquicamente à 1ª Divisão de Exército⁶ (1ªDE).

Podem-se encontrar diversos lugares destinados à preservação do patrimônio cultural do Exército, mas nem todos podem ser denominados museus, por não haver um rigor com relação aos acervos. O Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil⁷ (CCOPAB) possui um Espaço Cultural aberto ao público que não consta no roteiro turístico da cidade do Rio de Janeiro, mas ajuda a contar a história e remonta ao patrimônio imaterial da cidade.

Os bairros comerciais mais frequentados pelos moradores são a Vila Valqueire e Marechal Hermes, pela proximidade e porque as mulheres relatam se sentirem mais seguras nesses bairros. São também opções de lazer e compras para essa população os shoppings no bairro Jardim Sulacap e o bairro de Bangu.

A Avenida Duque de Caxias corta a Vila Militar na direção Leste-Oeste. Parte dela é destinada a caminhadas e a práticas desportivas, atividades usufruídas pelos moradores e população do entorno. A Duque de Caxias é considerada o terceiro maior espaço público no Rio de Janeiro destinado ao lazer.

⁶ 1ª Divisão de Exército, conhecida como Divisão Mascarenhas de Moraes, subordinada ao Comando Militar do Leste do Exército Brasileiro. Sob o comando do General João Batista Mascarenhas de Moraes, a 1ª Divisão de Infantaria da Força Expedicionária Brasileira, em 9 de agosto de 1943, foi para a Europa, para integrar as forças aliadas na 2ª Guerra Mundial. Atualmente, a 1ª DE possui 20 mil militares, sendo a maior guarnição militar da América Latina.

⁷ Espaço Cultural Sérgio Vieira de Mello – CCOPAB. Com exposição permanente dedicada ao Marechal Rondon, denominada Rondon, o Marechal da paz.

Nos espaços de convivência, nas churrasqueiras, nos salões de festas acontecem eventos e feiras de artesanatos, promovidos pelas esposas dos militares.

Um elemento que marca fortemente o cotidiano desse público são os diversos encontros. As mulheres entrevistadas relatam que, por não possuírem família na localidade, a opção de lazer mais barata e segura são os churrascos e as festas, onde aproveitam para estreitar os laços sociais.

Na EsAO, os alunos são, em geral, da mesma turma da AMAN, ou seja, eles se conheceram quando jovens, passaram 5 anos juntos, estudando e se tornando militares e, após a formatura, foram cada um para um lugar diferente. Separados por suas escolhas, tanto de localidade quanto das armas (especialidade: Infantaria, cavalaria, artilharia, comunicações, material bélico), se reencontram no Rio de Janeiro, como está previsto nos regulamentos e normas da carreira do oficial do Exército Brasileiro: cursar durante 2 anos, sendo um presencial e outro a distância o Aperfeiçoamento de Oficiais. Assim, essa vivência nesse território é muito maior que aperfeiçoar-se enquanto oficial. Há um reencontro, em outro momento da vida. Esses militares, agora capitães, aproveitam esse tempo de estudo e reencontro para estarem próximos aos companheiros que talvez só servirão juntos nesse espaço.

Existem diversos espaços de convivência na Vila, dentre eles a Costurinha, Feirinha da Vila Verde e do PNR I, Grupo de oração evangélico e Terço dos Homens.

A categoria antropológica “família militar” só existe na vila militar. Sem esse espaço geográfico, o espaço simbólico não se constituiria – quem mora fora das vilas não vivencia os apoios dos vizinhos, os grupos de estudos e todo o aparato simbólico que envolve essa realidade.

Figura 10 - Marco da construção – Conjunto Res. Marechal Castelo Branco



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 11 - Marco da Inauguração dos primeiros Edifícios em 1949 – PNR I



Fonte: Arquivo Pessoal

Esse modo de viver e ocupar o território é específico da Vila Militar do Rio de Janeiro. Em outras vilas militares do País pode haver semelhanças, mas, pelo fato de o espaço estar em ambiente urbano e com uma aglomeração grande de militares, o jeito de viver é peculiar.

1.2.4.2 Espaço real e espaços virtuais da Vila Militar

A Vila Militar é composta por duas grandes vilas de oficiais. A primeira, é o PNR I, onde residem os instrutores da EsAO, e militares dos demais batalhões da

Vila e por onde, durante 62 anos, residiram a maioria dos alunos dessa escola. A partir de 2012, eles passaram a residir todos na Vila Verde. Essas moradias não são suficientes para atenderem todo o efetivo de oficiais que servem na Vila. Nos anos de 2014 e 2015, a Vila Verde, além de abrigar os alunos da EsAO, passou a servir de moradia dos alunos da ECEME, pois os PNRs da Praia Vermelha se encontram em reforma. Essa foi uma peculiaridade que afetou o cotidiano da Vila, pois algumas mulheres entrevistadas relataram a decepção em estar morando em “Deodoro”; elas gostariam de morar dois anos na Praia Vermelha, na URCA. Uma entrevistada relata que não tem achado ruim morar novamente no subúrbio, por já estar adaptada ao local e gostar dele – é sua terceira vez ali.

O PNR I compreende as casas e os apartamentos mais antigos, adjacentes à avenida Duque de Caxias. Entre a Vila Verde e o PNR I, ficam a Brigada Paraquedista e seus respectivos batalhões. A Vila Verde é rodeada de Unidades Militares operacionais e localiza-se em frente ao muro do Campo dos Afonsos. Muitos aspectos da rotina e do cotidiano desses espaços são influenciados por essa localização. As mulheres que residem nas vilas residenciais, principalmente as esposas dos alunos da EsAO que moram somente um ano no Rio de Janeiro, procuram exercer alguma atividade profissional dentro da própria vila. Hoje, muitas delas fornecem serviços e produtos associados à estética, a festas, artesanatos e gastronomia. Na Vila Verde não existe nenhum estabelecimento comercial próximo; vários fornecedores de pães e outros itens alimentícios prontos frequentam-na em horários predeterminados, sinalizando que estão ali para venderem seus produtos.

Atualmente, moram na Vila Verde alunos da ECEME e da EsAO, compondo um espaço de moradia de “estudantes militares” e suas famílias. As mulheres relatam que o assunto principal entre os maridos são os estudos. Uma das entrevistadas revelou que estava estudando história para ter o que conversar com o marido, que estudava para o concurso da ECEME. Outro grupo presente são os alunos do Colégio Militar, que se localiza no bairro da Tijuca. Eles saem, também fardados, em um ônibus, às 5 horas da manhã, e retornam às 14 horas.

Nos fins de semana, as fardas não estão tão presentes, e a rotina se assemelha a de um bairro comum. Segundo as mulheres entrevistadas, os moradores, em maioria não cariocas, aproveitam esse tempo para usufruir da cidade, conhecer os pontos turísticos, ir à praia. Há os que não saem de casa para lugares distantes com medo da violência. As esposas de alunos da EsAO justificam

que, muitas vezes, não saem da Vila porque o marido precisa estudar. Nos contatos preliminares, todas fizeram questão de falar o quanto gostam dali pelo aspecto da segurança, ressaltando, contudo, a precariedade do entorno.

É que o bairro é muito restrito para assumir a totalidade do desejo urbano; as comodidades que oferece também não conseguem atender a todo tipo de comportamento do consumidor. Tem, portanto, necessidade de outros lugares dos quais os usuários possam usufruir para enriquecer seu domínio do espaço urbano em geral (CERTEAU, 2013, p. 157).

Na contemporaneidade, o espaço deixou de ser somente físico e alargou seus limites, alcançando dimensões diversas das preconizadas na modernidade. A rede mundial de computadores, o advento das redes sociais, fez com que a relação espaço-tempo se modificasse e permitisse outras formas de encontro entre os indivíduos.

As comunidades virtuais figuram como espaço de sociabilidade em que as pessoas se coligam por perceberem no outro algum tipo de relação étnica, religiosa, ideológica, por identificações primárias (CASTELLS, 2001). As relações estabelecidas rompem com os obstáculos do espaço-tempo, como é percebido no território concreto. Os territórios virtuais apresentam-se com novos contornos, novas formas de produzir e de construir identidade (RANGEL; TONELLA, 2014).

Pessoas com interesses territoriais comuns reúnem-se de forma virtual. Quem reside no território Vila Militar do Rio de Janeiro são indivíduos, em geral, não naturais do Rio de Janeiro, com desconhecimento da região e da cidade. Dessa forma, o espaço virtual permite inúmeras possibilidades. Funciona como ferramenta de divulgação das atividades laborais das esposas, das informações sobre o cotidiano e de trocas sociais. Nas comunidades virtuais ecoam as vozes dissonantes da cultura hegemônica presente no território real.

O território virtual promove esse encontro entre os moradores, reflete e convida seus membros a intercâmbios e trocas no ambiente real. O que ocorre no espaço real promove movimento no espaço virtual e vice-versa (RANGEL; TONELLA, 2014).

“EsAO Ensino” é uma das principais fontes de informação do público. Essa foi a página oficial do *facebook*, durante o ano de 2014, alimentada pelo Relações Públicas (RP) da EsAO. Dali saiam os convites para eventos oficiais, as fotos dos exercícios que os militares participam em outras localidades.

Além desse veículo formal, existem outros grupos que buscam integrar esse público: “feirinha, compra e vendas ESAO”; “ESAO 2014/ECEME 2014-2015”; “Compra e Vendas ESAO 2015”; “Compra e vendas PNR I feirinha”; “Condomínio Vila Verde RJ”. Ali, as pessoas que vão mudar para locais mais distantes e não querem levar a mudança vendem seus móveis e utensílios domésticos. Durante o ano, as mulheres que representam cosméticos e outros artigos anunciam seus produtos. São espaços para o compartilhamento de informações sobre o cotidiano da família militar. As mulheres que mudariam para EsAO, em 2015, por exemplo, estavam buscando informações sobre escolas para os filhos e articulações profissionais. Nesses grupos, exceto o “EsAO ensino”, civis podem divulgar seus produtos e serviços para os moradores. Há também a página “Paróquia São Sebastião Vila Militar”, lugar em que se divulgam os eventos religiosos da Igreja Católica.

A rede virtual ultrapassa os limites dos territórios, “assumindo a força da onipresença (ou quase)” (RANGEL; TONELLA, 2014, p. 5). As relações nesse espaço são ações sociais de territorialidade, esses são os limites, não há fronteiras sólidas, localizáveis. Alguns membros até se conhecem, outros nunca tiveram contato presencial e, mesmo assim, essa relação cria novas realidades, novas referências. A intercombinação entre virtual e real possibilita muito mais que um meio de produzir e receber informação sobre os acontecimentos do território real; abre caminho para uma manifestação das subjetividades dos atores sociais, permitindo a expressão de opiniões, a visibilidade social. “Não obedecem às regulamentações do tempo social da ação cotidiana, habitual, e nem ao tempo astronômico: dia, noite, perto ou longe (RANGEL; TONELLA, 2014, p. 7).

A Vila Militar é um espaço urbano, perpassado por todas as questões inerentes a uma grande cidade; são as demandas de uma urbe estruturando-se para receber grandes eventos e os desafios cotidianos com que os moradores e trabalhadores precisam conviver. As zonas de interseção, que se estabelecem no contexto das novas tecnologias de informação e da comunicação com a vida real, demonstra ainda mais o que já foi discutido anteriormente: o fato de as dimensões política, econômica, simbólica e cultural estarem articuladas e conectadas ao todo circunvizinho.

1.3 Mulher e família militar: papéis e lugares sociais

Aquela legião de Soldados do Brasil, engajados nos afazeres profissionais e, junto deles-animação e sustentação-suas famílias, constituindo uma infinidade de microuniversos aconchegantes de amor, força e apoio mútuo

Neto, 2015, p.6 apud Frazão, 2015

Atualmente, pode-se dizer que, com suas contínuas conquistas relativas a novos lugares sociais, a mulher ganhou espaços e possibilidades identitárias múltiplas, demandando vasto campo de pesquisa.

A perspectiva aqui adotada, contudo, diz respeito à mulher casada, heterossexual, de classe média e parte integrante de um contexto militar – dados que, junto com as escolhas teóricas consideradas, possibilitam compor um panorama das construções psíquicas, históricas e sociais desse grupo em particular.

Sempre tendo por base que as mulheres desta pesquisa habitam um território militar, e enfatizando as possibilidades de escolhas que elas possuem, alguns pontos são decisivos para tal composição: o modo como se dão as relações de casamento, quais as implicações dessas relações em suas vidas, de que modo suas famílias estão configuradas atualmente.

Se antes, sob a égide do patriarcado, a mulher desempenhava quase que somente os papéis de mãe e de dona de casa, com o advento do feminismo acaba não só por reforçar seu lugar no mercado de trabalho, como também em outros espaços sociais. Hoje, em um mundo plural, sem fronteiras, as possibilidades são múltiplas.

O primeiro objetivo deste capítulo é mapear esse espaço ocupado pela mulher atual, sem negar as conquistas do feminismo, mas desenvolvendo um olhar crítico às exigências que as ideologias feministas impõem para as mulheres contemporâneas.

O segundo ponto refere-se ao marcador identitário: mulher de militar; afinal, quem é essa pessoa entrelaçada pela cultura do Exército Brasileiro, que opta por viver ao lado de um homem que serve à Pátria e cujas obrigações impõem a si próprio e à família constantes mudanças físicas e culturais? Trata-se de uma

subjetividade construída a partir da relação com o social (cultura militar) e no social (Vila Militar).

O terceiro objetivo é fazer breve revisão bibliográfica sobre a família militar, suas estratégias de enfrentamento dos problemas e seu modo de socialização. É importante ressaltar que estudos antropológicos, históricos e na área da educação já discutiram a questão da identidade do militar e das esposas, com foco, sobretudo nas questões de gêneros e dos papéis sociais que cada parte desempenha (ADÃO, 2010; SILVA, 2008; TAKAHASHI, 2002). Contudo, a ênfase aqui será no papel das esposas de militares oficiais do Exército Brasileiro dentro da família, suas múltiplas funções e responsabilidades; daí a necessária conceituação do termo nativo “família militar”, utilizado para designar a comunidade composta pelas famílias dos militares. Haverá também breve panorama sobre as famílias militares do Exército em outros países.

1.3.1 Casamento e família – do patriarcado à contemporaneidade

A mulher possui um papel central na organização das famílias, do patriarcado às configurações da família burguesa e aos dias atuais, quando, no seio de muitas famílias, a mulher figura como a provedora e protetora do lar. Na gênese dessa discussão, encontram-se os modelos de sociedade, de casamento e as normas e ideologias culturais vigentes em cada momento histórico.

No patriarcado, a família articulava-se ao redor da autoridade venerada do patriarca. Nele concentrava-se toda força, intelectualidade e racionalidade. Um mundo masculino em que crianças, mulheres e agregados eram figuras subservientes ao mando do senhor. O papel das mulheres era procriar, com a obrigação de serem boas mães e esposas. O lugar doméstico era-lhes reservado. Com uma imagem de doçura e fragilidade, a mulher deveria ser exemplo de bons comportamentos morais e sociais. A mulher colonial vivia uma opressão social, marcada por práticas restritas ao âmbito doméstico (SAFFIOTI, 2005).

Mesmo com toda essa configuração marcada pela dominação e submissão, podem ser encontrados relatos históricos de mulheres que, na ausência dos maridos, assumiram o lugar de mando e conduziram os negócios da família, indo

além dos limites designados ao feminino. Inclusive, dentre eles, destaca-se a história de mulheres brancas e pertencentes à elite que auxiliavam seus maridos na manutenção de seus lugares sociais. Porém, mesmo com esses escassos registros, não é possível afirmar que a mulher possui um papel social fora do contexto doméstico, privado (SAFFIOTI, 2005).

Fora da elite dominante, a mulher possuía outros papéis sociais, mas, em geral, restrito ao âmbito doméstico. Como não tinham acesso ao estudo, não era possível computar suas ideias sobre as mudanças ocorridas no início do século XIX, período em que se conservaram distantes das transformações públicas. Aos poucos, contudo, a mulher urbana começa a sair de casa, aumentando o convívio social, ampliando seus espaços (SAFFIOTI, 2005).

As razões higiênicas fizeram entrar em desuso o modelo de casamento colonial. O casal que antes figurava como defensor da propriedade no século XIX passa a ser o protetor da infância; seu principal compromisso passou a ser os filhos e o cuidado com eles. A escolha do cônjuge estava vinculada às condições físicas e de saúde para procriar filhos mais saudáveis. Os argumentos utilizados para o casamento colonial eram todos rebatidos pensando na saúde e bem-estar das crianças. Surgiram novas regras para as relações matrimoniais. As inquietações higiênicas eram sobre questões físicas e morais dos noivos. Os homens consideravam condições imprescindíveis para a noiva o vigor do corpo e a pureza da alma, essa então era a mulher ideal para ser a “mãe dos seus filhos”. A mulher também aspirava a um homem sadio e esbelto. Os valores do universo matrimonial haviam mudado completamente: enquanto no casamento antigo o patrimônio determina a aliança, nesse novo modelo a hereditariedade tinha mais valor que a herança (COSTA, 1983).

Se antes o casamento era de mulheres jovens com homens mais velhos, nesse momento a imagem do homem velho passa a ser carregada de traços físicos e morais repulsivos, uma imagem de fraqueza, de desconfiança, uma vida sem encantos, amarga. Na ordem médica, a idade de ouro do homem era após a puberdade, quando deixa de ser menino e passa a ser homem, mas ainda não é velho. O pano de fundo para os ataques dos higienistas ao velho é o combate à ideia do patriarca colonial, uma maneira de desequilibrar o sistema de poder familiar, atribuindo à mulher e aos filhos o trunfo, configurando uma luta contra o absolutismo

paterno e, ao mesmo tempo, inaugurando um novo papel feminino na vida familiar (COSTA, 1983).

Os higienistas propunham regras normalizadoras e disciplinares, incluindo as morais, para a prática do casamento, que afetaram a intimidade e o relacionamento conjugal. Buscou-se fixar a sexualidade masculina na relação com a esposa, afastando os homens da prostituição, para evitar as doenças e prevenir o nascimento de filhos doentes. A opção pelo adultério era considerada um péssimo exemplo aos filhos. Inaugura-se então a defesa do amor conjugal. “Num primeiro nível, observa-se que o amor se tornou necessário à higiene porque era um dos poucos estandartes morais disponíveis na luta contra os valores patriarcais” (COSTA, 1983, p. 231). O amor que os higienistas se referiam era pragmático: uma luta contra a opressão paterna, contra o poder do dinheiro e das elites coloniais.

Baseada no modo como reagiam ao amor, a medicina definiu características que naturalmente eram próprias de cada gênero – padrões de conduta femininos e masculinos começaram a funcionar como referências. As mulheres consideradas mais frágeis, com afetos mais aflorados, caracterizada por reações mais sentimentais, mais imaginativas e sensíveis, pareciam mais propensas ao amor, em contraponto ao homem, dotado de maior capacidade intelectual, vigor físico, formado para pensar. Segundo os higienistas, somente na função parental tais diferenças poderiam ser minimizadas; na tarefa de educar os filhos surge uma nova maneira de amar. “Ser pai e mãe passou a ser a finalidade última do homem e da mulher” (COSTA, 1983, p. 238).

No final do século XX, o casamento representava a possibilidade de ter filhos, construir uma família e era a chancela da mulher para iniciar sua vida sexual. Com o advento dos movimentos feministas, as transformações sociais e científicas, o processo de secularização e a expansão do individualismo, o significado do casamento transformou-se e foi afetado pelos novos e velhos hábitos de vida que passaram a coabitar na sociedade.

Advieram-se as ambivalências: se, por um lado, há na idealização do casamento um desejo de relacionar-se e de formar um vínculo permanente, por outro, o temor de prender-se a essa relação. Com isso, os valores contemporâneos de liberdade, respeito à individualidade, satisfação de todos os desejos ficam ameaçados pelo relacionamento duradouro (DINIZ, 2010).

Porém, mesmo com todas as transformações, homens e mulheres escolhem com mais liberdade, mas a maioria ainda opta por um modelo de casamento tradicional. Féres-Carneiro (2001) aponta que as mulheres concebem o casamento como uma “relação amorosa”, e o homem como a possibilidade de “constituição de uma família”. “O casamento contemporâneo representa uma relação de intensa significação na vida dos indivíduos, tendo em vista que envolve um alto grau de intimidade e um grande investimento afetivo” (FÉRES-CARNEIRO, 2001, p. 67).

Os casamentos contemporâneos são parcerias e estão cada vez mais afetados pela dinâmica e conjuntura econômica. O sucesso financeiro depende da carreira de ambos e, em geral, homens e mulheres valorizam a construção de suas carreiras, enquanto o patrimônio familiar é construído pela soma do trabalho dos dois (DINIZ, 2010).

Um caractere, contudo, não mudou: a instituição envolve uma série de exigências e responsabilidades para ambos os cônjuges; são transformações de ordem social, cultural, financeira e psíquica que impõem ao casal novos arranjos e mudanças nos valores e crenças. Atualmente, é valorizado na relação conjugal o respeito à individualidade, sendo que as manifestações de dependência, seja ela financeira, social ou afetiva, ganham uma conotação negativa (DINIZ, 2010).

O que se apresenta na contemporaneidade é um momento de transição em que padrões de relacionamento novos e antigos coabitam num processo onde os indivíduos metabolizam transformações e refletem para assimilar ou rejeitar novas possibilidades. Instaura-se a escolha do “melhor modo de se relacionar”, sendo o julgamento sobre o “melhor” permeado pelas vivências sociais e culturais de cada sujeito. Predomina a ideia de respeito à diversidade, dentre elas, a opção pela conjugalidade tradicional, vivida entre homem e mulher.

O modelo de família nuclear já não é mais hegemônico e os modelos de conjugalidades estão mais flexíveis, implicando uma crise no conceito de família. Os discursos circulantes sobre o tema se multiplicaram, e as interações sociais mais complexas, mais indefinidas. Várias vozes manifestam-se nesse universo de idealizações e premissas sobre o “casamento ideal” e o “sucesso conjugal”. A mídia passou a ter papel importante nessa construção; são revistas femininas, programas diários sobre vida em família, programas sociais acerca do respeito às diferenças, com modos de conduta aceitos e valorizados na contemporaneidade, bem como com estratégias para enfrentar conflitos conjugais. Essas produções discursivas

acabam por fundar um modo específico de viver e de se relacionar e por afetar a produção da subjetividade de homens e mulheres.

1.3.2 Maternidade e espaço doméstico: um lugar em transformação?

Historicizar a maternidade é uma forma de desnaturalizar, dizer que nem sempre a família foi assim e que, portanto, o casamento e a maternidade são construções sociais. O conceito de família, tal como concebido hoje, está relacionado à construção social da infância e da criança. Na sociedade pré-industrial, tanto a mulher como o homem eram responsáveis pela sobrevivência, e o espaço de trabalho e lazer era a casa.

Com a industrialização, o processo de modernização e a ascensão da classe burguesa, houve a separação entre espaço público e privado. A partir desse momento, as atividades foram hierarquizadas e passaram a ser classificadas como produtivas (remuneradas) ou reprodutivas (trabalho doméstico). O trabalho doméstico era gratuito e realizado como uma forma de amor e cuidado. No século XIX, o ideal de família burguesa passou a corresponder a uma vida onde a ordem e a autoridade eram incontestadas; o espaço privado, lugar dos afetos e da intimidade, onde a natureza se poderia manifestar.

Gradativamente, a família qualificou-se como situação social alternativa para as ruas, instituição que acolhe a criança, ensejando-lhe o desenvolvimento.

Ariès, autor francês, referência primária sobre infância, estudou a família e a vida diária comum. Em seu livro *História social da criança e da família*, apresenta a tese de que as atitudes em relação às crianças progrediram, evoluíram com as mudanças econômicas e avanços sociais, até consolidar-se no século XVII, enquanto conceito e elemento constitutivo da família. O discurso sobre a infância está vinculado à emergência da percepção da especialidade do infantil na modernidade.

Na Idade Média, as crianças misturavam-se aos adultos assim que fossem consideradas capazes de viver sem as amas ou sem as mães; isso se dava por volta dos sete anos de idade. Não havia uma área privada; a família transmitia os bens e o nome aos seus descendentes.

No final dessa era, a criança conquistou um lugar junto aos seus pais, antes confiado a estranhos. A volta das crianças para o lar promoveu uma ruptura com o modelo de família medieval, obrigando os pais a pensarem no cotidiano e na educação delas. O modelo de família moderna ainda não se havia concretizado; havia grandes sociabilidades hierarquizadas e comandadas pelo chefe de família (ARIÈS, 2012).

Aos poucos, surgiu a preocupação com a educação do infante e com os problemas dessa fase de vida. As novas ciências trouxeram discursos admitindo que a criança ainda não estava madura para ingressar no mundo adulto. Com isso, a família deixou de ser uma instituição de transmissão de bens e nomes e passou a assumir um papel moral e espiritual. Essa nova relação abarca nova afetividade: o sentimento de família moderna (ARIÈS, 2012).

As crianças precisavam ser preparadas para a vida, e os pais e os colégios tinham a função de retirá-las do mundo adulto e prepará-las para ter uma “vida boa e santa”. A escola com o regime disciplinar, muitas vezes internatos (ARIÈS, 2012).

A família moderna era composta por pais e filhos, agrupados a parte da sociedade e cuja tarefa principal era o cuidado com as crianças – transformações observadas no seio das famílias de burgueses, nobres e lavradores ricos. Os mais pobres conservaram, até o início do século XIX, o padrão das famílias medievais: crianças afastadas dos pais, e indivíduos com prazer de estar em grandes grupos. O modelo moderno de família triunfou na medida que a sociabilidade diminuiu, reforçando a intimidade e a noção de identidade entre seus membros. As relações de vizinhanças e as tradições ficaram desvalorizadas, sobressaindo a noção de individualismo e negando a densidade social que não permitia a existência do sentimento de família. A casa deixa de ser o lugar público em que se misturavam vida pessoal e profissional.

No espaço público, exercia-se a parentalidade, e no privado, a conjugalidade; a intimidade do casal ficou reservada dos olhares dos outros. Instaurou-se uma nova arquitetura da casa familiar que, no século XX, congrega divisões bem definidas, e seus contornos expressam a preocupação em se defender do mundo.

Para Ariès (2012), o público não é apenas o político, mas o espaço de sociabilidade oposto à clausura do doméstico e da família. O processo de constituição de uma esfera privada passa pelo entendimento de “família moderna/domínio dos afetos”. A imagem da família como refúgio, *locus* privilegiado

de afetos e de intimidade, contrapõe-se à lógica mercantil, competitiva e impessoal das esferas de produção.

O domínio público era o lugar na sociedade para o jogo adulto. A criança era concebida como vulnerável e merecedora de proteção, alimento e conforto, e as relações familiares, glorificadas. Discutia-se direito de ser amado para além do direito à existência. Aos poucos, percebeu-se que a família poderia executar a manutenção daquele ser desamparado – função natural da família (ARIÈS, 2012).

A casa tornou-se espaço de lazer, e as fábricas e escritórios, espaços de trabalho. A vida na era industrial é dicotômica, com lugares sociais bem definidos. Homens são do domínio público, e mulher, do privado. Nessa configuração, a mulher ocupa o lugar de mãe e/ou da pessoa responsável por apoiar física e emocionalmente o marido e os filhos, por meio da capacidade de auxiliá-los na tarefa de relaxar e de atenuar as “duras” atribuições da vida produtiva: o trabalho e a escola. O trabalho da mulher-mãe na cena moderna é em tempo integral, não remunerado e carregado de valor psicológico (ROCHA-COUTINHO, 2010; ARIÈS, 2012).

O lugar familiar da mulher foi deslocado nas últimas décadas, afetando os processos de subjetivação e os contextos sociais das famílias.

A maioria dos estudos em psicologia sobre donas de casa possui uma crítica à escolha da mulher em ocupar exclusivamente esse lugar. Os estudos possuem, muitas vezes, uma perspectiva feminista em que critica o papel de mulher-mãe-esposa-dona-de-casa, além de enfatizar as desvantagens dele. Não se trata de defender um lugar social, mas de tentar entender os significados das falas das mulheres que escolhem ou são impelidas a permanecerem nesse lugar. Embora se reconheça as assimetrias de gênero e a divisão do trabalho ancorada nas diferenças sexuais, aqui não se adota uma discussão de gênero, mas, sim, uma perspectiva da construção da subjetividade de uma mulher contemporânea, marcada por uma vivência cultural específica.

No final da década de 50, com o fim da Segunda Guerra mundial, houve nos EUA um movimento que recrutava as mulheres trabalhadoras das fábricas a retornarem para os seus lares. Os combatentes precisavam ocupar novamente seus postos de trabalho, e os meios de comunicação divulgavam amplamente a importância de a mulher voltar a ocupar seu lugar de esposa, mãe e responsável pela vida doméstica. As propagandas mostravam donas de casas felizes e

realizadas. Houve uma supervalorização ao atribuir-lhes um papel fundamental na estruturação do lar e do espaço doméstico. Ao mesmo tempo em que essa ideia era propagada, houve uma redução do mercado de trabalho para elas. Tal cenário possibilitou o surgimento do sentimento de culpa das mulheres que saíam de casa para trabalhar, pois acreditavam que poderiam estar causando sofrimento ao marido e aos filhos. Os discursos circulantes da época reafirmavam que o trabalho da dona de casa era uma ocupação valiosa tanto quanto as demais profissões (ROCHA-COUTINHO, 2010).

Tal movimento promoveu a ruptura com a depreciação do espaço privado; nesse contexto, surge a denominação “rainhas-do-lar” e a família perfeita era sinal de que ali havia uma mulher, mãe e esposa que cuidava de tudo (ROCHA-COUTINHO, 2010).

Vale ressaltar que esse movimento se deu em condições sociais burguesas, voltado para as mulheres americanas, brancas, heterossexuais e de classe média e alta. Valorizava-se o modelo de casamento e família tradicional, com papéis sexualmente demarcados. Homens com função pública, produtiva, remunerada, com participação política e autonomia pessoal. Já à mulher, naturalizada, cabia exercer a função reprodutora, com atividades gratuitas de subsistência, no âmbito doméstico, numa situação de dependência financeira e social.

Desde o início do século XX, o ideal de família burguesa sofreu reveses: a ordem de gêneros foi alterada, os direitos sociais das mulheres foram legitimados e, na esfera pública, o homem deixou de ser o provedor exclusivo. Com o advento dos movimentos feministas, dos avanços científicos e tecnológicos e das mudanças históricas, as mulheres ganharam a opção de escolher se seriam ou não mães, separando a sexualidade da maternidade, de modo que atualmente ela pode exercer os papéis materno e profissional ao mesmo tempo. Inclusive, muitas famílias preparam as filhas para serem profissionais e também donas de casa. Porém é no espaço doméstico que se encontram os principais desafios, tais como dividir de forma igualitária as tarefas domésticas, ser responsável pela educação dos filhos e conciliar a realidade profissional com as exigências do lar (ROCHA-COUTINHO, 2010).

Na contemporaneidade, é possível visualizar diversos arranjos familiares com membros que interagem de forma mais simétrica, estabelecendo lugares sociais mais flexíveis. Tanto no Brasil como em outros países, a maternidade demarca um

tempo de mudanças na vida da mulher, com adaptação da vida profissional para atender aos filhos e ao novo cotidiano. O nascimento de uma criança modifica a dinâmica da casa e, muitas vezes, traz consigo uma série de tensões com as quais a mulher não está acostumada a lidar. Em consequência, um número crescente de mulheres das classes média e alta optam por deixar seus trabalhos para cuidar dos filhos e viver uma vida menos conflituosa, ou, na outra ponta, armam-se de uma estrutura dispendiosa – babá, creche, cuidadores –, capaz de suprir sua ausência.

Durante muito tempo, a maternidade foi inscrita no corpo feminino, a ponto de ser prioridade de vida, fonte de realização e felicidade, com papel fundamental no bem-estar da família, onde a mulher-mãe servia como a intermediária entre pai e os filhos. Uma identidade atrelada ao lar e a família.

A partir do século XX, as possibilidades ampliaram-se: houve a dissociação entre procriação e sexualidade; possibilitou-se maior acesso à educação; abriram-se oportunidades de trabalho e houve conquistas políticas e econômicas, num movimento de garantir a independência feminina. Dessa forma, muitas delas escolhem viver outras experiências que não a maternidade (ROCHA-COUTINHO, 2003).

Rocha-Coutinho (2003) relata que, em suas pesquisas com homens e mulheres de classe média, circulam dois tipos de discursos: por um lado, o das mulheres inseridas no mercado de trabalho e, por outro, o imperativo “a melhor pessoa para cuidar dos filhos é a mãe e o homem possui um papel coadjuvante na relação com os filhos”. Assim, permanece ainda, em alguns grupos sociais, a crença de que a unidade mãe-filho é universal e de que a criança só conseguirá desenvolver-se de forma plena e sadia com a presença física da mãe ao seu lado o tempo todo. A maternidade figurar-se, em alguns casos, como essencial à condição feminina (ROCHA-COUTINHO, 2003).

O trabalho doméstico e os cuidados com o lar envolvem várias atividades, desde a limpeza e organização da casa aos cuidados com os filhos.

Na maioria das vezes, compete às mulheres donas de casa o cuidado absoluto com os(as) filhos(as), tais como levar e buscar na escola, dar ou mandar tomar banho, providenciar alimentação e fazê-los(as) se alimentar, comprar presentinhos para amigos(as), levar nas festinhas, ajudar nas tarefas de casa, ir às reuniões, levar ao médico, etc. Cabe às donas de casa, também, providenciar os consertos domésticos (encanador, eletricista, manutenção de equipamentos, etc); fazer um gerenciamento financeiro (pagar contas e serviços, fazer as compras de feira, supermercado,

vestuário, etc), além das demais ocupações com a limpeza da casa, etc. A complexidade dessas tarefas é ignorada e, conseqüentemente, as donas de casa são ignoradas. Não se valoriza o trabalho que se tem em criar condições necessárias para o bom desenvolvimento e funcionamento da família (SANTOS, 2014, p.30)

Santos (2014) apresenta uma pesquisa realizada com mulheres donas de casa que por opção vivem para cuidar do lar e dos membros da família. Elas optaram por exercer um papel tradicional, incorporando, de forma natural, o trabalho doméstico, privado, sem contrato e sem as formalidades que envolvem o mercado padrão. Aparentemente sem responderem a autoridades e hierarquias, é vendida, de algum modo, a ideia de estarem “livres dos estressores” do trabalho remunerado. Contudo, o estudo contesta essa visão de que o espaço doméstico é isento de sofrimento e adoecimento. Inclusive, pesa-se ainda a invisibilidade que o acompanha, muito embora possua grande valor social e econômico. Nos dias de hoje, ainda é raro verem-se homens dedicando-se às tarefas do lar, como se o espaço doméstico fosse exclusividade feminina.

A discussão sobre o valor do trabalho doméstico passa pela perspectiva da divisão entre espaço público e privado, considerando que o privado é reprodutivo, responsável pela manutenção da vida, enquanto o público, o *locus* do trabalho produtivo. Saffioti (1987) afirma que os afazeres domésticos não são considerados trabalho, por fazerem parte da manutenção das condições de vida, sem terem valor monetário. A mulher, nessa perspectiva, ocupa um lugar naturalizado, biologicamente determinado pela maternidade e reforçado pelo valor da mulher-mãe como um “bem incalculável”.

No momento, atualizaram-se novos paradigmas para a mulher contemporânea, mas perdura ainda a construção de um específico “ideal de mulher”: aquela que seja capaz de buscar um espaço no mercado de trabalho, sinta-se valorizada profissional, conjugal e socialmente, além de ser capaz de cuidar da administração do lar, da educação dos filhos e de manter contatos sociais, num acúmulo exacerbado de papéis e de funções (SANTOS, 2014).

Nas pesquisas realizadas por Rocha-Coutinho e colaboradores (2010), as mulheres das camadas médias urbanas percebem o homem como o principal responsável pelo provimento financeiro e a mulher como a cuidadora dos filhos e da casa – distribuição fixamente ancorada na divisão sexual do trabalho. Seus estudos

apontam também a centralidade da maternidade na vida da mulher, o desejo e a satisfação em gerar, parir e amamentar os filhos (ROCHA-COUTINHO et al., 2010).

A chegada dos filhos muda a forma de conjugalidade e a maneira como a mulher se vê e se apresenta socialmente. Procurar conciliar vida familiar e trabalho não as exime da culpa por não acompanhar os primeiros anos dos filhos, bem como da preocupação com as implicações que seu distanciamento físico acarreta no desenvolvimento geral da criança (ROCHA-COUTINHO, 2010). O fenômeno descrito como “retorno ao lar” assemelha-se ao movimento da década de 50 que ocorreu nos EUA, em consequência do final da Segunda Guerra (ROCHA-COUTINHO, 2010).

Quando Rocha-Coutinho apresenta seus resultados, ela discute que muitas mulheres não optam por abandonar uma carreira e retornar ao lar, mas são impelidas a fazê-lo, pois conciliar as exigências da maternidade, da vida conjugal e da carreira profissional se tornam uma tarefa não muito fácil.

Pesquisas com mulheres casadas com civis (SANTOS, 2014; ROCHA-COUTINHO, 2010) afirmam que elas contam com o apoio de empregados e familiares, mas nem sempre dos companheiros. No universo militar, o fenômeno apresenta-se de outra forma: sem contar, muitas vezes, com o apoio da família extensa, a mulher precisa dar conta das demandas da casa, apoiar o marido nas atividades da carreira, organizar a vida da casa, dos filhos e equacionar essas questões de ordem prática, com a construção de suas possibilidades subjetivas, reafirmando o valor econômico e social do trabalho da mulher, dona de casa (SILVA, E., 2013)

1.3.3 Família dos militares

Definir casamento envolve esclarecer que existem diversas maneiras de formalizar uma união entre dois indivíduos que buscam coabitar. Tradicionalmente, o casamento era um registro civil feito em cartório ou no decorrer da cerimônia religiosa. Na década de 1980, a coabitação era vista como passo preliminar ao casamento (FÉRES-CARNEIRO, 2001). Mas o novo fenômeno jurídico da união estável possibilitou novo arranjo social, também considerado com peso idêntico ao

da relação conjugal. Desde que os conviventes sejam vistos socialmente juntos por período definido, os direitos e deveres previstos por lei podem ser aplicados.

Segundo Bourdieu (1996), cada indivíduo possui hábitos de comportamento, linguagens e modos de vida cotidiano relacionados com o seu mundo e próprios àquela categoria social.

Para tornar-se mulher de militar e ingressar nesse universo, o ritual passa ou pelo casamento formal civil e/ou religioso ou ainda por oficialização da união estável do casal, o que desencadeia processos subsequentes: direito de morar na Vila Militar, constituição da família, inserção na cultura militar e convivência dentro da “família militar”.

Nesse sentido, faz-se necessário descrever o significado do casamento – acontecimento disparador da mudança que promove uma ruptura na biografia das mulheres, irrompendo formas de enfrentar e de recriar certas dimensões da existência. Figueredo (1993) afirma que esse tipo de acontecimento-ruptura se instaura quando há um esgarçamento de sentido para quem o experiencia; a partir daí o sujeito não consegue mais se representar como antes.

Discorrer sobre o casamento, e suas implicações para as produções subjetivas, implica lançar o olhar para vários pontos distintos, numa constatação das transformações na vida dos envolvidos. Para a mulher de militar, a união promove, inclusive, uma ruptura parcial com a vida civil: ao optar por conviver e estabelecer laço conjugal com um militar, ela inicia um processo de familiarização com os valores e modos de vida adotados por ele.

No casamento, há uma progressiva reformulação de realidades que antes eram apenas individuais, mas que passam a interagir. Segundo Féres-Carneiro (2010), o casal vive três etapas para se chegar à construção da conjugalidade. No início da vida em comum, há um desconhecimento de hábitos, modos de vida, opiniões dos parceiros. O desejo de conhecer melhor o outro vem como elemento motivador para a próxima etapa: a construção de uma identidade comum, permeada não só por um sentimento de maior segurança e conforto, como também pelos valores militares, considerando-se que a carreira do marido é tomada de exigências. Na terceira fase, retomam-se os objetivos pessoais, exigindo que o casal delimite espaços comuns e individuais – período com forte interferência do contexto doméstico, pois ambos já estão absorvidos pelo universo construído (FÉRES-

CARNEIRO, 2010). A realidade comum estará marcada pelo sistema de crenças, valores e regras das famílias de origem, de cada um dos parceiros.

Na vida do casal cujo homem é militar e a mulher oriunda de outra cultura que não o meio militar, além das exigências da instauração da vida conjugal, exigência própria de todos os casamentos, há também uma adaptação à nova cultura, um modo de viver específico, marcado pela saída de perto da família e o rompimento com os valores e culturas de origem (ADÃO, 2010). Um homem que, ao fazer o seu compromisso profissional, jurou dar a vida pela pátria e abdicar dos seus interesses pessoais para servir aos da nação, assumiu, de antemão, compromissos dos quais não poderá abster-se. Por sua vez, a mulher que casou com esse homem vai constituir uma identidade comum dentro de perspectiva anteriormente firmada (SILVA, E., 2013).

Já a terceira etapa, retomada dos projetos individuais e delimitação do espaço de cada um, fica muitas vezes prejudicada; tais projetos tiveram de estacionar no caminho, sem data certa de retorno. Além disso, o contexto doméstico não pode ser muito compartilhado; a maior parte do tempo desse homem está tomada com o compromisso firmado junto à Instituição Militar (SILVA, E., 2013)

Nesse modelo de casamento, é preciso estabelecer uma zona de interseção. Mas o conflito ainda perdura: de um lado, os ideais individualistas impulsionam o sujeito a buscar a autonomia e, de outro, a compartilhar com o parceiro uma realidade comum, com projetos conjugais acordados por ambos (SILVA, E., 2013).

O que se percebe é que, na maioria das famílias dos militares do Exército Brasileiro, o homem ainda é o principal provedor das despesas da casa. Algumas mulheres trabalham, mas grande parte das esposas de oficiais realiza atividades filantrópicas ou possui trabalhos esporádicos que não configuram uma carreira (PINTO, 2014).

Embora existam poucos estudos sobre esposas de militares, alguns autores vêm pesquisando o “o lado escuro da lua”, ou seja, as mulheres de militares que escolhem construir uma vida ao lado deles.

As principais referências bibliográficas são os estudos sobre dinâmicas conjugais e instituições totais (SILVA, E., 2013); as famílias de militares do Exército brasileiro, sob a perspectiva antropológica, com famílias de oficiais que servem na AMAN (SILVA, C., 2013); dissertação sobre as mulheres de militares casadas com oficiais alunos da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (CHINELLI, 2008).

Esse referencial teórico é o alicerce para tratar da construção da subjetividade de uma mulher envolta nesse universo singular.

A pesquisa de Silva, C. (2009) afirma que existe um “modelo de família” esperado pelo Exército, diretamente vinculado à profissão do marido e com cumprimento de suas exigências. As atividades cotidianas imprimem o tom da configuração da família. Em outras palavras, se a mulher trabalha, ela não está tão disponível para cumprir as tarefas de “boa mãe e esposa”.

Esse modelo de família militar impõe à mulher uma série de deveres: acompanhar o marido nos diversos deslocamentos de local de trabalho (em média a cada 3 anos); se possui uma carreira, manter o elo de união da família; administrar a casa; cuidar dos filhos na ausência do marido; ser a apoiadora da carreira do marido; enfim, disponibilidade para assumir papéis públicos (caso das esposas de comandantes) e frequentar festas e confraternizações da família militar. Além das regras comportamentais, como ser discreta nas falas e atitudes, para não comprometer a carreira do marido, principalmente quando se trata dos parâmetros hierárquicos (SILVA, C. 2009).

“Tornar-se militar significa, acima de tudo, deixar de ser civil” (CASTRO, 2009, p. 24). E ser esposa de militar? Segundo Silva C. (2009), as famílias dos militares passam por um processo de socialização com a cultura militar, incorporando valores, linguajar e o jeito de viver dos militares, construindo um “modelo de família”, reforçado por contingências e diversas transferências dentro e fora do território nacional e pela postura da mulher que, mesmo trabalhando, cuida da casa, dos filhos e apoia o marido nas exigências da carreira.

Tanto as esposas mais jovens como as mais velhas possuem o mesmo padrão de relacionamento, que gira em torno de uma família cujo núcleo funciona como condição para adaptar-se à carreira do marido. A maioria dos casais mora em vilas militares, e as amizades estão dentro desses limites geográficos (SILVA C., 2009).

Adão (2010) discute a questão da centralidade da carreira do marido na vida feminina, destacando a adesão pelas esposas dos oficiais aos valores militares. O projeto da família passa a ser a carreira do marido, e a dedicação da esposa é fundamental para alcançarem os objetivos propostos; com isso, as esposas percebem que seus sacrifícios pessoais foram recompensados.

Para o cadete, a entrada na AMAN é o início de um projeto individual que possui caráter totalizante e exige a aquisição de novos valores e características institucionais. Na análise da autora, fica claro que o ambiente da Academia facilita a formação de um grupo genuíno, “grupo homogêneo e com forte ligação e coesão interna” (ADÃO, 2010, p. 4). Com as mulheres ocorre algo semelhante pois, embora não compartilhe os mesmos objetivos, vivem situações de vida semelhantes, com condições parecidas. Para Adão (2010), o militar, ao casar-se, reforça os valores institucionais e firma um contrato que lhe garantirá o suporte necessário às exigências da carreira.

As mulheres aderem ao projeto de vida e dedicam-se à vida familiar, reafirmando sua contribuição à carreira do marido. Na profissão militar, a mulher tem um papel e existe um padrão de conduta esperado para ela – comportamento semelhante ao do marido. Quando a mulher trabalha circula em várias redes sociais, possui mais experiências e elabora mais projetos pessoais (ADÃO, 2010).

Em dois estudos recentes com essas esposas, os resultados confirmam que a maior dificuldade por elas enfrentada são as constantes transferências e, como consequência, o afastamento dos amigos e da família de origem. Paralelamente, a dificuldade de construir uma carreira (ADÃO, 2010). Outra pesquisa apresenta relatos sobre as múltiplas mudanças e suas dificuldades no processo de socialização dos filhos, manutenção dos vínculos estabelecidos e ausência de apoio familiar pelo distanciamento geográfico (CHINELLI, 2008).

Dessa forma, estabelece-se uma nova relação entre essas pessoas “exiladas” ou ainda desterritorializadas que se autodenominam “Família Militar” (PINTO, 2015). Seus membros formam mais que uma rede de apoio, pois organizam atividades que correspondem a um projeto social, cujos valores e vivências são compartilhados e cujo sentimento de pertença à Instituição forte vem a fortalecer ainda mais os vínculos (ADÃO, 2010). Vale lembrar que os maridos escolheram ser militares e, como tal, as esposas sentem-se parte da carreira.

Chinelli (2008) faz uma análise da vida das mulheres de militares, estabelecendo uma relação de gênero, e ressalta os elementos de controle social. A autora discute a associação simbólica existente entre mulher e natureza, ressaltando o pertencimento da mulher ao espaço doméstico e privado, com atividades ligadas à manutenção do lar e aos cuidados com os filhos. Na sua pesquisa etnográfica, ela relata que a principal preocupação eram as transferências e os impactos que essas

mudanças acarretavam para a vida das crianças e delas próprias. A pesquisa realizou-se no Edifício da Praia Vermelha, no EPV. As entrevistadas descreveram-se como profissionais do lar e relataram a impossibilidade de os maridos assumirem atividades com a casa e os filhos, em função das exigências da carreira – dado que as impede também de trabalharem fora de casa e as levam a trabalhar com os maridos. Essa é mais uma pesquisa que deixa evidente o papel social da mulher no trabalho e na carreira do homem militar.

O papel público da mulher está relacionado à carreira do marido, se ele exerce uma função de comando dentro de uma unidade militar, elas precisam organizar eventos, como chás, festividades, almoços beneficentes, comemorações de aniversários e outras que servem para manter unida a “família militar”. Um papel descrito na pesquisa de Chinelli (2008) foi o da esposa do oficial mais antigo da ECEME, reconhecida como “Xerife”, aquela que coordena as atividades durante o ano. Ela propõe eventos e cria entre as mulheres o espírito de corpo necessário para o fortalecimento dos vínculos com a Instituição.

Algumas famílias possuem configurações diferentes; em alguns casos, os dois são militares ou se conheceram no ambiente de trabalho ou no curso de oficiais temporários, ou ainda se tornou militar para acompanhar o marido. Nesses casos, a mulher é transferida junto com o marido, mas quando eles assumem postos de comando, elas voltam à condição de “esposa de militar”, que organizam as festividades próprias desse lugar social (SILVA, C. 2009).

As mulheres de militares são descritas como “anfitriãs impecáveis” (CAVILHA, 2009, p. 136)

A esposa, sempre disposta ao lado do marido, recebeu um buquê de flores no final da solenidade, indicando que ela também era homenageada – afinal, as esposas são parte importante e ativa na construção da carreira militar. *A esposa também deve ter vocação militar.* Nesse aspecto, vale acrescentar que é uma carreira construída em casal, sendo a mulher absolutamente necessária para a construção do homem militar. Desse modo, ela ‘veste a farda’ com o marido (CAVILHA, 2009, p. 147).

As palavras de Cavilha explicitam o valor dado às mulheres nesse universo. Existe uma prescrição protocolar que determina as homenagens a ela concedidas e o reconhecimento público pelo apoio dado ao marido e pelas suas ações dentro da comunidade “família militar”.

Silva, E. (2013) apresenta, como um desafio que se impõe à conjugalidade contemporânea e ao fazer cotidiano da família, o fato de que, de um lado, existe um ideal de fusão afetiva e, de outro, um investimento na individualidade. Mostra que os modos de gratificação e realização inerentes às conjugalidades marcadas pelas exigências da carreira militar. Discute também o desequilíbrio feminino quando comparado o trabalho remunerado desempenhado pelo homem aos afazeres da casa pela mulher. Nesse tipo de relação, as mulheres buscam conciliar suas necessidades com a dos cônjuges.

Para a mulher, o sucesso profissional do marido se deve ao seu apoio, ou seja, ela trabalha pela acessão profissional do marido, investindo com ele na mesma carreira. A autora conclui ainda que esse modelo de conjugalidade, embora apresente amarras para a profissão da mulher, enseja uma série de outros significados também valorizados por ela (SILVA, E., 2013).

Dentro das famílias de militares podem-se encontrar aquelas que vivem do que Hall (2014) chama de *tradição*: pessoas que tentam recuperar a identidade perdida e buscam viver as certezas que pensavam ter em suas cidades de origem, mesmo se essa condição anterior fosse mera ilusão. É possível encontrar quem viva buscando redescobrir suas certezas e outro grupo de famílias que opta por se assumir “em transição”, ao viver as diferentes culturas e experienciar a diversidade das tradições culturais que existem em cada região nacional e por vezes de outros países também. Seus participantes buscam equacionar, produzir uma identidade que seja o resultado dessa interseção cultural presente no mundo globalizado.

Hall (2014) propõe o conceito de *tradução* que explica bem o que essas pessoas vivenciam: elas se deslocaram de sua terra natal, ao mesmo tempo que mantêm os vínculos com os lugares de origem e com as tradições, mas não nutrem a esperança de um retorno ao passado.

Fazendo um breve paralelo com a cultura militar e as pesquisas sobre famílias militares no Brasil, serão apresentados estudos representativos encontrados na literatura internacional sobre a família militar em outros exércitos. Nessas pesquisas, é possível encontrar algumas semelhanças, principalmente quanto à conduta dos militares ser pautada em regras, normas e pressupor a entrega da vida, se necessário, pela defesa do Estado. O Exército é uma instituição que requer grande parte do tempo, da energia, envolvimento e sacrifícios. O autor afirma que

tanto o Exército quanto a família são instituições “gananciosas”, ou seja, exigem alto investimento por parte do indivíduo (SEGAL, 1999).

Dessa forma, o espírito de grupo desses profissionais condiciona todos os modelos de relacionamento dentro e fora do ambiente de trabalho e estende esses padrões às famílias. Corroborando essa afirmação no Brasil, Silva C. (2009) afirma que “a casa é a extensão da caserna”.

Em um estudo sobre os impactos da profissão militar do Exército Português na dinâmica familiar, Baltazar (2010) listou os principais: a) dificuldade de a esposa manter uma carreira; b) instabilidade matrimonial; c) instabilidade no percurso escolar dos filhos; d) desafio de integrar os filhos em estabelecimentos de ensino não militares; e) amigos na maioria militares; e f) o lazer e tempo livre ocupados com famílias dentro dos círculos de militares. Dados ainda indicam que aproximadamente metade dos sujeitos pesquisados já tiveram a necessidade de abdicar de sua atividade profissional para acompanhar o cônjuge. Ademais, o militar está sujeito a situações de perigo, afastamento e ausências familiares; com isso, o stress no trabalho é algo presente e reflete no bem-estar da família (BALTAZAR, 2010).

Estudos sobre as famílias dos militares no Exército Português afirmam que os militares veem as missões de paz de forma positiva, pois serão bem remunerados; em contrapartida, enfrentam enormes desafios para promoverem os ajustes necessários no âmbito familiar. Falhas na forma de lidar com esses desafios podem levar a significativa angústia (MARTINS, 2013). O cônjuge não militar, por não ter experiência na cultura militar, pode enfrentar dificuldades por não compreender os signos partilhados pela cultura. Outro fator de risco à saúde mental das famílias, apontado pelas pesquisas, são as mudanças geográficas, por promoverem rupturas e perdas de contato com amigos e comunidade (MARTINS, 2013).

Nos EUA isso também ocorre e recentemente a primeira dama Michelle Obama tomou para si uma agenda de reivindicações sociais das famílias de militares, buscando rever e dirimir problemas enfrentados pelas esposas e filhos dos militares.

As famílias dos militares americanos moram em fortes, com a infraestrutura necessária, mercados, escolas. O governo possui programas de apoio psicológico e social para as famílias das tropas que estão empregadas em missões em outros países, configurando uma rede de apoio que oferece desde grupos com discussões

focais sobre os desafios vividos na ausência dos maridos a assistências múltiplas para os filhos.

Em pesquisas sobre a cultura do Exército de Israel e sua influência na vida das famílias, Eran-Jona (2011) afirma que os militares, além de serem profissionais e fazerem parte do mercado de trabalho, são também instrumento do Estado e uma Instituição social que representa ideologias nacionais. Suas vivências constroem relações de gênero, concepções sobre masculinidade e definem o papel da mulher a partir do lugar masculino. Esse estudo faz uma revisão da literatura a respeito do apoio social que as esposas de trabalhadores realizam para as organizações, enfatizando o papel da mulher no apoio emocional e social.

Vale ressaltar que em Israel, diferentemente de outros países (EUA, Canadá e Portugal), os militares estão empenhados em defender suas fronteiras e não são quase deslocados para missões externas. O oficial vai para missão durante a semana e retorna para casa no fim de semana. Outra peculiaridade do militar israelense é que as famílias vivem em cidades civis e não em bases militares, forte ou vilas militares; assim, não existe uma comunidade militar para apoiar as mulheres e seus filhos (ERAN-JONA, 2011).

Os resultados dessa pesquisa indicam que há um “tipo ideal” de mulher de militar, ou seja, aquela que assume a responsabilidade da casa e dos filhos. Em outras palavras, para que o homem possa assumir o compromisso civil público, as mulheres precisam carregar o peso do serviço doméstico privado (ERAN-JONA, 2011).

Porém, a contribuição mais relevante desse estudo está na descrição das exigências impostas pela cultura ao militar a sua família. O autor ressalta o “culto ao sacrifício”, descrita por meio de seis características reveladas pelos informantes:

- 1) Há uma carga de trabalho exaustiva, pois quase toda a vida é dedicada ao trabalho.
- 2) As condições de trabalho são extenuantes e impossibilitam o planejamento do tempo, já que o objetivo-fim do treinamento do soldado é engajar-se em guerras e sacrificar a vida pelo Estado. Assim, o status maior é ter prontidão para arriscar sua vida pela defesa do Estado.
- 3) O perigo de vida é um fator central na construção da masculinidade hegemônica, enquanto essa condição impões para as mulheres o medo constante de perder o marido.

- 4) A incapacidade de planejar o tempo reflete profundamente na vida das famílias; o militar em Israel precisa estar em constante prontidão para ser chamado para atuar.
- 5) O tempo com a família foi denominado de “tempo emprestado”, assim a família não pode planejar férias, nem a esposa pode fazer planos para sua vida pessoal contando com o apoio do marido.
- 6) O trabalho do militar tem precedência sobre qualquer outra coisa, pois a instituição tem o status de prioridade (ERAN-JONA, 2011).

No Exército de Israel as incertezas com relação à carreira e às transferências do militar colocam restrições à família. A cultura militar espera obediência, impõe ausências prolongadas; quanto mais tempo o oficial passa fora de casa, mais ele é visto como dedicado. Essas ausências aumentam o desgaste físico e emocional das esposas, que relatam não possuírem, muitas vezes, recursos emocionais para lidar com essas questões. As do Exército Israelense relatam não poderem confiar em seus cônjuges para tomarem parte ativa na vida familiar. Sentem como se elas fossem recrutadas para servir dentro de casa, como assistentes do marido, fornecendo-lhe o apoio necessário para o bom desempenho. Um trabalho invisível (ERAN-JONA, 2011).

Outro exemplo de família militar que possui praticamente as mesmas características que no Brasil e em Portugal é a do Canadá – igualmente deslocada dentro do território e com estilo de vida que resulta em construções subjetivas próprias. Para dar suporte essas famílias, as Forças Armadas Canadenses possuem serviços de apoio. Dentro da estrutura organizacional de defesa existe o serviço de Bem-estar e Moral, que busca promover ações para facilitar a vida das famílias expostas a desafios, deslocamentos geográficos e riscos à vida, dentre eles a divisão da Família Militar, com mais de 30 centros de apoio à família, com rede de programas e serviços dentro e fora do território canadense. Inclui um *call center* com atendimento 24 horas, bilíngue, buscando atender às necessidades operacionais e da família militar. São conselheiros treinados que promovem um apoio confidencial, desvinculado da cadeia de comando, com serviços específicos para o estilo de vida da família militar. Esse serviço existe há 25 anos.

Outra ação do Exército Canadense é voltada para promover a saúde mental dos militares e suas famílias; são mais de 150 profissionais das áreas de enfermagem, serviço social, psiquiatria, que atuam de forma interdisciplinar,

buscando auxiliar nas dificuldades de ajustamento, em questões relacionadas ao trabalho, nos momentos de distanciamentos dos cônjuges que foram empenhados em missões, nas separações dos amigos, na inserção em novas comunidades e nas situações de violência doméstica. Atuam também antes e depois com o militar que foi empregado em tropas fora do país. O serviço oferece intervenções breves, tratamentos para situações de crise, orienta e encaminha solicitações administrativas e busca também, orientar a cadeia de comando em como lidar com essas questões.

Na interface trabalho-família, a Instituição Exército como órgão empregador possui diversas peculiaridades que afetam a vida dos seus membros e respectivos familiares. Uma instituição “totalizante” (CASTRO, 2009), ou ainda “gananciosa” (SEGAL, 2007), que abarca quase todas as áreas da vida do indivíduo. Tal realidade profissional tem sido estudada desde os anos 70 pela sociologia militar, no intuito de relacionar as transformações do mundo no âmbito da defesa e os entendimentos teóricos recentes que apontam as condições de trabalho como capazes de afetarem a natureza da organização militar e as culturas militares (MOSKOS, 1986).

Moskos (1986) iniciou uma série de estudos que refletem no como as instituições militares estão se transformando e inclinando-se, em diferentes graus, para um modelo mais organizacional, não impondo ao profissional um estilo de vida, mas sim uma postura de trabalhador. Essas transformações têm sido influenciadas pela entrada das mulheres nas forças armadas, pelas discussões de gênero, pela não obrigatoriedade do serviço militar. Em muitos países, as forças armadas passaram a competir por bons profissionais e precisaram empregar esforços para retê-los; com isso, começaram a promover ações que visam ao bem-estar do seu pessoal e de suas famílias, como é o caso do Exército Holandês (ANDRES; MOELKER; SOETERS, 2011).

O estudo desses autores relata uma diminuição do número de casamentos, aumento do número de divórcios, diminuição do número de filhos por casal e a transição do modelo patriarcal para relações familiares mais igualitárias (ANDRES; MOELKER; SOETERS, 2011). Desses resultados, pode-se depreender que as famílias de militares holandeses estão mais assemelhadas com as famílias de civis, de um modo geral. Os pesquisadores apresentaram ações de melhorias do nível de stress dessas famílias e efeitos benéficos do apoio social à família na ausência do militar.

No Brasil, o modelo da família dos militares ainda é tradicional e nuclear e reforça a base institucional do Exército. Se a mulher não está mais tão disponível para “servir” à Instituição, fazendo o seu papel de extensão da carreira do marido, começa a processar-se uma mudança na estruturação da família que irá impactar diretamente a “família militar” e a própria organização como um todo. Essa afirmação é fruto de reflexões sobre os estudos internacionais sobre famílias de militares aqui apresentados e as leituras sobre sociologia militar (MOSKOS, 1986).

As pesquisas na área da Psicologia com militares no Brasil, em geral, trabalham com fatores que afetam a tropa e as ações dos militares. Não existem núcleos de estudos em psicologia no Brasil sobre famílias de militares e os impactos da carreira na vida e na saúde desses indivíduos, como acontece em outros países.

Os estudos sobre famílias de militares são unânimes em afirmar que as imposições da vida militar, a eminência da guerra e a prontidão para engajar-se em missões de paz representam ameaças ao bem-estar dos militares e suas famílias e requerem o desenvolvimento de estratégias adaptativas e a busca de significações específicas para esse público.

1.3.4 “Família Militar” – categoria nativa e categoria discursiva

A “família militar”, composta pelas famílias dos militares, é aqui descrita como categoria de estudo. A família militar é citada em documentos do Exército, em regulamentos, e figura quase como um elemento institucional.

O Exército Brasileiro instituiu, por meio da portaria normativa 032, publicada no Boletim do Exército número 24, no dia 17 de junho de 2016, a Dona Rosa Maria Paulina da Fonseca como Patrona da Família Militar, e o dia 18 de setembro, dia do seu nascimento, como o Dia da Família Militar.

Em sua concepção geral, a portaria afirma que:

O Exército Brasileiro, cujas bases se firmam solidamente em pressupostos de ética, honra, caráter, ao lado da hierarquia, da disciplina e da camaradagem, entende que uma concreta base familiar é condição *sine qua non* na consolidação de traços positivos de comportamento socialmente benéficos (BOLETIM DO EXÉRCITO, 2016, p. 12)

Com essa afirmação, o Exército explicitou claramente qual o sentido de família e quais os valores institucionais que devem ser perpetuados nas relações sociais. Nas diretrizes da portaria destacam-se dois objetivos: “incentivar o sentimento de família no seio da força” e “enaltecer a história de devoção familiar dos Fonseca como exemplo, destacando o sacrifício supremo dos três irmãos (Hermes Ernesto, Manuel Deodoro e João Severino) pela Pátria, o sucesso profissional dos demais militares e a abnegação dos familiares, em especial a matriarca”. Nesse objetivo, fica claro o sacrifício como valor institucional e a família Fonseca como exemplo de família para os demais militares. Os militares, desde o seu juramento à Bandeira, afirmam defender a Pátria, mesmo com o custo da própria vida. Na história de Rosa da Fonseca e as justificativas dessa portaria, essas exigências extrapolam a pessoa do militar e afetam a vida da família como um todo.

Pouco se sabe sobre a história dessa matriarca, como viveu e como criou seus filhos. Sua história é contada a partir dos feitos dos seus filhos, ressaltando o papel social valorizado em sua época, o lugar de mãe e esposa. “Mãe dos Sete Macabeus, matrona respeitada e admirada por todos os brasileiros, esposa de militar e progenitora exemplar”. Ela é coadjuvante de várias histórias ilustres, mas a “promoção” de D. Rosa da Fonseca como patrona da Família Militar reconhece o seu valor histórico e social e produz reverberações de sentido mais amplas. Como está descrito na portaria: “Essa digna heroína, que tão bem encarna o espírito de luta e sacrifício da família militar brasileira”. A homenagem sugere que todas as mulheres estão aí representadas, implicando que o heroísmo se estende a todas. A partir do dia 18 de setembro de 2016, instituiu-se, por essa portaria, uma série de eventos para exaltar a memória de D. Rosa da Fonseca.

Figura 12 - D. Rosa da Fonseca.



Fonte: <https://www.google.com.br/imgres>.

Chinelli (2009) afirma que família militar é uma categoria nativa que estende os laços de parentesco para os vizinhos e colegas de profissão. A autora denomina de rede social com relações familiares. “Família Militar é um termo mais amplo quando encontrado nos documentos oficiais do Exército para se referir a todas as famílias dos militares”. No discurso institucional existem várias falas, vários encartes, que são utilizados para divulgação de eventos, e comunicações institucionais que utilizam esse termo para estabelecer um diálogo com as famílias. Não somente uma percepção simbólica, mas um discurso construído.

Silva C. (2013) apresenta dois conceitos de família: um de família nuclear, com laços consanguíneos, e outro das relações entre pessoas próximas:

(...) sem vínculos familiar, mas que se identificam como parentes ao passarem por experiências de vida em comum e habitarem nos mesmos espaços, vivendo relações de solidariedade e tensões umas com relações às outras, estabelecendo moralidades e afetos como uma comunidade, como parece ser o caso das famílias dos militares (SILVA, 2008,p.19)

A ideia de família militar traduz o coletivo da organização, e o Exército estimula um estilo de vida particular desse contexto, bem como relações de aliança e amizade entre as mulheres dos militares que afetam e são afetadas pelas relações dentro das unidades. Surgem, então, hierarquias sociais pautadas nas hierarquias institucionais (SILVA, C. 2013).

Mulheres que moram na “selva”, na fronteira, relatam um estilo de vida marcado, de um lado, por festas e reuniões institucionais que reforçam a estrutura dessa rede familiar e, de outro, por uma ausência de amparo emocional e psicológico para as que vivem ali, em condições precárias e com instabilidades físicas e sociais (SILVA, C. 2013).

As pesquisas dos antropólogos (SILVA, 2009; CHINELLI, 2009) permitem ultrapassar as idealizações sobre família militar e ter acesso às práticas cotidianas das famílias dos militares, às percepções de gênero, às diferenças geracionais e às configurações familiares.

Quando Adão (2010) se refere à família militar em seu texto, ela afirma que existem laços fortes de apoio mútuo que fazem com que essas mulheres se sintam parte de um grupo social que as acolhe.

A ideia de família militar reforça a identidade e “espírito de corpo”. Castro (1990) ressalta que, por ser uma carreira total, em que as pessoas partilham

significados e têm vínculos entre si, a Instituição detém certo controle e conhece a vida dos indivíduos, imprimindo um caráter totalizante. Todos os valores tais como prevalência da coletividade, camaradagem, hierarquia e disciplina se estendem à vida fora do quartel.

A estrutura básica de todas as relações cotidianas entre os militares é a hierarquia e, a partir dela, observam-se os cerimoniais, as ordens e até os sinais de respeito. O militar estrutura sua visão de mundo, o lugar pessoal que se deve ocupar a partir da hierarquia (LEIRNER, 1997).

A hierarquia serve para classificar a realidade, mais um elemento que reforça o caráter totalizante da Instituição. Dentro da família militar, a convivência fora dos círculos hierárquicos é caracterizada como uma “promiscuidade hierárquica”. A vida da família é vista como interna.

Interessante observar que essa concepção não é privativa do Exército brasileiro; ao contrário, vários outros países adotam a “família militar” como categoria intrínseca à Instituição como um todo.

Verifica-se então que o termo “família militar” é sim um termo nativo, pois seus membros, quando juntos, se autodenominam dessa maneira. Trata-se, ainda, de um discurso institucional, formalizado pela portaria recentemente publicada e por diversos documentos endereçados à “Família Militar”, pelas práticas cotidianas promovidas pela área de Comunicação Social do EB. Em outros países, o termo também é utilizado com a mesma significação. Assim, o pertencimento à família militar está vinculado a uma produção de fazeres, práticas e a uma produção discursiva “nativa” e institucional.

2 CAMPO E DISCURSOS

2.1 Concepção metodológica

A linha de pesquisa deste estudo, denominada “Subjetividade e contemporaneidade”, situa-se dentro do programa de Pós-graduação em Psicologia Social da UERJ, ensejando um campo com fronteiras múltiplas.

Para melhor compreensão do objeto de estudo, fazia-se necessário conhecer melhor a história da Vila Militar, entender as origens dos seus símbolos e ritos.

A primeira busca histórica foi acerca da vida da mulher de um militar ilustre: Rosa da Fonseca. Afinal, quem foi essa mulher? Como viveu? A ausência de respostas satisfatórias gerou o desejo de conhecer melhor sua história, como também de formular indagações pertinentes para a construção de um roteiro de entrevista, de modo a criar possibilidades de conhecer melhor essas mulheres “anônimas” que possuem um papel não descrito na hierarquia. Anônimas, pois não estão estampadas nas galerias de comando dos batalhões, mas junto aos comandantes, em suas vidas cotidianas.

Pesquisar a subjetividade das esposas de militares não era tão somente buscar explicações psicológicas ou estabelecer intercessões com o campo social em que estavam inseridas; mas também demandava um estudo sobre a historicidade, o cotidiano delas e a perspectiva institucional em que estão inseridas. “Estudos interdisciplinares sofrem do efeito de subcampos disciplinares”, explica Medeiros, ao afirmar que os estudos de defesa são campos híbridos (2015, p. 46).

O lugar da pesquisa e da pesquisadora foi uma indagação recorrente durante o processo. Ao mesmo tempo que frequentava as discussões sobre contemporaneidade do programa, frequentava as reuniões do Laboratório de Estudos sobre Militares da FGV e também o curso de Extensão Cultural da Mulher, na EsAO (campo de pesquisa). Com isso, foi possível delimitar as fronteiras e os limites da pesquisa com outros campos do saber, já que o conceito de subjetividade está na interface do psicológico e das relações sociais, como postula Vygotsky.

São os modos de determinação social e histórico que conformam a constituição da subjetividade, possuindo referências de ordens diversas, a exigirem postura metodológica que possa abranger essa multiplicidade.

2.1.1 Subjetividade e família militar – campo híbrido em construção

Medeiros (2015), em seu artigo sobre os campos híbridos e a epistemologia dos estudos sobre defesa, ressalta que a psicologia é um dos campos limítrofes para o exercício da defesa em setores sociais e de apoio ao Estado. “As relações humanas não só tangenciam o campo das decisões e ações pertinentes ao campo da defesa, mas as experiências que reforçam ou afastam a incidência de determinadas teorias sobre guerra e paz” (MEDEIROS, 2015, p. 48).

Embora a autora⁸ não evidencie o que representa as relações humanas, em outros estudos sobre defesa fica claro que esse campo do saber busca respostas para questões ligadas à tropa, aos soldados e às relações interpessoais dentro das unidades de trabalho das Forças Armadas. Porém, as relações humanas dentro da instituição Exército Brasileiro não se restringem à vida dentro das unidades militares⁹ – a casa e a caserna estão intimamente ligadas (SILVA, 2009).

Durante o caminho, em uma busca metodológica, não se via como a utilização de um método “puro” que pudesse servir de ferramenta para compreender a realidade institucional e os atravessamentos da realidade na vida de um sujeito (mulher de militar) que não está diretamente inserido nela, ou seja, trata-se de um “campo minado”, repleto de nuances epistêmicas que precisavam ser consideradas.

⁸Vale ressaltar a importância da ampliação dos estudos das relações humanas que tangenciam ou ainda que se entrelaçam com a vida desses soldados. Quando Medeiros (2015) propõe temas de caracterização dos estudos de defesa, a família militar não apareceu em destaque, pois sua pesquisa se deu nas bases enquadradas em revistas científicas, grupos e diretórios de pesquisa. Mas, nos Congressos da ABED, já existe um grupo de trabalho destinado ao assunto. A autora ainda relata que outros temas podem estar incluídos dentro dos que foram apresentados e destaca a incidência de campos híbridos.

⁹ Embora não descrito formalmente no artigo de Medeiros (2015), o estudo sobre “famílias de militares” e “família militar” desperta o interesse de pesquisadores civis que relacionam o tema a outras variáveis e fenômenos já estudados em outros contextos. Em psicologia, no Brasil, não há estudos envolvendo esse público, mas é possível, dentro das ciências humanas, encontrar publicações de antropólogos, de assistentes sociais, jornalistas e historiadores.

Não havia uma única teoria que conseguisse explicar, por si só, as peculiaridades inerentes a um público-alvo tão particular, uma vez que, em cada uma delas, residia o risco de perderem-se informações preponderantes para a compreensão da subjetividade; assim, foi assumido ser interdisciplinar o objeto de estudo, inclusive dentro da Psicologia.

Mesmo dentro da Psicologia, respondendo à pergunta “de onde eu falo?”, foram encontradas dificuldades de falar de um único lugar, pois a pesquisa faz fronteiras com algumas áreas: Psicologia Organizacional e do Trabalho, Psicologia Institucional, Psicologia Comunitária, por exemplo. Contudo, esse fato não significa perda de identidade e/ou do caráter da Psicologia Social, cujos principais pressupostos desde o início fizeram parte do percurso, conferindo um lugar de pertencimento que denominei “Psicologia Social: estudando o mundo do trabalho”. Assim, optou-se por buscar uma metodologia que pudesse refletir essas contradições e produzir uma síntese; para abarcar as possibilidades de produções subjetivas contemporâneas, foram necessárias diversas fontes produzindo novos fazeres, novas perspectivas e novas realidades.

Em Psicologia Social, um dos objetivos é observar a experiência social a partir da participação em um grupo de convivência. As manifestações comportamentais ficam perpassadas pelas relações interpessoais ou intergrupais.

Ao investigar os indivíduos em um determinado contexto, a Psicologia Social, como disciplina teórico-prática, leva em consideração as nuances do movimento constitutivo de uma subjetividade atravessada por uma perspectiva institucional. “São as relações que devem ser interrogadas” (MOLON, 2010, p. 118).

A pergunta é como as mulheres de militares participam das práticas sociais e como se reconhecem e são reconhecidas nessas práticas. Trata-se, então, de operar com conceitos que possam mediar a compreensão dos processos subjetivos constituídos no social, ou seja, a concepção de subjetividade como um processo dinâmico, permanentemente constituído e constituinte na interface do psicológico e das relações sociais.

Dessa forma, a referência ao social não é ao social genérico e abstrato, indiscriminado e absoluto, mas ao social constituído e constituinte de sujeitos historicamente determinados em condições de vida determinadas historicamente. Um social que é também subjetividade e intersubjetividade, cuja dinâmica se constitui na teia de relações entre sujeitos diferentes e semelhantes (MOLON, 2010, p.118)

Foi necessário, portanto, estabelecer uma delimitação do método de análise, uma concepção teórica que pudesse integrar a linguagem, o sujeito, o social e perceber as fronteiras tênues e as tensões que residem nessas relações.

2.1.2 Bases teóricas do método: alguns princípios da análise do discurso

Os princípios da análise de discurso possibilitam visualizar a intercessão entre sujeito, ideologia, história e linguagem – elementos essenciais quando se estuda a influência de uma dada cultura na construção da subjetividade.

São métodos diferentes, fontes de coletas de dados que exigem distintas análises, compostos por ferramentas complementares, capazes de captar, durante toda a investigação, a linguagem, a historicidade e a ideologia presentes no discurso das mulheres.

Em AD, a perspectiva de análise é o significado. O discurso é um objeto sociohistórico, cuja materialidade é a língua. “Não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido” (M. PÊCHEUX, 1975, p. 25). É no discurso que se instauram as possibilidades de se observarem as relações ideológicas e a construção dos sujeitos.

A pergunta subjacente na AD é o que o discurso significa; não se separa o conteúdo da forma, ou mesmo da descrição, mas procura-se entender a língua como acontecimento.

Um dos princípios da AD é a distinção entre real e imaginário. “O real do discurso é a descontinuidade, a dispersão, a incompletude, a falta, o equívoco, a contradição, constitutiva tanto do sujeito como do sentido” (ORLANDI, 2015, p. 72). Já na unidade imaginária encontra-se a oposição a tudo isso. Um discurso é afetado por forças do imaginário, da unidade e por diferentes formações discursivas e assim diferentes posições de sujeito.

A AD apoia-se em três domínios teóricos: a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise. Da linguística, adota a perspectiva de que não há transparência na linguagem, ou seja, a relação entre linguagem e pensamento não é direta, possui especificidades.

O legado do materialismo histórico:

(...) o de que há um real da história na produção de sentidos, esses estudos do discurso trabalham o que se vai chamar a forma material (não abstrata como a da Linguística) que é a forma encarnada na história para produzir sentidos: esta forma é, portanto, linguístico-histórica (ORLANDI, 2015, p. 17).

Já a Psicanálise contribui para a AD com o deslocamento da noção de homem para a noção de sujeito e na perspectiva da constituição deste a partir da relação entre o simbólico e a história.

Assim, a inter-relação desses três domínios disciplinares produz afirmações que norteiam um tipo de análise específica, que considera a história real afetada pelo simbólico, que as imagens do cotidiano já chegam ao sujeito carregadas de sentidos que não se sabe como foram construídos. Orlandi (2015) deixa claro que não se refere a uma filiação com nenhum desses campos teóricos, mas à “confluência desses campos, produzindo um novo recorte e um novo objeto: o discurso” (p. 18). Discurso é sempre um processo, dinâmico, em curso, uma prática simbólica.

Orlandi (2015, p. 24) afirma que o objetivo da AD é “fazer compreender como os objetos simbólicos produzem sentido”. Porém, a AD não para na interpretação; o método busca os processos de significação e é nessa medida que ele se aplica justamente ao dispositivo analítico a que essa pesquisa se propõe: compreender a influência da cultura militar na construção da subjetividade da Esposa de Militar. Esse método permite que o pesquisador componha seu dispositivo teórico e analítico para, assim, responder aos questionamentos propostos. Essa ferramenta metodológica possibilita que o pesquisador faça diferentes recortes conceituais para compor o dispositivo analítico, já encampado pelo dispositivo teórico. É, pois, uma análise específica, que se refere sempre a um contexto e a uma relação pesquisador/discurso analisado. O que se mantém inalterado são os princípios gerais da análise de discurso, enquanto forma de conhecimento.

A análise estará ancorada nos instrumentos teóricos dos campos disciplinares em que o pesquisador está inscrito. A análise de discurso permite que diversas áreas do conhecimento possam utilizar o método, significando as relações simbólicas que se apresentam na pesquisa de modos diferentes e utilizando-se de dispositivos teóricos diferentes (ORLANDI, 2015).

Dentro dos pressupostos da AD, encontram-se termos que precisam ser definidos metodologicamente, pois refletem os pressupostos que se mantêm inalterados independente da teoria ou do dispositivo analítico utilizado.

As condições de produção e o interdiscurso são basicamente as circunstâncias da enunciação: ou o contexto em que o sujeito está inserido, de modo direto, ou o cotidiano dos sujeitos; e, de modo mais ampliado, as condições culturais, históricas, sociais e o campo ideológico.

No presente estudo, as condições de produção e o interdiscurso podem ser descritos como a Vila Militar de Deodoro e tudo que a rodeia: a vida comunitária que as relações dessas famílias produzem, o cotidiano e os espaços comuns da Vila.

O interdiscurso refere-se à memória discursiva: “o saber discursivo que torna possível todo o dizer”; é um conjunto de formulações que já foram ditas, mas que não estão presentes na memória atual, mas remete a algo que já faz sentido. Para o dito ter sentido, é preciso que já faça sentido antes do seu enunciado. Remete a tudo que já foi dito por alguém, em algum lugar, mesmo se fora daquele contexto, sobre o tema em questão. São sentidos convocados pela designação “Esposa de Militar” ou “Mulher de Militar”, expressada pelas experiências de cada uma; são lembranças e memórias que produzem filiações de sentido e possibilitam a construção de outros dizeres.

Não seria possível descrever todas as possibilidades de interdiscursos presentes – cada mulher entrevistada possui uma vivência e já foi afetada, de diferentes maneiras, pelos dizeres e construções sociais do que venha a ser uma “mulher de militar”. Cabe aqui registrarem-se alguns interdiscursos captados nos contatos informais dentro dos espaços de convivência da Vila Militar. Elas relatam que os “paisanos” (termo nativo utilizado para designar civis) as chamam de “dondocas”, pois não trabalham e vivem em eventos sociais e chás beneficentes. Outro interdiscurso, diferente do anterior: a mulher que trabalha é malvista dentro da Vila, já que não cuida bem do marido e dos filhos. “Mulher de oficial tem de andar em cima do salto. Elas vivem na marca e não perdem a pose”.

São muitos os interdiscursos, falas que não são necessariamente das esposas pesquisadas, mas da manicure, do verdureiro, do padeiro, da professora da escola. Essas vozes permeiam os discursos e, de certa forma, deixam-se entrever nos discursos das entrevistadas. São, muitas vezes, dizeres anônimos que passam a fazer sentido pela palavra do outro. “O dizer não é propriedade particular. As

palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua” (ORLANDI, 2015, p. 30).

Assim, existe um “já- dito”, que faz com que o sentido tenha uma historicidade, que vai além do controle do sujeito, sendo possível ter acesso somente aos efeitos de sentido que estão ali presentificados na fala das mulheres analisadas.

2.1.2.1 Da interpretação

O que se procura na análise de discurso não é um sentido “verdadeiro”, mas um sentido ancorado na materialidade linguística e histórica. Sabe-se que não se escolhe ser afetado ou não por determinada cultura ou ideologia, e a língua funciona ideologicamente. Pela escuta dos enunciados das mulheres de militares, pôde-se construir possibilidades de interpretação, estabelecer suas relações com a cultura militar, presentificar relações de filiação de sentido e descrever a relação dessas mulheres com suas memórias. Um entrelaçamento de descrições e interpretações, sinalizado durante a análise do *corpus*.

O dispositivo teórico utilizado para estabelecer as relações e fazer as interpretações são as teorias sobre Estudos Culturais e os conceitos de subjetividades propostos por Rey (2012) e por Vygostsky (1996). Tal corpo teórico possibilita a interpretação dos discursos produzidos. Para Orlandi (2015), não há análise do discurso sem uma mediação teórica permanente.

A constituição do *corpus* é fundamental para o início da análise, pois o recorte textual a ser desenvolvido organiza o material de determinada forma, visando a responder às questões da pesquisa. Mais uma vez, a teoria intervém para auxiliar na delimitação do material recolhido. A AD promove múltiplas leituras da realidade estudada. Durante a análise, a atenção está voltada para a materialidade e para as condições de produção do discurso.

A delimitação do *corpus* permite que o pesquisador saia da superfície do discurso e busque o que está além das evidências circunstanciais, a fim de indicar, no discurso, as pistas para entender como se dão as relações de sentido. Nessa

etapa, serão “pinçados” os fios que esse discurso produziu e que permitem conhecer as expressões desse sujeito.

As entrevistas aqui realizadas foram transcritas, gerando o material bruto, que não está anexado a esta tese, na tentativa de manter em sigilo detalhes das vidas das entrevistadas que as pudessem identificar, ademais na leitura flutuante foram consideradas superficialidades do discurso. Dessa forma, as falas apresentadas são recortes de entrevistas que compõem o *corpus* necessário para a análise da influência da cultura militar na subjetividade das mulheres estudadas. As demais entrevistas estão transcritas e arquivadas, para posteriores estudos do pesquisador, visto que, diante de novas questões de pesquisa, outros dispositivos teóricos podem ser produzidos.

No *corpus* o objeto discursivo não está dado; sua identificação depende de um trabalho do pesquisador, encontrando os limites definidos pelo problema de análise, pelos conceitos e noções. Num processo de ida e volta à teoria e ao *corpus* de análise, segue-se a análise do processo discursivo, que, no caso, visa a encontrar os vestígios de uma subjetividade marcada pela cultura militar.

As respostas são variadas e as possibilidades de formulações múltiplas, mas um fio une esses discursos: a cultura militar em que estão inseridas. O processo discursivo busca os sentidos desses discursos, as relações entre as palavras, o contexto social, a historicidade.

Nas falas das mulheres, os fatos relatados reclamam sentidos, buscam ecos nas histórias uma das outras é nesse contexto que se dará à interpretação, à inter-relação e às correlações entre os cotidianos da Vila Militar de Deodoro.

São discursos heterogêneos, afetados por diferentes formações discursivas. Cada participante, além de estar atravessada pela formação discursiva do Exército Brasileiro, foi também afetada pela formação discursiva da profissão que abraçou e pela cultura em que foi criada.

Resumidamente, neste estudo, os processos de análise dos discursos seguiram os seguintes passos: 1- Realização das entrevistas; 2- Transcrição das entrevistas; 3- Superfície, material bruto; 4- Constituição do *corpus* de análise; 5- Análise do processo discursivo, presença da formação discursiva da cultura militar; 6- Acesso ao discurso que materializa a relação entre a dinâmica da subjetividade das esposas de militares e a cultura militar; 7- Compreensão dos processos de

produção de sentido, de constituição das mulheres e o lugar que elas ocupam dentro dessa cultura; e 8- Abertura para novas análises.

Na primeira etapa, fez-se necessário desfazer a ilusão de que essa era a única forma de dizer o que foi dito, entendendo o fenômeno como culturalmente construído, e não como elementos naturalizados. Dentro da cultura militar, os discursos são, em geral, homogêneos e muitas vezes tomados como algo “dado”, naturalizado, como se ali estivesse desde sempre.

A análise desfaz essa ilusão, permitindo associar as falas das mulheres com os fazeres e práticas cotidianos e com os símbolos do Exército Brasileiro, tão presentes em suas vidas. Tornando visível que o dito poderia ter sido expressado de outra maneira e que existem “esquecimentos” que vêm com o que foi dito, é possível entender como se dá o processo de construção da subjetividade da amostra. Assim, serão relacionadas as formações discursivas com a formação ideológica que rege as relações do espaço Vila Militar de Deodoro.

Observar a cultura militar expressa pelos fazeres e práticas presentes na Vila Militar de Deodoro e na dinâmica da família militar remete a como essa dinâmica influencia a construção da subjetividade das mulheres que ocupam esse espaço geográfico e simbólico.

A análise de discurso permite diferentes análises da linguagem, que se articulam com procedimentos e indicadores próprios para cada teoria tomada como ferramenta de análise; é a linguagem como uma das diferentes formas de “naturezas de exterioridade (contexto, situação empírica, intrediscurso, condições de produção, circunstâncias de enunciação)” (ORLANDI, 2015, p. 83).

O que interessa não é uma tipificação do discurso ou uma caracterização da mulher de militar por meio do discurso, mas o modo de funcionamento, as propriedades presentes nos enunciados. O objetivo do método é buscar, na materialidade discursiva, as pistas dos processos de significação. O conteúdo serve apenas como ilustração, o interesse reside no modo como as relações se estabelecem, em seu caráter social e histórico. Por fim, a análise do discurso permite tomar a “ideologia como constitutiva tanto do sujeito quanto da produção de sentido” (ORLANDI, 2015, p. 90).

Colocar-se na posição de analista de discurso e fazer uma análise das entrevistas que se constituíram no *corpus* analítico permitem visualizar a relação entre o campo simbólico e o político.

2.1.3 Amostra

2.1.3.1 Critérios de inclusão/exclusão da amostra

A amostra, a princípio, foi composta por esposas de militares, oficiais do Exército Brasileiro, moradoras da Vila Militar de Deodoro, no Rio de Janeiro.

Do total das trinta e oito mulheres entrevistadas, entre os anos de 2014 e 2015, quinze são filhas de militares e/ou ex-alunas de colégios militares e, por causa disso, tiveram de ser excluídas da amostra, uma vez que vivenciaram, desde a infância, a cultura militar. Essas, filhas e esposas de militares, nasceram na cultura e permaneceram nela; são, portanto, aqui consideradas “nativas”. O motivo por que foram entrevistadas se relaciona com o papel social que desempenham: uma delas era a coordenadora da feirinha que acontecia no salão de festas da Vila Verde, às quartas feiras, duas eram expositoras na mesma feira – o que aponta para uma influência sobre o território. Dentre elas, uma prestadora de serviços de estética possuía contato com várias mulheres, e outras que se ofereceram para serem entrevistadas. Importante ressaltar que tais vínculos se mostraram necessários para a entrada no campo.

Dentro da hierarquia que se estabelece entre as esposas de militares, fez-se pertinente ouvir o que elas sinalizavam dessa realidade. Muitas já estavam morando na Vila Militar pela quarta ou quinta vez. Como elas possuem uma visão endógena, sem referências externas à cultura militar, entrevistar as esposas “filiadas à cultura” foi também a possibilidade de estabelecer um contraponto com as esposas “novatas na cultura” que vieram a compor a amostra.

Ademais, em pesquisa qualitativa, a uniformização empobrece o estudo, bem como não retrata com veracidade as relações que estabelecem no campo; daí a opção por não desprezar suas informações. Dessa forma, pesquisar somente as esposas de militares que não são filhas de militares ou que não tenham tido contato anterior com essa cultura seria como delimitar o campo, tentando fazer dele um laboratório experimental, como se isso fosse possível. Se foi oportunizado à pesquisadora conhecer facetas distintas, por que não seguir as “pistas” que o próprio campo apresentou?

O caminho da pesquisa conduziu o *modus operandi*, a partir do momento em que a pesquisadora foi convidada a caminhar pela Vila Militar e a conhecer as residências das mulheres. No processo de ser acolhida por elas, pelos batalhões, pela EsAO – quase que semanalmente, por caminhos inicialmente nem pensados, como, por exemplo, o convite que a pesquisadora recebeu do gabinete do Comandante da EsAO, para ser palestrante no Curso de Extensão Cultural da Mulher.

Embora as esposas “filiadas à cultura” tenham sido criadas pelos pais militares (o que não lhes causa estranheza os símbolos militares), quando se trata de vivenciar o cotidiano, o fazer diário de uma vida nômade, e buscar espaço para suas marcas subjetivas, elas encontram os mesmos desafios das esposas que compõem a amostra final.

Todas as entrevistas foram fundamentais para fornecerem aspectos relevantes sobre o contexto, como a forma de vida e as peculiaridades da realidade vivenciada. Porém, para a definição do *corpus* e as análises, serão tomados apenas os discursos das mulheres esposas de oficiais que não oriundas da “família militar”.

2.1.3.2 Descrição da amostra

Foram entrevistadas esposas de Capitães (maioria mulheres de alunos da EsAO), esposas de Majores e Tenentes Coronéis (maioria mulheres de alunos da ECEME), que estavam morando na Vila Verde, temporariamente, nos anos de 2014 e 2015, pois o EPV estava em reforma. Foram entrevistadas também esposas de Coronéis e uma esposa de General que moravam na Vila durante o período.

O Quadro 1 apresenta o número de mulheres entrevistadas por patente do marido. Esses dados servem de suporte para as discussões dos resultados. Não foi possível entrevistar esposas de tenentes. Não foi observada a presença dessas mulheres nos espaços comuns da Vila.

Quadro 1 - Total de entrevistadas por patente do marido

PATENTE DO MARIDO	ENTREVISTAS
GENERAL	1
CORONEL	1
TENENTE CORONEL	3
MAJOR	7
CAPITÃO	11
TENENTE	0
TOTAL	23

Metade da Vila Militar era habitada por alunos ou da EsAO (capitães) ou da ECEME (majores e tenentes coronéis). Os demais moradores são famílias de militares que servem nos demais batalhões da Vila Militar.

O curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da EsAO é obrigatório, o que implica o deslocamento de todos os capitães para o Rio de Janeiro, bem como a designação de suas moradias, onde permanecerão por um ano, até concluírem o curso.

As mulheres de oficiais, cujos maridos já fizeram o curso de aperfeiçoamento da EsAO, quase todas estão morando na Vila pela segunda, terceira ou até a quinta vez, de modo que suas histórias encontram ressonâncias simbólicas naquele território.

Outro dado importante é o tempo de casada dessas mulheres. Em geral, o tempo do casamento coincide com o tempo de término da AMAN¹⁰, ou os casamentos ocorreram quando o marido ainda era tenente. Quatro entrevistadas são esposas de um segundo casamento do marido. Três das entrevistadas têm filhos de outros relacionamentos que moram atualmente com o casal. Uma delas não é casada, mas possui união estável. As demais são todas primeiras esposas e possuem uma formalização do casamento, tanto no âmbito civil, como religioso. Seis delas relataram que o casamento seguiu uma formalidade para que pudessem ter direito de ocupar o PNR¹¹.

¹⁰ As pesquisas de SILVA (2009) afirmam que a maioria dos militares se casam quando saem da AMAN – dado agora confirmado nesta pesquisa. Das trinta e oito mulheres entrevistadas, somente dez delas se casaram em outro momento da carreira do marido.

¹¹ Para o militar ter direito a morar no PNR, ele precisa residir com seus dependentes. Assim, algumas mulheres relataram que o casamento foi formalizado não por um desejo de se casar, mas para ter direito a morar no PNR.

Quadro 2 - Descrição da amostra

Tempo de casada	Filhos	Quantas mudanças?	Escolaridade	Trabalha	Já trabalhou depois de casada
6	Não	3 cidades	Superior completo	Não	Sim
10	1	12 mudanças em 8 cidades	Ensino Médio completo	Não	Não
32	3	15 mudanças em 10 cidades	Superior completo	Não	Sim
6	Não	4 mudanças	Superior completo	Militar Atleta da FA	Sim
9	1	6 cidades e 8 mudanças	Superior completo	Não	Não
7	2 – 1 não é filho do casal	4 mudanças	Superior incompleto	Trabalha em casa – vendedora	Sim
2	1 filho	2 mudanças	Superior completo	Trabalha	Sim – Sempre trabalhou
8	2 filhos	5 mudanças	Superior Completo	Não	Não
13	2 filhos	9 mudanças	Superior Completo	Não	Não
15	2 filhos	4 cidades e 7 mudanças	Superior Completo	Não	Sim
13	2 filhos	7 mudanças	Ensino médio-técnico	Não	Sim
8	Não	5 mudanças	Ensino médio completo	Trabalha em casa Vendedora	Sim
26	3 filhos	7 mudanças	Superior completo	Não	Sim – Foi militar
10	2 – 1 não é do casal	3 mudanças	Ensino médio – largou a faculdade	Trabalha em casa Vendedora	Sim
2	Não	1 mudança	Superior completo	Não	Não
7	2 filhos	4 mudanças	Ensino médio completo	Não	Não
13	2 filhos	7 mudanças	Superior Completo	Não	Sim – Foi militar
12	2 – 1 não é do casal	3 mudanças	Ensino médio completo	Não	Não
5	Não	4 mudanças	Superior completo	Não	Sim – primeiro ano que não trabalha
15	1 filho	3 mudanças	Superior Completo	Trabalha em casa Vendedora	Não
7	1 filhos	4 mudanças	Ensino médio completo – Técnico	Não	Sim - parou de trabalhar depois do filho
15	2 filhos	4 mudanças	Superior completo	Trabalha	Sempre trabalhou
17	3 filhos	6 mudanças	Superior completo	Trabalha	Mudou de profissão – 2 anos sem trabalhar

2.1.4 Considerações sobre a entrada no campo de pesquisa

2.1.4.1 Primeiro tempo

No ano de 2014, foi iniciado os primeiros contatos com o campo. Primeiramente, todas as vezes que se faz pesquisa com militares ou com a família militar, é necessário levar-se em consideração a cadeia de comando, conforme sinaliza a literatura. O Exército é uma instituição de defesa e eles classificam os civis como “amigos”, ou “inimigos” (CASTRO, 2009). Dessa forma, atendendo a uma necessidade de formalização para a entrada oficial no campo de pesquisa, foi encaminhado um ofício endereçado aos Generais Comandantes da EsAO e da 1ª Divisão de Exército (1ª DE), explicando os objetivos da pesquisa e solicitando sua autorização para entrevistar as mulheres. A hierarquia precisa ser respeitada para que os militares percebam que o pesquisador compreende a cadeia de comando e respeita a cultura institucional.

Após a solicitação formal, foi recebido um e-mail com autorização para realizar a pesquisa e indicação para que procurasse, na EsAO, o Oficial de Comunicação Social, e, na 1ª DE, o Coronel que na época estava responsável por escrever a história da Vila Militar.

No contato com o Coronel, foi realizada uma entrevista esclarecedora. Além de indicar bibliografias e contar a história da Vila¹², ele sinalizou a necessidade de estudar história brasileira para melhor compreender as relações dentro desse cenário. Já na EsAO, o contato era para ser feito diretamente com as mulheres, que costumavam reunir-se nos cursos de idiomas. Foi marcada uma reunião com a Major responsável pelo curso, para lhe apresentar os objetivos da pesquisa e verificar se haveria ali alguma voluntária.

Outro coronel, solicitou esclarecimentos sobre a pesquisa e solicitou à sua esposa que agendasse um horário para ser entrevistada. Ela prontamente atendeu ao pedido e concedendo a entrevista na presença de sua filha caçula. Interessante observar que os antropólogos sociais pesquisados relatavam a presença de um

¹² Livro publicado posteriormente e minha principal referência sobre a história da Vila Militar (FRAZÃO, 2015).

oficial de ligação entre eles e o campo (SILVA, 2009; LEIRNER, 2009); nessa pesquisa, ficou claro que algumas mulheres desempenhariam esse mesmo papel.

A partir daí, foi determinado o momento ideal para contatá-las: a reunião de um grupo de estudo de Inglês e Espanhol, nas tardes de terças e quintas-feiras, no salão de festas da Vila Verde (um dos locais de moradia da Vila Militar).

Inicialmente a Major apresentou a pesquisadora, por suas credenciais institucionais de pertencimento ao ambiente acadêmico. Assim, foram apresentados os objetivos da pesquisa e realizadas algumas perguntas que funcionaram como pretexto, como motivador para que elas pudessem candidatar-se como voluntárias.

Foi indagado se conheciam Rosa da Fonseca, quem foi, o que fez, como viveu, quais eram seus valores. Algumas não a conheciam, mas outras logo associaram o nome aos Marechais Deodoro da Fonseca e Hermes da Fonseca. Na oportunidade, foi informado, ao público, que o nome de Rosa da Fonseca vinha atrelado à sua ilustre descendência, em virtude de terem sido, importantes personagens da história do Brasil. O objetivo era, portanto, dar voz às “Rosas” dos tempos contemporâneos, cantadas nas canções paraquedistas como “Rosas Marias”; em outras palavras, para as mulheres de militares que ali estavam, a história fazia muito sentido e a pesquisa figurou como oportunidade de protagonizarem a própria história. Percebeu-se em seus olhares a emoção e no momento em que foi passada a lista para a inscrição de voluntárias, todas colocaram seus nomes e telefones.

As mulheres queriam ser entrevistadas, perguntaram se haveria mais de um encontro e demonstraram felicidade por saberem que alguém se interessava pelo tema.

O próximo passo foi entrar em contato. Primeiramente, foi estabelecido contato telefônico com algumas, sendo que nos dois primeiros telefonemas, uma questionou quantas entrevistas já haviam sido marcadas, mencionando que não queria ser a primeira. Buscou-se, portanto, outra forma de abordagem: foi enviado um *Whatsapp* para cada uma em particular, solicitando que respondessem o melhor dia e horário para que pudesse entrevistadas. Todas responderam afirmativamente.

Percebeu-se que quando em grupo, todas se mobilizaram para participar das entrevistas, mas depois, no momento do agendamento, houve certo receio. A força do grupo, a referência da figura que apresentou a pesquisadora, fez com que elas se dispusessem.

Deu-se uma reação em cadeia: as entrevistadas perguntavam se era preciso entrevistar mais mulheres e sempre indicam uma amiga, uma conhecida. Desses contatos, surgiram novos desdobramentos. Uma das alunas do curso era coordenadora da feirinha e passou os nomes das expositoras para que a pesquisadora entrasse em contato. Quando a mensagem foi enviada, elas já sabiam do que se tratava.

Uma das mulheres que fazia venda de roupas em casa, indicou, também, algumas clientes que poderiam ser entrevistadas. Nesse momento, já havia muitas entrevistas e, por vezes, outras mulheres perguntavam se precisaria de mais voluntárias.

2.1.4.2 Segundo tempo

No segundo ano (2015), como houve uma mudança tanto no comando da EsAO como no da 1ª DE, foram efetuadas novas solicitações para coleta de dados junto às mulheres. Nesse novo contexto, o contato com as mulheres se deu por meio do Curso de Extensão Cultural da Mulher, pois a pesquisadora estava mais inserida no campo, e novamente passou uma lista para contatar voluntárias.

O novo comandante da EsAO solicitou que lhe fossem apresentado os objetivos da pesquisa; percebe-se que de início se tratava de uma avaliação, pois mais uma vez, precisava verificar se a pesquisadora figurava como “amiga” ou “inimiga” do EB.

A pesquisadora foi convidada a ministrar uma palestra no curso, a qual intitulou: “Mulheres unidas por um fio: a cultura militar”. Foi delimitado como objetivo da palestra discorrer sobre o papel da cultura e apresentar elementos da cultura militar, para que elas se reconhecessem, e discutir com elas o quanto a cultura é um agente formador de subjetividades. Após a palestra várias mulheres abordaram a pesquisadora-palestrante, afirmando que nunca haviam pensado daquela forma. Assim, mais um indicador de como a cultura recruta o sujeito a um lugar que ele passa a ocupar sem perceber.

Com isso, várias mulheres ofereceram-se para participar da pesquisa. O modo de composição da amostra foi “bola de neve”, ou seja, em cada um dos

espaços comuns da Vila, foram acessadas algumas mulheres que indicavam outras, e assim sucessivamente, já que algumas possuíam papel de liderança informal dentro do grupo.

Não foi possível entrevistar todas as voluntárias uma vez atingido o ponto de saturação da amostra. Trata-se de uma ferramenta conceitual que estabelece o momento de fechar o tamanho final da amostra, interrompendo as entrevistas, quando deixaram de surgir novos componentes – os dados obtidos passaram a apresentar repetições (FONTANELLA; RICOS; TURATO, 2008).

A entrevista iniciava com a seguinte questão: “Fale da sua vida após o casamento”. A entrevistada tinha a liberdade de tematizar suas experiências, bem como de trazer as lembranças que lhe fossem mais significativas. Havia um roteiro (APÊNDICE I) que norteava os temas a serem abordados, dependendo da interação entre entrevistada/ pesquisadora. Por vezes, a entrevistada preferia ser interrogada, não falava livremente das suas experiências, e o roteiro era importante como uma provocação para o início de um diálogo.

As entrevistas transcorreram de forma leve e tranquila, na maioria dos casos. Em alguns momentos, certas lembranças marcantes traziam sentimentos que impregnavam a narrativa de muita emoção.

Para relatar as experiências, foi utilizado um diário de campo onde foram registradas tais vivências. As percepções implícitas no discurso, o “não dito”, as emoções, o contexto das marcações das entrevistas, enfim, os lugares (institucionais, dentro da estrutura do EB, e simbólicos) por onde as narrativas conduziram a pesquisa.

2.1.4.3 Um tempo permanente...

A escolha do método consumiu muito tempo, quer durante o planejamento da pesquisa, quer na etapa da coleta de dados. No processo, percebeu-se que um método tradicional não “daria conta” da análise dos dados, já que seria preciso considerar: o dito e o não dito; as experiências vividas no campo; a riqueza dos discursos e o objetivo proposto. Desse modo, optou-se por um arcabouço teórico

metodológico que permitisse analisar o papel da ideologia e da historicidade nas particularidades dessas mulheres.

Com isso, foram utilizados os princípios da análise de discurso como ferramenta qualitativa que buscam a aproximação entre os sujeitos e o campo social, considerando-se a importância de o olhar estar voltado para as expressões humanas, as vivências, a instituição e o cotidiano, carregados de significados e traduzindo o modo de vida e o tipo de interação entre esses indivíduos.

Na pesquisa qualitativa, os métodos são utilizados para captarem fatos que se prestam à análise, na apreensão da linguagem do grupo pesquisado; são interpretados discursos que indicam versões de uma realidade, numa abordagem complexa dos fenômenos estudados (FILHO; MARTINS, 2007).

O que se pretende é descrever um nível da realidade que não pode ser quantificado; na verdade, um universo de significados, crenças, atitudes que não conseguem ser abarcados pelo percentual quantitativo. Nesse sentido, os discursos trazem versões da realidade, e as falas demarcam os processos de atribuição de significados próprios da cultura do grupo.

Interrogar as esposas de militares em suas situações de vida cotidiana permite conhecer as representações que expressam as condições sociais que as produzem e as relações que mantêm umas com as outras e com o território social. A importância não se resume ao que é coletivo; é na intercessão entre os aspectos sociais cotidianos e as possibilidades do grupo que se materializam as produções de sentidos que dão origem às subjetivações (FILHO; MARTINS, 2007).

Esse grupo de indivíduos traz uma enorme variabilidade de características e complexidade dinâmica de relações. O estudo propõe uma reflexão sobre a complexidade interna do fenômeno social: interação cultural e construção das subjetividades. Dessa maneira, a análise do discurso possibilita interpretar os enunciados e as ideologias que estão por trás do dito, bem como compreender as expressões humanas que refletem significados e representações do público que os produz (REY, 2012).

A proposta foi pensar um método heterogêneo que abarcasse os conceitos da análise do discurso, como ferramenta principal, para fazer uma interlocução entre os discursos e as observações feitas em campo, traduzidas nas ações cotidianas (apreendidas nos espaços de convivência da Vila Militar), buscando associar reflexões teórico-metodológicas à pesquisa de campo.

2.1.5 Articulação entre o campo e os discursos

Os resultados aqui apresentados podem ser entendidos como uma interlocução entre as teorias apresentadas nos capítulos anteriores, os discursos das mulheres de militares entrevistadas e a vivência no campo social delimitado para a pesquisa: a Vila Militar de Deodoro.

Algumas afirmações sobre aspectos da cultura estão ancoradas nas leituras do cotidiano das mulheres nos espaços comuns da Vila e outras nas leituras dos textos sobre família militar no Brasil, citados no Capítulo III desta Tese. Todos os resultados serão discutidos remetendo à hipótese de que a cultura militar influencia na construção da subjetividade da esposa de militar.

Entende-se aqui por Cultura Militar todo o cotidiano, fazeres e práticas que envolve a vida das famílias dos militares. Os interdiscursos presentes nas falas.

Vale ressaltar que este estudo considera que as falas dependem de um contexto, num cenário de trocas linguísticas. “O repertório não pertence aos indivíduos e sim é um recurso social, disponível para aqueles que compartilham uma linguagem e cultura que permitem justificar suas versões particulares” (SPINK, 2004, p.126).

Partindo dessa afirmação, os resultados aqui apresentados não pretendem traçar um perfil da mulher de militar, mas algumas dinâmicas das suas construções subjetivas. São múltiplas histórias, mas todas influenciadas pelas transformações contemporâneas e pela cultura institucional do Exército Brasileiro. Assim, serão propostas aqui categorias de sentido que determinam uma ampla gama de significados subjetivos, costurados pelo fio da cultura e da linguagem.

São relações atravessadas pelo mundo do trabalho, embora a mulher não esteja inserida **no** trabalho. Tal sutileza discursiva apresenta reverberações que serão discutidas aqui e agrupadas em categorias de sentido.

A fim de investigar se a construção da subjetividade da esposa de militar, oficial do Exército Brasileiro, é influenciada pela cultura militar e quais as dimensões que integram essa influência, foi proposto um modelo teórico hipotético na figura 13.

Figura 13 - Modelo Teórico Hipotético – Intercessão da Subjetividade com a Vila Militar e a Cultura Militar



Configurou-se aqui um campo híbrido de pesquisa que requer uma investigação que possibilite uma visão das intercessões, dos atravessamentos e sobreposições das realidades Cultura Militar, Vila Militar e Subjetividade da Esposa de Militar.

Vale ressaltar que a linguagem é ao mesmo tempo produto social e histórico, assim ela é o elemento integrador, que possibilita a visualização dos fatores sociais. As relações de mundo manifestas pela linguagem denunciam modelos de relações sociais e modos de construções subjetivas influenciados por essas relações. Ou seja, nada é dito fora de uma dada cultura, ou um contexto, quando o sujeito fala ele evoca as vozes que influenciaram seu discurso, as vozes da cultura e da história.

Dada essa premissa, escutar os discursos das mulheres de militares sem conhecer os espaços de convivência, os elementos e pilares da cultura militar, não seria possível compreender como se dá a construção dessa subjetividade.

“A subjetividade se produz sobre sistemas simbólicos e emoções que expressam de forma diferenciada o encontro de histórias singulares de instâncias sociais e sujeitos individuais, com contextos sociais e culturais multidimensionais”. (REY, 2012, p. 137)

A partir desse campo híbrido, trabalhou-se uma metodologia que integra as concepções teóricas da análise do discurso com a perspectiva participativa, ao observar-se e registrar o cotidiano da Vila Militar.

2.1.5.1 Esquema Interpretativo – retomando os discursos

As falas das entrevistadas estão demarcadas em itálico e identificadas pela letra E (Entrevistada), seguida de um número, que faz referência à gravação da entrevista.

As entrevistas foram gravadas com o consentimento das participantes – Termo de Consentimento e Livre Esclarecimento, em anexo (ANEXO I) – e devidamente registradas na Plataforma Brasil e autorizadas pelo parecer consubstanciado do CEP, registrado sob o número 1.209.536.

Para delimitação do *corpus* de análise, foi feita a transcrição dos discursos, a leitura flutuante; por fim, para extraírem-se as categorias de sentido, buscou-se as formações discursivas presentes nas falas das entrevistadas, ou seja, os enunciados que possuíam uma significação dentro da delimitação do objeto de estudo.

A delimitação dos blocos de sentido, ou dimensões de análise, foi estipulada a partir das dez primeiras entrevistas, realizadas no ano de 2014. Após transcritos os relatos, os marcadores linguísticos apontavam para quatro dimensões que tangenciavam a cultura militar e a construção da subjetividade da mulher de militar.

Será proposto um esquema interpretativo, ressaltando que toda interpretação parte de um lugar que não é neutro e incide em riscos, pois o ângulo de análise está vinculado às teorias que vão permitir certos dispositivos de análise enquanto encobre outros. Com isso, a interpretação está limitada às vivências e às práticas teórico-metodológicas da pesquisadora.

As duas primeiras dimensões referem-se ao contexto das relações: a primeira remete ao suporte geográfico e a segunda ao suporte social. As outras duas ligam-se aos processos de vinculação das mulheres e seus efeitos na construção da subjetividade: uma refere-se ao casamento e à centralidade da carreira do marido na vida delas e a outra aos deslocamentos e às mudanças psicossíquicas a que estão sujeitas.

As dimensões definidas foram:

a) Dimensão da Vila Militar: quando elas falaram em vila militar, se referiram a diversas vilas militares que já moraram, mas o presente estudo se limitará a vivência na vila militar do Rio de Janeiro, dessa forma, os recortes das narrativas são atinentes a esse território. Assim, pretende-se investigar qual o

significado desse lugar para as mulheres pesquisadas. O que significa para elas conviver diariamente com os símbolos e o cotidiano desse território.

b) Dimensão da família militar: família militar é um termo recorrente nos discursos das entrevistadas. Dessa forma, será investigado de que maneira a família militar figura como um elemento estruturador da subjetividade das mulheres de militares e o que representa para elas fazer parte dessa família.

c) Dimensão do casamento e a significação ser esposa de militar: o atributo “esposa de militar”, em geral, vem acompanhados de outras qualificações, conferindo-lhe um valor muitas vezes associado ao sacrifício. Há relatos de abdicção de escolhas pessoais em prol do casamento. Nessa dimensão, pretende-se verificar qual o valor do casamento para essas mulheres e o que essa escolha representa na vida delas e captar qual a atual configuração familiar e como essa dimensão se insere na construção da subjetividade dessa mulher. Ademais, a carreira do marido é tema frequente no discurso das entrevistadas, influenciando no processo. Desde as amizades que se estabelecem a partir do lugar que esse homem ocupa na hierarquia até a perspectiva de crescimento na carreira sugere ser uma preocupação constante para todas.

d) Dimensão dos deslocamentos e mudanças: em todas as entrevistas os deslocamentos surgiram como parte dos discursos. As mudanças físicas, os transtornos e os benefícios daí decorrentes fazem parte da rotina. Os deslocamentos associam-se ao “vincular-se e desvincular-se” e ao fato de ter de abrir mão em prol da necessidade que a carreira do marido impõe. As narrativas sugerem uma tendência em abandonar as referências originais para ligar-se a outras mais recentes. Nessa dimensão, pretende-se investigar como as mulheres lidam com alguns elementos que apareceram repetidas vezes em suas falas, a saber: o medo, o novo, as expectativas; enfim, como elas dão seus contornos subjetivos a essas questões.

2.2 Análise e interpretação dos resultados - contexto das relações

Neste capítulo serão descritos e analisados os discursos, a partir da delimitação realizada dentro dos blocos de sentido, com o fim de se revelarem

aspectos da construção das subjetividades das mulheres de militares, oficiais do Exército Brasileiro que residiam na Vila Militar de Deodoro, no Rio de Janeiro, nos anos da pesquisa.

Buscar-se-á articular os aspectos teóricos às formações discursivas e ideológicas que regem as relações dentro do espaço físico Vila Militar e, por sua vez, às relações sociais dentro da família militar, somadas às vivências dentro do campo de pesquisa. Dessa maneira, serão apresentadas, em primeiro lugar, as duas dimensões que compõe o contexto das relações: A Vila Militar, como suporte geográfico, e a Família Militar, como suporte social.

Elas demarcam um sujeito social em seu cotidiano, para “conhecê-lo nas condições sociais em que atua e tentar compreender de que maneira sua produção de sentidos se associa a esses espaços sociais” (REY, 2012, p. 174).

2.2.1 Dimensão Vila Militar – suporte geográfico

Concebe-se a Vila Militar de Deodoro como espaço das relações sociais, em que é possível emergir o sujeito social Mulher de Militar. “Em sentido amplo, pode-se considerar o mundo como o lugar de constituição da subjetividade, um mundo físico, biológico e, também, imaginário, simbólico e social” (MOLON, 2010, p. 120).

Desde o princípio, pôde-se perceber os limites institucionais desse território. Afinal, os PNRs (Próprios Nacionais Residenciais) são moradias que nunca pertencerão aos membros da família que ali compartilham vida privada e intimidades. O imóvel é do Exército que o disponibiliza por um tempo prefixado. Dessa forma, não se trata de um condomínio tradicional, não há um contrato de aluguel, há uma portaria institucional que rege a relação de moradia do militar.

O marido militar tem direito a essa moradia porque trabalha na instituição e estende esse vínculo à família. Mas o sujeito dessa pesquisa, a mulher, esposa do militar, não possui uma relação laboral com o Exército; ela ocupa esse lugar porque a patente do marido, ou o curso que ele está fazendo, prevê uma moradia nesse espaço.

Como demonstram os discursos, o espaço geográfico Vila Militar facilita a formação do elo de unidade da Família Militar. Ressalta-se o fato de que essa é a

maior vila militar da América Latina e lugar em que todo oficial do Exército Brasileiro vai morar pelo menos uma vez durante a carreira. No território se materializam os valores e os simbolismos inerentes às circunstâncias vivenciadas. A hierarquia e espírito de corpo tomam uma densidade robusta na convivência territorial.

No espaço os militares se reencontram, pois, depois de formados na AMAN, cada um foi servir em regiões diversas e, nesse momento, com suas famílias, estabelecem laços afetivos mais variados. Evidencia-se, nos discursos das mulheres, a rede de apoio que elas estabelecem entre si e que faz parte das suas possibilidades subjetivas. Esses laços, mesmo que temporários, cumprem uma função de suporte psíquico significativo para que elas se integrem em um contexto geralmente diferente de suas realidades originais, além de partilharem os mesmos desafios concretos impostos pela realidade institucional.

Quando cheguei, almoçava na casa de um, almoçava na do outro e tomava café em outro. Foi ótimo. Para o ano que vem não sabemos se tem PNR, mas vamos ter de sair da Vila Verde. Qualquer lugar pra mim estava bom, mas quero ficar na vila e ter PNR. (E17)

Se, por um lado, a Vila traz consigo a segurança dos vínculos de amizade e compartilhamento do cotidiano, por outro, verifica-se como um dado reiterado nas falas das mulheres o fato de conviverem com a insegurança e a incerteza da carreira militar – variáveis que não estão sob o controle da família. O espaço físico da Vila concede a esse público uma segurança, dentro de um contexto muitas vezes ameaçador.

Essa é **a quarta vez que moro na vila militar**. Eu gosto de viver onde eu vivo. Morei em Campinho, Madureira, Vila Militar. Geralmente, quando falo para as pessoas, elas arrepiam, porque é um local quente, o que tem **em volta é feio**, a gente fica preso dentro de casa. É um **local difícil**, tudo longe. Não é uma coisa muito boa. Como eu sou do interior, todo mundo queria vir conhecer o Rio de Janeiro, então era uma tristeza, como vou levar o pessoal para passear? Não foi fácil e aí junta com a situação: você é jovem, tem filho, tem que administrar dinheiro, administrar relacionamento, amigos, vários fatores muito fortes. Casamento, filhos, dinheiro, não estar trabalhando. Além de ser um local que não oferece opções, tem essa realidade de vida que todo mundo tem. O meu primeiro filho nasceu aqui, o que foi muito difícil. A primeira gravidez e o primeiro filho é muito difícil e meu último filho também... depois de alguns anos, eu mais madura, nasceu aqui também. Era bom, a gente reunia os amigos, muita festa em casa. A gente tinha muita reunião em casa. O que marcou foram esses encontros com amigos. Teve coisas ruins, mas eu prefiro perceber o que é bom e guardar o que é bom, mas eu não tenho saudade de nada, nem do que é bom, nem do que é ruim. Vivo intensamente o lugar que estou, passou,

virou a página. Vivo aquilo ali intensamente. Não vou dizer que eu não reclamo, mas isso foi diminuindo na medida que fui amadurecendo. (E11)

A precariedade do entorno foi tema de quase todas as entrevistas. Elas apresentam a dificuldade de expandir seus limites para fora da Vila Militar, por medo da violência e reclamam do local de instalação da Vila.

No trecho supracitado, a entrevistada relaciona as dificuldades concretas e os desafios da vida emocional durante o casamento. De certa forma, ela associa a vida emocional com a vivência dentro desse território. Enquanto relata, ela aponta os marcos de sua história que foram vividos na Vila. Assim como essa entrevistada, várias outras descrevem fatos marcantes ali experienciados. Marcas de territorialidades, de pertencimentos, momentos que retratam o quanto o território é funcional e produz significados. Mesmo que esses significados não sejam valorados de maneira positiva, em todos os relatos das mulheres aparecem elementos que remetam à memória de um espaço vivo e dinâmico.

Quando as entrevistadas tematizam sobre a vivência territorial, o medo é a emoção que permeia os discursos. A temática repete-se em momentos diferentes. Por exemplo: nas redes sociais, elas dão alertas dos locais mais inseguros e, na vivência em campo, quando ouviram palestras, no início do ano, ministradas pela área de Inteligência da EsAO alertando sobre os perigos da cidade. Muitas vezes, esses eventos contribuem para aumentar a sensação de insegurança que as mulheres (muitas oriunda do interior do país, de cidades pequenas) sentem ao chegarem ao Rio de Janeiro.

As meninas aqui desse bloco estão sempre juntas, isso ajuda, a convivência, é uma área sossegada. Porque eu já passei por um arrastão aqui no Rio e aqui sim eu acho sossegado. Só saio sozinha aqui ao redor da Vila Militar. Mercado e padaria no Valqueire. Vou ao Shopping Sulacap. (E15)

As posturas de não conseguirem lidar com a violência do Rio e, por isso, não se deslocarem livremente pela cidade são fatores que aparecem em quase todas as entrevistas. Elas procuram frequentar os bairros próximos à Vila e, em consequência, muitas se sentem “presas”, sem conseguirem aproveitar o que a cidade oferece. Não conhecem e não se sentem seguras para ampliar suas possibilidades de exploração do espaço geográfico. O medo leva as mulheres pesquisadas a se abrigarem no comunitário.

A comunidade definida por suas fronteiras vigidas de perto e não mais por seu conteúdo; a defesa da comunidade traduzida como o emprego de guardiões armados para controlar a entrada; assaltante e vagabundo promovido a posição de inimigo número um; compartimentação das áreas públicas em enclaves defensáveis com acesso seletivo; separação no lugar da vida em comum - essas são as principais dimensões da evolução corrente da vida urbana (BAUMAN, 2001, p.120).

O bairro Vila Militar foi concebido para o aquartelamento de tropas, como foi apresentado na história da Vila Militar, no capítulo III. Trata-se de uma área militar, tomada por elementos próprios, com postos de vigilâncias e pontos de guarda. Essas barreiras físicas fazem a delimitação territorial dessa comunidade e concede às mulheres a sensação de estarem em um espaço institucional seguro.

Quase todas mencionam a dificuldade em morar no Rio de Janeiro e o medo da violência. Bauman chama atenção para a “política do medo cotidiano” (2001, p. 121). A sensação de insegurança mantém essas mulheres afastadas dos pontos turísticos e de entretenimento, do contato com as artes e a vida pública, negando o alargamento de construções subjetivas múltiplas. Se a subjetividade necessita da mediação do social para se constituir, para as mulheres que vivem somente dentro da Vila Militar e no entorno, as possibilidades estão limitadas a esses contornos.

Vale ressaltar o papel regulador da violência. O medo instaurado na vida dos habitantes dos grandes centros serve como instrumento de regulação social, mesmo que utilizado de maneira inconsciente por parte daqueles que alertam sobre esses riscos. De alguma maneira, esse medo exacerbado das mulheres moradoras da Vila Militar sugere cumprir um papel social de as “obrigarem” a permanecer em casa, furtando-se a saídas e passeios. Arriscam-se pouco e isso, de alguma forma, faz com que elas convivam mais intensamente, o que reforça a presença dos vínculos com o território Vila Militar.

2.2.1.1 Apropriação do território

Desde de a década de 40, os alunos da EsAO vêm para o Rio de Janeiro para se aperfeiçoarem, cumprindo uma exigência curricular da carreira do Oficial. A partir do ano de 2012, a Vila Verde passou a ser o espaço destinado à moradia desses alunos. Mas, em 2014, com a reforma do EPV, os alunos da ECEME,

passaram a dividir esse espaço com as famílias dos militares que estavam cursando o Escola de Comando e Estado Maior do Exército, influenciando assim, a configuração da Vila Militar nos anos de 2014 e 2015.

Assim no período desta pesquisa, foi possível entrevistar mulheres, esposas de alunos da ECEME. Isso deu um dinâmica peculiar ao bairro. Segundo algumas dessas mulheres, o marido estava fazendo o curso de Estado Maior e indo todos os dias de ônibus para estudar na Urca, como se fossem “alunos do Colégio Militar”. Muitas delas analisaram o fato com uma carga emocional negativa.

Quando eu soube que viria para Vila Militar, foi péssimo, pois queríamos ir para Urca. Lá é outra coisa. Tá difícil para eles, estão indo às 4 horas da manhã e quando chega em casa tem que estudar e acaba influenciando na família, eles não tem tempo para nós, eles estão cansados e não tem vontade fazer nada. Aqui é só estudar, acordar de madrugada. Fiquei mal e preocupada. Hoje eu já estou mais calma, já estou aqui há 6 meses, mas não estou feliz aqui. Aqui não tem qualidade de vida. (E6)

Durante os dois anos da pesquisa de campo – frequentando os espaços de convivência da Vila, o Curso de Extensão Cultural e realizando as entrevistas –, não foi encontrada nenhuma mulher esposa de Tenente. As demais esposas foram questionadas acerca do porquê desse fato. Nas últimas entrevistas, a pesquisadora indagou se elas conheciam alguma esposa de tenente. Nenhuma delas conseguiu indicar uma conhecida, nessa condição.

Algumas possíveis explicações para essa realidade foram levantadas. Um dado concreto se refere à legislação sobre a ocupação de PNRs, que prevê que o oficial deverá estar acompanhado de seus dependentes para fazer jus ao direito de moradia na Vila. Não encontrar esposas de tenente nas Vilas pode ser um indicador de que os militares estão casando-se mais tarde, ou ainda que as mulheres esposas de tenentes não frequentam os espaços comuns da Vila. Como elas não foram entrevistadas, não é possível inferir o porquê. Outra possibilidade é que as esposas de capitães, majores e tenentes coronéis que são a maioria da Vila, (efetivo dos alunos da EsAO e da ECEME), não convivem com esposas de tenentes, pois como a maioria das relações se estabelecem pelos círculos hierárquicos, ou ainda, que elas se conhecem pelos amigos e colegas de trabalho e ou de curso do marido. Logo as esposas de tenentes não fazem parte dos contatos desse público.

Isso permite uma reflexão mais ampliada, pois a “Feirinha” é um espaço público dentro da Vila e qualquer moradora dali pode ser expositora e/ou

compradora dos produtos lá expostos, mas, na prática, quem majoritariamente a frequentava eram as famílias dos alunos da EsAO e da ECEME, reforçando o caráter hierárquico presente no local.

Nos espaços comuns elas conseguem externar suas vontades, seus desejos, tanto de consumo, quanto de se sentirem produtivas (vendendo o que produzem, expondo seus artesanatos). Numa forma de exercerem poder sobre o território, fazem suas articulações sociais e expressam opiniões onde se sentem seguras para fazê-lo, já que a cidade do Rio de Janeiro lhes parece tão amedrontadora e o estilo de vida e a ideologia militares são distintos da vida do entorno.

Nesse sentido, o social ganha força. Se, por um lado, as mulheres de militares moradoras da Vila Militar de Deodoro estão “capturadas” pela cultura militar, por outro, é justamente o convívio dentro da cultura que as possibilitam escapar da reclusão e não se manterem restritas ao ambiente doméstico.

A gente fica muito sozinha, mora longe e não conhece ninguém. Eu vou em chá, em formatura, passagem de comando, se me convidar eu vou. Venho toda semana na feirinha. É para ajudar mesmo. Eu participo da costurinha, a gente se reúne e faz artesanato e, no fim do ano, vende para comprar enxoval e cesta básica. Só frequenta mulheres esposas de militares, tem 15 mulheres, mas nem sempre vão as mesmas. (E10)

O sentimento de territorialidade constrói-se na medida em que o indivíduo participa das ações dentro do território, um conceito que remete a elementos físicos e culturais, uma explicação que permite entender as percepções de poder exercidos pelos indivíduos ou grupos no espaço (ANDRADE, 1993). As mulheres entrevistadas ocupam o espaço da Vila Militar com suas ações e projetos. Muitos desses trabalhos são iniciativas delas, que se reúnem e marcam seu espaço, se apropriam do território, vão produzindo fazeres e práticas que as definem dentro do contexto institucional.

Outros eventos promovidos pela Instituição, como passeios, cursos de idiomas e curso de Extensão Cultural da Mulher, também promovem a vivência social, ao mesmo tempo que reforçam a cultura militar e enriquecem o cotidiano. Muitas vezes, sem esses elementos intercambiais, a mulher permaneceria dentro de casa.

Adoro o curso de Extensão e adorei me aproximar dessas meninas que conheci no curso. Lá em Brasília eu trabalhava com corrida e natação, aqui

hoje eu já consegui trazer essas meninas para correr comigo, consigo me socializar mais e consigo ter um assunto quando estou com elas. Acho que isso foi tudo de maravilhoso esse curso na minha vida. Muita gente ia adorar, não sei por que. No início, eu não queria ser caracterizada como esposa de militar, na minha cidade não queria ser vista assim. (E18)

2.2.1.2 O território e as marcas da cultura militar

As relações entre as famílias dos militares são hierarquizadas e ordenadas por princípios que são pilares da cultura militar: disciplina e hierarquia. Nas festas, nos jantares, nos chás, os lugares das mulheres são demarcados pelas patentes dos maridos. Mas é importante ressaltar que a hierarquia não está somente nas relações; está também nos prédios divididos por patentes, nas casas funcionais, nos prédios da Vila Verde, onde em lados separados estão os alunos da ECEME e os da EsAO. Enfim, essa é uma questão que paira sobre todo o universo das relações sociais concretas e simbólicas desse público.

O que mais aprendi é fechar a boca e ficar quieta. Ouvir mais e falar menos. Se você fala “a”, alguém lá na frente pode ouvir um “z”. Todo mundo é muito diferente. Eu falava demais, eu fui percebendo que se eu ficasse calada ia ser melhor. (E23)

Essa é a segunda entrevista em que aparece o elemento “*aprender a ficar calada*”, cujo significado sugere que na Vila Militar existe certo “estatuto tácito” que diz o que é certo e o que é errado. Uma maneira correta de viver e conviver, pautada na hierarquia e nos outros valores militares. As entrevistadas vão proferindo suas falas e, aos poucos, revelam as faces de outros elementos da cultura, pautados na hierarquia e em outros valores militares.

Como exemplo, as mulheres entrevistadas que moraram na fronteira, região por elas denominada “selva”, falam com nostalgia daquele tempo, relatando ser um dos melhores em suas vidas. Porém, na fala de uma, aparece a expressão “**o que não mata fortalece**” (E12).

Na cultura militar há um “culto ao sacrifício”, ao “quanto pior for a situação que o militar passou melhor ele é”. Isso se reflete também entre as mulheres, que acabam oscilando entre dois polos: umas reclamam e outras cultuam “sacrifícios que

levam à glória”, porém com reflexões pouco profundas sobre o significado dessas vivências.

Tive psoríase, emagreci 10 quilos. Ele foi para o Curso, eu fiquei completamente só, não tinha ninguém. Tive um esgotamento, doenças emocionais. Minha saída era conviver na Vila, com as vizinhas. Na Vila eu encontrei apoio, no grupo do terço, no HG comecei a fazer terapia e fui melhorando. (E9)

Quando não há força para uma expressão subjetiva e o coletivo se sobrepõe, os elementos institucionais ocupam esse espaço e sufocam as expressões subjetivas. A força do coletivo é maior que a força individual. Até o sentimento de família se enfraquece, quando a casa está muito aberta à comunidade.

Vale ressaltar que esta Tese compôs uma amostra de mulheres que frequentavam os espaços públicos da Vila Militar, mulheres que se apropriavam do território, vendendo seus produtos ou comprando, ou alunas dos cursos de Idiomas ou do Curso de Extensão Cultural. Nesses lugares elas interagem, manifestavam seus engajamentos sociais e produziam laços sociais e culturais.

As falas das que estão dentro de suas casas não estão representadas aqui. O que pensam e como estabelecem sua relação com o território não estão no escopo desta pesquisa. E muitas são essas mulheres que não se fazem ouvir no espaço público da Vila e que, portanto, não abrem a possibilidade de demarcarem sua territorialidade.

2.2.1.3 Curso de Extensão Cultural da Mulher – Edição EsAO 2015

O curso teve como objetivo, formalmente divulgado, socializar e integrar as mulheres dos oficiais da EsAO. As inscrições eram realizadas pelo Relações Públicas da EsAO, mas puderam se inscrever também mulheres, esposas de oficiais, de outras organizações militares da Vila.

Participar de algumas palestras do curso facilitou conhecer quais os discursos aceitos nesse espaço social, quais as suas condições de produção e quais as vozes, mesmo não pertencentes à instituição, estão autorizadas a adentrarem no seu meio e auxiliam na formação dos discursos circulantes das mulheres de militares.

As informações relativas ao evento foram fornecidas pelos organizadores: os oficiais de comunicação social e a sessão de idiomas. Como não houve uma grande adesão por parte das mulheres, esposas de capitães da EsAO, abriu-se inscrição somente para as palestras de interesse pessoal. Algumas, cujos palestrantes eram personalidades conhecidas na mídia, como, por exemplo, Fátima Bernardes, jornalista, e Giovanni, atleta da Seleção de Vôlei, lotaram o auditório da EsAO. Outras foram abertas aos maridos, alunos da EsAO, como, por exemplo, a aula inaugural do curso, ministrada por Marcos Pontes, e a palestra de encerramento, por Bernardo Costa de Rezende, o “Bernardinho”.

Os temas versaram sobre etiqueta social, educação dos filhos, educação financeira, saúde, temas motivacionais e visitas culturais a pontos turísticos do Rio de Janeiro. A esposa de um general, autora de um livro autobiográfico, Márcia Modesto, também ministrou palestra no curso.

O auditório era cercado de símbolos e rituais institucionais que aparentemente não estão no escopo do conteúdo das palestras, mas que comunicam muito sobre a cultura e os valores institucionais. Por exemplo, ao início de cada dia, adentrava no auditório o General, sua esposa e o palestrante. Se os militares estavam presentes, eles se levantavam para receber a comitiva; algumas esposas levantavam, outras não. Denotando que algumas aceitam o pertencimento e compartilham da hierarquia. Uma das mulheres participante verbalizou: *“Eu não levanto. Não sou militar”*.

A primeira fila era reservada ao General, que nem sempre permanecia na audiência, a sua esposa ao seu lado, seguida da esposa do General da 1ª DE e as esposas dos demais comandantes dos batalhões da Vila que ali estivessem presentes. Trata-se de um ambiente hierarquizado.

Sempre ao final de cada ciclo, uma participante era escolhida para fazer o agradecimento e entregar uma lembrança para o/a palestrante. É uma espécie de rito que se dá ao final de todas as palestras proferidas, quer nessa Escola, quer em qualquer outro lugar de formação militar.

“Tornar-se militar significa, acima de tudo, deixar de ser civil” (CASTRO, 2009, p. 24). E ser esposa de militar? Segundo as pesquisas de Silva (2009), as famílias dos militares passam por um processo de socialização com a cultura militar.

O curso de Extensão Cultural da Mulher é a formalização desse processo de socialização.

Reuniões para integrar as outras esposas e, enfim, que elas transmitam conselhos e experiências às mulheres recém-casadas para que, num sentido mais amplo, seja cultivado e valorizado o espírito de união e solidariedade entre elas (SILVA, 2009, p.108).

Uma análise sobre esse curso pode ser um material rico a ser explorado por outra pesquisa, mas aqui ele figura como um dos elementos da cultura, que influenciam na construção da subjetividade dessa mulher.

As que aceitaram estar ali deram depoimento, justificando o interesse.

Gostei das palestras de motivação, foi um direcionamento interessante. A parte de cuidado pessoal, de ajudar o esposo na carreira dele. Esse direcionamento que falta para gente, A gente entra na vida militar e **vai indo de arrasto**. Serve para centrar a gente, sobre como é a carreira dele, como são as situações sociais, como deve ser o planejamento familiar. (E15)

Os discursos sugerem que a EsAO, como uma escola de aperfeiçoamento de oficiais, acolheu a oportunidade de aperfeiçoar também essas jovens esposas que vêm morar no Rio de Janeiro e precisam conhecer melhor a cultura institucional para acompanhar seus maridos.

Interessante observar que a maioria encara como imposição, ou seja, se veem obrigadas a participar para não prejudicarem a carreira dos maridos, ou ainda denotam em suas falas que a participação vai auxiliá-las na tarefa de ser o apoio necessário à carreira dele. Algumas vão para o curso e ali encontram um espaço que, de fato, pode ampliar suas realidades pessoais.

Confesso que eu não queria. Meu marido que me inscreveu. Porque eu fico muito em casa estudando. Aí meu marido falou que eu tinha que sair, ver as pessoas, tem que ver outras coisas, se abrir mais. Às vezes, fico muito quieta. Aí foi bom, conheci outras meninas que eu não conhecia. Reencontrei outras. Eu nado e corro, mas meu marido queria que eu conversasse com as pessoas. Hoje eu adoro o curso. (E17)

O curso também objetiva o fortalecimento da cultura institucional, tendo como público-alvo um dos braços da família militar: a mulher. Aquela que acompanha, mas que não possui uma formação para acompanhar. Desse modo, aparentemente o curso é algo que vem para ajudar essas mulheres, mas por que não é percebido dessa forma pela maioria delas?

Não vou mesmo, **isso é do trabalho dele** e tenho que morar aqui e além de tudo eu ainda tenho que ir no curso! Não vou. (E03)

A partir da escuta dos discursos e dos esquecimentos, do que não foi dito, mas, principalmente, do que está implícito nas falas das entrevistadas, é possível entender que a frequência ao curso se relaciona com o apoio à carreira do marido. O contraponto também é válido: se o casamento com esse marido não vai bem, ela se recusa a comparecer, numa forma de manifestar sua insatisfação.

Na verdade, o curso não é um apelo ao aspecto subjetivo; pelo contrário, reforça o aspecto totalizante da instituição, fortalece a convivência entre elas e seus vínculos ocupando o tempo livre com atividades que reforçam a cultura.

Outro motivo que aparece imerso nos discursos das não participantes é que não é status entre elas frequentar o curso. As falas atestam que é para uma pessoa “desocupada”; quem não vai tem sempre “algo para fazer”.

A partir do convite para ministrar uma palestra nesse curso foi possível a esta pesquisadora refletir sobre busca de espaço para o exercício da subjetividade dentro desse contexto. Uma busca que, na maior parte das vezes, esbarra na instituição e na totalização que a estrutura propõe. Por exemplo: a feirinha, a costurinha, o curso, os grupos estão nas redes sociais, sobretudo no *facebook*. A cultura militar como força presentificada nos discursos e nas práticas cotidianas impõe-se de tal forma que se torna difícil separar o que é pessoal do que é institucional. É a vida, os desejos, os planos, os sonhos que se misturam nesse todo, transformado pelo compartilhamento cultural no universo militar.

O curso é muito bom, aprendo muito, mas tem as mulheres que monopolizam. Umas e outras não deixam a gente conhecer. Lá no chá, depois da palestra, a gente quer conversar, mas nem sempre elas deixam.
(E15)

Nesse relato, a entrevistada ressalta que o curso tem sido importante e solicita que a gravação seja interrompida, o que foi feito. Após esse ato, ela se expressa mais abertamente sobre o desejo de se aproximar das esposas dos generais – figura de referência para elas. Várias entrevistadas denotam o quanto a figura da esposa do General é valorizada. Uma mulher que, simbolicamente, comanda o grupo, tornando-se um exemplo em quem se espelham. Mais uma vez, o reforço de que a mulher possui um papel na hierarquia, na cultura institucional, não definido nos regulamentos, nos documentos, mas as próprias relações que se

validam e consolidam esse lugar de influência e poder. O grupo reforça esse lugar social ocupado pela esposa do comandante.

2.2.1.4 Feirinha da Vila Verde

A feira destina-se a reservar um espaço em que as mulheres artesãs e as empreendedoras expõem e vendem seus produtos, bem como estabelecem suas redes de divulgação para continuar vendendo durante o mês via redes sociais.

A feirinha acontecia uma vez por mês, às quartas-feiras, no salão de festas da Vila Verde e na Churrasqueira do PNR I. Cada uma das feirinhas era coordenada por uma esposa de oficial. Na Vila Verde, a administração dos PNRs pertence à EsAO cuja esposa responsável pela organização contava com o do RP da escola.

Entrevistei as coordenadoras dos anos 2014 e 2015, e cada uma liderou seu grupo de maneiras diferentes, mas sempre dentro dos padrões estabelecidos. As regras de funcionamento eram acordadas entre a coordenadora e o RP da EsAO e, posteriormente, compartilhada com as mulheres, tendo na coordenadora o elo de ligação entre a instituição e as expositoras. Segue algumas das regras de funcionamento comum aos dois anos da pesquisa: a) Só podem expor mulheres de militares, moradoras da Vila Militar; b) Só pode entrar para comprar moradores da Vila e militares; c) Cada expositora deveria preencher um cadastro com os seus dados pessoais e com a fotocópia da identidade do marido; d) Caso a expositora faltasse algum dia, deveria avisar com antecedência para colocar a próxima da fila de espera.

Vale ressaltar que o vínculo que as une é a carreira o marido, o pertencimento se dá por essa relação originária: uma mulher casada com um militar. Nessa feirinha eram vendidos artesanatos, doces, bolos, lanches, caldos, cosméticos e roupas formato brechó. Uma das esposas entrevistadas, relatou que todos os presentes do ano, foram comprados na feirinha. O que reforça o caráter endógeno desse grupo.

No ano de 2014 a coordenadora era a esposa de um capitão, aluno da EsAO. Ela não era filha de militar. Já em 2015, foi coordenada pela esposa de um capitão, instrutor da EsAO, e filha de militar. Devido a sua familiaridade com a cultura militar, a de 2015 transitava facilmente pelos espaços institucionais e compreendia as

nuances a que as mulheres estavam sujeitas. Quando entrevistada, relatou que as mulheres expositoras poderiam ser esposas de alunos da ECEME, ou da EsAO, mas que havia um certo desconforto em coordenar uma atividade em que estavam participando mulheres de oficiais hierarquicamente superior ao marido dela.

A feirinha do PNR I era mais discreta e menos movimentada, não havia uma organização centralizada, mas, mesmo assim, funcionava de forma semelhante à da Vila Verde. No PNR I moram militares que servem em outros batalhões da Vila e os instrutores da EsAO; daí o espírito de corpo pode ser mais bem percebido na Vila Verde, por serem praticamente todos da mesma turma da AMAN e ainda por partilharem todas a condição de serem esposas de alunos, seja da EsAO ou da ECEME.

2.2.1.5 Linha do tempo no cotidiano da Vila Militar de Deodoro

A Vila vive as tensões de cada época, demarcadas pelos elementos culturais. No início do ano, os alunos da EsAO chegam, acomodam-se nas instalações da casa e veem todo o necessário para manter a família. Procuram escolas próximas para os filhos e compram equipamentos de casa. Como relata uma das entrevistadas, “demorou um tempo para eu chamar essa casa de lar... precisa de muita coisa que não estava no lugar, ser colocada no lugar... encontrar um lugar para colocar tudo”.

É um tempo de adaptação, de acomodação física e psíquica, que demanda um esforço interno e externo, que precisa ser rápido, pois o ano letivo terá início e, logo no princípio, os maridos fazem provas decisivas a fim de definir para onde irão no próximo ano. Esse momento inicial é tenso e permeado por emoções diversas, medos, ansiedades que, fora do contexto, não é possível de serem percebidos. Toda cultura é um mundo à parte das demais culturas. “A cultura é uma produção de sentido que legitima a racionalidade de um sistema de práticas compartilhado por um grupo e não por outro” (REY, 2012, p. 132).

No decorrer do ano, passados esses meses iniciais elas vão se relacionando e compartilhando suas histórias singulares e procurando identificações umas com as outras. Nas entrevistas, destaca-se o papel das amigas que se estabelecem

nesse espaço, como se a Vila fosse um grande espaço para convivência. Elas relatam a alegria de ter a possibilidade de identificar-se. Nesse sentido, abre-se espaço para a discussão sobre identidade cultural, em uma instância um pouco mais homogeneizada que a subjetividade, num processo de identificação, mesmo que efêmera, onde o encontro com o outro estabelece um laço social positivo, uma forma de ser entendido e de entender.

Encontrar um sujeito que vive o mesmo mal-estar social promove uma identificação com a angústia do outro.

Eu não gostava de descer e ficar conversando, não tomo chimarrão e nem acho tudo bom aqui. Eu pensava que todas as meninas lá embaixo, reunidas, rindo, estavam amando estar morando aqui, mas, um dia, conversando, uma me falou tudo que eu também penso... aí vi que tem muita gente como eu. (E19)

A fala de E19 não é uma tentativa de dissolver o particular num todo, em uma única possibilidade universalizada, mas uma demonstração de que há dentro da dinâmica das produções de subjetividades um processo de identificação.

O Curso de Extensão Cultural da Mulher é uma forma de reforçar elementos culturais da instituição. Analogamente, algumas empresas privadas, promovem treinamento de manutenção da cultura, levando-se em conta que, desde o final do século passado, as pesquisas na área de psicologia organizacional apontam como antecedentes de comprometimento organizacional e produtividade a assimilação dos valores culturais da empresa. Baseado nessa premissa, o Exército busca esse comprometimento dos seus soldados, e como a casa e a caserna não se separam totalmente (SILVA, 2013) as mulheres também precisam ser socializadas dentro dos valores culturais da instituição, fazendo das mulheres aliadas.

Nesse curso, valorizou-se a pluralidade de mundos presente na Vila Militar, ressaltando-se os repertórios individuais, desde que não contrariem valores que são inegociáveis para a Instituição. Esse tipo de ação denota uma preocupação com a formação cultural das esposas, visto que elas não passaram pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), mas acompanham seus maridos e representam o Exército por onde eles passam.

O curso não abrange todas as mulheres da Vila – muito poucas aderiram ao projeto. Mas, mesmo as que não participam e resistem viver a cultura e ser

influenciadas pelos seus valores acabam, em algum momento, sendo tocadas por feixes do sistema institucional.

No meio do ano, os alunos da EsAO possuem um recesso e muitas famílias viajam para suas famílias de origem, enquanto outras permanecem para que o marido estude; no retorno, eles fazem novas provas. Outras aproveitam a oportunidade para conhecerem o litoral e a própria cidade do Rio de Janeiro. Algumas esposas de alunos da EsAO e da ECEME são de outras regiões do País e fazem questão de conhecer um mundo que não existia antes do casamento com um militar. “Eu sou do Rio Grande do Sul, bem do interior, e nunca pensei em morar no Mato Grosso, no Nordeste e aqui no Rio de Janeiro. Olha quanta coisa eu já conheci. Se eu não tivesse casado com ele, estaria lá na minha cidade e esses lugares só pela televisão”, relata E02. Outras entrevistadas, ao contrário, confessam que não viam a hora de chegar o recesso para visitar a família. Seu desejo era não voltar para o Rio de Janeiro, mas permanecer na cidade de origem. Cada percepção passa por uma história localizada, por uma singularidade que, somada, forma o universo plural denominado “Esposa de Militares”.

No final do ano, meados de outubro e início de novembro, a EsAO procede a escolha das unidades, que ocorre da seguinte forma: os alunos são classificados por notas e recebem uma lista com as unidades (cidades) que podem escolher. O primeiro, mais bem colocado, escolhe a sua unidade e, assim, sucessivamente. Nesse período, as mulheres conhecem o seu próximo local de moradia, e uma nova etapa de reorganização familiar, pessoal, profissional e subjetiva. Nos demais batalhões, as transferências dos militares também começam a ser publicadas nesse período. Os oficiais que servem nos batalhões ficam, em média, dois anos, e os alunos da EsAO ficam somente o tempo do curso: 10 meses. A Vila começa a ser pensada como espaço a ser esvaziado.

No dia da escolha de unidades da EsAO, a Vila ficou povoada de barulhos, gritos de alegrias e muito choro. Misto de emoções. Despedias, alegrias e choros se confundem: uns conseguem ir para onde querem, enquanto outros vão para localidades onde não imaginaram. Com o passar dos dias, instaura-se um clima de ansiedade pelo novo e nostalgia pelo que está sendo deixado.

Não realizei entrevistas nesse período, pois a mobilização de ansiedades é muito grande e as percepções já não são tão reais.

2.2.2 Dimensão família militar – suporte social

2.2.2.1 Construção da família militar – uma rede de significados

O social gera núcleos de subjetivação que subordinam setores importantes da subjetividade individual a um funcionamento social (REY, 2012). Dessa forma, tendo a subjetividade como referencial, faz-se necessário entender os processos sociais geradores de sentidos para esse público.

A família militar não é uma construção física e, sim, simbólica e discursiva. Em todos os documentos do Exército consultados para esta Tese o termo família militar aparece para designar as famílias dos militares, moradores ou não da Vila Militar.

O processo discursivo e a presença da formação discursiva dessa cultura nas falas das mulheres entrevistadas refletem um modo de vida próprio, incluindo o sentimento de pertencimento, ou seja, mais que uma comunidade geográfica, a Vila Militar é uma unidade que se estabelece por características comuns, marcando, ao mesmo tempo, sua diferença com os que não pertencem a essa “família”.

Os pressupostos de Vygotsky (1996, p. 39) ressaltam que “a cultura cria formas especiais de conduta, muda o tipo da atividade das funções psíquicas. Ela constrói novos estratos no sistema do desenvolvimento da conduta do homem”.

Eu vou em todos os passeios, todos os chás, gosto de estar no meio, de participar, não gosto de me isolar, odeio ficar isolada. Eu frequento vários lugares: o curso de Inglês, o terço com as esposas dos generais e comandantes, eu sou a mais nova **e é uma forma delas me passarem experiência**. Elas falam pra mim, eu fiz assim, foi bom pra mim... é bom escutar o conselho delas, pessoas que viveram muito, rodaram o Brasil todo e estão **quase indo para reserva**. No Inglês já são pessoas mais jovens e de vários quartéis, da EsAO, DE e muita gente e mais da minha idade. É uma forma de aprender e uma forma de se encontrar, de sair de casa de ver outras pessoas. Todas as oportunidades eu aproveito. (E9)

A entrevistada demarca o lugar em que ela coloca as esposas dos generais: pessoas que podem, que têm autoridade para aconselhar; depois, acrescenta que elas estão quase na reserva. Quem vai para a reserva é o marido, mas, na

materialidade do discurso, fica claro o quanto a mulher está associada ao lugar social do marido, uma sociabilidade pautada nos vínculos de trabalho do cônjuge.

Como em uma família, a experiência de uma geração é passada para a outra. No dicionário, a definição de parentes é: “ascendente, descendentes ou colaterais de uma família por consanguinidade, afinidade ou adoção, pessoa ligada a outra por laços de família; pessoa cujo parentesco com outra resulta de um casamento e não de consanguinidade”. E assim, elas se relacionam como em uma família após o casamento com o homem-militar. E9 vê tudo como oportunidade; optou pela vida dentro da cultura, acentuando as conveniências que a cultura oferece.

A constituição de uma família de pertença é, de fato, uma forma de minimizarem-se os impactos das mudanças, marcando claramente as fronteiras que separam as mulheres casadas com militares, das demais. As entrevistadas exaltam o casamento com o militar e dizem; *“Os paisanos não são assim”*.

Tais demarcações discursivas reafirmam a categoria “família militar”, ou seja, um termo que vai se construindo nas expressões individuais, nas portarias e textos ligados ao Exército. São fronteiras simbolicamente traçadas, mas que delimitam espaços reais.

Os maridos de fato são militares e eles se referem aos civis como “paisanos”, assim as ações institucionais, como festas, chás e o estilo de vida, ideais e conhecimentos delimitam e reforçam as fronteiras entre a família militar e as demais famílias.

Talvez, algumas das entrevistadas não se reconheçam parte dessa unidade, mas, mesmo que com poucas intercessões, a mulher casada com o militar pertence a essa família. Casou-entrou na família e, mesmo que não goste e não queira conviver, existe um movimento que a coloca no meio. Essa afirmativa refere-se às mulheres moradoras da Vila Militar, pois foram entrevistadas somente as moradoras desse território.

Isso que **elas vivem da família militar eu não vivo**. Nunca tive tempo de conviver. Não me sinto parte da família militar, não me sinto à vontade, **mas quando meu marido viaja já sinto mais segurança**, sinto medo de morar fora de uma vila militar, porque sei que dentro da vila **posso contar com elas** e elas comigo, mesmo eu sendo essa pessoa fechada como eu sou. (E18)

Um dos aspectos que impactam a construção da subjetividade dessas mulheres é o distanciamento da família e das referências originárias. Sua constituição enquanto sujeitos dessa cultura envolve uma maneira própria de viver e conviver umas com as outras.

Eu tinha meus amigos desde a infância e nunca tive necessidade de fazer novos amigos. Essa foi a maior dificuldade quando eu casei. Casei e fui morar em uma vila militar. E aí a gente convivia com pessoas que tu nunca viu na vida. E eu, como gaúcha, que o gaúcho tem isso assim de mais fechado. Quando eu casei, eu tive que aprender a pedir ajuda para as pessoas que eu não conhecia. Ele estava de serviço e eu fiquei muito doente, tive que ir para o hospital sozinha. Foi o ápice do horror porque eu sempre ia com a minha mãe e, por ser de cidade pequena, todo mundo se conhece, é mais fácil. Meus pais sempre me ensinaram que não deveria pedir ajuda para quem tu não conhece. **Mas nessa vida de esposa de militar, às vezes, tu tá tão sufocada.** E hoje eu **até gosto desse jeito de viver.** Uma das coisas que eu mais gostei da EsAO, apesar de não ter meu marido em casa, o prédio que eu morei é maravilhoso, todas as **minhas vizinhas são maravilhosas. A arma do meu marido é maravilhosa.** Hoje essa proximidade eu acho normal. Eu amei essa **proximidade e a minha mãe hoje acha estranho** quando vem na minha casa ela diz: “Todo mundo vem na sua casa toda hora”. Risos. Minha mãe acha muito estranho. “Como vocês nunca se viram na vida e são amigas?” **É uma coisa que tive que aprender.** Se não, ia viver sozinha. (E17)

A fala dessa entrevistada reforça que os valores do Exército estão presentes no dia a dia, como a importância do coletivo e da camaradagem. E17, por exemplo, admite ter assimilado um modo de vida e se sente transformada pelas contingências impostas pela cultura, à medida que vê reforçada a afetividade entre elas e o reconhecimento de afinidades.

Precisa ter vários círculos, porque, se você fica dentro de casa, você quer conversar com o marido e nem sempre ele está bom de papo. Às vezes, chega cansado, quer tomar um banho, jantar, estudar; então, ele não tempo para ficar papiando. Se eu não tivesse esses círculos, eu estaria deprimida. (E9)

O discurso também revela a solidão e o medo da depressão. Elas relatam que as amigadas preenchem esses espaços e que veem no grupo a força de uma identidade construída culturalmente. Ficar sozinha obriga pensar na própria construção subjetiva, em contraponto com o coletivo do grupo: vivências em conjunto, partilhas de escolhas semelhantes, desafios parecidos – fatos que aplacam a solidão e reforçam a opção pelo casamento. Juntas, elas percebem ganhos (culturais e sociais) e criam um modo de viver característico.

Se tu é aberta, você faz amizades boas. Eu faço chás, misturo os cursos, aí tu sai daqui não só com as amizades do seu curso, só os batalhões. As gurias me perguntam o que tem de bom nessa vida eu falo: as amizades e Madureira. Dá pra ser feliz, eu fui muito feliz, vou embora esse ano. Meus filhos amam, as corridas dos batalhões do TFM pela manhã, ele grita: “Bom dia, Sr. General”. Ele canta, bate palmas para banda, e eu amo, acho tudo lindo. Quando me vejo, estou cantando junto. Meu prédio é o último, perto o CECOPAB e o batalhão de Engenharia, então a gente ouve todas as formaturas, e eles, desde pequenos, toda sexta-feira, vê o “bom dia do Sr. General”. (E7)

Interessante observar que E7, ao referir-se às “*amizades do seu curso*”, descreve o curso onde o marido trabalha, mas ela toma para si como se fosse dela. E atua dentro do território como um agente integrador das esposas, sendo aquela que organiza os eventos para congregar a família militar e construir sua territorialidade nesse contexto – pertencimento reforçado pela cultura para suprir necessidades.

Certeau (2013, p. 49) teoriza acerca da dimensão da convivência, baseado nos pressupostos de que “a convivência é o gerenciamento simbólico da parte pública de cada um de nós, desde que nos achamos na rua. A convivência é simultaneamente o modo pelo qual se é percebido e o meio obrigatório de se permanecer submisso a ela: no fundo, ela exige que evite toda dissonância no jogo dos comportamentos”. A VM é o espaço que facilita a interação social entre estranhos não tão estranhos assim.

As esposas de militares criam o seu espaço público e, em meio às crises pessoais e às mudanças com múltiplas exigências, fazem desse espaço oportunidades para viverem suas subjetividades. Como demonstram as falas seguintes:

As crianças ficam amigas e perguntam se vão morar perto ou longe, as crianças se relacionam também (E7)

Normalmente minha vida é monótona e esses eventos são formas de conhecer novas pessoas e sair da rotina. (E4)

Um ajuda o outro, as pessoas ficam mais acolhedoras, mas a grande maioria não trabalha, fica em casa e quando junta muito pode acontecer essas coisas chatas que acontece em comunidade. Umás briguinhas, né! (E4)

A família Militar, de forma similar à apresentada por Certeau (2013, p. 42), é uma unidade social que “não aprecia muito a transgressão, um palco cujos

personagens são, a cada instante, identificáveis no papel que a convivência lhes atribui”. O papel de mulher: esposa, mãe; o do marido: de provedor da casa; o da criança: o filho.

Elas se apresentam com suas credenciais culturais, como em cidade pequena cujo sobrenome de família remete ao lugar social ocupado. Dentro da família militar, a mulher precisa especificar seus signos de pertença: esposa de quem (patente e nome de guerra), de qual arma, de que turma da AMAN. Após responder a essas perguntas - como se fossem curiosidades ingênuas, mas com função de determinação de lugar, passa a lhe ser permitido ocupar e transitar – quem ultrapassar a barreira permitida comete “crime cultural”.

Se a família é pensada como algo que remete ao privado, uma situação que serve como alternativa às ruas, a família militar é um misto de público e privado. Diz respeito, particularmente, a um agrupamento de pessoas que se concentra num bairro, como postula Certeau (2013, p. 43): “O bairro é o espaço de uma relação com o outro como ser social, exigindo um tratamento especial. Sair de casa, andar pela rua, é efetuar de tudo um ato cultural, não arbitrário: inscreve o habitante em uma rede de sinais”.

Mas no caso da família Militar é mais que isso. “É sempre uma relação entre uma pessoa e o mundo físico e social” (CERTEAU, 2013, p.43). Contato com o outro: “Nem íntimo, nem anônimo: vizinho” (CERTEAU, 2013). Mas, na convivência da família militar dentro da Vila, o vizinho representa algo mais. Pode se comparar então a uma relação de parentesco? Nessa perspectiva pode-se pensar como um ambiente acolhedor, doméstico, íntimo, em contraposição à rua, espaço público. Mas, nesse espaço convivem essas duas realidades é público e é privado. É comunitário e é familiar. Daí muitas vezes o incômodo que algumas mulheres relatam de ter que se policiar no que dizem, no como se comportam e como se vestem. *“Parece que tem sempre alguém me olhando, me avaliando”(E3).*

Pior de morar na vila militar é o achar das pessoas, as fofocas, as intrigas e também as pessoas maldosas, que criam um estereótipo de você e fala “aquela menina é fofoqueira”, e sai contando isso e uma conta pra cinco que conta pra 10 e assim vai. Aí a pessoa se isola e você vai em um lugar e as pessoas te deixam em um canto. (E9)

O espaço que a família militar ocupa dentro da Vila é misto: relações muito próximas, que parecem familiares, e, ao mesmo tempo, a formalidade de um

ambiente público, em que todas as ações são observadas por maridos e esposas de patentes superiores. Nesse ambiente hierarquizado, a patente do marido é compartilhada pela mulher.

Foi o primeiro passeio desse ano e convidaram também as esposas dos alunos da ECEME que estão aqui na Vila. E aí, eles colocaram as esposas dos capitães da ESAO em um ônibus sem ar e as esposas dos majores da ECEME em um ônibus com ar condicionado. Qual foi o critério para dividir a gente? Não foi coincidência: é porque os nossos maridos não eram mais que os maridos delas. Elas não tinham culpa, foi quem organizou. Mas tem algumas que concordaram. Acho que se fossem eles que são capitães e majores tudo bem, mas nós mulheres somos todas iguais. Não vou em mais nada. Eu já sabia que isso ocorria, mas não pensei que fosse assim.(E4)

2.2.2.2 Construção de rede de significados

Nem todas as iniciativas de encontro partem das mulheres; muitas são propostas pela EsAO ou pelos Batalhões nos quais os maridos trabalham. A EsAO, por possuir o maior número de oficiais na Vila, é a unidade que congrega e realiza eventos extensivos a todos os moradores. Um exemplo é “O dia da família militar”, nos anos de 2014 e 2015, no mês de outubro, por ocasião do dia das crianças. A “família militar” é uma construção social, uma unidade ou categoria discursiva que possibilita uma interação mais efetiva entre seus membros, mas sempre marcada pelos valores institucionais.

Surgem então alguns questionamentos: essa é uma festa da comunidade Vila Militar, uma festa de família ou apenas um grupo do bairro que se reúne para festejar e passar um dia juntos?

Figura 14 - Convite da Festa - Dia da Família Militar 2015



Fonte: Arquivos do RP da EsAO.

Figura 15 - Apresentação da Banca da Escola de Sargento de Logística. Festa da Família Militar 2015



Fonte: Arquivos da Sessão de Comunicação Social da EsAO

Figura 16 - Organização do evento Festa da Família Militar edição 2015



Fonte: Arquivos da Sessão de Comunicação Social da EsAO

A Vila é de fato um bairro, inscrito na cidade do Rio de Janeiro, com relações comunitárias peculiares, que ora se assemelham a uma família, ora se assemelham a um espaço de trabalho.

Uma garota precisou de um pacote de trigo, chama lá no grupo logo tem 5 ou 6 garotas que dizem que tem e um põe no elevador para a outra pegar no andar dela. Isso para mim era muito estranho. Eu não me sinto nada a vontade de fazer isso. (E18).

Para Àries (2012), o processo de constituição de uma esfera privada passa pelo entendimento da “família moderna” e do domínio dos afetos. A imagem da família como refúgio, *locus* privilegiado de afetos e de intimidade, contrapõe-se à lógica mercantil, competitiva e impessoal das esferas de produção. Família como o espaço da intimidade. Diante disso, é possível pensar que as empresas privadas e o Exército busquem fazer com que o grupo de trabalho seja uma família, ou se sinta como tal. Com isso, pode-se observar uma tentativa de diminuir a distância entre as duas esferas e, conseqüentemente, a diluição ou a homogeneização do público no privado. Os elos afetivos dos trabalhadores com a organização e ou instituição ficam fortalecidos e o comprometimento organizacional se dá de forma mais efetiva.

Nesses momentos as mulheres têm oportunidade de conviver e muitas vêm nos chás e eventos que são propostos pela instituição uma oportunidade de contribuir para a carreira dos maridos. “ *Tenho que ir nos Chás, às vezes não quero, mas acho que se eu não for pode pegar mal para ele, e eu também, as meninas vão pensar que eu não quero ficar junto*”. (E23).

Quando a identidade perde as âncoras sociais que faziam parecer natural, predeterminada e inegociável, a identificação se torna cada vez mais importante para os indivíduos que buscam desesperadamente um ‘nós’ a que possam pedir acesso (BAUMAN, 2005, p.30)

Essa mudança identitária por que a mulher de militar passa é um dos processos de construção da subjetividade afetada pela cultura. A saída da cidade de origem promove uma perda de referências e abre lugar a um novo modelo de convivência. Na maior parte das vezes, uma abertura à comunidade, uma ânsia em criar novos grupos de pertencimento que possam lhe conferir algum tipo de identificação, para aplacar o sentimento de insegurança. A vivência nas vilas militares lhes confere esse lugar de pertencimento, de suporte social.

Na minha cabeça eu ia me casar e me mudar. Pra mim, eu só ia sair da minha cidade. E eu não tenho uma personalidade de mudança. E, quando eu me acostumo em uma cidade, quando vejo, mudar de novo. Tenho 5 anos de casada e 4 mudanças. Eu não conhecia nada da vida de militar. E eu sou muito fechada, tenho dificuldade de contar com as pessoas como uma família. **Essa coisa de família militar. Inclusive eu fui viver mais intensamente isso aqui na EsAO.** Aqui foi muito difícil porque, não que eu não queira, mas eu tenho dificuldade de mostrar essa abertura para as pessoas. Depois que eu fui percebendo que as meninas eram muito juntas, e que estavam o tempo todo juntas, isso me dava um pouco de pânico, eu não gosto muito disso. Desde janeiro que a gente está aqui. Eu fui começar a me enturmar com elas em agosto, quando começou o curso da EsAO (Curso de Extensão Cultural), hoje sou eu e mais três e conseqüentemente vou tendo contato com outras também. (E18)

O curso de aperfeiçoamento de oficiais exige que os alunos residam no Rio de Janeiro durante 10 meses e, em geral, as famílias os acompanham. Algumas entrevistadas relatam que em outras vilas não tiveram a oportunidade de vivenciar tão intensamente a unidade família militar como aqui no Rio. Mas a construção da família militar é discursiva desde o Juramento à Bandeira: os militares prometem tratar com afeição “os irmãos de arma”. Sendo assim, se são irmãos do pai, é correto que os filhos tratem os vizinhos e amigos do pai, como “tios e tias”, estabelecendo um vínculo de parentesco extensivo às mulheres. Essa construção discursiva da família militar determina posições de sujeito e aponta para modos específicos de construções de subjetividades histórica e socialmente construídas.

Por exemplo, eu fiquei sem marido, e eu não tinha nenhum problema: onde eu fui convidada, eu fui. Tentei ter uma vida normal, mas sei que todo mundo ficou falando mal, porque, para algumas pessoas, quando a pessoa está sem o marido, ela não pode sair de casa. As pessoas ficam falando. Pois eu fui em todos os churrascos. Eu via nitidamente que, se o marido de alguma chegava para me oferecer alguma coisa, elas encostavam do lado do marido. Você vê nitidamente. Esse é o pior, porque se você tem uma vida aí fora, fora do meio militar, isso é supernormal, ninguém vai te caracterizar por isso. (E9)

A significação da fala de E9 reforça o quanto a família militar deixa claro que o modelo aceito é a família nuclear. Trata-se de uma fala divergente dos discursos contemporâneos, marcada por um viver cultural peculiar desse grupo. Mesmo que o casal tenha filhos de uniões anteriores ou que o militar esteja em outro casamento, faz-se necessária a presença do casal nas festas e solenidades. Ao relatar eventos fora do quartel e o comportamento das mulheres nesses espaços, deixa claro que essa é uma forma de viver correspondente aos seus marcadores.

Neste ponto, cabe questionar se o Exército, para ter um grupo tão forte e coeso como uma família investe no engajamento de seus oficiais e das respectivas esposas na defesa da ideologia e desse modo de vida. De fato, elas cumprem tal papel, defendem e reproduzem abertamente o discurso institucional. Por exemplo: possuem grupos nas redes sociais com nomes que demarcam o pertencimento à família militar e ao Exército Brasileiro. Comemoram as festividades nacionais, o dia das armas de infantaria e cavalaria, principalmente.

A questão é: qual o impacto disso para a subjetividade das mulheres estudadas? Nas teorizações de Vygotsky (1995) sobre as categorias de sentido, ele afirma que o sujeito é produzido e se organiza unicamente em suas condições de vida social, mas que não é efeito linear de nenhuma delas. Assim, os processos de sentido representam possibilidades de produzir expressões singulares em contextos semelhantes. A família militar não é vivida da mesma forma por todos os seus membros, cada uma se apropria desse sentido de uma maneira peculiar.

O termo família militar não faz jus ao nome não. Deixa muito a desejar. As famílias, em si, cada um está envolvida com seu trabalho, era para ser um convívio mais próximo. Isso é aqui nessa vila, em quartel menor as pessoas são mais achegadas. (E23)

Importante ressaltar que a subjetividade aqui não é tratada como oposto à objetividade. No social, o objetivo é sempre configurado em dimensões subjetivas ou seja, cada uma se vai apropriar do social ao seu modo e dar seus contornos próprios. O social é uma força geradora de sentidos (REY, 2012).

Assim, a Vila Militar é o espaço geográfico que dá suporte para a construção da categoria social e discursiva Família Militar. Respectivamente, são suportes geográfico e social necessários para emergir um sujeito forjado pelas relações territoriais e pela influência da ideologia do Exército Brasileiro, constituindo a subjetividade da Esposa de Militar, como está descrito aqui.

2.2.3 Construção da subjetividade marcada pela vivência territorial

A fim de contrapor a ideia de idêntico, de um indivíduo portador de uma essência única, o conceito de subjetividade influenciada pelos processos de

linguagem como prática social e de significação traz para o centro das discussões um indivíduo organizado em suas práticas simbólicas, enfatizando o caráter social dessa construção (REY, 2012).

O conceito de subjetividade é um macroconceito que integra os complexos processos e formas de organização psíquicos envolvidos na produção de sentidos subjetivos. A subjetividade se produz sobre **sistemas simbólicos** e **emoções** que expressam de forma diferenciada o **encontro de histórias singulares** de **instâncias sociais** e sujeitos individuais, com **complexos sociais e culturais multidimensionais**. Esses contextos, que incluem as **instituições**, os vários tipos de **ação social** do homem e suas formas de integração macrossociais, aparecem como **contextos produtores de sentido** através das **histórias subjetivas de seus protagonistas**, assim como das histórias e processos de subjetivação daqueles **espaços sociais em que a ação social se produz**. Esses processos de subjetivação se produzem através das **relações entre pessoas procedentes de diferentes espaços sociais** (REY, 2012, p.137; meus grifos).

O **sistema simbólico** a que as mulheres de militares estão submetidas se refere aos aspectos da cultura militar, os símbolos militares, os ritos e normas que permeiam esse universo. São símbolos de tal forma presentes no dia a dia que não há mais estranheza em conviver com eles.

Muitas das mulheres entrevistadas relatam não gostar da vida na Vila Militar nem, tampouco, dos símbolos militares, mas, de alguma forma, têm a vida entrelaçada a esses elementos. As **emoções** são as formas como cada uma delas vivencia esse sistema simbólico, influenciadas por suas **histórias singulares**, pelo seu desenvolvimento, pela infância, família de origem e cidade de origem.

Trazem consigo uma vida anterior ao casamento, o que lhes garante experimentar emoções positivas ou negativas frente ao novo sistema de valores e símbolos. Suas histórias singulares, somadas às **instâncias sociais**, tomam forma **na relação** umas com as outras. Um convívio multicultural, pois são mulheres de diferentes regiões do Brasil, com práticas culturais e sociais diversas.

No período de coleta de dados sobre a história da Vila Militar, a pesquisadora conversou com um Major que mora ali pela quinta vez. Também estive com um Coronel, cujo avó, também militar, participou da construção da vila militar. Assim, percebe-se que esse é um lugar de referências simbólicas, de memória para esse público.

Já nas entrevistas com as mulheres, o espaço é descrito de maneira mais realista, muito embora permeado pela característica de que **produz sentido** nas suas vidas.

Elas falam das dificuldades de se morar na Vila Militar, por ser longe da Zona Sul, de difícil deslocamento, falam da violência do entorno, que produz medo e desejo de se isolamento. Relatam a sensação de segurança e de conforto que sentem dentro da Vila, como se estivessem protegidas. Dita de várias maneiras, uma fala foi quase que unanime: “Eu gosto da vila, mas acho muito feio o que tem em volta”; “Gosto da Vila, mas tenho medo de sair por aqui, então acabo me sentindo presa”. Outras relatam que aprenderam a enfrentar o medo e a andar na cidade.

São emoções diferentes dentro desse contexto, influenciadas por histórias pessoais. Diferentemente de seus maridos, elas não possuem esse lugar como espaço referente em sua história, mas acabam fazendo do território um **espaço da ação social**, uma terra fértil para emergir suas subjetividades.

A subjetividade é uma construção dinâmica, permanente, construída e reconstruída pela ação dos sujeitos dentro dos cenários sociais. Pode-se afirmar que é uma instância que integra o homem e a cultura, definindo que o desenvolvimento psíquico é inseparável da cultura e que as produções de sentido, associadas ao sujeito, demarcam as especificidades singulares do conceito. “A subjetividade representa um tipo diferente de fenômeno com relação a outros que também são socialmente produzidos, mas que expressam definições ontológicas diferentes” (REY, 2012, p. 138).

Destacar o caráter subjetivo dos processos sociais é uma forma de dirimir a dicotomia entre objetivo-subjetivo que perdurou por muito tempo. Para Rey (2012), subjetividade não se opõem à objetividade referida a sistemas humanos produzidos culturalmente. Uma está intrincado a outra. A cultura expressa as condições de vida do homem em cada momento histórico.

O curso dos processos de subjetivação não é influenciado somente pela cultura militar, mas também pela época com seus modos de viver. Exemplificando: primeiramente, a forma de entrar em contato para marcar as entrevistas foi via *whatsapp*. O primeiro contato foi presencial e, após as interessadas preencherem uma lista com seus nomes e telefones, a pesquisadora tentou ligar e marcar as entrevistas, porém, sem sucesso. Deu certo na segunda tentativa por parte da

pesquisadora: contatos via mensagens, com cadastro das participantes e com marcação individual de um horário para serem entrevistadas.

Mais uma vez, comprova-se que o espaço virtual é o território da ação humana para muitas dessas mulheres. Nas mídias sociais, elas compram e vendem produtos, mantêm contato umas com as outras, protestam, falam dos seus sentimentos e de suas emoções diante das diversas mudanças. Esses exemplos comprovam que os avanços tecnológicos e sociais imprimiram nova dinâmica e movimento aos sujeitos, abrindo espaço para produções humanas sobre a realidade em que se encontram e concebendo sentidos subjetivos diferenciados a partir da experiência cultural e das histórias singulares.

2.3 Análise e discussão dos resultados – vincular-se e desvincular-se

Neste capítulo serão descritos e analisados discursos que revelam aspectos da construção das subjetividades das entrevistadas, articulando aspectos teóricos, discursos e experiências em campo. Os resultados aqui apresentados revelam duas dimensões presentes nas entrevistas, a saber: o Casamento e Deslocamento e mudanças.

Serão discutidos temas como qual o significado do casamento na vida das mulheres de militares, o que essa escolha representa, qual a configuração familiar emergente e, por fim, que aspectos prevalecem quanto à cultura militar, ao significante *Ser esposa de militar* e à relação desse sujeito com a Instituição Exército Brasileiro.

Ganham relevância os discursos das mulheres que versam sobre as diversas mudanças decorrentes da vida militar e as emoções associadas a esse percurso.

Tomando a linguagem como veículo central no processo de internalização da cultura e, conseqüentemente, na construção da subjetividade, foram evidenciados trechos dos discursos que buscam materializar os elementos presentes na subjetividade da mulher de militar, estudada aqui como sendo uma produção coletivamente engendrada em um dado tecido social, a Vila Militar de Deodoro.

Há entre as mulheres uma narrativa compartilhada, que faz referência a algo externo a elas. Essa narrativa é uma expressão de uma produção de sentido, que

expressa histórias localizadas, mitos, heróis, todos associados a questões objetivas de uma condição humana compartilhada. Mas, ainda assim, o sentido tem a marca da história do seu protagonista.

A carreira do marido é um elemento central neste estudo. Em todas as dimensões estão presentes referências aos mesmos elementos culturais, pois o local onde moram, o círculo de amizades, a escola dos filhos, os serviços de saúde, expectativas, projetos de vida e modelo de configuração familiar, todos estão atrelados à carreira do marido. As dimensões a seguir refere-se a aspectos valorativos e se elas se percebem entrelaçadas a esses elementos, ou a cultura faz seu trabalho subterrâneo sem ser percebida.

2.3.1 Dimensão casamento e ser esposa de militar

As interações com as entrevistadas iniciavam-se com uma pergunta disparadora no: “*Me fale sobre sua vida após o seu casamento*”.

Casei com 20 anos. **Ele fala que terminou de me educar.** Eu tinha uma vidinha tranquila, eu estudava. Conheci ele com 18 anos e aí já **mudou minha vida. Um casamento normal** já muda, **com militar então muda mais** ainda. Eu não fazia nada dentro de casa e hoje sou eu quem faço tudo. Eu não sabia fazer um arroz e hoje eu faço tudo. Sei gerir uma casa. (E12)

Figueredo (1993) discorre sobre acontecimentos que marcam a trajetória de vida dos sujeitos e afirma que o casamento é um tipo de acontecimento-ruptura, promovendo um esgarçamento de sentido para quem o experiência. O sujeito não consegue mais se representar como antes, promovendo uma ruptura que requer nova estruturação. A entrevistada ainda ressalta o fato de estar casada com um militar como um ponto de inflexão mais sensível.

Casou-se jovem para os padrões atuais e ressalta “*Ele terminou de me educar*”, sinalizando uma vertente presente em vários outros discursos coletados. Muitas casam-se jovens, sem completar o ensino médio ou sem se sentirem prontas para assumir um papel dentro da família e dessa relação, como demonstra E12. O fato de essas mulheres estarem casadas com um militar, com um cotidiano peculiar,

produz um modo de vida, construído pelo cotidiano e pelas performances ali forjadas.

A experiência do casamento exige um novo processo de significação-ressignificação das realidades. As esposas entrevistadas afirmam que esse processo para elas é mais intenso: “*Com militar muda mais*”. Em muitas entrevistas, percebe-se momentos de dissonância cognitiva, como no trecho abaixo em que E11 relata o mal-estar no casamento em função das impossibilidades profissionais.

Eu não pensava muito como que seria a vida após o casamento. Ai a dificuldade começa, eu casei com quem eu quis e a gente vai vivendo. **Eu não trabalhava, eu tinha subemprego**, eu ganhava um dinheirinho, mas o suporte mesmo era dele. Então eu **tinha que me submeter àquilo. Eu casei com quem eu queria**, tendo a vida que eu escolhi... era aquilo que a gente tinha. Eu assumi então, mas sempre tinha aquilo: Ah, eu não sigo a minha profissão. (E11)

A maior parte das entrevistadas possuíam uma qualificação profissional, conforme demonstrado Quadro 2.

Para algumas delas, o sentimento de inadequação pode ser percebido no discurso e nas marcas discursivas não faladas. Uma entrevistada, com a voz carregada de emoção, relata a insatisfação com as circunstâncias em que vive, embora perceba que essa é uma escolha e sugere justificar suas impossibilidades profissionais em virtude da prioridade dada à carreira do marido. É como se o trabalho se situasse do lado oposto do casamento, já que, antes da união, quase todas trabalhavam e, depois, abriram mão. A impossibilidade de trabalhar aparece como frustração.

Quando foram estabelecidas as dimensões de análise, o trabalho era uma dimensão e o casamento o outra, em um segundo momento, saindo da superficialidade dos discursos e buscando os sentidos ocultos, pode-se perceber que algumas mulheres os percebem como categorias excludentes e outras percebem o trabalho como o escape à vida que abraçaram junto ao marido, ou seja, como demonstra o trecho abaixo “*se o casamento der errado, volto para meu trabalho*”.

Na minha vida mudou tudo. Quando eu casei, eu tinha medo, eu pensei que todo militar era soldado e, **como eu casei muito rápido**, logo que conheci ele, eu apresentava ele como soldado para minhas amigas e minha família. Ai ele foi me explicando que ele não era soldado e foi me explicando tudo. Pra mim, militar era tudo igual. Ele me explicou que existia a AMAN, mas,

como eu não sou do Sudeste e só tinha ido em São Paulo, então, **quando eu casei, tive que pedir as contas do meu emprego, que era fixo há 6 anos**. E eu combinei com meu patrão, disse assim: **se meu casamento não der certo, eu posso voltar?, porque eu tenho medo**. Eu gosto dele, mas eu tenho medo. Pensava mil besteiras, de não me adaptar à cidade. (E8).

O discurso de E8 é convergente com os sentimentos de outras entrevistadas, que deixam para trás emprego, família, cidade, lançando-se numa viagem contínua. O medo do casamento e a insegurança de viver junto com um desconhecido, com credencial institucional, foram claramente explicitados. A falta de conhecimento da cultura militar mobiliza conteúdos internos que remetem ao medo e se apoiam nos discursos circulantes sobre militares.

Esse fato sugere haver algo **do** social que toca essas subjetividades e interfere na relação de casamento. Como afirma Vygotsky (1996), “os estímulos sociais desempenham um papel importante na operacionalização do eu”.

Há uma idealização quanto à instituição e, caso contrário, percebe-se um descontentamento. A força da cultura militar não atua de maneira igualitária em todas as mulheres, mas perpassa todos os casamentos de militares, mesmo que com intensidades diferentes. Algumas esposas relataram problemas conjugais por não atenderem às expectativas institucionais, ou seja, por não frequentarem reuniões, festas ou acompanharem os maridos nos eventos oficiais.

Meu casamento quase acabou desde sempre. Quando minha filha nasceu, ele não estava em casa. Foi conhecer a filha com 7 meses. Ele ama a profissão dele e eu detesto. Se eu pudesse pedir para ele escolher outra coisa. Não gosto **e não vou nessas festas** e reuniões e **isso é um problema lá em casa**. Ele queria ter uma esposa que acompanhasse ele, que fosse em tudo. Passo por uma pessoa mal-educada, mas, sinto muito, eu não acompanho mesmo. (E2)

E2 retrata um desconforto com o modelo típico de casamento em que a mulher possui um lugar social, mesmo não fazendo parte da instituição. Ela relata um incomodo com a cultura militar, com o casamento e um problema com o marido. Trata-se de um casamento que exige mais do que um casamento comum. A fala de E2 explicita o que está implícito em várias outras falas. Ela possui força interna para dizer não a algumas exigências (elementos da cultura), enquanto outras possuem o desejo, mas não o exprimem na fala e nas ações – provavelmente por terem medo de prejudicar a carreira do marido.

A identidade do homem militar não é meramente profissional; esse sujeito é perenemente militar e isso influencia diretamente na relação com a mulher. Uma mulher relata que foi pedido ao marido que recebesse um estrangeiro, no domingo pela manhã, acompanhado da esposa.

Nesta perspectiva, o casamento seria, para o militar, uma forma de reafirmar a eficácia da formação que recebeu e exercitar os valores do grupo. Em outra interpretação, que pode ser vista como complementar, o casamento seria visto como uma possibilidade de receber o apoio necessário para superar as exigências da profissão (ADÃO, 2010, p. 8).

Tendo por base que os sentidos acerca do casamento são singulares, foram perseguidos os “rastros” de uma significação coletiva para o evento casamento na vida das esposas de militares.

Embora recentes pesquisas com famílias de militares apontem para um novo padrão de relacionamento, as entrevistadas deste estudo, em maioria, casaram-se com o namorado da infância ou de adolescência (desde a AMAN). Nesse período de namoro, elas relatam que se preparam para casar-se e viver a nova “realidade”.

Eu namoro meu marido desde o primeiro ano da AMAN. Eu conheço meu marido desde os 7 anos de idade. Na minha família, nem do meu marido, não tem nenhum militar. Tenho 6 anos de casada. (E6)

2.3.1.1 Configuração familiar

Em geral, as participantes, em algum período do casamento, tentaram conciliar vida profissional e familiar. A maioria, contudo, com a chegada dos filhos, fez a opção pela família, por cuidar dos filhos, do marido e da casa. Esse grupo fez escolhas que corroboram os estudos de Féres-Carneiro (2010) em que mulheres das classes média e alta buscam deixar seus empregos ou diminuem seu ritmo de trabalho para se dedicarem integralmente à maternidade, ou abrem o próprio negócio para ficar mais próximas dos filhos. Entre as entrevistadas essa opção é comum, mas o motivo por que fizeram isso está atravessado pela forma de vida e pelo cotidiano da vida militar.

Méndez (2005) comenta a obra da feminista americana Betty Friedan, a qual mencionar que médicos, sociólogos e psicólogos diagnosticavam as mulheres donas de casa com um sentimento de insatisfação com suas vidas, com um “desajuste”, o que Friedan chamava de “*o problema sem nome*”. Na verdade, eram “distúrbios comportamentais” que boa parte das norte-americanas vinham sentindo uma vez que tiveram que voltar ao lar e aos papéis domésticos após a guerra.

Esse desajuste pode ser percebido nesta pesquisa, sugerindo que o trabalho ocupava um lugar central na vida das esposas e que ficou uma lacuna quando “*abriram mão*” em prol da função de dona de casa.

Muitas mulheres reforçam a importância da figura materna no convívio com os filhos – essa cognição persiste entre as que optaram por permanecer em casa, sugerindo, muitas vezes, atuar como um mecanismo de defesa para permanecer nessa situação.

Meu marido me deu a alegria de poder ficar só com eles, pois eu trabalhava, mas eu queria ter filhos e já tive dois, mas quero mais um antes de voltar a trabalhar. Eles são o meu plano para o futuro, os dois que tenho e mais um que vai vir, sei lá, daqui 2 anos, eu acho (Risos). (E7)

Por outro lado, muitas das que trabalham querem fazê-lo para sair de casa e escapar da captura institucional. “*No meu trabalho, falo de outras coisas e não fico só nessa coisa de Vila Militar e a vida do meu marido*”. Trabalhar é uma situação conflituosa para esse público, devido à atitude esperada de dedicação ao lar e à família. Soma-se a isso o elemento das transferências e as exigências da cultura militar.

Tive que aprender a fazer alguma coisa onde eu fosse. Nunca pensei em ser vendedora, mas tive que aprender novos talentos. Quando o calo apertou, eu descobri que era uma boa vendedora. Abri mão de muitos sonhos para seguir ele. Não vou dizer que perdi meus sonhos, mas preciso ser realista. A gente abre mão da gente, eu fiz a escolha de me dedicar mais aos meus filhos e a ele do que a mim. (E4)

Essa tarefa aparece como sendo uma das principais atribuições. Quando elas falam dos planos para o futuro, insistem que não podem preencher o tempo inteiro para dar o apoio necessário ao marido e cuidar dos filhos. Tal disponibilidade de apoio emocional, por vezes, reverbera negativamente.

Muitas mulheres, sem que fossem interrogadas sobre o tema, relatam adoecimento psíquico com necessidade de ingestão de medicamentos com o fim de minimizar problemas psicológicos. Rey (2012), em estudo com mulheres no pós-parto, apresenta dados que possibilitam pensar também na relação das Mulheres e Militares frente aos desafios do casamento com um homem que lhe convida a viver uma vida apartada das raízes e com novos significantes culturais. Na pesquisa, Arrais afirma que “a depressão aparece, inclusive, como proteção diante da perda da identidade, diante da incapacidade de produzir sentidos naquela situação” (REY, 2012, p. 163).

Trabalho na igreja e isso me ajuda a não ficar assim triste, mas abandonei tudo para cuidar do meu filho e dele. Mas eu sou muito ativa. Meus planos são tantos... risos. Eu quero um emprego, mas sei que não vou conseguir. Queria um emprego, mas sei que tenho que estudar e não tenho ânimo para estudar. Mas penso em algo que eu possa fazer onde eu for. Preciso de alguma coisa para me ocupar. (E19)

Analogamente, a mulher de militar que relata adoecimento psíquico, possui um ganho secundário, ou seja, o adoecimento lhe legitima um lugar que requer cuidado, respeito e presença do outro, um lugar diferente das pessoas que a rodeiam.

De um lado, as mulheres que trabalhavam, estudavam e possuíam uma construção anterior ao casamento sentem que o casamento as impede de construir perspectivas de futuro, de outro lado, as que veem no casamento, nos deslocamentos, oportunidades de conhecerem novos lugares, com um futuro promissor na vida e na relação. Outras gostariam de fazer algo, profissional ou academicamente, mas ainda não encontraram o caminho. Esse é um dos conflitos que marcam a subjetividade dessas mulheres e muitas vezes, conforme relatado por elas, promove adoecimento psíquico.

Embora percebe-se, ao longo das entrevistas, que ser mãe completa o sentido do ser mulher para esse público. E21 foi a primeira entrevistada que problematizou a maternidade. Ela não naturalizou esse momento:

Aquela coisa de você acordar descabelada e o trabalho não acaba nunca. E, quando você sai para trabalhar, você se sente motivada, se sente mais bonita, mais inteligente, mais interessante, **você tem assunto com seu marido**, você participa da parte financeira da casa, **eu me sinto com uma voz mais ativa**. Eu não me sinto à vontade de gastar o dinheiro que meu marido está ganhando. Uma dificuldade minha. Meu trabalho me descansa.

A rotina doméstica é uma rotina ingrata. Parece que é uma magia: a magia da roupa que fica limpa, da comida crua que aparece cozida e a casa que puf! Aparece limpa. E a visão que a maioria dos homens tem é que a mulher senta em casa, fica vendo a sessão da tarde e que nada acontece, que aquilo tudo não foi fruto de trabalho. E, quando eu estou trabalhando, eu tenho as escapadinhas do trabalho, que, mesmo corrido, eu consigo cuidar de mim. Quando eu estou dentro de casa, eu não consigo fazer isso. **Eu foco na minha profissão pela nossa harmonia familiar. Acho louvável quem fica à disposição do marido e dos filhos.** Eu acho que o marido deveria dar mais valor. **Rola uma culpa de não desempenhar meu trabalho de dona de casa**, mas eu não gosto do trabalho de casa. **A vida dentro de casa você se enclausura** demais, eu gosto da relação com as pessoas. Quando você trabalha, você abre a sua mente (E21)

Essa entrevistada trabalha e, tanto no discurso dela, como no das que não trabalham, percebe-se sempre a defesa de um lugar.

As que trabalham reforçam suas crenças e apresentam justificativas para estarem trabalhando enquanto que as que não trabalham também defendem o valor da casa, do cuidado com a família e o marido. É possível perceber na Vila Militar uma “richa”, ou uma cisão, entre as mulheres que trabalham e as que não trabalham. Umam acusam as outras de estar fazendo a coisa errada. Trata-se de uma postura velada, mas que aparece nas entrelinhas do discurso, o não dito, ou ainda quando ela diz que *“acha louvável a mulher cuidar da casa e do marido”*, mas que por outro lado ressalta que quando trabalha tem *“mais voz dentro de casa”*. São falas incongruentes, que denotam uma postura a favor do trabalho feminino, contrariando as outras que fizeram a escolha de serem donas de casa. Na entrevista anterior a entrevistada coloca justamente o oposto. Diz que gosta de cuidar da casa e afirma que é feliz assim, mas começa sua enunciação, da seguinte maneira: *“Eu já ouvi muitas mulheres que trabalham fora dizer que trabalha fora e não cuida de casa e isso não está certo”* (E23).

A mulher de militar, mesmo sendo dona de casa, não está restrita ao espaço doméstico tão somente. Os estudos feministas apontam o doméstico como espaço de confinamento e isolamento do sujeito. A mulher de militar tem um papel público dentro da Instituição. Nem todas sentem-se confortáveis em ocupar esse lugar e percebem, como E21, o espaço doméstico como lugar restrito, impeditivo da ampliação de possibilidades. Mais uma vez, o trabalho é colocado como um elemento do casamento: dentre outras falas valorativas, ela afirma que o trabalho promove a harmonia familiar.

Na vida social da mulher de militar ela acompanha, é esperada nas reuniões sociais, homenageada nas passagens de comando, como alguém que fez a diferença naquele contexto social.

A “rainha do lar” é nesse contexto reconhecida pela cultura como alguém que ocupa um “posto acima do marido”, considerando a hierarquia militar. Dentro da cultura militar, quando o homem é promovido, a mulher também é parabenizada, pois há discursos circulantes de que dentro da casa seu posto é superior ao do marido. *“Quando ele foi promovido, na comemoração aqui em casa, eu recebi os parabéns, agora sou coronel, viu?”* – diz E1, explicitando a valorização do seu papel dentro da estrutura, como se “servisse com ele” e recebesse igual promoção. Esse discurso do “posto acima” reforça o lugar social da mulher, atrelado ao feminino.

São, em geral, casamentos estáveis, com filhos e, na maioria das vezes, o homem é o único provedor, reproduzindo um modelo de família tradicional nuclear.

As mudanças amadurecem o casal, porque não tem onde recorrer; por isso, os casamentos militares são mais estáveis. Quando eu casei, a gente brigava, um dormia na sala e outro no quarto. **Se fosse perto da família, ia correndo para a casa da mamãe.** Então você tem que segurar a barra. **Os filhos, isso vai virando uma cumplicidade.** A família vai participando, é assim: uma hora eles estão estudando idioma para conseguir ir para o exterior, outra hora é estudando para passar na ECEME, isso vai criando uma cumplicidade. **E todo mundo fala nisso,** isso é importante. **E a classificação é muito importante, e isso acaba unindo a família.** Isso ajudou. (E11)

E11 atribui o sucesso do casamento a elementos da carreira do marido, como as transferências e a distância da família de origem. Sugere que a “cumplicidade” reflete o fato de ela ter abraçado o projeto de carreira do marido, favorecendo a manutenção do casamento. Outra entrevistada, embora com idade e tempo de casada diferentes, utiliza alguns marcadores linguísticos semelhantes, para afirmar as mesmas questões. O que se percebe é que o sucesso profissional do marido fortalece o vínculo do casal.

A gente sempre foi muito unido, só a gente. A cada transferência a gente uni mais, e agora com a filha ficou perfeito, família mesmo. De repente, se eu morasse na mesma cidade da minha mãe, em qualquer briguinha, qualquer desentendimento eu correria para minha mãe e, às vezes, o casamento já teria até acabado. Aqui longe, quando briga, não tem pra onde correr, tenho que ficar dentro de casa, olhar para ele e se entender. Então se morasse perto já teria ido por água a baixo. E já são 10 anos. (E12)

E12 demonstra que o filho concretiza o projeto de família. As entrevistadas que não tinham filhos colocaram como projeto para um futuro próximo ser mãe. Uma delas, inclusive, estava fazendo tratamento para engravidar e queria permanecer na cidade do Rio de Janeiro para dar continuidade ao tratamento.

Não quero filhos agora e aqui todo mundo tem filho. Eu adiei muito e hoje tenho dificuldade de engravidar (fala carregada de emoção) e **todo lugar que eu chego me perguntam se tenho filho**, porque não tenho, me ensinam formas para engravidar. Isso me deixa péssima. Não quero ficar falando disso com todo mundo, nas festas. Já chega que tem tanta criança para todo lado que parece que sou... sei lá acho que elas me **olham com dó**, com pena. (E20)

Mais uma vez, a força da cultura, o olhar do outro, como um elemento de constituição identitária. “Remete a mobilização de processos que permitem gerar sentidos, especialmente sobre si mesmo, essas explicações não são independentes das inserções sociais dos indivíduos que lhes servem de suporte” (DESCHAMPS; MOLINER, 2009).

O modelo de família, nuclear e tradicional fornece a esses indivíduos um processo de identificação uns com os outros, o que impulsiona uma força centrípeta, exercida pelos próprios membros das famílias, pelas próprias mulheres. Uma reforça a escolha da outra. Um processo descrito pela Psicologia Social “como uma resultante de forças dinâmicas que se intervêm na elaboração de conhecimentos e de crenças sobre si mesmo, sobre os outros, assim, como sobre o grupo de pertença” (DESCHAMPS; MOLINER, 2009, p. 123). Um conceito sobre identidade que dialoga com o social e com os fluxos contínuos dinâmicos das subjetividades constituídas dentro da comunidade Vila Militar, pela convivência.

Como sinaliza Vygotsky (1996), há um papel ativo do homem na cultura, ou seja, ao mesmo tempo que é constituído por ela, ele também a constrói. Nessa dinâmica, a configuração do casamento para as esposas de militares é uma construção própria dessa cultura permeada por discursos institucionais como demonstra a portaria sobre a instituição do dia da família militar, exaltando a matriarca modelo “Rosa da Fonseca” e as falas e práticas dos membros da comunidade.

O divórcio e as uniões posteriores aparecem em três das entrevistas realizadas, em que elas relatam ter filhos de outros relacionamentos e filhos do casal. Na nova união, a família mantém o modelo nuclear cujo marido assumiu para

si a responsabilidade dos filhos dos relacionamentos anteriores. Uma das entrevistadas relata, como que em segredo, que nem todo mundo sabe que o primeiro filho não é do casal, sugerindo não ser um modelo comum ou mesmo tão aceito como foi posto nos discursos.

2.3.1.2 Relação com a Instituição

O Exército e a família são instituições gananciosas, afirma Segal (2007). Os discursos das entrevistadas apontam para uma relação com a instituição e tudo mais que isso implica, incluindo o sentimento de pertencimento e a gratidão de tudo que a instituição pode proporcionar: colégio militar para os filhos, moradia na vila militar, amizades que se faz pelo caminho, estabilidade de emprego do marido. Os discursos se relacionam uns com os outros e estão permeados por perspectivas ligadas a uma conjuntura nacional, proposições atravessadas por formações discursivas que se organizam em torno de uma formação dominante (ORLANDI, 2015). Desse modo, a fala é heterogênea, produzida por diferentes materiais simbólicos e conduzindo-as a posições distintas de sujeito.

O casamento é uma instituição própria, com significações específicas. Ser esposa de militar é um marcador identitário, que ora produz um status social que lhes agrada e ora lhes impõe limites para suas construções subjetivas.

Em outro lugar eu comecei a trabalhar, **mas não coincidiam os meus horários, as férias e isso começou a irritar ele**, porque ele tinha um feriado, **ele queria viajar, eu não podia**. No fim de semana, se eu tinha que trabalhar, ele se irritava. E olha que eu não tinha filho. **Aí ele preferiu que eu saísse**, que eu não trabalhasse, para ele não ter que passar por esse tipo de coisa: tinha eventos, festas, **formaturas que eu não podia ir, ele me cobrava. Se ele era casado, como que ele vai numa solenidade, em um evento?** Eu não podia ir com ele, então tive que optar. E o povo... é complicada essa vida militar, se a mulher trabalha, eles acham estranho. Depois vieram os filhos. (E9)

O relato acima confirma a necessidade que a cultura tem de ter a mulher como apoio do homem, nas festividades e solenidades e o quanto ela aceitou permanecer nessa posição de sujeito para a qual a cultura a recrutou. “A cultura recruta-nos a determinadas posições de sujeito. Fruto de estar em uma rede

permanentemente discursiva, que incidem formações discursivas” (GUARESCH; BRUSCHI, 2003, p.113). Sugere fazer uma escolha de ocupar um lugar que exige disponibilidade para acompanhar o marido. A entrevista ainda completa:

Na vida de casado, não tem mais esse livre arbítrio de ir e vir, depende da vontade do outro também. (E9)

Os discursos dessas mulheres só podem ser entendidos dentro desse universo de significações, ou seja, há um modo de funcionamento desses discursos, há determinações histórico-sociais e ideológicas (ORLANDI, 2015). Elas produzem enunciados que reforçam o lugar social que elas ocupam, que valoriza um aspecto presente, de alguma maneira, em todos os discursos: o “culto ao sacrifício”. Em outras pesquisas com militares e suas famílias tanto no Brasil como em outros exércitos, como foi apresentado em momentos anteriores nesse estudo, esse aspecto ficou patente. O militar faz o juramento de entregar a própria vida, se necessário e se sacrificar é mérito nessa cultura. As mulheres em suas construções subjetivas a partir da convivência com essa cultura, sugerem aderir também a esse referente discursivo: “do sacrifício à glória”. A seguir, serão apresentados dois recortes que exemplificam esse funcionamento discursivo:

Casada com militar é bem diferente de ter casado com um empresário, com um médico, com esses acho que seria bem mais fácil. Com ele é mais difícil eu não trabalhar porque eu não posso contar com ele. Ele viaja muito. E as crianças? Não tenho com quem contar, a família mora longe. (E22)

Passei 3 meses sozinha, doente, um isolamento total e sem dinheiro para sair de lá, nem 1 real para ir na esquina, a gente coberto de dívidas, ele no curso, sem comunicação e eu não podia passar isso para minha família, eu tinha que dizer que estava tudo ótimo, maravilhoso. Tinha 7 dias de casada quando ele foi para o curso e eu sem ter para quem gritar, fiquei doente na emergência em um hospital público. O médico ficou com dó de mim, você não tem para quem ligar? Ele não deixou assim: qualquer coisa que você sentir ligue para fulano. Não. Eu tive depressão, não sai para lugar nenhum. (E9)

E9 demonstra sofrimento e solidão, uma fala carregada de emoção, que potencializa o “sacrifício”, as lutas que essas mulheres querem demonstrar em suas falas. Muitas delas ressaltam o que passaram para enaltecer o status de esposa de militar. O que interessa à pesquisa, não é a realidade do fato, mas a significação que está associada a enunciação do discurso.

2.3.1.3 Ser esposa de militar

Eu prezo o casamento, prezo a carreira dele. Minha rotina é pobre, eu não tenho o que acrescentar. Eu sempre quis, desde que eu casei, eu sempre quis ter a minha vida, pra somar com a dele, pra quando ele chegar e contar as coisas do trabalho dele eu poder contar as minhas também. A minha particularidade, o meu trabalho, eu ter um **outro ciclo**, um outro grupo de pessoas, que eu possa ter a minha história. Hoje eu não tenho as minhas coisas. Para ter a minha vida, tinha que ser algo profissional. A minha vida é totalmente em função dele (chorou um pouco). Às vezes, quando a gente discute e falo “eu estou aqui por você” e aí ele não entende. **Eu falo “eu estou aqui nesse lugar por você”.** Não é pelo meu emprego, ou pela minha vida. Eu não sou daqui, eu estou aqui por você, é bem isso, se eu estou aqui no Rio de Janeiro, nesse apartamento, é por ele. **Eu quero começar a minha história.** Vou continuar vivendo por ele, mas viver por mim também. A partir do momento que eu começar a trabalhar e passar a ter as minhas responsabilidades, o meu trabalho, o meu dinheiro. Não que isso seja um problema, **mas quando eu começar a trabalhar vai ser um outro mundo.** Eu gosto de viver aqui, mas não me satisfaz cem por cento. Sinto orgulho de dizer que meu marido é militar, de dizer que já morei em todos esses lugares, mas eu não sou completa. **Não me sinto no direito de parar a vida dele para começar a minha,** não é que eu me anule. Eu não sei explicar, eu só sinto. Quero começar a minha vida. Não é que hoje eu não tenha vida, mas eu tenho a minha vida com ele. Eu quero a minha vida. **Eu quero ser mais que a esposa do fulano.** O trabalho para somar, para eu ter conteúdo para conversar não só com ele também fora de casa com outras pessoas e ter a minha individualidade, **deixar de ser esposa do fulano de tal e ser a fulana de tal** (E12).

E12 refere-se a um possível trabalho como fonte de significado na sua vida.

Por ser o Exército uma instituição totalizante, sair para trabalhar seria abrir espaço subjetivo para desempenhar outros papéis, ter outro marcador identitário para além do “*esposa do fulano*”. Utilizando as palavras dela: a rotina “*é pobre*”. Ela está em uma busca de uma individualidade, em um contexto que remete o sujeito, na maioria das vezes, para a coletividade, para o grupo. Falou livremente sobre planos para o futuro e, neste momento, apareceram as contradições do discurso. Se, por um lado, revela querer atender às demandas do casamento com um militar, num apelo ao coletivo e a uma identidade culturalmente construída, por outro, denota aspirar a uma vida com particularidades e contornos subjetivos mais delimitados.

Sugere que essa busca possui um caráter de afirmação, a busca de uma vida mais dinâmica. O eu que se constitui na relação com o outro (VYGOTSKY, 1996), sugere precisar de “outros” para ampliar suas possibilidades subjetivas.

Se há uma gratidão por esse marido ter-lhe proporcionado oportunidades que em sua cidade de origem não teria, também existe uma busca pelo despertar do desejo. O desejo de realização pessoal. O seu discurso é marcado pela afirmação de que o marido, militar, e o contexto lhe ensinaram a ser mulher. Mas ela quer ser uma mulher “ao seu modo” e não dentro dos parâmetros institucionais. Uma mulher com escolhas que rompam com as propostas pela cultura, por mais que esta seja valorizada.

Vygotsky (1996) afirma que, no processo de desenvolvimento, o homem social transforma os procedimentos de sua conduta, muda o que é inato e elabora novos comportamentos a partir da vivência na cultura, num processo ativo dessa dinâmica. A criticidade e a não adesão dependem dos processos de mediação que o social oferece e do desenvolvimento biológico e histórico que promovem o amadurecimento e o crescimento do sujeito.

A fala de E12 tem força e é carregada de emoção. Em um dado momento, ela chora e em outro diz que só sente, mas não sabe dizer. Talvez porque o sentido está oculto, está justamente na emoção, no não dito; a incompletude que ela verbaliza é a tentativa de construção subjetiva que ela não vê fora do trabalho, sem outros espaços para se constituir enquanto sujeito.

Um fato chama atenção: E12 diz que quer ter “*outros ciclos*” quando quis dizer “*outros círculos*”. As falhas na linguagem aparecem como “*pistas*”. O significado da palavra ciclo está relacionado a movimento, à evolução de um ser vivo, tempo decorrido entre dois acontecimentos, no dicionário: “Espaço de tempo durante o qual ocorre e se completa um fenômeno ou um fato, ou uma sequência de fenômenos ou fatos”. Ela disse ciclos e realmente sua fala aponta para novos ciclos. E12 aspira a novos começos, ou recomeços, a ressignificar a sua história de vida. Ela se percebe um sujeito socialmente construído, mas o que ela pretende é ter força interna para quebrar os padrões vividos até então.

Ser esposa de militar é colocado como um ato heroico, “ser guerreira”, passar por inúmeras dificuldades. O culto ao sacrifício, presente na cultura militar, estende-se também às esposas; trata-se de uma formação discursiva heroica e de pertencimento – administrar a casa, a vida emocional, conviver com o sentimento de solidão, apoiar o marido são funções de alguém que pertence a uma categoria com uma identidade cultural: ser mulher de militar.

Não é qualquer uma que aguenta essa vida. **É gratificante**, eu acho bem gratificante. Mas **é difícil**. Tem que **amar** muito seu marido e sua família e **querer está ali**. Edificar o lar. Eu dou muito valor a minha vida. A gente não é rico, mas também não passa necessidade. Ser forte quando tem que ser forte. Agora ele está viajando. Ser pai e mãe quando precisa, porque eles ficam muito fora. Eu não me vejo em outra vida, pois eu era adolescente e depois me tornei esposa de militar e ponto. Não consigo me ver de outra forma. (E12)

Essa fala remete a questões identitárias cristalizadas; uma identidade não só de esposa, mas adjetivada pela experiência subjetiva que a qualifica: de militar. E12 ressalta o valor desse lugar (*“não é para qualquer uma”*) e do sacrifício que traz a glória (*“é gratificante... edificar o lar”*). O “edificar o lar” remete ao papel institucional esperado dessa mulher: o de apoiar incondicionalmente o marido para que ele possa servir bem à Pátria. O trabalho de edificar o lar confere-lhe também um serviço, como auxiliar desse juramento profissional.

Eu sou feliz, é uma experiência única. Existe muita diferença do homem civil para o homem militar. Eu amo o meu militar. Se eu não tivesse casado com ele, eu não teria conhecido tantos lugares. Ser esposa de militar é uma aventura. Uma hora você está em um lugar bom, outra hora em um lugar ruim. É assim de 2 em 2 anos. No calor, no frio. Perto da família, longe da família. Mas também tem coisas boas. (E4)

Algumas mulheres identificam-se com as peculiaridades da vida militar, exaltam as dificuldades e até as idealizam, romantizando o que já viveram. São experiências singulares que expressam as dinâmicas subjetivas. E4 vê nas múltiplas mudanças outros ganhos que não os normalmente valorizados na contemporaneidade. Há também um tom de gratidão por esse casamento ter-lhe permitido deslocamentos e vivências de realidades diferentes.

Assim... Ah, ah, você é esposa de militar. As pessoas julgam muito, ainda mais agora nessa época de PT, agora que está falando sobre ditadura, virou modismo falar de militar. Se for uma pessoa de fora, eu não gosto que fale de militar. (E7)

A fala de E7 revela como a entrevistada, mesmo não tendo relação de trabalho com a instituição, demonstra um posicionamento político-ideológico marcado pelos preceitos do Exército Brasileiro.

E7 completa: *“Eu gosto de ser esposa do Fulano que é militar. O perfil dele de administrar me agrada”*. Essa última frase tem um tom de voz forte, uma acentuação fonética que sugere existirem outras formas de administração que não a agradam.

Destacam-se aspectos da articulação discursiva entre o simbólico e político. A entrevistada relata que “*é moda falar de militar*” para referir-se à conjuntura nacional no ano da entrevista, quando eram discutidas as atividades da comissão da verdade sobre o período do governo militar. Ela faz um recuo necessário na sua fala, não explicitando tudo o que queria falar, mas deixando claro que adotou posturas políticas e ideológicas que reforçam o pertencimento ao Exército. “São efeitos que atingem os sujeitos apesar de suas vontades. O dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. O sujeito não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele” (ORLANDI, 2015, p. 30).

A seguir, E15 traz outra perspectiva do que é ser esposa de militar e como essa marcação influencia na construção subjetiva das mulheres:

É abrir mão das suas prioridades para seguir os planos do seu marido. A prioridade é dele. A situação de emprego é coadjuvante. Eu faço o que dá para fazer. Eu sabia que ia ser assim. Requer atrasar um pouco dos seus objetivos pessoais em prol do projeto de família que você construiu. Abre mão por amor. Minha tia viveu assim, ela foi esposa de militar e era diferente, não tinha conflito. Ela não trabalhava e não queria trabalhar. As mulheres de militares hoje são empreendedoras. (E15)

Ela nomeou a mulher de militar como empreendedora. Uma pessoa que possui uma busca pessoal, diferente da de outras gerações, sinalizando ter havido uma certa ruptura com o modelo de mulher tradicionalmente valorizado na cultura militar. Em todas as entrevistas, mesmo que a mulher não estivesse trabalhando, existia ali uma busca pessoal, um desejo de fazer alguma atividade que lhe conferisse sentido. Uma semente, mesmo que incipiente, de romper com a naturalização do lugar da mulher na família. Essa é uma impressão produzida por um olhar atento ao que está obscuro no discurso, pois muitas falas objetivamente não dizem exatamente isso. M. Pêchoeux (1981) alerta que o papel do analista de discurso é, justamente, utilizar seus dispositivos teóricos para romper com a literalidade dos enunciados.

2.3.1.4 Narrativa sobre experiências no campo – Hierarquia entre marido e mulher

Neste ponto, faz-se um parêntese para ressaltar as evidências no que não foi dito, mas que foi posto nas relações.

Quando fui pedir a autorização formal para fazer a pesquisa, um oficial superior pediu-me para lhe explicar sobre o trabalho. Ele me escutou brevemente, pegou o telefone celular e ligou para a sua esposa na minha frente. Apresentou-me como uma pesquisadora em Psicologia Social que queria entrevistar mulheres. Pediu-lhe que falasse comigo e marcássemos uma entrevista. A data e o horário foram agendados para eu entrevistá-la em sua casa. Essa foi a minha primeira entrevista. Independente do conteúdo do discurso, essa vivência sinaliza exatamente uma situação de entrada no campo e do papel público da mulher de militar.

Os responsáveis por autorizarem minha pesquisa não elegeram um oficial de ligação, como o fizeram em outras pesquisas com militares¹³, mas me encaminharam para uma esposa que pudesse “saber exatamente o que eu iria perguntar” e, em consequência, “soubesse exatamente o que iria responder”. Ela cumpriu o seu papel de esposa: foi uma perfeita anfitriã¹⁴. Recebeu-me com um chá e promoveu um ambiente cortês e amistoso. A filha dela, uma adolescente, acompanhou toda a entrevista e suas respostas foram como se estivéssemos conversando sobre algo muito natural, como se as minhas perguntas não passassem da superfície.

As respostas, por sua vez, eram óbvias e quase que pairava uma questão: por que perguntar coisas tão insignificantes? Saí de lá com a impressão de que ela não me havia dito nada. Entretanto, no decorrer da transcrição e da análise do discurso, percebi o quanto os “esquecimentos”, o quanto o “não dito” naquela entrevista revelaram aspectos da cultura e da construção da subjetividade das esposas de militar. Trata-se de um recuo necessário, um lugar de alguém que desconfia, que sonda, que indaga também o pesquisador. “Ocupando ela um posto alto no comando”, surgiu como alguém designado para defender fronteiras – no Rio de Janeiro a defesa é do entorno e da realidade que o ameaça. Nessa entrevista estive presente ausências no discurso, que denotam o quanto é necessário se proteger, se recolher. Embora com postura acolhedora, receptiva, apresentou-se

¹³ CHINELLI (2009); SILVA (2009).

¹⁴ Cavilha (2009) afirma que a carreira militar é construída em casal e que um dos papéis da mulher é ser uma perfeita anfitriã.

também defensiva, como se estivesse dizendo: “Eu abro a minha casa, um PNR, um bem público, meu marido um servidor da Pátria, mas a minha vida, a minha história, em certa medida, eu quero resguardar”. Outro aspecto daquele momento era o meu envolvimento com o tema e com os espaços comuns da Vila Militar, numa construção do lugar de pesquisadora.

Os relatos das pesquisas antropológicas alertaram-me para adentrar em campo com um olhar atento às nuances institucionais, e que eu seria avaliada como “contra ou a favor”, como “tropa amiga ou não” (CASTRO, 2009). Seu papel público de esposa de oficial ficou claro. Ela, esposa, filha e neta de militar, conhece profundamente seu papel social. Sua entrevista disse pouco, mas o não dito disse muito.

Somada a essa, outra situação diz respeito à hierarquia presente no grupo e à força desse elemento cultural. Fui à feirinha de quarta-feira para encontrar uma mulher que havia entrevistado no dia anterior (coordenadora do evento). Pediu-me que eu fosse para tirar fotos, fazer contato com outras mulheres e marcar novas entrevistas. Em dado momento, um oficial que estava com a esposa na feirinha apresentou-me a esposa, dizendo assim: “Ela vai te dar uma entrevista”. A esposa, muito surpresa, disse sim e que eu anotasse o telefone dela. O marido interrompeu-a e novamente pediu que marcasse naquele momento, definindo o dia e horário, alegando ser o melhor para ele cuidar das crianças, enquanto eu a entrevistava. Ela aceitou as regras.

No dia da entrevista, ela teve uma postura muito diferente da maioria das mulheres: falou dos descontentamentos com o Exército e que se envolvia pouco com a Instituição. No ano seguinte, o marido já estava designado para ser o comandante de uma unidade: *“Ele que não conte comigo para chazinho, para almoço e essas coisas, que eu só vou no que eu quero. Se eu quiser, eu vou, se não, não vou, só porque ele é comandante”* (E20). Sua fala e postura deixaram o descontentamento com a Instituição e com o fato de estar sendo entrevistada bem claro. Percebi que ela não queria ser entrevistada, que marcou porque o marido solicitou. Mas poderia ter negado ou desmarcado. O que a fez ser entrevistada? Ele, marido, exerce certo poder dentro de casa. Mais uma vez, percebo o papel público da mulher. Ele precisava saber qual o tom da pesquisa e o que se fala naquele ambiente privado entre pesquisador e entrevistada. A postura da entrevistada sugere uma retaliação, uma forma de manifestar seu descontentamento, posicionando-se de forma hostil

frente aos elementos da cultura militar e com tons agressivos dirigidos à pesquisadora. No discurso, ela diz que não vai ceder às imposições da cultura, disse até que não é paga para trabalhar para o Exército, mas a contradição presente no discurso é justamente a presença na entrevista. Aceitou a imposição do marido, mas sua postura reflete um dado recorrente nas demais entrevistas: na medida em que se vive imerso nesse contexto, algumas mulheres veem poucas escolhas diante da força da cultura que age sobre o indivíduo. Mesmo para a mulher que não gosta do contexto, dos ritos, que trabalha em outra atividade, que tem família na cidade, que possui uma vida fora dos âmbitos institucionais. Em outras palavras: ela não está isenta da força do social.

2.3.2 Dimensão dos deslocamentos – as mudanças

Entrei no mundo aos tropeços, um puro cadete, um verdadeiro cosmopolita, nascido sem terras, rendas, casa ou cargo. Sem riqueza herdada, nem obrigação feudal herdada. O cosmopolita, seja qual for o seu gosto pela diversidade mundana, necessariamente tem que abrir caminho dentro dela

Howell, 1645, p.40

Durante o tempo de pesquisa procurou-se um termo que pudesse alçar o significado das diversas mudanças nas vidas das mulheres de militares. “Nômades”, “migrantes” são alguns dos adjetivos impressos ao grupo de pessoas que se deslocam e que não são meros viajantes. Moram e estabelecem relações com o espaço em que convivem. A mulher de militar precisa, necessariamente, abrir caminhos; onde a família chega, cabe à mulher inserir-se para organizar a nova estrutura.

Embora Adão (2010) apresente dados de que as mulheres anseiam por fixar-se em uma localidade, os dados da presente pesquisa revelam o oposto: todas as entrevistadas acompanham seus maridos desde que se casaram. Algumas permaneceram em uma determinada localidade justificando a necessidade de

melhor estrutura para ter o filho, pois o marido foi para a “selva”, na região da Amazônia, ou por residir em local bem próximo do Rio de Janeiro, enquanto o marido fazia curso e servia na Brigada Paraquedista. Contudo, em geral, todas acompanharam os maridos, exercendo o papel social esperado.

O primeiro lugar foi São Gabriel da Cachoeira; depois que se mora lá, você mora em qualquer lugar. Só tinha comida uma vez por mês, fazia o estoque de comida, fazia lista, mandava para o mercado, e a comida vinha de barco. Teve o acidente da Gol, em 2006, a gente ficou 3 meses sem receber avião. Então era só o nosso estoque, a comida ia diminuindo, eu fazia pão, pizza, bolo, então, invés de fazer 2 pães, fazia um. (E12)

Outro aspecto a ser ressaltado é algo que aparece nas temáticas desses discursos: a conjuntura nacional, os acontecimentos do País que impactam em suas vidas. Ela aponta o quanto o acidente da GOL teve repercussão no dia a dia do lugarejo. Outra fala da situação da região Norte: *“Lá é um horror mesmo. A transamazônica está asfaltada no papel, lá não tem assistência do governo. Só entra de avião ou barco”* (E8).

Eu comecei a ver que tinha gente que tinha receio com gente do Norte. As pessoas me perguntavam e diziam que era longe, mais de 5000 quilômetros. Daí eu fiz uma boa amizade com as minhas vizinhas. Morei aqui 10 meses e, acabando a EsAO, fomos embora para um lugar onde eu tinha família. Aqui eu fiquei muito só. Deixei meu filho com a minha mãe. (E8)

Quando ela diz que as pessoas falavam que era distante, queria reportar-se à cultura, como se a cultura do Norte fosse algo distante. Qual seria então o elemento referente? Distante do quê? Na verdade, ela discorre sobre um pensamento corrente dentro desse grupo de mulheres sobre as mulheres do Norte. Entre elas existe um certo receio com alguns públicos.

Eu sempre ouvia que mulher do Norte é num sei o quê. As mulheres falando que nunca deixariam o marido ir sozinho para o Norte. Eu falava que, em qualquer lugar, você não pode deixar seu marido sozinho, **se casou tem que acompanhar**. Pode ser no Norte, no Sul, no Sudeste, não importa... eu falava para elas que, se você sabe que, de 2 em 2 anos, ele vai mudar e aceitou isso, tem que acompanhar. Não é porque é do Norte, em todo lugar tem mulher assanhada. Eu me ofendo, até hoje. Ninguém convida ninguém para ir morar lá, as pessoas vão por questão financeira, vai porque quer e depois fica falando. (E8)

Os discursos são entremeados por questões políticas e sociais. A vivência Nacional, o princípio que rege as transferências e que faz com que haja um deslocamento pelo território nacional permitem que as mulheres vivam as benesses e as mazelas das múltiplas realidades brasileiras, bem como fazem da Vila Militar um “caldeirão cultural” de “efervescências”, que, muitas vezes denotam certo grau de preconceito com relação às regiões menos favorecidas do País.

Reforçando o caráter de uma subjetividade totalmente imbrincada com as questões sociais, não somente locais, não só das relações dos micro lugares, como a Vila Militar, mas como também influenciada pelas ações políticas e governamentais.

E vamos ficar aqui no Rio até 2018. Eu não gosto daqui, mas eu não odeio o Rio de Janeiro, mas eu queria muito voltar para o Sul, queria engravidar e ficar perto da minha família, mas eu fiquei muito triste pelo meu marido. Ele tem pavor do Rio de Janeiro, ainda mais com as Olimpíadas o ano que vem. Mas a gente não tem opção. Eu já me conformei, mas ele ainda está muito triste. E aí eu tenho que ajudar em casa, consolar ele. Isso veio como uma bomba para ele. Acho que a mulher tem que ajudar, eu tentei não ficar triste perto dele. Tentei guardar toda a minha tristeza e frustração pra mim, porque ele chegou a ficar de cama. A gente não sabe quais são os critérios para ele ter ficado aqui. Eles são treinados para isso. O Exército decidiu, eles têm que fazer. E a gente se treina um pouco, com o tempo, vou entendendo que as coisas não são do jeito que a gente quer (E7).

Mesmo influenciadas por conjunturas nacionais e particularidades semelhantes, cada uma apreende a realidade de uma maneira. Enquanto umas não gostam do Rio, outras querem permanecer aqui para tocarem seus projetos pessoais:

O novo é que é difícil. Vou mudar o ano que vem, mas para onde só Deus sabe. Tenho certeza que vou embora. Eu não crio expectativa, mas eu criava uma expectativa que eu nem dormia, para onde eu vou. Cidade boa é como o Rio, tem estrada, tem médico, tem aeroporto, educação, tem um leque de opções de escolas. E, se ele estiver comigo, a cidade vai ser boa; se ele estiver viajando, não vai ser boa não. (E9)

A subjetividade enquanto processo de constituição do psiquismo possibilita ao homem apropriar-se das produções da humanidade (universalidade), a partir de determinadas condições de vida (particularidade), que constituem indivíduos únicos (singularidades), mesmo quando compartilham a mesma particularidade (SILVA, F, 2009, p. 181).

Na segunda mudança, surgiram os primeiros problemas: tive que largar minha pós-graduação, largar o trabalho que eu vinha fazendo. Fiquei 2 anos em uma cidade muito diferente, não arranjei emprego. E para cá foi a transferência mais turbulenta, tinha prazo para chegar e tivemos problemas com as mudanças. A gente sabia que tinha que vir, é uma **obrigatoriedade** ter que vir para esse curso da EsAO, eu estava conformada de ter que vir morar no Rio de Janeiro. A gente não tem pretensão de morar em capital. (E15)

O tema “morar no Rio de Janeiro” aparece em todas as entrevistas e em todas as dimensões deste estudo, com elementos associados: obrigação, punição, castigo, perigo.

Quando cheguei aqui, só chorava. Quando entrei na Avenida Brasil, foi um choque. Eu abaixei e achei que tudo era favela e que era o que eu via na TV... foi-me dando um pânico. Na minha cidade não têm essas coisas. Eu falava: “Eu vou embora, eu quero voltar”. Os primeiros 6 meses eu só chorava. Ele estudava muito e eu ficava muito só. Eu estava acostumada com ele comigo e eu trabalhando, era totalmente independente, aí eu comecei a fazer faculdade, foi o que foi me levando, ocupar meu tempo, minha mente e conhecer as pessoas. (E8)

Quando, ao final de 2015, saíram as transferências dos alunos da ECEME, o tema das conversas na feirinha foi: *“Além de morar na Vila Verde, essa turma teve 41 vagas para permanecer no Rio de Janeiro”*. Mesmo as que não conseguiram ir para a cidade que desejavam, disseram: *“Tudo bem, tem muita gente que nem conseguiu sair do RIO”*. Percebe-se que, para a família militar, é um castigo morar na cidade do Rio de Janeiro, e o ano de 2016 parecia assustá-las por causa das Olimpíadas. Para elas, ninguém sabia o que iria acontecer; mudar-se para outro lugar equivalia a “ficar longe” dessa realidade nova que as assustava.

Tais colocações sugerem tratar-se de público que não se sente à vontade na vivência territorial desta cidade, por motivos diversos: é uma capital; o marido não gosta; a localização ruim da Vila Militar. Somado a esse fato as esposas dos alunos da ECEME se sentiam punidas por morar na Vila, pois tiveram suas expectativas frustradas das esposas.

Ele estudou muito e Deus me livre ficar aqui no Rio, já foi **castigo** demais ele fazer ECEME e ter que morar na Vila. Ficar aqui seria demais. O ano que vem isso vai estar muito pior, com as Olimpíadas. Não queria estar aqui (E5).

Embora as mudanças sejam tidas como difíceis e mesmo dramáticas para as famílias – pelos inúmeros impactos no cotidiano –, saindo da superficialidade dos discursos e da presença da emoção nas vozes das entrevistadas, é possível

perceber questões que vão além da mudança física em si, que adentram no campo do simbólico e que possuem uma relevância maior do que os aspectos concretos do ato de deslocar-se.

Logo no início do casamento, ele foi comandar um PEF na Amazônia. Moramos em uma casa toda de madeira. Até o banheiro era de madeira. Oito cidades em dez anos de casada. Em doze casas diferentes. Eu já me acostumei. Nós namoramos 1 ano e meio, e ele sempre me falou que, desde que me conheceu, sabia que ia casar comigo e então ele diz que me moldou. A gente, com 1 mês de namoro, ele falava que a gente vai casar e pode ser que a gente vá morar no PEF. E ele descreveu o PEF que a gente morou. Ele me falou: lá não tem luz todos os dias, é de madeira. Tinha racionamento de luz, era só de 3 em 3 horas que tinha luz. Pode ser que falte água e a gente pegue água do rio. Ele sempre me explicou o que ia acontecer para depois não reclamar que eu não sabia que seria assim. Por eu ter sido preparada, eu sempre encarei muito bem. (E12)

E12 diz *“ele me moldou”*, sugerindo que o marido a preparou para o que os dois iriam passar. Foi *“formada”* para ser esposa de militar e ocupar esse lugar. Não se preparou na AMAN, mas foi orientada *“para depois não reclamar que não sabia”*.

Você tem que amadurecer de qualquer jeito. Casei com 20 anos, quando mudei pela primeira vez, tive que aprender nome das ruas, saber andar em uma nova cidade, comprar móveis sem conhecer nada. Saber lidar sozinha com os transtornos que surgem. Tipo quebrou uma coisa ir atrás para arrumar. Ter autonomia. (E15)

Algumas delas relatam que acompanhar o marido é uma obrigação; percebe-se, muitas vezes, que o maior incômodo é abrir mão dos projetos pessoais, ou até não encontrar uma possibilidade de realizá-los.

A parte afetiva ele segurava mais que eu. Pelo próprio perfil, ele sustentava mais a relação, até que eu comecei a amadurecer. A, coitado! Eu culpava muito ele por eu não estar trabalhando. Aí eu pensei: “Deixa de ser hipócrita, se eu estou aqui é porque eu quis e, se eu não estou trabalhando, eu devo ter as minhas questões, eu que trate de resolver minhas questões e assumir minhas responsabilidades”. Isso foi ótimo, nossa relação ficou muito mais saudável. Aí eu comecei a investir na minha profissão. Eu procurava não sei o quê, e achei. (E11)

E11 exemplifica um salto no seu processo de ressignificação, um encontro das expectativas com as possibilidades. Uma retomada na história, uma forma de superar a reclamação e investir na ação. Ela se coloca em movimento e a construção se dá no processo: *“Eu procurava não sei o quê, e achei”*. Ela encontrou um caminho que fizesse sentido.

Sempre gostei de ser dona da minha casa. Nunca terceirizei, sempre me organizei para administrar a casa, coordenar a faxineira, a vida dos filhos, arrumar a roupa e trabalhei muito. Aqui é tudo mais difícil, a grana é curta. Mas hoje eu digo que eu estou em dia comigo mesma. Me sinto realizada, mas a vida é cheia de altos e baixos. (E11)

Percebe-se que as mudanças são traduzidas como “circunstâncias que impossibilitam, *a priori*, a realização pessoal”. Mas, no seu processo de ressignificação, E11 conseguiu encontrar um caminho possível, apesar da realidade.

Isso não acontece com todas elas – muitas ainda não conseguiram entrar em contato com o incomodo que os deslocamentos provocam. Elas verbalizam o quanto a mudança física as incomoda, ao mesmo tempo que estão paralisadas, não perceberem o processo de dinâmica interna.

Toda mudança para mim é doida. Tem que começar tudo de novo, adaptar à cidade, adaptar a criança, conhecer o ambiente físico e o clima, que eu acho extremamente complicado. Tenho que começar de novo. Morar em outro país foi tudo novo, o idioma, a vida, o clima, foi muito marcante. Já em Brasília, encontrei pessoas parecidas comigo e em Rezende, foi um mergulho no mundo militar. (E22).

E22 percebe as dificuldades concretas, mas não entra em contato com as exigências profundas das “inevitáveis mudanças”. Mantém-se na superficialidade do discurso, ou promove o recuo necessário para que se possa significar, como uma possibilidade de iminência de sentido (ORLANDI, 2015). Ela não silencia diante da pergunta sobre as diversas mudanças, mas diz o que pode ser dito naquele momento.

As que entram em contato com o processo de mudança falam sobre perdas, medo do novo e expectativas não cumpridas nos novos espaços. Lugares novos remetem a novos lugares sociais que podem ser ocupados ou, sob a perspectiva da perda, remetem aos lugares antigos dos quais tiveram de abrir mão. Elas relatam ser um eterno começo, ou uma sucessão de recomeços.

Buscando uma articulação entre os discursos, o diário de campo e a teoria, vale ressaltar um aspecto que teve um realce no contato com o campo. A entrevistada afirma: “*eu sou eu mesma onde eu for*”. Essa frase soou diferente. Foi feita então uma articulação com um texto teórico:

Afinal de contas, perguntar 'quem você é' só faz sentido se você acredita que possa ser outra coisa além de você mesmo; só se você tem escolha, e só se o que você escolhe depende de você; ou seja, só se você tem de fazer alguma coisa para que a escolha seja "real" e se sustente (BAUMAN, 2005, p. 25).

Ela fez essa afirmação sem que lhe fosse feita alguma pergunta sobre quem ela era. É claro que o tempo todo estávamos falando de quem ela era e como o cotidiano e as vivências vão a constituindo. Esse enunciado demonstra uma cristalização, ou uma necessidade de negar a mudança, negar a vida nômade a que está exportada e as possibilidades de múltiplas construções subjetivas. Sugere ser um discurso de alguém que nega a necessidade de mudança e que vê nessa possibilidade de estabilização uma autenticidade. E ao longo de sua fala vai multiplicando as "pistas" sobre essa cristalização: "*precisam me aceitar como sou*". Não há um questionamento de quem sou. O discurso se alonga: "*fiz análise 10 anos e a análise me respondeu quem eu sou e eu sigo minha vida com a certeza: agora sei quem eu sou*." A análise conferiu a ela uma suposta verdade que lhe dá segurança para seguir "sendo ela mesma" e sem grandes questionamentos e assim, vale a reflexão sobre o contexto e as peculiaridades desse discurso. Ela relata ter mudado uma única vez e para uma cidade próxima à família, lugar este que ela ia e voltava 2 vezes por semana.

A partir daí, pode-se questionar se, quanto mais se muda de cidade e se desloca, maiores são as possibilidades de inventar o "eu", de construir e experimentar novos contextos e enriquecer as construções subjetivas com novas apropriações. Ademais, trata-se de uma vida em trânsito, porém sem escolhas variadas; afinal, quem decide é a Instituição e o marido. Cabe a elas escolherem viver ou não junto essa jornada, bem como os novos ordenamentos internos daí advindos.

As esposas entrevistadas que assumem a angústia deflagrada pelas mudanças reconhecem estar inseridas em uma cultura diversa; por isso, procuram reinventar-se e, conseqüentemente, ressignificar suas histórias. As que negam essa condição com a utopia do "ser eu mesma" perdem a possibilidade de experimentar novos lugares sociais e de promover outras construções de subjetividades.

O fato de a subjetividade referir-se àquilo que é único e singular do sujeito não significa que sua gênese esteja no interior do indivíduo. A gênese está justamente nas relações sociais do indivíduo, quando ele se apropria (ou

subjetiva) tais relações de forma única. Ou seja, o desenvolvimento da subjetividade ocorre pelo intercâmbio contínuo entre interno e externo, relação essa que Vygotsky descreve quando se refere à gênese das funções psicológicas superiores. (GONÇALVES DA SILVA, 2009, p. 173).

2.3.2.1 A saída

Muitas falaram da chegada à nova localidade, mas algumas explicitaram também a saída, a casa vazia, o que deixaram para trás.

Na nossa primeira mudança, ver a nossa casa vazia, eu e meu marido choramos, porque estávamos entregando a nossa casa, o nosso cantinho. Vi meu marido chorando por uma coisa que, para ele, tinha muito valor: a nossa casa, o nosso lar. Foi só essa vez que foi assim. (E23)

Sugere que esse era um lugar de referência para o casal, reportando-se a elementos da construção da relação a dois, da dificuldade de abandonar referências e construir outras, de deixar os vínculos locais e de se lançar ao novo.

Minha vida mudou tudo depois que eu casei. Saí de perto da minha família, e eu e meu marido somos muito apegados com a família. Mas, quando eu vi nas transferências uma possibilidade de ganhar um dinheiro, achei bom. (E21)

A vida do homem militar é mais concreta, mais “sólida”, mas, para a mulher, a vida não se apresenta tão sólida assim, tal como espelhada na metáfora de Bauman (2005). Por exemplo, a seguir, E11, quando fala sobre o futuro, reconhece que precisa pensar, mas permanece parada na não ação, ou ainda está na superficialidade do tema, pois remete à mudança física, sem se referir especificamente às próprias questões. Comportamento semelhante ao de E22, apresentado posteriormente.

Uma coisa de cada vez. Agora são as despedidas. Chegar lá, como vai ser, se vai ter PNR. O trabalho dele ele já sabe, mas, com relação ao meu trabalho, eu não estou pensando ainda não. Conduzir da melhor forma possível o agora: a mudança e reorganização lá. (E11)

E11 traduz a vida das esposas e as dúvidas que as mudanças promovem. A mulher não sabe como vai ficar sua vida profissional e precisa encontrar recursos

internos para lidar com essas incertezas no aqui e agora. E, muitas vezes, o recurso é cuidar dos assuntos de ordem prática e deixar, na periferia das significações, os que geram mais desgaste emocional. Assim, as expectativas de futuro ficam na superficialidade dos aspectos físicos: se vai ter ou não PNR e qual será a cidade. “A subjetividade aparece de forma diferenciada nos processos de expressão dos sujeitos concretos, e aparece de forma irregular, desordenada, imprevisível” (REY, 2012, p.173).

Eu adoro tudo novo, mas aquela fase de chegada... O marido já conhece as pessoas no quartel, sempre tem um que serviu com ele em algum lugar, mas a gente, fica sozinha e você tem que criar seu círculo de amizades (E8).

Eu não gosto é porque não tenho nada, acaba as coisas de casa. Readaptação, saber andar, rodar. Quando fica mais tempo em um lugar, é mais fácil. Passa 1 ano você já está adaptada, sabe onde tem o mercado. Mas aqui na EsAO, quando você se acostuma, já está na hora de ir embora. (E6)

A instituição tem uma série de mecanismos que minimizam essa “liquidez”: oferecer PNRs (mas não para todos), oferecer hospitais próprios, possibilita uma vida comunitária (unidade família militar); contudo, esses elementos não são recursos capazes de confirmar uma “solidez” para a vida delas. Em Exércitos de outros países, existem ainda mais ações de apoio à família militar, por entender a volatilidade e as precariedades de se viver na eminência de uma guerra, as dificuldades de ser casada com um homem que jurou dar a própria vida, se necessário, pela sua profissão – juramento que tem implicações cotidianas. Já o Exército Brasileiro não possui programas de apoio às famílias similares aos de outros países, conforme apresentado no Capítulo III.

Nesses deslocamentos, nesse ir e vir pelo Brasil, elas relatam a necessidade de realizarem as mudanças sozinhas, em momentos de fortes rupturas.

Quando a gente estava lá, meu marido foi para o Haiti e, enquanto ele estava, saiu a transferência dele para o Pará. Aí veio um rádio. Foi um momento da minha vida que fiquei muito insegura, porque eu tinha que mandar a mudança antes de chegar o tempo da chuva no Norte, que senão depois a mudança não passa. Eu falei: “Eu vou mandar a mudança”, e mandei na cara e na coragem, eu fiz a mudança sozinha. A vizinha me ajudou e depois fui encontrar com ele. Ele voltou e me pegou e me levou para lá. Nossa mudança ficou dentro de um quartel, porque não tinha casa para colocar. Meus filhos ficaram com a minha mãe. Não foi fácil não. (E21)

Como descreve E21, por uma conjuntura profissional, coabitam, lado a lado, as oportunidades de crescimento para o marido e os impactos disso para essas mulheres. São “sujeitos que vivem trajetórias variáveis, indecisas, modificadas muitas vezes” (CANCLINI, 2005, p 201). Uma outra entrevistada relata que, se pudesse definir essas mudanças, utilizaria o trecho de uma música: *“Olha que eu mudo os meus sonhos para ficar na sua vida” (E3).*

O que sugere que a dimensão das mudanças não diz respeito a algo físico tão somente, mas também a todas as mudanças a que elas estão sujeitas, situações imprevisíveis, como o marido ser designado para uma missão no Exterior e ela ficar 1 ano sozinha no Rio de Janeiro, como me relatou uma das mulheres. Ou ainda, mudar sozinha deixando a filha com o marido para tomar posse em um concurso em outra localidade, ou em 1 ano fazer 2 mudanças inesperadas de cidade, ou ainda ter que conviver com a incerteza para a vida escolar dos filhos: *“se ele for mais uma vez transferido para a selva vou ter que deixar meu filho, pois ele está no colégio militar e se for para São Gabriel por exemplo, nunca que ele vai passar para entrar na Universidade eu ele quer”(E5)*

Nessas incertezas muitas delas se apoiam no fato que vão se reencontra em algum momento da vida e da carreira dos maridos, elas buscam manter esses contatos pelas redes sociais, se falam, se chamam de amigas e se tratam como tal, mas as mulheres mais maduras, cujos, maridos já possuem mais tempo na carreira e conseqüentemente elas tem mais vivência na cultura afirmam que:

É uma ilusão achar que você vai reencontrar aquela turma, aquelas amigas e pessoas com quem você amava conviver na EsAO, fazer churrasco. Cada vez que morei aqui foi diferente, até sendo as mesmas pessoas. As pessoas mudam e até a gente não quer mais conviver com as mesmas pessoas. Eu sou assim: curto o momento. Quem não faz isso se ilude. Aprendi isso nessa vida de mudança (E14).

CONCLUSÃO

O caminho percorrido durante a pesquisa não foi linear. Ao ingressar no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, desconstruindo conceitos impostos pela modernidade, pude perceber que as relações se estabeleceram por meio de articulações no todo, no dia a dia da pesquisa, das leituras. A Tese foi se construindo e se reconstruindo na rede. Com um modelo de ciência contemporânea que se apresenta como uma oposição à previsibilidade e a neutralidade defendida na modernidade, por campos híbridos e permeados por variáveis múltiplas. A pesquisa precisa fazer sentido primeiro para o pesquisador para assim produzir significações sobre o contexto.

Foram registradas as marcas e as diferenças em cada encontro com as entrevistadas e com o campo de pesquisa, objetivando responder ao problema, e arriscando nas interpretações, de modo a situar, histórica e socialmente, os discursos dos atores sociais.

Ao centrar o objeto de estudo nas mulheres de militares, pretendeu-se dar voz a um sujeito que atua no social, mas que constrói sua história como coadjuvante da história de outro. Quando o marido é comandante, relatam as vozes da cultura, que a esposa comanda junto; quando ele é promovido, ela é promovida a um posto acima do marido. Mas, de fato, a foto que vai na galeria de comando é a dele, a carreira é dele, o lugar social, institucional e laboral é do homem militar. A história registrada é a do militar; a mulher acompanha, ajuda, compartilha. Dessa forma foram tomados os poucos relatos históricos que existem sobre Dona Rosa da Fonseca como argumentos iniciais para discutir as relações.

Tendo como ponto inicial as pesquisas das antropólogas sobre família militar são evidenciadas questões como a importância da mulher na trajetória profissional do marido e o caráter voluntário do trabalho da mulher para a instituição militar (CHINELLI, 2009) e ainda, que para se tornar parte da família militar é necessário acompanhar o marido (SILVA, 2010). Assim, a partir desses estudos a pesquisa se propôs a dar voz a essas mulheres, escutar suas histórias e saber como elas se constroem nessa vivência social, verificar se elas encontram um espaço para protagonizar suas histórias, para assumir a autoria de seus discursos.

Assim, na possibilidade de verem registrados o que elas fazem, como vivem e como essas vivências são singulares, as mulheres falaram da solidão e das possibilidades que vivem nesse movimento de mudanças geográficas e no constante movimento constitutivo de suas subjetividades construídas a caminho.

Mesmo deixando claro que não se tratava de uma intervenção e, sim, de uma escuta, percebi que, em alguns momentos, esse ouvir atento de pesquisadora teve um caráter terapêutico – a falta de oportunidade e de espaço para serem ouvidas foi claramente expressada. Elas revelam que o ambiente da Vila está “repleto de amigas”, mas apresentam a incongruência de não terem espaço para expor ideias e necessidades, com medo da exposição. “O pior de morar em Vila é o achar das pessoas” – diz uma delas, junto a tantos outros enunciados que retomam a necessidade de se policiar, de pensar antes de falar. Há, sem dúvida, uma percepção de estarem sendo observadas umas pelas outras.

Esse fato, aponta para uma das conclusões dessa Tese. Trata-se de um ambiente hierarquizado, em que os elementos coletivos exercem uma força social sobre as subjetividades. Uma hierarquia que se estabelece entre elas, vinculada à patente dos maridos. Dessa forma, ter alguém que as escutasse individualmente de forma atenta e em profundidade, e ainda, com a oportunidade de estarem respaldadas pelo sigilo, mas não restritas ao anonimato, pois essas vozes estariam registradas em uma pesquisa acadêmica. Uma fala que busca reverberações de sentido, dito a alguém (pesquisadora) que está disposto a buscar as significações que estão por trás dessa fala. Ou seja, foi uma oportunidade de significar, mesmo que por pouco tempo, experiências vividas, por vezes, sem muitas possibilidades de reflexão. As interações com as mulheres de militares confirmam a teoria de que “a palavra desempenha a função de contato social, ao mesmo tempo em que é constituinte do comportamento social”(MOLON, 2010, p. 83).

Algumas entrevistadas buscaram, no ato, uma ação política, como algo semelhante a uma pesquisa de clima organizacional – como se suas falas à pesquisadora pudessem chegar a alguém que faria algo por elas.

Durante as entrevistas, contaram-me o que fazem de melhor e, de uma maneira ou de outra, exaltavam esse proceder, enfatizando o quanto, ao longo dos anos de casamento, ressignificaram suas histórias, por meio de práticas compatíveis com a vida que escolheram (dentro da Cultura Militar). Uma das entrevistadas fez um curso superior de Design e hoje trabalha na área de estética. A busca por

estética encontrou outro caminho: o que antes era via decoração de ambientes encontrou, no movimento construtivo da subjetividade, um caminho alternativo que a satisfaz. Nem todas as mulheres entrevistadas conseguiram passar por um processo de ressignificação após o casamento. Algumas, por falta de apoio psíquico, pois a Instituição, nesse contexto da Vila Militar de Deodoro, não dispõe de programas de apoio às famílias como existe em outros países. E essas mulheres permanecem em uma busca pessoal por significar suas histórias. Talvez a Portaria que versa sobre a Instituição do dia da Família Militar, sinalize o início de uma iniciativa de ações voltadas a atender, ou dar suporte à Família Militar.

Diante das escutas das esposas, a pesquisa voltou-se para a produção de novos olhares para o papel da mulher dentro da “família militar”, numa forma de responder à pergunta “Se não houvesse a esposa do militar exercendo esse papel social de parceria na carreira do marido, existiria a família militar?” E ainda: “Fora das Vilas Militares existe a família militar?”

A mulher de militar é o ator social que permite o elo entre o espaço público e o privado e também entre o mundo civil e o militar. Ela tanto está na Vila, nos eventos sociais, cumprindo o “papel público esperado da esposa de oficial”, como está dentro de casa, no papel de mãe e de esposa. Fora dos espaços institucionais, carrega consigo as marcas de pertencimento à cultura e, de fato, é quem valida o modelo de família militar. Porém, quando inserida em outras atividades em círculos civis, o “papel público de esposa de oficial” fica comprometido, pois muitas vezes não está mais tão disponível para “servir junto com o marido”, fato que promove certo desconforto para algumas delas.

A Vila Militar não é somente um aglomerado habitacional, mas um espaço de identidade, um território repleto de crenças e valores, formas simbólicas específicas, que cumprem função na vida dos indivíduos que ali habitam, trabalham ou frequentam. O território e as inserções sociais dos indivíduos servem de suporte para emergir subjetividade (DESCHAMPS; MOLIER, 2009).

É um território de encontro e reencontro. São militares se reencontrando, após o hiato entre AMAN e a EsAO. Suas famílias constantemente se reúnem, formando uma segunda família de pertencimento: a militar. Pode-se, assim, afirmar que a família militar precisa da vila militar para se afirmar. Nesse espaço, os sujeitos, por meio do seu fazer histórico e social, materializam nas relações as suas referências que, em geral, refletem a ideologia do Exército.

Pesquisas com outros Exército apontam para o fato de que as mulheres de militares estão optando por evitar as constantes transferências. De maneira distinta, todas as mulheres dessa pesquisa acompanham seus maridos e até mesmo consideram as transferências uma boa oportunidade de incrementar a renda familiar.

Como a cidade do Rio de Janeiro e o local onde a Vila Militar está inserida promovem nas mulheres uma sensação de insegurança e mobiliza o medo de sair de casa, essas mulheres no ano em que os maridos estão cursando a EsAO, muitas, optam por viverem mais limitadas ao contexto da Vila Militar e assim marcam o seu pertencimento nesse território com ações e práticas próprias.

Muitas vezes dentro da Vila, elas ampliam seus contatos estendendo o território físico para a rede (internet). Como foi afirmado no segundo capítulo: nas comunidades virtuais ecoam as vozes dissonantes da cultura hegemônica presente no território real. Nas redes sociais, o espaço público fica ampliado e possibilita a ação política e social desses sujeitos. Nos grupos aos quais a pesquisadora teve acesso, elas vendem, compram e mais uma vez demarcam um lugar de pertencimento.

O palco dessas significações: A Vila Militar de Deodoro se apresenta permeado por angústias de mulheres que estão vivenciando um hiato em suas vidas. Por exemplo, mulheres que trabalhavam e optaram por não trabalhar, pois vão permanecer somente 10 meses nessa cidade, ou ainda por medo da violência, ou por não se sentirem a vontade para se deslocar dentro da cidade. Então é um ano atípico na vida dessas pessoas, mas vivido por todas as mulheres de oficiais de carreira que acompanham seus maridos, pois todos terão que passar pela EsAO. Elas precisam encontrar alternativas para viver provisoriamente esse período em que o marido está fazendo o Curso.

Por vezes, pôde-se perceber que não há entre elas uma busca por um espaço de arte como expressão do subjetivo e sim sociabilidades marcadas pelo consumismo para ocupar um vazio de algo que se “abriu mão”.

Os anos de estudo do marido promovem para a mulher uma mudança no cotidiano e faz com que elas se reestruturem e encontrem alternativas para viver essa realidade. Nos anos da pesquisa moraram também alunos da ECEME e as mulheres relataram realidades semelhante à dos alunos da EsAO. Uma das conclusões que podem ser pensadas a partir dos discursos e dessas vivências em campo é que quando o marido está na condição de aluno-estudante de uma dessas

escolas (EsAO e ECEME), as mulheres estão passando por um momento de hiato em suas vidas, de angústia e ao mesmo tempo é exigido delas um apoio ainda maior, pois são momentos decisivos na carreira dos maridos.

Existem várias pesquisas fora do Brasil com famílias que permanecem sozinhas quando os maridos se ausentam para missões de paz. Mas não foi possível encontrar pesquisas com famílias de homens-militares-estudantes. Eles estão, analogamente, ausentes e as famílias precisam de suporte para se manterem.

Todos os 409 homens-militares que moravam na Vila Verde e outros que moravam no PNR I, nos anos da pesquisa eram alunos e isso colocava as mulheres em condições muito semelhantes, o que fazia com que elas se aproximassem ainda mais, partilhassem do cotidiano das provas, dos Exercícios no Terreno (ETs), da ausência do marido, da dificuldade com os filhos e da perspectiva da classificação, como um celebrar do sucesso da família, após um período de sacrifício.

Elas encontram na Vila Militar e entre elas apoio geográfico e social, para se estruturarem nesse período conflituoso. O suporte geográfico, como uma fronteira real que se estabelece por meio dos postos de serviços que demarcam as entradas da Vila e o suporte social nas fronteiras simbólicas entre famílias de civis e a Família Militar. Mesmo com fronteiras definidas que demarcam os contornos com o que é externo, os conflitos internos, muitas vezes não verbalizado e sinalizado em forma de retaliação a algumas ações institucionais. Conflitos privados, questões conjugais, que interferem na ação pública da mulher dentro do território.

Dentro desse modelo de família militar idealizado pela Portaria 650, citada anteriormente, residem tensões, conflitos e angústias. Existe entre elas um desejo de participar, de estarem inseridas na família militar – casaram com o marido e entraram para essa família. Mas em muitos casos esse modelo se choca com seus desejos. A maternidade, por exemplo não é necessariamente o desejo de todas, mas a portaria traz consigo o valor da matriarca. E nos enunciados e no campo esse valor se materializa.

Nessa vida nômade, sem “posses permanentes”, experimentando a multiplicidade e a fragmentação presente na contemporaneidade, essas mulheres vivem uma sequência de mobilidades, que podem fazer ruir significações. Mesmo com mudanças no referencial simbólico, ainda assim, não sofrem anomia, pois sugerem substituir, em parte, suas referências originárias por valores militares.

Nesse espaço a perspectiva da transitoriedade é ainda mais perceptível, pois é um lugar em que as pessoas permanecem pouco tempo. Tudo é mais fugaz e fica ainda mais visível a disponibilidade da mulher em acompanhar o marido, pois ela se dispõe a realizar uma mudança, se instalar e desinstalar-se para permanecer somente o tempo do curso de aperfeiçoamento do marido.

Porque as mulheres aceitam casar com esse homem e tomam para si esse modo de vida? A resposta veio aos poucos. Porque ao casar com o homem-militar, esse casamento lhe concede a possibilidade de pertencimento a uma instituição forte e com um status nacional. Algumas entrevistadas denotam em suas falas uma forte vinculação com o Exército, como se casassem também com a instituição e com todas as possibilidades e limitações que essa vida oferece. O desdobramento dessa relação é o processo de resignificação, movimento próprio de todo indivíduo que se casa. Cada uma vai resignificar sua história de modos distintos e aqui reside o caráter múltiplo da mulher de militar. Daí o motivo pelo qual não é possível uma caracterização do modo de construção da subjetividade da mulher de militar e sim possibilidades de resposta para o problema proposto: As subjetividades das mulheres de militares fazem intercessões com a Cultura Militar? Umas mais rebeldes, não aceitam o lugar que a cultura as recrutou e mesmo pertencendo a família militar, não cumprem a função que é delas esperada. Outras vão cuidar da carreira do marido e dos filhos e algumas outras encontram alternativas possíveis para viver na fronteira desses lugares. Enfim, cada uma ao seu modo vai dando contornos próprios à realidade que foi internalizada.

Nos discursos, mesmo que discretamente, é possível perceber uma busca por homogeneização, por vezes ufanista, exaltando a identidade do militar e uma valorização do sentimento de patriotismo, como se esse elemento também fizesse parte da herança que a farda verde oliva lhes concede. Mais um elemento que demarca fronteiras entre as construções das subjetividades das mulheres de militares e as mulheres de civis – como nas identidades nacionais, discutidas no primeiro capítulo: barreiras invisíveis que segregam os indivíduos que não partilham dessa mesma identidade. Trata-se de um processo fluido, dinâmico, mas também, por vezes, cristalizado, identitário. Ou seja, nem todas gritam em brado forte “Pátria Amada Brasil”.

Mas fica evidenciado que a estrutura hierarquizada da vida da família militar é um fator limitador, pois talvez as falas tão homogêneas e vinculadas à ideologia do Exército reflitam o medo de prejudicar a carreira do marido.

No dia a dia, a cultura nos captura e nos conduz a lugares e posições sociais. Uma entrevistada enunciou: *“eu sou eu mesma”*. A ilusão dessa identidade sólida: o que é ser eu mesmo, se não algo que não era meu, mas que na convivência social foi se tornando meu cada dia um pouco mais? Talvez a resposta seja “eu sou um tanto eu, somado com um tanto de todos os outros eus que me tocam”. E assim as Inevitáveis Mudanças não são somente em consequência da mobilidade física e geográfica, impulsionada pela mobilidade funcional. Mas mudar é inevitável, pois todos estamos inseridos nesse contexto de transformações contemporâneas em que o risco reside na estagnação. Como na vida das mulheres pesquisadas o tempo em que os maridos permanecem como alunos dos cursos (EsAO e ECEME), em geral é um tempo de “parada na vida delas”, tempo intenso de dedicação aos filhos e ao marido. Assim, constatou-se que muitas angústias verbalizadas pelas mulheres referem-se mais à estagnação que à mudança.

Sugere ser esta uma constatação óbvia, talvez porque a lente da teoria permitiu ver o campo desse ângulo, pois o arcabouço teórico da Psicologia Social e dos Estudos Culturais, aqui utilizados, afirmam que nada é dado, o conhecimento é culturalmente construído, as fontes teóricas não são ingênuas, nem aleatórias, mas são critérios que abrem possibilidades, são escolhas de olhares.

Fazendo uma análise da inserção dessa Tese no campo de conhecimento da Psicologia, verificou-se que no Brasil a cisão entre academia e militares e o viés político da Psicologia Social e dos Estudos Culturais concedeu a estes últimos uma produção discursiva que não demonstra interesse em pesquisar a comunidade Vila Militar e a família militar, sem compreender que se trata de um grupo que vive dinâmicas sociais específicas, afetadas pelas questões contemporâneas e que constroem suas subjetividades nessa intercessão. Dessa forma, desde o princípio foi necessário fazer aproximações sucessivas que fossem definindo contornos e fronteiras para o objeto de estudo e as teorias dessa área, construindo assim esse campo híbrido. No início da pesquisa, foi necessário reafirmar o caráter comunitário da Vila Militar, pois embora as teorizações não neguem esse pertencimento, no âmbito da Psicologia houve certo desconforto em aceitar a Vila como uma comunidade. O respaldo foi encontrado nos estudos antropológicos (CASTRO,1990;

LEIRNER,1997;CHINELLI,2008; SILVA,2010), posteriormente nos próprios discursos das mulheres entrevistadas e nas evidências do campo de pesquisa.

Desde o final da 2ª Guerra Mundial, mesmo que discretamente, o tema: famílias de militares, no campo da Psicologia, entrou na agenda de pesquisa internacional e no Brasil ainda não se tem um campo para pesquisar essa temática. Uma das contribuições dessa Tese é abrir caminho para a pesquisa sobre família militar dentro da Psicologia Social no Brasil.

Inspirada pelas afirmações de Nestor Canclini (2005) que ressalta que o papel dos trabalhos científicos dentro da perspectiva dos Estudos Culturais precisa atender ao objetivo final de dar voz aos silenciados, mas também apontar os lugares em que a vida cotidiana desses sujeitos entram em conflito com os outros, não só para apontar a contradição, mas principalmente para compreender sua dinâmica. Essa pesquisa propôs o início de um debate sobre a temática, afim de ampliar o contexto social pesquisado e produzir reflexões para outros membros da família militar.

Na tentativa de sintetizar parte desse processo de pesquisa proponho uma metáfora com elementos presentes no discurso militar. O militar defende fronteiras, mantém fortificações, convive com a diversidade nessas fronteiras, mas busca manter estabilidade para o seu território. Estudar esse universo das mulheres de militares é lançar constantemente um olhar para a fronteira e a diversidade ao mesmo tempo. As fronteiras entre as subjetividades que estão sendo produzidas e a diversidade que influencia esse processo. Os mundos diversos que cada uma carrega consigo e as fronteiras das histórias singulares não permeáveis. Essas mulheres ao mesmo tempo que compartilham na diversidade demarcam suas fronteiras, afirmam serem gaúchas, cearenses, paraenses. Se afirmam como portadoras de algo que as localiza, mas se veem também como brasileiras, diversas, mescladas por tudo que já viveram e pela convivência umas com as outras.

Enfim, espero que a pesquisa tenha conseguido dar voz a essas mulheres que narraram suas histórias à pesquisadora e assim, reafirmar que “os estímulos sociais desempenham um papel importante na operacionalização do eu” (MOLON, 2010,p.84). Como unir todos esses discursos para falar de subjetividade e cultura militar? A análise de discurso figurou como esse fio.

Dona Rosa da Fonseca não passou pela Vila, mas deixou suas marcas desde sua idealização - proposta por seu neto Marechal Hermes da Fonseca. Desde então,

várias são as Rosas, que passaram pela Vila Militar de Deodoro. Rosas¹⁵ cantadas nas canções paraquedistas, mulheres que viveram histórias e apreenderam essas realidades de modos diversos. Se em alguns momentos, como diz o Poeta Cartola: *As Rosas não falam*, em 2014 e 2015, algumas Rosas, Marias e tantas outras falaram nessa pesquisa. E como aqui, foi utilizado um dispositivo teórico que permite compreender que não há um discurso que fala sozinho, quando alguém profere um enunciado este vem eivado de outros tantos que o precederam. Assim, a fala de uma delas pode representar tantas outras. Aqui, as Rosas falaram sim.

¹⁵ Rosa Maria é a designação que os militares dão às esposas dos Paraquedistas. A Brigada Paraquedista tem X batalhões dentro da Vila Militar de Deodoro. E nos TFM (Treinamentos Físicos Militares) eles cantam canções que exaltam as “Rosas Marias”.

REFERÊNCIAS

ADÃO, M. C. de O. Aspectos da adesão feminina aos valores militares: o casamento e a família militar. *História*, Franca, v. 29, n. 2, Dec. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010190742010000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: set/2012.

ANDRES, M; MOELKER, R E SOETERS, J. A Longitudinal Study of Dutch Families' Adaptations to Military-Induced Separations. *Res Militaris*, v. 2, n. 1, Autumn/Automne 2011. Disponível em : http://www.sci_arttext&pid=S010190742010000200007&lng=en&nrm=iso>Acesso em: jul/2014.

ALBERTINI, L. P. O exército e os outros. In: CASTRO, C; LEIRNER, P. *Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisa de campo*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

ANDRADE, M. C. de. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, M. (Org.) *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1993.

ANDRADE, R. G. N. *Personalidade e cultura: construções do imaginário*. Rio de Janeiro: Revan/FAPERJ, 2003.

ANDRADE, R. G. N; MACÊDO, C. M. V. *Territórios sem fronteiras: o social no contemporâneo*. Rio de Janeiro: Cia de Freud/FAPERJ, 2014.

ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

BALTAZAR, M. S. Impactos da profissão militar nos padrões familiares: o caso particular do comando de instrução e doutrina. *Boletim de Sociologia Militar*, n. 1, p. 55-68, 2010.

BAUMAN, Z. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999.

_____. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.

_____. *Identidade*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006.

_____. *Vida Líquida*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2007.

BERNARDES, A. G.; HOENISCH, J. C. D. Subjetividade e identidades: possibilidades de interlocução da psicologia social com os estudos culturais. In: BOSI, E. Cultura e desenraizamento. In: BOSI, A. (Org.). *Cultura brasileira: temas e situações*. São Paulo: Ática, 2000.

BOURDIEU, P. *Razões práticas sobre a teoria da ação*. São Paulo: Papirus, 1996.

BOWER, G. L.; MARTIN, J. A.; MANCINI, J. A. The resilience of military families: theoretical perspectives. In: FINE, M. A.; FINCHAM, F. D. (Eds.). *Handbook of family theories: a content-based approach* (pp. 417-436). New York: Routledge, 2013.

BRASIL. *Decreto nº 4346 de 26 de agosto de 2002, que aprova o Regulamento disciplinar do Exército (R-4)*. Brasília, DF, ago, 2002.

BRASIL. Portaria nº 277 de abril de 2008. Aprova as Instruções Gerais para a Administração dos Próprios Nacionais Residenciais do Exército Brasileiro. Brasília, DF. Abr, 2008.

BRASIL. *Portaria nº 650 de junho de 2016*. Aprova Diretriz para a entronização de D. Rosa da Fonseca como Patrona da Família Militar e implantação do Dia da Família Militar. Brasília, DF. Jun, 2016.

BRASIL. Ministério da Defesa, Exército Brasileiro, Departamento de Educação e Cultura, Diretoria de educação superior Militar. *Normas para a formação e graduação do oficial de carreira da linha de ensino militar bélico do Exército Brasileiro*. EB60-N-06.003, dez. 2013.

BRIOCHI, L. R.; TRIGO, M. H. B. Família: reprodução e cotidiano. Reflexão sobre um trabalho de campo. *Textos CERU*, São Paulo, n. 1, p. 25-33, 1989.

CANCLINI, N. G. La épica de la globalización y el melodrama de la interculturalidad. In: MORÁNA, Mabel. (Org.). *Nuevas perspectivas desde/sobre América Latina*. Santiago: Cuarto próprio, 2000.

_____. *A globalização imaginada*. São Paulo: Iluminuras, 2003.

_____. *Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

_____. *Estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 2006.

CANEN, A. Educação multicultural, identidade nacional e pluralidade cultural: tensões e implicações curriculares. *Cad. Pesqui.*, São Paulo, n. 111, Dec. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742000000300007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: fev./2015.

CASTELLS, M. *O poder da Identidade*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CASTORIADIS, C. Para si e subjetividade. In: PENA-VEJA, A; NASCIMENTO, E. P. (Orgs.). *O pensar complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

CASTRO, C. *O espírito militar: Um estudo de Antropologia Social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

_____. *Textos Básicos de Sociologia de Karl Marx a Zygmunt Bauman*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2014.

CASTRO, C; LEIRNER, P. *Antropologia dos Militares: reflexões sobre pesquisa de campo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CAVILHA, J. Das entrevistas aos rituais: dialogando com militares. In: CASTRO, C; LEIRNER, P. *Antropologia dos Militares: reflexões sobre pesquisa de campo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CHINELLI, F. M. *Eu adoro ser mulher de militar*. Estudo exploratório sobre a vida das esposas de militares. 2008. Disponível em: <<http://www.abedddfesa.org/page4/page7/page21/files/FernandaChinelli.pdf>>. Acesso em: 14 de set 2013.

CHINELLI, F. M. Pesquisa e Aliança: o trabalho de campo com mulheres de militares. In: CASTRO, C; LEIRNER, P. *Antropologia dos Militares: reflexões sobre pesquisa de campo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar*. 12ª ed. Petrópolis: vozes, 2013.

_____. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de Fazer*. 22ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

CLAVAL, P. O território na transição pós-modernidade. *GEOgraphia*, América do Norte, 1, set. 2009. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/16/14>>. Acesso em: fev. 2014.

COHEN, A. P. *The symbolic construction of community*. London: Routledge, 2007.

COSTA, J.F. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

COUTINHO, Maria Chalfin; KRAWULSKI, Edite; SOARES, Dulce Helena Penna. Identidade e trabalho na contemporaneidade: repensando articulações possíveis. *Psicol. Soc.*, Porto Alegre, v. 19, n. spe, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010271822007000400006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: fev, 2014.

DERRIDA, J. *Espectros de Marx*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DESCHAMPS, J.C; MOLINER, P. *A identidade em Psicologia Social: dos processos identitários às representações sociais*. Petrópolis: Editora Vozes 2009.

DINIZ, G. O casamento contemporâneo em revista. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). *Casal e família: permanências e rupturas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010, p.136-155.

EAGLETON, T. *A ideia da cultura*. São Paulo: UNESP, 2011.

ERAN-JONA, M. Married to the military: military-family relations in the Israel Defense Forces Armed. *Forces & Society*, january, v. 37, p. 19-41, 2011.

EWALD, A. P.; SOARES, J. C. Identidade e subjetividade numa era de incerteza. *Estud. psicol. (Natal)*, Natal, v. 12, n. 1, Apr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1294X2007000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: fev., 2014.

FÉRES-CARNEIRO, T. Casamento contemporâneo: construção da identidade conjugal. In: _____ (Org.). *Casamento e família: do social à clínica*. Rio de Janeiro: NAU, 2001.

FERNANDES, A. T. Espaço social e suas representações. In: COLÓQUIO IBÉRICO DE GEOGRAFIA, 1992, Porto. *Anais...* Porto, 1992

FICHTER, J. H. Definições para uso didático. In: FERNANDES, F. *Comunidade e sociedade: leitura sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação*. São Paulo: Nacional/EDUSP, 1973.

FIGUEIREDO, L.C. Sob o signo da multiplicidade. *Cadernos de subjetividade*, v. 1; n. 1; p. 89-95, 1993.

FILHO, A. de S. Michel de Certeau: Fundamentos de uma sociologia do cotidiano. *Sociabilidades*, São Paulo, v. 2, p. 129-134, 2002.

FILHO, K.P; MARTINS, S. A subjetividade como objeto da(s) Psicologia(s). *Psicologia e Sociedade*, v. 19, n. 3, p.14-19, 2007.

FIORIN, J. L. *A construção da identidade nacional brasileira*. São Paulo: Bakhtiniana, 2009.

FONTANELLA, B,J,B; RICAS, J; TURATO, E,R. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas, *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 17-27, jan. 2008.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Lisboa: Edições 70, 1991.

FOUCAULT, M. A ética do cuidado de si como prática da liberdade; uma estética da existência (1984). *Ditos e escritos V*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FRAZÃO, J. R. M. *Vila Militar Glórias e conquistas:1908-2015*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2015.

GIDDENS, A. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002.

GUARESCHI, N. M. de F.; BRUSCHI, M. E. (Eds.). *Psicologia social nos estudos culturais: perspectivas e desafios para uma nova psicologia social*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

HALL, S. *Identidade em questão*. Rio de Janeiro: D&A, 2002.

_____. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

HOBBSBAWM, R. *Era dos Extremos: o breve século XX*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

_____. *Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

_____. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10, 2005, São Paulo. *Anais eletrônicos*. São Paulo: Universidade de São Paulo-USP, 2005. p. 6774- 6792.

_____. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. *Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas*, Niterói, v. 1, n. 2, p. 39-52, ago.2007.

HORA, S. N. O Exército de sempre, uma nova Força: os sentidos do discurso da transformação do Exército e da Formação Militar. In: DURAN, D.; LOPES, S. (Org). *Liderança para Qualidade, Qualidade para Liderança*. Rio de Janeiro: Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias, 2015.

JACQUES, M. G. C. Identidade. In: STREY, M. N. et al. *Psicologia social contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 1998.

JOHNSON, R.; ESCOSTEGUY, A. C.; SCHULMAN, N. *O que é, afinal, Estudos Culturais?* 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

KERN, D.O conceito de hibridismo ontem e hoje: ruptura e contato. *Métis: história & cultura*, América do Norte, 3, out. 2011. Disponível em: <<http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/1158/797>>. Acesso em: 20 Fev. 2014.

LACAN, J. *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1985.

_____. *Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. Escritos*. Rio de Janeiro: J. Zahar,1998.

LANE,S. A psicologia social e uma nova concepção de homem para a psicologia. In: LANE, S.; CODO, W. (Org.) *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LEIRNER, P. C. *Meia-volta volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

LIPOVETSKY, G. *A terceira mulher: permanência e revolução do feminino*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

MAGALHÃES, J. B. *A evolução militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998.

MARTINS, T. P. S. Mudanças Familiares e rede social dos cônjuges militares em missão: um estudo exploratório. Dissertação (Mestrado Integrado em Psicologia) – Núcleo de Psicologia Clínica Sistêmica. Universidade de Lisboa, Portugal, 2013.

MEDEIROS, S. E. Da Epistemologia dos Estudos de Defesa e os seus Campos Híbridos. *Rev. Bra. Est. Def.*, v. 2, n. 2, p. 43-55, jul./dez. 2015.

MÉNDEZ, N. P. Do lar para as ruas: capitalismo, trabalho e feminismo. *Revista Mulher e Trabalho*, n. 5, p. 51-63, 2005. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/mulheretrabalho/article/view/2712/3035>>. Acesso em: set/2015.

MIDGETT, A. H.B.; BALDRIDGE, M. O que aprendemos nos Estados Unidos com a experiência de inclusão de estudantes. In: HUTZ, C. (org). *Avanços em psicologia comunitária e intervenções psicossociais*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

MOLON, S.I. *Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MOSKOS, C. et al. The Postmodern Military. In: CAFORIO, G. *The Sociology of the Military*. Northampton: Edward Elgar Publishing, 1986. p. 591-612.

NUNES, J. M. G. *Fundamentos de psicologia: linguagem e cognição*. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

PÊCHEUX, M. Les Vérités de la Palice, Maspero, Paris, trad. Semântica e discurso, E. Orlandi, Editora Unicamp, 1975.

PINTO, W.M.V.S; ANDRADE, R.G.N. Mobilidade social e as territorialidades das esposas de militares: construindo uma identidade a caminho. *Métis: história e cultura*, v. 13; n. 27, p. 277-286, jan./jun. 2015.

RANGEL, M. C; TONELLA, C. E- território: reflexões preliminares sobre redes sociais virtuais e mudanças territoriais. *Geoingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia*, v. 6, n. 1, p. 95-109, 2014.

REY, F. G. O social na Psicologia e a Psicologia Social: a emergência do sujeito. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

ROCHA-COUTINHO, M. L. De volta ao lar: mulheres que se afastam de uma carreira profissional para melhor se dedicar aos filhos. Retrocesso ou um “novo” modelo de família? In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). *Casal e família: permanências e rupturas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

ROJAS, M. C. *Entre dos siglos: una lectura psicanalítica de la pós-modernidad*. Buenos Aires: Lugar, 1994.

- ROSA, G. C. *A Identidade cultural em comunidades de usuários e desenvolvedores de software livre: o caso Debin-RS*. Porto Alegre, 2008. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Faculdade de Comunicação Social. Programa de Pós-Graduação Comunicação Social. PUCRS, 2008.
- ROLNIK, R. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- SAFFIOTI, H. *Emprego doméstico e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- SEGAL, M. Funções Militares das Mulheres numa Perspectiva Comparada. *Revista Nação e Defesa*, Lisboa, n. 88, p. 15-43, 1999.
- SILVA, F.G. Subjetividade, individualidade, personalidade e identidade: concepções a partir da psicologia histórico-cultural. *Psic. da Ed.*, São Paulo, 28, p. 169-195, 1 sem. 2009.
- SILVA, C. R. *O quartel e a casa: uma etnografia das famílias de oficiais da Academia Militar das Agulhas Negras*. In: 26ª Reunião Brasileira de Antropologia. 2008, Porto Seguro, Anais da 26ª RBA – ABA, Associação Brasileira de Antropologia.
- SILVA, C. R. Explorando “o mundo do quartel”. In: CASTRO, C.; LEIRNER, P. *Antropologia dos Militares: reflexões sobre pesquisa de campo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- _____. Famílias de militares: explorando a casa e a caserna no Exército brasileiro. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 21, n. 3, dez., 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-26X2013000300006&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em: fev. 2014.
- SILVA, E. N. P. Instituição militar e conjugalidade: uma reflexão à luz da teoria das instituições totais. In: CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES, 2., 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte, 2013.
- SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. (org). *Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SPINK, M.J. *Práticas discursivas e Produções de Sentido no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- THIESSE. A.M. *La création des identités nationales. Europe XVIIIe-XXesiècle*. Paris: Editions du Seuil, 1999.
- TAKAHASHI, E. E. *Homens e mulheres em campo: um estudo sobre a formação da identidade militar*. Tese, Unicamp, 2002.
- VAZ, C. M; ANDRADE, R. G. N. *Território cultural: processos de identidade e subjetividade – Centro Cultural Cartola – Mangueira – RJ*. In: ABRAPSO, 15., 2009, Maceió. *Anais XV ENABRAPSO*. Rio de Janeiro, 2009.

VIANA, Claudius Gomes de Aragão. *Realengo e a escola militar: um estudo sobre memória e patrimônio urbano*. Rio de Janeiro: PPHBC/Fundação Getúlio Vargas, 2002.

VYGOTSKY, L. S. *Psicologia e Linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

_____. *Teoria e método em Psicologia*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

VILLAÇA, N. *Em pauta: corpo, globalização e novas tecnologias*. Rio de Janeiro: Mauad: CNPq, 1999.

ANEXO A – Termo de consentimento e livre esclarecimento

Nome: _____ Sexo: _____ Idade: _____

Você esta sendo convidado (a) a participar da pesquisa, “**AS INEVITÁVEIS MUDANÇAS: UM ESTUDO SOBRE A CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE DAS ESPOSAS DE MILITARES**”, desenvolvida pelo Programa de Pós-graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro sobre a influência da diversidade cultural Brasileira vivida pelas esposas de militares e seus impactos na constituição da subjetividade.

Você foi selecionado (a) por fazer parte do universo de pesquisa, família militar residente no Rio de Janeiro, mas sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador.

Os objetivos deste estudo são:

- Investigar o processo de subjetivação das esposas de militares, oficiais do Exército Brasileiro moradoras da Vila Militar de Deodoro;
- Caracterizar a população pesquisada a partir da cultura que estão inseridos: cultura organizacional do Exército Brasileiro.

Sua participação nesta pesquisa consistirá na realização de uma entrevista, com duração de uma hora, que será gravada e será agendada previamente, de acordo com sua disponibilidade. Não há riscos relacionados com sua participação. Os benefícios relacionados com a sua participação são de grande valor para o desenvolvimento de estudos sobre cultura militar e subjetividade. As informações obtidas através dessa pesquisa serão divulgadas apenas em eventos e publicações científicas.

Você receberá uma cópia deste termo onde constam o telefone e o endereço institucional do pesquisador principal e do CEP, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação agora ou a qualquer momento.

WERUSCA MARQUES VIROTE DE SOUSA PINTO- End: R: Sgt Euber Geraldo, bloco 2 apt: 202 Rio de Janeiro, RJ, 21615-060, telefone: 21 965212689.

Caso você tenha dificuldade em entrar em contato com o pesquisador responsável, comunique o fato à Comissão de Ética em Pesquisa da UERJ: Rua São Francisco Xavier, 524, sala 3020, bloco E, 3º andar – Maracanã – Rio de Janeiro, Rj, e-mail: etica@uerj.br – telefone (021) 2569-3490.

Li e concordo com a minha participação na pesquisa bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, aqui especificados, **AUTORIZO**, através do presente termo, a pesquisadora WERUSCA MARQUES VIROTE DE SOUSA PINTO do projeto de pesquisa intitulado “**AS INEVITÁVEIS MUDANÇAS: UM ESTUDO SOBRE A CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE DAS ESPOSAS DE MILITARES**” a realizar vídeos que se façam necessários e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização desses vídeos e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor da pesquisadora da pesquisa, acima especificada, obedecendo ao que está previsto.

Participante da pesquisa

Pesquisadora responsável

ANEXO B – Roteiro de entrevista semiestruturada

- 1- Me fale sobre sua vida após o casamento.
- 2- O que você mudou na sua vida após o casamento?
- 3- Em quais localidades você morou? Me fale um pouco sobre sua vida em cada uma dessas cidades.
- 4- E na Vila Militar de Deodoro é a primeira vez que você mora aqui?
- 5- Me fale sobre sua vida na Vila Militar de Deodoro.
- 6- Se tem filhos onde seus filhos nasceram?
- 7- O representa a Cultura Militar na sua vida?
- 8- Quais são seus planos para o futuro.
- 9- Para encerrar, quando a interação não permitir captar essas respostas indagar sobre:
 - a) Tempo de casada
 - b) Quantos Filhos
 - c) Se é o primeiro casamento
 - d) Se trabalha e se trabalhava antes do casamento
 - e) Qual o nível de escolaridade

ANEXO C – Patentes do Exército Brasileiro

EXÉRCITO

OFICIAIS GERAIS

- MARECHAL
- GENERAL-DE-EXÉRCITO
- GENERAL-DE-DIVISÃO
- GENERAL-DE-BRIGADA

OFICIAIS SUPERIORES

- MAJOR
- TENENTE CORONEL
- CORONEL

OFICIAL INTERMEDIÁRIO

- CAPITÃO

GRADUADOS

- SUBTENENTE
- PRIMEIRO SARGENTO
- SEGUNDO SARGENTO
- TERCEIRO SARGENTO
- TAIFEIRO MOR
- CABO
- TAIFEIRO PRIMEIRA-CLASSE
- TAIFEIRO SEGUNDA-CLASSE

OFICIAIS SUBALTERNOS

- PRIMEIRO TENENTE
- SEGUNDO TENENTE
- ASPIRANTE